



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 16, SEXTA-FEIRA, 2 DE MARÇO DE 2018

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 17ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 1º DE MARÇO DE 2018

1.1 – ABERTURA	10
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	10
1.2.2 – Oradores	
Senador Lasier Martins – Expectativa positiva em torno dos resultados da intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro.	11
1.2.3 – Requerimento	
Nº 66/2018, do Senador Antonio Anastasia e outros senadores, de prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito do BNDES. Aprovado.	12
1.2.4 – Oradores (continuação)	
Senadora Gleisi Hoffmann – Destaque para a aprovação, pela CCJ, de projeto de lei de autoria de S. Ex ^a , que penaliza a injúria praticada por razões de gênero.	13
Senador Roberto Requião – Críticas ao suposto desvio de finalidade no uso das Forças Armadas na intervenção federal no Rio de Janeiro.	14
Senadora Maria do Carmo Alves – Registro da comemoração do Dia Mundial da Doença Rara, no dia 28 de fevereiro.	16
Senadora Fátima Bezerra – Satisfação com a aprovação, pelo Senado Federal, de projetos de lei relativos à criação de três universidades federais; e outros assuntos.	19
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 – Item 5	
Projeto de Decreto Legislativo nº 5/2018 (nº 424/2016, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, assinado em Brasília, em 19 de março de 2011. Retirado de pauta, após Parecer nº 21/2018-PLEN-SF</i> , proferido pelo Senador Antonio Anastasia, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.	23



1.3.2 – Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 240/2017 (nº 175/2015, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Djibuti, assinado em Djibuti, em 14 de fevereiro de 2012. **Aprovado.** À promulgação.* 25

1.3.3 – Item 7

Projeto de Decreto Legislativo nº 241/2017 (nº 206/2015, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Comores, assinado em Moroni, em 21 de novembro de 2011. **Aprovado.** À promulgação.* 25

1.3.4 – Item 8

Projeto de Decreto Legislativo nº 242/2017 (nº 237/2015, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral Ibero-Americana, celebrado em Cádiz, em 16 de novembro de 2012. **Aprovado.** À promulgação.* 27

1.3.5 – Item 9

Projeto de Decreto Legislativo nº 2/2018 (apresentado como conclusão do Parecer nº 2/2018-CAE), que *aprova a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2017. **Aprovado.*** 28

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 2/2018 (**Parecer nº 22/2018-CDIR/PLEN-SF**). **Aprovada.** À Câmara dos Deputados.

1.3.6 – Apreciação de requerimento

Nº 17/2018, da Senadora Ana Amélia e outros senadores. **Aprovado.** 28

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA**1.4.1 – Oradores**

Senadora Ana Amélia, como Líder – Comentários sobre entrevista concedida pelo ex-presidente Lula à **Folha de S.Paulo** publicada no dia de hoje; e outros assuntos. 32

Senador Sérgio de Castro – Defesa do associativismo como elemento estruturante do fortalecimento da democracia brasileira. 44

Senador Lindbergh Farias – Regozijo com a política socioeconômica adotada pelo ex-presidente Lula; e outros assuntos. 46

Senador José Medeiros – Considerações sobre a criação da Universidade Federal de Rondonópolis no Mato Grosso; e outros assuntos. 50

Senador Hélio José – Expectativa com a instalação dos trabalhos da CPI da Eletrobras; e outros assuntos. 56

Senador Paulo Rocha – Críticas ao Governo Federal pelo suposto retrocesso político-social advindo após os governos do ex-presidente Lula e da ex-presidente Dilma. 62

Senador Paulo Paim – Preocupação com a possível decisão do Banco Central de encerrar as atividades do Departamento de Meio Circulante na cidade de Porto Alegre; e outros assuntos. 67

Senador Elber Batalha – Registro da decisão do PSB de candidatura própria ao Governo do estado de Sergipe; e outros assuntos. 74

Senador Valdir Raupp – Alegria com a aprovação pelo Senado de projeto de lei que cria os conselhos federais de técnicos agrícolas e industriais; e outro assunto. 76



Senador Reguffe – Destaque para o emprego das emendas orçamentárias de autoria de S. Ex ^a em favor das áreas da saúde, educação e segurança pública do Distrito Federal; e outro assunto.	80
1.5 – ENCERRAMENTO	84

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 17ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Inclusão em Ordem do Dia

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Projeto de Decreto Legislativo nº 245/2017.	86
--	----

2.1.2 – Projeto de Lei do Senado

Nº 71/2018, da Senadora Vanessa Grazziotin, que <i>revoga o inciso I do art. 181 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para extinguir as escusas absolutórias e imunidades processuais previstas para os crimes contra o patrimônio, no caso do cônjuge, na constância da sociedade conjugal.</i>	88
--	----

2.1.3 – Requerimentos

Nº 66/2018, do Senador Antonio Anastasia e outros senadores, de prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito do BNDES.	94
--	----

Nº 67/2018, do Senador Wellington Fagundes, de oitiva da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 45/2017.	103
---	-----

Nº 68/2018, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de voto de solidariedade às Deputadas Estaduais Ana Paula Lima e Luciane Carminatti, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.	105
--	-----

2.1.4 – Término de prazo

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 77/2017.	110
--	-----

2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

2.2.1 – Projeto de Decreto Legislativo nº 5/2018

Parecer nº 21/2018-PLN-SF.	112
---------------------------------	-----

2.2.2 – Projeto de Decreto Legislativo nº 2/2018

Redação final (Parecer nº 22/2018-CDIR/PLN-SF).	118
--	-----

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES

Nº 17/2018-CCJ, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82/2015	121
---	-----

Nº 5/2018-CDH, sobre a Sugestão nº 13/2017	129
--	-----

Nº 6/2018-CDH, sobre a Sugestão nº 22/2017	140
--	-----



Nº 7/2018-CDH, sobre a Sugestão nº 42/2017	146
Nº 1/2018-CRE, sobre o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 245/2017	151
Nº 1/2018-CTFC, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 140/2015	160

PARTE III

4 – ATA DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-ARGENTINA

Ata da 1ª Reunião, realizada em 21 de fevereiro de 2018.	169
---	-----

5 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

RELATÓRIO MENSAL DA ATIVIDADE LEGISLATIVA DE FEVEREIRO DE 2018 (SUPLEMENTO “A”)

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL (SUPLEMENTO “B”)

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL (SUPLEMENTO “C”)

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	199
7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	202
8 – LIDERANÇAS	203
9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	207
10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	219
11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	223
12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	272

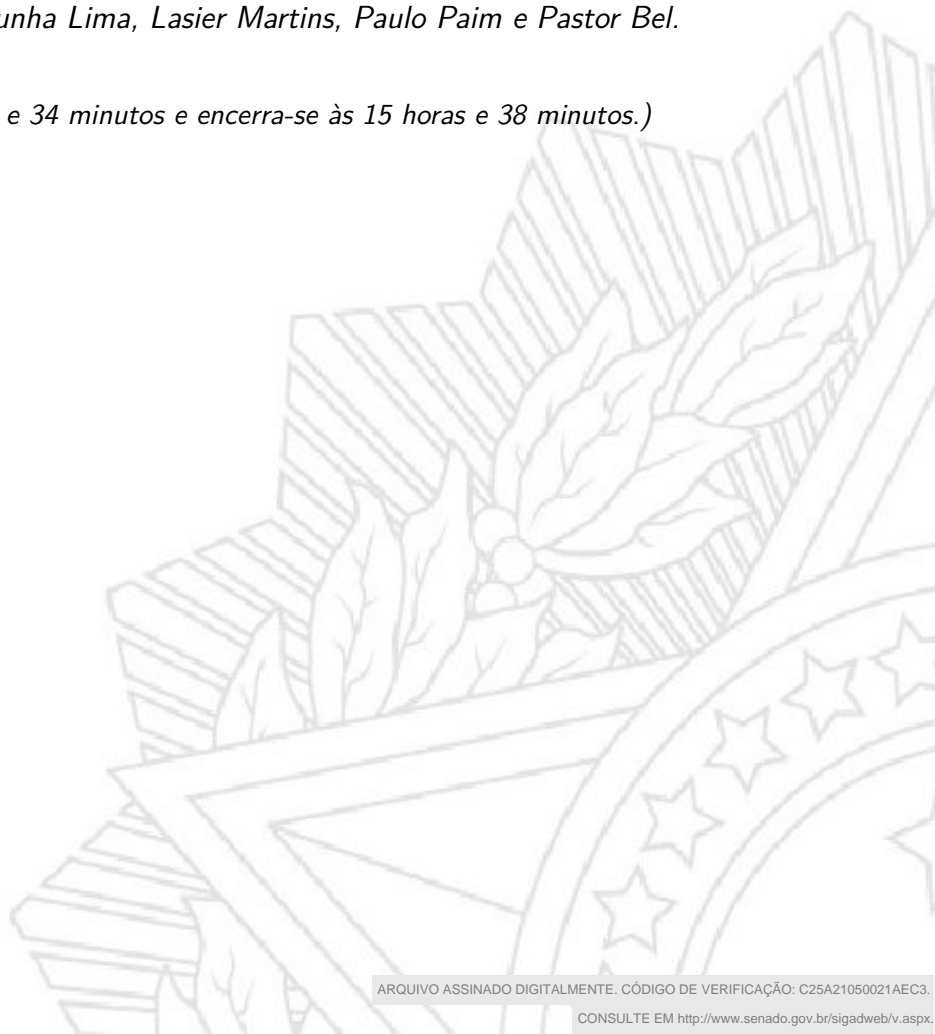


Ata da 17ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 1º de março de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Cássio Cunha Lima, Lasier Martins, Paulo Paim e Pastor Bel.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 34 minutos e encerra-se às 15 horas e 38 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 55ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa Ordinária

17ª Sessão Deliberativa Extraordinária, às 10 horas
Período: 01/03/2018 07:00:00 até 01/03/2018 20:31:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PSDB	MG	Aécio Neves	X
PMDB	SP	Airton Sandoval	X
PODE	PR	Alvaro Dias	X
PP	RS	Ana Amélia	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X
PP	AL	Benedito de Lira	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X
PR	MT	Cidinho Santos	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
PSDB	SC	Dalirio Beber	X
PMDB	SC	Dário Berger	X
PSDB	SE	Eduardo Amorim	X
PSB	SE	Elber Batalha	X
PMDB	PI	Elmano Férrer	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X
PMDB	PE	Fernando Coelho	X
PTC	AL	Fernando Collor	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X
PP	AC	Gladson Cameli	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X
PROS	DF	Hélio José	X
PP	RO	Ivo Cassol	X
PSB	AP	João Capiberibe	X
DEM	RN	José Agripino	X
PMDB	PB	José Maranhão	X
PODE	MT	José Medeiros	X
PT	CE	José Pimentel	X
PSDB	SP	José Serra	X
PSD	RS	Lasier Martins	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X
PR	ES	Magno Malta	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PRTB	MA	Pastor Bel	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X

Emissão 01/03/2018 20:32:01





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 55ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa Ordinária

17ª Sessão Deliberativa Extraordinária, às 10 horas
Período: 01/03/2018 07:00:00 até 01/03/2018 20:31:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
-	DF	Reguffe	X
PP	BA	Roberto Muniz	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X
PODE	RJ	Romário	X
PDT	ES	Sérgio de Castro	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X
PTB	RR	Telmário Mota	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X
PP	GO	Wilder Moraes	X
PMDB	MG	Zeze Perrella	X

Compareceram 61 senadores.



O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal* (**Vide Parte II do Sumário**)

Iniciando a sessão, o primeiro orador inscrito é o Senador Lasier Martins. Tem V. Ex^a a palavra.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senadora Gleisi.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Queria inscrever-me para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Acredito que a Senadora Fátima também pede a inscrição.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Mas eu cedo.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Está cedendo para a Senadora Gleisi.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Fico na segunda, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Fui informado pela Mesa de que V. Ex^a foi a primeira a chegar ao plenário. E por gentileza, naturalmente, à sua chegada logo cedo, estou indagando se...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza.

Agradeço a atenção de V. Ex^a, mas fico inscrita para a segunda comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Está resolvido. É a Senadora Gleisi e, na sequência, V. Ex^a.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Até porque estou também na lista de oradores.

Perfeito. Obrigada, Senador Cássio.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Cássio.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Queria me inscrever como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – V. Ex^a está inscrito como Líder do Partido dos Trabalhadores.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Falaria depois da comunicação.



O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Requião, Senador Anastasia, V. Ex^{as} desejam inscrições? (*Pausa.*)

Senador Requião... (*Pausa.*)

Comunicação inadiável?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Ah, o senhor está na lista de inscritos.

Está muito bem.

Senador Lasier, tem a palavra V. Ex^a pelo tempo regimental.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Cássio Cunha Lima.

Srs. Senadores, Senadoras, telespectadores, ouvintes, Sr. Presidente, a tão propalada e discutida intervenção federal no Rio de Janeiro está perto de completar duas semanas, já com alguns resultados sinalizadores de suas estratégias, embora o desfecho evidentemente seja ainda muito incerto.

Mas já temos aí a apreensão de carregamento de armas, algumas detenções, indícios de deslocamento de criminosos, tudo num movimento que visa conter esse fornecimento de equipamentos e munições, que estavam destinados ao tráfico em lugares bem definidos de dominação do crime.

Essa intervenção, Srs. Senadores, do modo como está começando, revela que quer começar um trabalho de prevenção contra a proliferação dos crimes, contra aquela crônica situação que vivia e vive ainda o Brasil, muito particularmente o Rio de Janeiro, isto é, neste primeiro momento, conter o trânsito da criminalidade, fiscalizando rodovias, portos, aeroportos. É a prudência, pois evita o que se temia no primeiro momento também, uma tentativa de ocupação das zonas conflagradas pela criminalidade. Aí, sim, haveria muita violência, haveria mortes.

Então, nós estamos, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, neste momento da intervenção, que se aproxima de duas semanas, num momento de analgesia. Isto é, o Governo está aplicando um analgésico para lá adiante, conforme esse trabalho inicial de prevenção, aí sim, seguir para as cirurgias.

É o que estamos percebendo e aplaudindo, por que não? Embora haja críticas, críticas de que há um componente de *marketing* do Presidente da República – o que é até bem possível –, entendemos que, se há de fato esse componente – e parece que há –, isso é secundário. O principal, o que se exigia é que houvesse alguma providência, que finalmente está sendo tomada.

Nós ainda ouvimos anteontem uma frase que é antológica, feliz e verdadeira do novo Ministro, Sr. Jungmann, quando disse: "Há críticos por toda parte. Mas o curioso é que são críticos que atacam as providências que estão sendo tomadas durante o dia e que financiam os consumidores de drogas à noite." Quem não sabia disso? O Brasil inteiro sabia disso, só que ninguém pronunciava, com tanta inspiração, o que foi dito pelo Ministro. Esse pronunciamento leva àquela discussão que se arrasta no Brasil há muito tempo: a liberação das drogas.

Quero dizer, desde logo, como Relator da Lei das Drogas aqui no Senado, que venho tendo muita dificuldade de trazer o debate para o plenário, porque há colegas de Senado que querem a liberação, principalmente da maconha. Quero dizer que estou entre aquelas pessoas que



entendem que a liberação da droga vai estimular ainda mais a proliferação do consumo de droga no Brasil, cujos maiores males são os efeitos da doença, e não temos, no Brasil, clínicas para tratamento. E aí esse compromisso correria já ao sofrido Orçamento da União, haveria mais gastos a um orçamento minguado para construir clínicas de tratamento. E não temos essa possibilidade. Por isso, também por isso, sou contra a liberação de drogas no Brasil, respeitando quem pensa o contrário, mas entendendo que seria um grande equívoco, neste Brasil de pouca educação, neste Brasil onde o tráfico de drogas se transformou num dos maiores negócios.

O quadro que enfrentamos no Brasil tem dados assustadores, como este de 50 mil mortes violentas durante o ano passado e com agravamento principalmente no Rio de Janeiro. A ruína da segurança, no Rio de Janeiro, é o destaque que todos nós estamos acompanhando.

Neste momento em que está acontecendo, aqui em Brasília, uma reunião do Presidente da República com seu novo Secretário de Segurança, com vários governadores de Estado do Brasil, esperamos que todos entendam a providência do Rio de Janeiro como uma espécie de laboratório, que, se der certo, haverá de se estender também para os Estados – e o meu Rio Grande do Sul ocupa um lamentável lugar de destaque, sendo a capital, Porto Alegre, tida neste momento como a quarta cidade mais violenta do país, principalmente pelos assaltos diários nas zonas urbanas, além da disseminação de detonação de agências bancárias nas pequenas cidades do interior do Estado. Isso vem caracterizando a criminalidade no Rio Grande do Sul.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a minha presença por breves minutos, aqui, neste plenário, foi para saudar, para admitir e para ter a esperança de que essa intervenção federal no Rio de Janeiro precisa produzir frutos.

Estamos acompanhando este primeiro momento, como eu disse, de prevenção, de precauções, para continuarmos acompanhando a evolução, percebendo que gente muito sensata está no comando dessa operação, evitando, até agora, confrontos, tomando as medidas paliativas, de fora para dentro, até chegar aos grandes detentores de armas e aos consumidores de drogas.

E, com essa esperança, chegamos ao final de semana e aguardamos que, para a próxima semana, haja novidades positivas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senadora Gleisi, tem V. Ex^a a palavra para uma comunicação inadiável, ao tempo em que transfiro a Presidência da sessão ao Senador Lasier Martins.

Mas, antes de transferir a Presidência, Senadora Gleisi, só um instante para a leitura de um requerimento.

Requeremos a V. Ex^a, nos termos do art. 76, §1º, inciso I, combinado com o art. 152 do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação do prazo de duração da Comissão Parlamentar de Inquérito do BNDES, criada pelo Requerimento 375, de 2017. O prazo de prorrogação vai até o dia 23/3/2018 e tem finalidade exclusiva de permitir a conclusão do relatório, sua apreciação e posterior deliberação pelos membros da Comissão. A nova prorrogação não terá custos adicionais. **(Requerimento nº 66/2018 – Vide item 2.1.3 do Sumário)**

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Senadora Gleisi, tem V. Ex^a a palavra.



A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quem nos acompanha pela TV Senado, também pela Rádio Senado e pelas redes sociais, hoje nós iniciamos o mês de março, que é um mês em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, dia 8 de março. Aliás, nós que fazemos militância política, social destinamos o mês de março para fazer reflexões sobre os avanços e as lutas que as mulheres ainda precisam travar na nossa sociedade. Penso que, do ponto de vista do Senado da República, nós iniciamos bem o mês de março.

Ontem, nós aprovamos, na Comissão de Constituição e Justiça, um projeto de lei de minha autoria e relatado pela Senadora Marta Suplicy, que modifica a redação do §3º do art. 140 do Código Penal, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero. É isto mesmo: o art. 140, §3º, prevê uma pena maior se a injúria for praticada com a utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem ou condição da pessoa idosa ou portadora de deficiência. A pena de reclusão é de um a três anos e multa.

Eu acrescentei, e a Senadora Marta assim aprovou em seu relatório, questões de gênero. Por que fiz isso? Porque tem sido comum, na nossa sociedade, e, inclusive, dentro deste Parlamento, as mulheres serem depreciadas por xingamentos, por discursos ofensivos, por palavrões que, na realidade, tendem a diminuir a mulher, tendem a humilhá-la.

Esse projeto eu apresentei em razão de uma situação que aconteceu no meu Estado, o Estado do Paraná. Não que tenha sido a primeira vez – não é isso –, mas talvez tenha sido a vez que mais me chamou a atenção e, por isso, eu quis que a lei refletisse uma penalização em relação a esse comportamento.

Um Deputado Federal do meu Estado, que foi Chefe da Casa Civil do Governador Beto Richa, em razão da discussão sobre a movimentação dos professores no Paraná, fez um tuíte, postou nas redes sociais um ataque a uma professora, aliás, doutora em Educação, Adriane Sobanski, dizendo que ela era um biscate. E fez isso porque ele não tinha mais argumentos para discutir com ela em relação à manifestação que os professores faziam para defender os seus direitos. Aquilo foi extremamente agressivo e chamou muito a nossa atenção.

Depois disso, eu comecei a observar melhor o comportamento, inclusive de Parlamentares aqui, no Congresso Nacional, em relação às mulheres. E não foram poucas as vezes em que Parlamentares subiram à tribuna, principalmente na Câmara dos Deputados, para fazer xingamentos às nossas companheiras, às nossas Deputadas.

É o caso da companheira Maria do Rosário, Deputada Federal pelo Rio Grande do Sul, que constantemente é atacada por determinados Deputados. Isso ocorre, geralmente, quando se perde a razão. Quando se perde o argumento, utiliza-se de palavras de baixo calão para desqualificar o seu interlocutor ou, no caso, a sua interlocutora.

Eu vi isso também em relação à Presidenta Dilma, durante todo o processo de *impeachment* ou até antes dele, na forma como ela era tratada nas redes sociais, na forma como ela era tratada aqui, no Parlamento, na forma como ela era tratada pela oposição.

Nós não podemos deixar que esse tipo de comportamento continue, e, por isso, a ideia de se colocar no Código Penal que a injúria, quando for feita na utilização de elementos referentes a gênero, seja penalizada com mais rigor. Eu sei que a lei por si só não garante, mas ela é pedagógica, e tenho certeza de que, à medida que ela vai sendo aplicada, o...

(Soa a campanha.)



A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... comportamento, a cultura e a postura também vão mudando.

E a Senadora Marta teve uma iniciativa muito importante: ela ampliou o alcance do projeto e colocou também a injúria qualificada, se for praticada em razão de orientação sexual ou identidade de gênero, estendendo isso, então, a toda a população LGBT, que também sofre muito com esse tipo de atitude e com essa postura de desqualificação e de humilhação.

Eu queria agradecer à Comissão de Constituição e Justiça. Esse é um projeto terminativo, que vai agora à Câmara dos Deputados. E tenho certeza de que é dessa forma, tijolo por tijolo, que temos condições de edificar uma sociedade que rompa completamente com o preconceito e com a discriminação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Durante o discurso da Sr^a Gleisi Hoffmann, o Sr. Cássio Cunha Lima, 1^o Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Lasier Martins.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito bem.

Obrigado, Senadora Gleisi.

Sendo a vez de um orador inscrito, não estando presentes Dário Berger, Medeiros, Romário, Lídice e Vânia, com a palavra o Senador Roberto Requião, que permuta com o Senador Paulo Rocha.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Lasier, o que eu vejo hoje no Brasil é essa política de austeridade, com 20 anos sem investimento público em saúde, em educação, em infraestrutura, como uma ação dominante do capital financeiro vadio, da escravização do Brasil e da defesa de interesses que não são os interesses do Estado nacional.

Mas, de repente, não mais que de repente, vejo que, por meios variados, se convoca o Exército nacional, para apoiar esse projeto de espoliação e destruição do Estado social.

Pesquisando, descobri que, em 25 de outubro de 1887, quando se convocava ou se tentava convocar o Exército brasileiro para perseguir escravos fugidos, houve uma reação muita dura do Clube Militar no Rio de Janeiro. E o Presidente do Clube militar era, nada mais nada menos, do que o Marechal Deodoro.

Sem mais comentários, e, de uma forma singela, eu quero passar a ler a petição encaminhada pelo Clube Militar à então regente Princesa Isabel, em 25 de outubro de 1887.

Senhora, os oficiais, membros do Clube Militar, pedem a Vossa Alteza Imperial vênua para dirigir ao Governo Imperial um pedido, que é antes uma súplica. Eles todos, que são e serão os amigos mais dedicados e os mais leais servidores de Sua Majestade, o Imperador, e de sua dinastia, os mais sinceros defensores das instituições que nos regem; eles, que jamais se negaram, em bem vosso, os mais decididos sacrifícios, esperam que o Governo Imperial não consinta que, nos destacamentos do Exército que seguem para o interior, com o fim, sem dúvida, de manter a ordem, tranquilizar a população e garantir a inviolabilidade das famílias, os soldados sejam encarregados da captura dos pobres negros que fogem à escravidão, ou porque vinham já cansados de sofrer os horrores, ou porque um raio de luz de liberdade lhes tenha aquecido o coração e iluminado a alma.



Senhora, a liberdade é o maior bem que possuímos sobre a terra. Uma vez violado o direito que tem a personalidade de agir, o homem, para reconquistá-la, é capaz de tudo; de um momento para outro, ele, que antes era covarde, torna-se um herói; ele, que antes era inércia, se multiplica e subdivide-se, ainda mesmo esmagado pelo peso da dor e das perseguições; ainda mesmo reduzido a morrer, de suas cinzas renasce sempre mais bela e mais pura a liberdade.

Em todos os tempos, os meios violentos de perseguição, os quais, felizmente, entre nós ainda não foram postos em prática, não produziram nunca o desejado efeito. Debalde, milhares de homens são encerrados em escuras e frias masmorras, onde, apertados, morrem por falta de luz e de ar; através dessas muralhas, as dores gotejam; através dessas grossas paredes, os sofrimentos se coam, como através do vidro coam os raios de luz, para virem contar fora os horrores do martírio!

Debalde, milhares de famílias são atiradas aos extensos desertos. E de lá, onde só vivem os líquenes, e os ventos passam varrendo a superfície dos gelos e beijando as estepes, tudo morre, mas os ódios concentrados de tantos infelizes são trazidos e vêm germinar, às vezes, no seio dos próprios perseguidores.

É impossível, pois, Senhora, esmagar a alma humana que quer ser livre.

Por isso, os membros do Clube Militar, em nome dos mais santos princípios de humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização, em nome da caridade cristã, em nome das dores de Sua Majestade, o Imperador, vosso augusto pai, cujos sentimentos julgam interpretar e sobre cuja ausência choram lágrimas de saudades, em nome do vosso futuro e do futuro de vosso filho, esperam que o Governo Imperial não consinta que os oficiais e as praças do Exército sejam desviados de sua nobre missão.

Não é isso, Senhora, um ato de desobediência. Se se tratasse de uma sublevação de escravos que ameaçasse a tranquilidade das famílias, que trouxesse a desordem, acreditai que o Exército, que não deseja o esmagamento do preto pelo branco, não consentiria também que o preto, embrutecido pelos horrores da escravidão, conseguisse garantir a sua liberdade esmagando o branco.

O Exército havia de manter a ordem. Mas, diante de homens que fogem, calmos, sem ruído, mais tranquilamente do que o gado que se dispersa pelos campos, evitando tanto a escravidão como a luta e dando, ao atravessar cidades inermes, exemplos de moralidade, cujo esquecimento tem feito, muitas vezes, a desonra do Exército mais civilizado, o Exército brasileiro espera que o Governo Imperial lhe concederá o que respeitosamente pede, em nome da honra da própria bandeira que defende.

Petróleo entregue; garantias trabalhistas liquidadas por uma reforma da CLT; a pretensão de entregar os recursos da Previdência para a banca privada; a Embraer cedida à Boeing.

Vocês lembram? Lembra, Senador Anastasia, a nossa Aeronáutica escolhendo o Gripen, da Suécia, porque havia o compromisso de transferência de tecnologia negada pelas empresas norte-americanas? E, na privatização da Embraer, o Estado brasileiro manteve em suas mãos a *golden share*, a ação que podia evitar qualquer desvio de finalidade. A Aeronáutica optou pela transferência da tecnologia e por um caça de qualidade.



Mas vem o Governo atual, nas barbas do Congresso Nacional, permitir a venda da Embraer para a Bombardier, a grande empresa americana... Para a Boeing, a grande empresa americana. Desculpe-me o erro, que já me foi corrigido ali pelo Senador Anastasia.

Isso não tem, realmente, sentido algum.

E se manobra o Exército brasileiro com intervenções muito pouco esclarecidas e sem recursos, intervenções que, na verdade, não são intervenções, para, de certa forma, cancelar o entreguismo e a cessão do projeto nacional a um projeto neoliberal, falido no mundo, que destruiu a Europa e que hoje, como um zumbi, pede asilo, e o asilo é dado por um governo que não passou por eleições no Brasil.

O Exército que eu conheço – e eu sou oficial da reserva. Um aspirante a oficial da reserva. Fiz CPOR.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Esse Exército brasileiro é o Exército do Clube Militar de Deodoro; não é um Exército que se dobre a tudo que acontece no Brasil.

Eu fico aqui imaginando: Brigadeiro Ferolla, onde estás? Um dos comandantes iniciadores e consolidadores da Embraer; um que, na privatização, exigiu a *golden share*.

Não há um protesto à submissão? E alguns oficiais vão para a reserva e anunciam apoio ao Bolsonaro. Este não é o Exército brasileiro. Este não é o retrato das nossas Forças Armadas. As Forças Armadas brasileiras se espelham nessa petição do Clube Militar à Princesa Isabel, em 25 de outubro de 1887.

E eu tenho certeza de que, no fundo da alma, eles se recusam a serem capitães...

(Interrupção do som.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ...do mato modernos, a perseguirem os pobres do nosso País. *(Fora do microfone.)*

E o que estão fazendo, de uma forma ou de outra, é sob o domínio do capital financeiro, da banca e do capital vadio que se opõem ao capital produtivo e ao trabalho no País.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Meus cumprimentos, Senador Roberto Requião.

Como inscrito pela Liderança, com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu prefiro esperar a lista de oradores inscritos, porque eu terei mais tempo para falar. Eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Então, voltamos para a lista.

Uma vez ausentes a Senadora Lídice e os Senadores Dário Berger, José Medeiros e Romário... Então, pela ordem, é a vez é da Senadora Fátima, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Ah, é a Senadora Maria do Carmo Alves.

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Social Democrata/DEM - SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,



celebramos ontem o Dia Mundial da Doença Rara, sensibilizados pela morte emblemática de uma das fundadoras do movimento – abro aspas – "Minha Vida não tem Preço", Margareth Mendes, de Minas Gerais, portadora de uma das doenças raras.

Margareth faleceu na madrugada de ontem, por falta de medicamentos, um dos principais motivos pelos quais estamos aqui, lutando pelo direito dos portadores de enfermidades raras.

Infelizmente, muitos pacientes não aguentam esperar. Esse foi o caso de Margareth, que tinha a sua doença controlada, mas que passou vários meses sem receber a medicação adequada. Também foi o fim para o sergipano Ailan Santos, casado, que poderia ter tido outra história de vida se tivesse os seus direitos reconhecidos.

Os pacientes de doenças raras lutam contra o tempo, contra o desconhecimento científico das doenças e dos seus sintomas, para que possam iniciar o quanto antes o tratamento adequado.

A falta de assistência em tempo hábil, Sr^{as} e Srs. Senadores, sejam por dificuldades do diagnóstico ou por falta de acesso aos medicamentos necessários, resultam em mortes.

Muitas das vidas são tolhidas ainda na infância ou são condenadas à perda contínua de qualidade de vida, penalizando não só o doente, mas toda a sua família.

Esse dilema tem sido vivido isoladamente pelas famílias, que se unem, em associações nacionais e internacionais, em busca de fortalecimento jurídico, psicológico e de compartilhamento de dados sobre as doenças e suas formas de tratamento. Esse banco de dados internacional, que vem subsidiando os países, tem cumprido um papel importantíssimo de antecipar cada vez mais os diagnósticos, tornando mais conhecidos os casos raros ou pouco frequentes.

Mas disponibilizar essas informações no nosso País não basta. Precisamos disciplinar o acesso aos medicamentos, que, por tratarem de doenças raras, têm pouca procura e não estão disponíveis no SUS, nem estão disponíveis nas farmácias, levando as famílias a travarem verdadeiras batalhas judiciais para a importação dos remédios, consumindo um tempo que os doentes não dispõem, e promovendo grande desgaste para suas famílias.

Esses são alguns dos desafios que temos procurado solucionar na Casraras, Comissão Especial criada por esta Casa para mediar o entendimento entre o Estado brasileiro e os representantes dos pacientes, dos órgãos de Governo e das indústrias farmacêuticas, trazendo respostas efetivas que possam minimizar os terríveis dramas por que passam os doentes raros em nosso País.

Era o que gostaria de deixar registrado no dia de hoje, Sr. Presidente. Embora tenhamos pouco a comemorar, não perdemos a fé nem tampouco a convicção de que poderemos avançar no atendimento aos brasileiros portadores de doenças raras.

Muito obrigada.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito bem, Senadora Maria do Carmo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Enquanto já anunciamos, pela ordem dos inscritos, a Senadora Fátima Bezerra, pela ordem, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, apenas para um registro: hoje, pela manhã, tivemos uma importante reunião da Bancada feminina. Não apenas as Senadoras tiveram uma participação, uma presença, significativa em nossa reunião, mas contamos também com representação das Deputadas Federais, porque estamos nos preparativos da organização das atividades relativas a 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e das atividades que ocorrerão durante todo o mês, tanto aqui no Senado Federal, quanto na Câmara dos Deputados.

Nós definimos em torno de 28 projetos aproximadamente como prioritários, projetos que dialogam com os problemas vividos pelas mulheres brasileiras e que devam ser votados pelas Comissões e pelo Plenário desta Casa.

Inclusive, neste exato momento, Sr. Presidente, estão aguardando, para um diálogo com o Presidente do Senado Federal, representando a Bancada feminina, as Senadoras Lídice da Mata e Rose de Freitas, que estão lá, encaminhando a relação dos projetos que estão prontos para o Plenário.

E, no próximo dia 7, Sr. Presidente, quarta-feira, teremos aqui neste plenário a sessão de homenagem às mulheres, com a entrega do Diploma Bertha Lutz. Será uma sessão bastante diferente, porque nós homenagearemos 26 mulheres Constituintes brasileiras, porque a Constituição comemora 30 anos neste ano, a Constituição de 1988. O Senado Federal, com a aquiescência do Presidente Eunício Oliveira e da Bancada feminina, homenageará as 26 mulheres Constituintes. Entre elas, Senadora Rose de Freitas, Senadora Lídice da Mata, Senadora Lúcia Vânia e Deputada Benedita da Silva. Mas, além das quatro que detêm mandato, todas as demais estarão presentes aqui. Ou seja, uma sessão de homenagem às mulheres, mas, sobretudo, de homenagem aos Parlamentares, à Constituição de 1988 e ao Brasil.

Então, era apenas esse registro, Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado.

Oportuno o anúncio, Senadora Vanessa, para essas homenagens na quarta-feira, dia 7, aqui no plenário do Senado.

Por falar nisso, quero aproveitar para dar as boas-vindas: ocupando as galerias do Senado, uma numerosa comitiva de estudantes do ensino fundamental da Escola Internacional de Curitiba, no Paraná.

Sejam bem-vindos, é uma honra recebê-los aqui nas galerias do nosso Senado Federal!

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sr. Presidente, se me permite a Senadora Fátima...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Senadora Rose.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Sem revisão da oradora.) – Quero, em nome dela, também saudar a galeria. É sempre muito importante que a juventude participe, venha



olhar de perto, conhecer o trabalho do Parlamento, e, depois, que venha para cá para continuar a luta por um Brasil melhor, mais justo e mais igual.

Eu queria dizer à Senadora Fátima que entregamos, agora, em nome de V. Ex^a e também das demais Parlamentares, a pauta que vai nortear os trabalhos no dia 8 de março, na qual estão matérias que foram discutidas dentro deste Parlamento priorizadas pela Bancada da Câmara e do Senado e que falam de matérias importantíssimas para o avanço da luta das mulheres e pela igualdade entre homens e mulheres no País, que pretende ser justo, igual e democrático.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado, Senadora Rose de Freitas.

Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores (*Fora do microfone.*), ouvintes da Rádio Senado e os que nos acompanham pelas redes sociais.

Primeiro, quero saudar aqui a Senadora Rose e a Senadora Vanessa, que respondem aqui pela procuradoria de defesa dos direitos das mulheres. Como ela mencionou, houve uma reunião hoje com a Bancada feminina. A Senadora Gleisi participou e eu também participei.

Quero aqui destacar toda a programação que será desenvolvida alusiva ao Dia Internacional da Mulher, no dia 8 de março, e destaco, portanto, essa homenagem merecida que vai ser feita às 26 mulheres Constituintes, a chamada Bancada do Batom. Uma Bancada pequena do ponto de vista de quantidade, eram 26 apenas – e aqui está a Senadora Rose – em um colégio de 513 Parlamentares com mais 81 Senadores, mas era uma Bancada, repito, pequena do ponto de vista da quantidade, porém gigante do ponto de vista da qualidade da atuação e do compromisso com que defenderam não só os direitos das mulheres, mas os direitos dos trabalhadores e do povo brasileiro.

E é muito oportuno tratar dessa homenagem por ocasião de 30 anos da Constituição de 1988 neste momento que o País vive de ataque à democracia, neste momento pós-golpe de Estado consumado em 2016, aquele golpe travestido de um *impeachment* fraudulento cujas consequências estão aí. E uma das mais graves consequências, uma das mais sérias, é exatamente o desmonte que estão fazendo da Constituição de 1988. A Emenda nº 95 fala por si: simplesmente garroteou, congelou os investimentos, os gastos nas áreas sociais. E as consequências disso para a vida do povo brasileiro são imensas, atingindo mais ainda a vida das mulheres – das mulheres mais pobres e das mulheres trabalhadoras.

Então, repito: é o momento em que, merecidamente, vamos aqui homenagear, destacar o papel combativo, o papel protagonista que a chamada Bancada do Batom teve na defesa da Constituição cidadã de 1988, inserindo naquela Constituição capítulos sagrados com direitos sociais fundamentais das mulheres, dos homens e do povo brasileiro, especialmente. Repito, neste momento em que essa Constituição está sendo literalmente rasgada, a começar por aquilo que ela tem como pressuposto maior, que é o voto, que é a soberania popular, neste exato momento, infelizmente, isso vem sendo totalmente atacado, haja vista não só, repito, o afastamento, através daquele processo fraudulento, de uma Presidenta legitimada pela urna, bem como agora também querer impedir a candidatura do ex-Presidente Lula.



Sr. Presidente, também quero aqui dizer, muito rapidamente, da minha alegria de estar mais uma vez aqui nesta tribuna, como professora, como militante da luta em defesa da educação, como Senadora eleita pelo Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Norte, eleita pelo povo do Rio Grande do Norte, para falar sobre mais um importante legado oriundo dos governos do PT. Refiro-me ao fato de, durante esta semana, o Senado Federal ter aprovado aqui, por unanimidade, mais três universidades: a Universidade Federal de Catalão, lá em Goiás; a Universidade Federal de Jataí, em Goiás; e a Universidade Federal de Rondonópolis, lá no Mato Grosso – três universidades. Repito: todos esses três projetos de lei foram enviados pela Presidenta Dilma antes de ser deposta, repito, através daquele processo fraudulento de *impeachment*.

E quero dizer que estão em pauta ainda mais dois projetos também de iniciativa da Presidenta Dilma que estão tramitando aqui no Congresso Nacional e que, brevemente, também serão aprovados. Refiro-me à Universidade Federal do Delta do Parnaíba e ao que cria a Universidade Federal do Norte do Tocantins.

Com esses projetos aprovados e sancionados, que é o que nós esperamos, o Brasil passará a ter 68 universidades federais, das quais 23 criadas por iniciativas dos governos Lula e Dilma. Dessas 23, nós vamos ter cerca de 10 exatamente na Região Nordeste, um olhar que os governos do PT tiveram extremamente assertivo. Por quê? Porque o Nordeste apresenta ainda, infelizmente, os piores indicadores do ponto de vista do acesso ao ensino superior. Por isso, acertadamente, repito, os governos do PT olharam para essas desigualdades não só do ponto de vista social, mas também do ponto de vista regional.

Quero dizer, Sr. Presidente, que é claro que a nossa luta não termina com a aprovação e a sanção desses projetos. É necessário a gente continuar insistindo em uma ampla mobilização social pela revogação da Emenda Constitucional nº 95, a chamada PEC do teto de gastos. Por quê? Porque, com essa Emenda 95, Senador Lindbergh, as nossas universidades e os nossos institutos federais continuarão sendo maltratados pela falta de verbas para custeio, para investimento, o que está, inclusive, impedindo a consolidação de todo o projeto de expansão tanto do ensino superior como da educação profissional, que foi iniciativa dos governos do PT. Por quê? Porque a Emenda 95 não dialoga com o Plano Nacional de Educação.

Eu vou sempre insistir aqui desta tribuna: a agenda mais importante que este País tem, a agenda de que este País mais precisa é a agenda da educação. E o povo brasileiro tem um Plano Nacional de Educação, que foi aprovado por unanimidade pelo Congresso Nacional, e, infelizmente, esse Plano Nacional de Educação, cuja vigência vai até 2024, está totalmente ameaçado, em função, repito, da chamada PEC do teto de gastos. Por quê? Porque simplesmente cortou, porque simplesmente está reduzindo, porque simplesmente está tirando dinheiro da educação.

E como é que nós vamos dar sequência ao Plano Nacional de Educação? Como é que nós vamos construir mais creches? Como é que os Municípios vão fazer para construir mais creches, mais escolas técnicas, mais ensino superior? A chamada educação em tempo integral, como é que nós vamos, por exemplo, cumprir as Metas 17 e 18 do Plano Nacional de Educação, que tratam do novo piso salarial do magistério bem como das políticas de formação inicial e continuada?

Por isso, Sr. Presidente, eu quero, aqui, dizer que, ao mesmo tempo em que a gente celebra mais esta conquista – legado dos governos do PT – que é a aprovação de três universidades, ao



mesmo tempo a gente chama a atenção aqui para a necessidade da mobilização social e popular para revogar a chamada Emenda 95, a chamada Emenda do teto de gastos, que tanto impacto tem trazido para as políticas sociais, inclusive no campo da educação. Até porque essa Emenda 95 suspendeu, por 20 anos o piso mínimo...

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... destinado à área de educação.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero, aqui, colocar que o momento importante desse processo de luta, dessa mobilização que destaco aqui como necessária, será exatamente a Conferência Nacional Popular de Educação, Senador Lasier, conferência que está sendo convocada por entidades históricas do campo educacional e por diversos movimentos sociais. A Conape, repito, a Conferência Nacional Popular de Educação, vai ser realizada agora em Belo Horizonte, nos dias 24, 25 e 26 de maio de 2018.

Na Conferência Nacional Popular de Educação, lá em Belo Horizonte, em maio, com certeza estarão presentes trabalhadores em educação, estudantes, pesquisadores, gestores, sindicalistas e lideranças dos movimentos sociais de todo o País.

Vai ser um momento muito importante, momento de a gente monitorar o cumprimento da...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Será um momento, como eu ia colocando, de monitorar o cumprimento das metas e estratégias do Plano Nacional da Educação, fazer um balanço dos impactos do golpe na área da educação e de construir uma agenda de lutas comuns para o próximo período, até porque, já dizia Paulo Freire, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. E é isto que nos cabe: luta e resistência.

Por fim, Senador Lasier, eu quero aqui também fazer um registro de que, neste exato momento, no Plenário I da Câmara dos Deputados, está sendo realizado um ato em repúdio às ameaças do MEC, à autonomia universitária e à democracia. Refiro-me exatamente àquela atitude condenável do Ministro de acionar o Ministério Público, a Advocacia-Geral da União, com medidas judiciais, contra a universidade e o Professor Luis Felipe Miguel...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Fez certinho.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... que idealizou a disciplina, organizou a disciplina: O golpe de 2016 e o futuro da democracia.

Essa atitude do Ministro é lastimável, é lastimável. É aquilo que eu já disse aqui: somente alguém que foi um dos capitães do golpe... Aliás, ganhou o Ministério da Educação exatamente pelo papel que ele desempenhou como um dos capitães do golpe de 2016, com o *impeachment* que afastou a Presidenta Dilma. Agora, daí ele simplesmente querer rasgar a Constituição, passar por cima da Constituição, Senador Lasier, e censurar um professor num flagrante desrespeito aos princípios constitucionais, quanto ao art. 207, que trata da autonomia didático-



científica das universidades, bem como o princípio também que garante a liberdade de cátedra, de ensinar, de pesquisar, de divulgar.

Ora, a universidade é o palco próprio do contraditório, do debate, da discussão. Aqueles que têm uma visão diferente que tenham o direito também de expressar o seu ponto de vista. Agora, o que nós não podemos aceitar, de maneira nenhuma, repito, é um ministro de Estado tomar uma iniciativa tão grave como esta de censura, de censura, portanto, a um ambiente acadêmico, querendo exatamente o quê? Calar a voz dos professores.

Eu quero só dizer a V. Ex^a que ainda bem que essa atitude condenável do Ministro está sendo repudiada pela sociedade, tanto é que, inclusive, ele está respondendo agora a uma representação junto à Procuradoria-Geral da República. O PT, junto com outros partidos e com outras entidades, entrou com uma representação junto à Procuradoria-Geral da República, pedindo que essa conduta do Ministro seja, portanto, investigada, bem como, também, já foi apresentada uma representação contra o Ministro no Conselho de Ética da Presidência da República.

Ao mesmo tempo, essa atitude dele fez crescer um sentimento de solidariedade em todo o Brasil. Tanto é que não é mais só a UnB, Ministro, são diversas universidades pelo País afora que, não abrindo mão da sua autonomia, estão, inclusive, organizando o mesmo curso, com essa mesma disciplina: O golpe de 2016 e o futuro da democracia. Porque foi golpe mesmo, Ministro! Então, o senhor não vai calar a voz dos professores, nem a voz dos estudantes, nem a voz da sociedade brasileira, que sabe que a universidade, por excelência, tem de ser o espaço do debate plural, tem de ser o espaço onde haja a mais ampla liberdade de pensamento, de ensino, de pesquisa e de divulgação.

Encerro, Senador Lasier, dizendo da minha satisfação como professora, porque, esse gesto do Ministro, repito, condenável, despertou uma reação, um sentimento de indignação e, hoje, são várias universidades que estão, inclusive, oferecendo a mesma disciplina.

Quero saudar aqui a Deputada Erika Kokay....

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...e os demais Parlamentares que estão, neste momento, lá no Plenário 1, realizando esse ato em repúdio às ameaças do MEC, à autonomia universitária e à democracia. Vou para lá, inclusive, participar desse ato.

Concluo, aqui, lembrando-me do grande Darcy Ribeiro, quando dizia que só há duas opções na vida: resignar-se ou indignar-se. E nós escolhemos exatamente o caminho de nos indignarmos, denunciando, portanto, os ataques do Ministro da Educação à autonomia das universidades e à liberdade de pensamento.

Censura nunca mais!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigada, Senadora Fátima.

Estou sendo solicitado, Senadora Rose, pelo Presidente Eunício – que está em uma reunião sobre a segurança pública no Palácio do Planalto, com os governadores –, a abrir a Ordem do Dia, que será muito breve.

Vamos ler e apresentar alguns projetos de acordos internacionais e já retomamos com V. Ex^a, sendo a primeira oradora.



A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria justificar. Estou adiando uma reunião na Agricultura há vários dias, e o Ministro está insistindo para que eu mantenha a agenda que marquei e várias vezes não cumpri. Eu tinha, realmente, muitas observações. Não sei qual é o tempo que levará a Ordem do Dia. V. Ex^a pode dizer?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Tenho a impressão, Senadora Rose, que vai dar em torno de 5 a 6 minutos.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Então, está aberta a Ordem do Dia para a leitura de acordos internacionais, começando pelo Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2018 (nº 424/16, da Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, assinado em Brasília, em 19 de março de 2011.

A matéria depende de parecer da CRE, e eu designo o Senador Antonio Anastasia para proferir parecer em substituição à CRE.

Com a palavra o Senador mineiro, Antonio Augusto Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, eminente Presidente, Senador Lasier Martins.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, vem para a análise o Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2018, cuja emenda já foi mencionada por V. Ex^a.

Por meio da Mensagem Presidencial, de 20 de junho de 2016, submeteu-se ao crivo do Congresso Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, assinado em Brasília, em 9 de maio de 2011.

A exposição de motivos, subscrita pelos Ministros de Estado e Relações de Transportes, Portos e Aviação, destaca, de início, que o Ministério das Relações Exteriores negociou o tratado em conjunto com a Agência Nacional de Aviação Civil.

Tem por objetivo incrementar os laços de amizade, entendimento e cooperação entre os dois países signatários, consequências esperadas do estabelecimento de um marco legal para a operação de serviços aéreos entre os territórios do Brasil e dos Estados Unidos.

O texto ministerial registra, também, que o referido ato internacional – composto de preâmbulo e 18 artigos – contribuirá para o adensamento das relações bilaterais nas esferas do comércio, do turismo e da cooperação, entre outras.

O discurso preambular do Acordo, por sua vez, assinala o desejo das partes de promover sistema de aviação internacional baseado na livre competição e com o mínimo de interferência e regulação governamental; aponta o anseio de tornar possível para as empresas aéreas oferecer ao público variedade de opções de serviço com encorajamento ao setor competente para desenvolver e implementar preços inovadores e competitivos.

O art. 1 cuida das definições e estabelece, entre outras, que o termo "autoridade aeronáutica" significa, para o Brasil, a Anac e, para os Estados Unidos, o Departamento de Transportes.



A concessão de direitos é contemplada no art. 2 – por exemplo, o direito de sobrevoar seu território sem pousar; o direito de fazer escalas em seu território para fins não comerciais.

Na sequência, os art. 3 e 4 versam, respectivamente, sobre autorização da operação e sua revogação. O art. 5, por sua vez, dispõe sobre a legislação aplicável no tocante à entrada, permanência ou saída da aeronave do território de uma das partes.

No ponto que aborda segurança operacional – art. 6 –, está estipulado que as partes reconhecerão como válidos os certificados de aeronavegabilidade e de habilitação.

O acordo estipula, por igual, sobre segurança de aviação no art. 7. Há, ainda, determinação de que as partes atuarão em conformidade com as convenções internacionais – art. 7.1 –, bem assim com as disposições sobre segurança da aviação e as práticas recomendadas pela Organização da Aviação Civil Internacional.

O tratado possui dispositivo – art. 8 – que versa sobre oportunidades comerciais. Na sequência, os arts. 9 e 10 ocupam-se das taxas e encargos alfandegários.

O art. 11 cuida da concorrência, e os demais dispositivos aludem aos preços – art. 12 –; as consultas – 13 –; as emendas – 14 –; soluções de controvérsias – 15 –; possibilidade de denúncias – 16 –; registro na OIC e vigência – 18.

A análise, Sr. Presidente.

No acordo inexistem vícios no que diz respeito a sua juridicidade.

Sobre o ato internacional objeto de nossa análise, é válido destacar que está em conformidade com a fecunda e histórica tradição de cooperação bilateral no domínio dos transportes aéreos entre os dois países. Com efeito, e para ficar em tempos mais recente, as partes se beneficiaram reciprocamente do Acordo de 89, bem como das emendas do seu texto.

Portando, partindo logo para a conclusão e para o voto, Sr. Presidente, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, conforme já aprovado pela Câmara, e sendo constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 05, de 2018.

É o parecer, Sr. Presidente (**Íntegra do Parecer nº 21/2018-PLEN-SF – Vide item 2.2.1 do Sumário**).

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria fazer um apelo para não votarmos este projeto no dia de hoje. Eu sei que isso começou a ser aprovado ainda no governo da Presidenta Dilma Rousseff, só que, na nossa Bancada, não há consenso. Eu tenho uma posição contrária a esse projeto. Eu acho que vai criar uma assimetria grande, vai prejudicar as empresas nacionais, nós estamos sendo vítimas de um processo de desnacionalização gigantesco.

Então, o apelo que eu faço aqui é que a gente deixe para outra sessão, porque esta sessão não tem quórum, eu teria de pedir verificação de quórum. Então, eu faço esse apelo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Perfeito.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu quero discutir esse tema na minha Bancada. Talvez a minha posição seja isolada, talvez a maior parte da Bancada seja favorável, mas eu peço que a gente discuta isto numa outra sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Perfeito. Não havendo acordo, então...

Antes, com a palavra a Senadora Ana Amélia.



A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Eu queria ponderar a relevância desse acordo que poderíamos deliberar hoje, mas penso que é aceitável a justificativa do Senador Lindbergh Farias, para inclusão numa Ordem do Dia de mais movimento no plenário do Senado, pela abrangência e pelo alcance deste acordo. Eu seria favorável a votar hoje, mas respeito e acolho a ponderação do Senador Lindbergh Farias.

E também faço um registro e uma reclamação ao Gabinete Civil do Palácio do Planalto sobre a demora de devolução, ao Congresso Nacional, seja à Câmara, seja ao Senado, de acordos feitos. Este acordo, veja, é de 2011. Nós estamos em 2018. O saudoso Senador Luiz Henrique da Silveira, durante muito tempo, pregou para que nós aqui aplicássemos aquilo que o Congresso dos Estados Unidos adotou, que é chamado *fast track* para temas que são relevantes na relação bilateral ou multilateral.

Dessa forma, eu queria ponderar isso como contribuição do Parlamento ao Poder Executivo, porque, numa relação tão estreita como a que temos com os Estados Unidos ou com outros países, mesmo no âmbito do Mercosul, o atraso nesses acordos, na regulamentação, na aprovação dos acordos, penso não ser adequado ao esforço que a diplomacia brasileira faz em relação a efetivar aquilo que os presidentes e os governos acertam.

Hoje mesmo, pela manhã, a Comissão de Relações Exteriores votou também um acordo na área espacial de pesquisa entre os dois países, com o uso pacífico do espaço aéreo. Todas essas matérias, que são de nosso interesse, foram votadas hoje.

Queria também pedir ao Presidente da CRE, Senador Fernando Collor, que enviasse rapidamente ao plenário para que também apreciássemos, no plenário, este acordo que foi aprovado hoje na CRE. E, de novo, ponderei colocar isso em votação numa sessão de movimento do Senado Federal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Portanto, diante do impasse e atendendo à sugestão muito prudente, é retirado de pauta este Projeto de Decreto Legislativo nº 5/18.

Próximo item.

Projeto de Decreto Legislativo nº 240/17 (nº 175/2015, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Djibuti, assinado em Djibuti, em 14 de fevereiro de 2012.

Tem parecer favorável do Relator *ad hoc*, o Senador Cristovam Buarque.

Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vai a matéria à promulgação.

Próximo item.

Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2017, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Comores, assinado em Moroni, em 21 de novembro de 2011.

Com parecer favorável do Relator, Senador Pedro Chaves.

Em discussão. (*Pausa.*)



Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem discorde, aprovado.

A matéria vai à promulgação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Com a palavra o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quanta honra ver V. Ex^a presidindo hoje esta Casa e comandando a Ordem do Dia!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – A honra é minha.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Presidente, em abril de 2016, eu protocolei, aqui no Senado Federal, o projeto das dez medidas contra a corrupção; projeto esse, conforme é do conhecimento de V. Ex^a e de milhões de brasileiros e brasileiras, que chegou aqui, no Congresso, com mais de 2,2 milhões de assinaturas, apresentado pelo Ministério Público Federal. A Câmara Federal, nessa mesma época, deu entrada nesse projeto, e ficou acertado entre mim e o Deputado Mendes Thame que, se um projeto caminhasse primeiro em uma das duas Casas, o outro aguardaria.

Como também é sabido por todos nós, o projeto da Câmara caminhou primeiro do que o nosso aqui, no Senado Federal. E lá o projeto das dez medidas simplesmente foi estrangulado, foi decepado e ainda incluiu, no calar da meia-noite daquela terça-feira do final do ano de 2017, o abuso de autoridade, e que nós aqui no Plenário deste Senado Federal conseguimos derrubar aquele requerimento de urgência. Se ele tivesse sido aprovado, aquele projeto estrangulado das dez medidas teria sido aprovado e a Lava Jato hoje não existiria mais.

Pois bem, Sr. Presidente, estou me dirigindo a V. Ex^a para dizer que, em 2017, eu colhi mais de 30 assinaturas – parece-me que com a assinatura de V. Ex^a –, pedindo urgência na tramitação desse projeto das dez medidas aqui, no Senado Federal, uma vez que esse então, para mim, havia deixado de existir – pedindo, inclusive, o apensamento.

Quanto a esse requerimento, por diversas vezes eu me manifestei aqui ao Presidente do Senado e ele não colocou o requerimento em votação. Evidentemente, mudando-se a legislatura, ou melhor, o ano legislativo, esse requerimento, para o meu conhecimento, caducou.

V. Ex^a faz parte, é integrante da nossa Comissão de Constituição e Justiça. Eu solicito a V. Ex^a que avoque, por favor, a relatoria desse projeto, que está dormindo lá naquelas gavetas há mais de três anos. Esse é o pedido que faço a V. Ex^a e, V. Ex^a uma vez concordando, isso vai ficar aqui nos *Anais* da Casa para que nós realmente possamos debater esse grande projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Perfeito.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Porque acho que agora chegou o momento de nós passarmos este País a limpo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Senador...



O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Inclusive nós estamos entrando com mais uma CPI, que é a CPI do Cartão de Crédito. Depois vou falar do problema dos cartões de crédito.

Em epígrafe, peço a V. Ex^a, com relação a esse ponto levantado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Essa providência, Senador Ataídes, já foi tomada. Eu quero comunicar a V. Ex^a que, com esse mesmo pensamento, preocupado com essa proposta das dez medidas anticorrupção, na manhã de ontem, liguei para o Senador Edison Lobão, que está no Maranhão, e pedi a ele a relatoria desse projeto. E o Senador Edison Lobão prometeu que, nos primeiros dias de março, estará de volta à presidência da CCJ e concederá o pedido. De modo que vamos aguardar, vamos dizer, por 30 dias. Estaremos empenhados nesse mesmo desiderato de acelerar esse projeto tão importante, que é um clamor nacional, e nós precisamos sensibilizar este Senado. Muito obrigado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, parece que nós combinamos antes aqui essa nossa fala...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Estamos em sintonia.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – E, na verdade, não. Olhe o tamanho da coincidência.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Perfeito.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – V. Ex^a sabe que nós temos a mesma linha de pensamento e conduta. Eu tenho o prazer de estar nesta Casa sabendo que há um Senador como V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado.

Nós estamos em sintonia com a maioria do povo brasileiro, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. *Fora do microfone.*) – Corretíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado pela oportuna intervenção.

Seguindo, ainda os projetos de acordo.

Projeto de Decreto Legislativo nº 242, que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral Ibero-Americana, celebrado em Cádiz, em 16 de novembro de 2012.

Parecer favorável do Relator, Senador Flexa Ribeiro.

Discussão do projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Quem estiver de acordo permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 242.

A matéria vai à promulgação.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente. Ainda há mais um?



O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Só mais um, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2018, portanto, bem atual (apresentado como conclusão do Parecer nº 2, de 2018, da CAE, tendo como Relator o Senador José Agripino), que aprova a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2017.

A matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa durante o prazo regimental.

Discussão do projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Quem estiver de acordo permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Senadora Ana Amélia Lemos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria contar com a colaboração de V. Ex^a, que preside esta sessão deliberativa, para incluir na pauta de votação o Requerimento nº 17, que V. Ex^a me deu a honra de também acompanhar, assim como o Senador Paulo Paim, porque ele diz respeito à nossa cultura, ao Rio Grande do Sul.

Eu imagino que não há no Brasil nenhuma cidade que não tenha um CTG (Centro de Tradições Gaúchas). Essa é a forma de nós, gaúchos, levarmos a nossa cultura, seja na gastronomia, seja na nossa história, seja na nossa dança, seja na nossa música.

Esse requerimento é para fazer uma sessão especial no dia 23 de abril para comemorar os 70 anos do CTG 35.

Também na ocasião, na mesma sessão, serão celebrados os 150 anos do Partenon Literário do nosso Estado, os 80 anos da Sociedade Gaúcha da Lomba Grande e os 70 anos da Comissão Gaúcha de Folclore.

Eu penso que é um momento importante para fazermos esta celebração e a inclusão na pauta desse requerimento para viabilizar, sem o qual não teríamos condições de fazer a sessão especial no dia 23 de abril vindouro.

Então eu gostaria muito de contar com a sua colaboração, antes do encerramento desta sessão deliberativa, já que penso não haja nenhuma contestação a esse nosso requerimento, que tem o apoio dos três Senadores da bancada do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Perfeito.

Recordo bem, Senadora Ana Amélia. Já foi localizado.

Em sessão anterior foi lido o Requerimento nº 17, de 2018, da Senadora Ana Amélia e de outros Senadores, entre os quais tive a honra de subscrever, solicitando a realização de sessão especial no dia 23 de abril com a finalidade de comemorar os 70 anos do 35 CTG, que é o nosso famoso CTG do Rio Grande do Sul na Avenida Ipiranga.

Submeto ao Plenário. Se não houver ninguém discordante...



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Só para encaminhar também, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a perguntou se tinha alguém discordante, e eu só quero dizer que eu assinei e faço questão de acompanhar a Senadora nessa bela iniciativa dela e que tem também a assinatura dos três do Rio Grande.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Eu quero agradecer ao Senador Paulo Rocha, porque tenho certeza de que lá no Pará, em alguma cidade paraense tem CTG, e ele certamente conhece toda a tradição, a cultura e a alegria que tem um centro de tradições.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Eu estou inclinado a fazer um dia uma pesquisa, Senadora Ana Amélia, para saber se existe algum Estado brasileiro onde não haja um CTG.

Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Sem revisão do orador.) – É para ressaltar a importância e respeito ao povo gaúcho pela sua tradição, pela sua cultura, pela sua luta brava e histórica na defesa de um Brasil soberano. Nós mesmos lá no Pará temos muita influência, inclusive no campo da luta dos trabalhadores. Muitos gaúchos foram para lá. E quero aprovar com louvor essa iniciativa, mas dizer à Senadora Ana Amélia que no campo da tradição da comida, eu queria que vocês provassem mais o peixe lá do Pará, que com certeza vai ser grande concorrente ao churrasco gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Tem chegado ao Rio Grande do Sul, Senador.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Senador Paulo Rocha, aqui agora, já que estamos numa sessão dessa – digamos – digressão cultural, eu tenho realmente uma grande, aprecio demais o pato no tucupi. Acho que é uma das excelências da culinária brasileira, devia estar como destaque, como patrimônio imaterial, e todos os outros pratos da gastronomia.

Estive num restaurante moderno, lá em Belém – se não me engano, Remanso do Bosque. Eu estive lá. É um jovem chefe de cozinha, paraense, que aproveita o valor da diversidade das frutas, dos vegetais, dos produtos típicos de lá. Então, eu queria compartilhar com o senhor, porque eu aprecio muito. Fui ao Círio de Nazaré, com o meu saudoso marido. Estivemos lá.

E aquilo tudo é uma expressão não só para se ver, mas de cultura também de um povo que demonstrou a sua coragem. É uma história muito rica. Então, Belém do Pará e o Rio Grande estão de braços dados nessa difusão e nessa valorização da sua cultura, seja ela da gastronomia, da música paraense. Fafá de Belém é, digamos, uma pessoa que mostra muito a cultura do Pará, assim como o carimbó, daquela região. Queria, então, também agradecer ao Senador Paulo Rocha.



Eu, o Senador Paulo Paim e V. Ex^a, Sr. Presidente, nós três, somos signatários desse requerimento.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito bem.

V. Ex^a percebe, Senador Paulo Rocha, que esse intercâmbio gastronômico já acontece entre o Pará e o Rio Grande do Sul e vai ser cada vez mais incrementado.

Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Sem revisão do orador.) – O perigo, aqui, Senador Paulo Rocha, é que esses gaúchos são bons de voto, viu? Cuidado, porque, se eles chegarem, eles tomam o nosso espaço. (*Risos.*)

Sr. Presidente, trago também, nesta manhã de quinta-feira, do dia 1º, mais um assunto muito relevante.

Hoje, tenho o privilégio de estar presidindo a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor aqui no Senado Federal.

Nós sabemos já, por longa data, o crime, o abuso, a usura, que essas operadoras de cartões de crédito vêm cometendo no nosso País contra o nosso povo.

Eu realizei algumas reuniões com alguns representantes dessas operadoras de cartões de créditos. Realizamos também, no ano passado, uma grande audiência com representante dos consumidores do País, com representante dos bancos, com o representante do Banco Central do Brasil e de diversas operadoras de cartões de crédito, onde, ficou, Sr. Presidente, pré-acertado que eles iriam fazer as devidas correções.

Que correções? Em 2016, essas operadoras chegaram a cobrar 494% ao ano, em média, de juros nesses cartões de crédito. Algumas operadoras chegaram a cobrar 850% ao ano.

Eu cheguei a acreditar que essa audiência pública, Sr. Presidente, poderia surtir resultados, efeitos, uma vez que o Banco Central, logo depois dessa audiência, baixou medidas – isso foi em abril já de 2017 –, no sentido de que essas operadoras teriam que reduzir pelo menos 50% desses juros.

Pois bem, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, infelizmente, isso não aconteceu. Agora, em 2017, essas operadoras cobraram, em média, 334,6% ao ano, enquanto, Sr. Presidente, veja só, os nossos vizinhos aqui cobraram: a Argentina, 47%; Peru, 44%; Venezuela, 29%; Colômbia, 29%; México, 24%, 25%; Estados Unidos, 24%; Chile, 21%; Portugal, 16%. Veja isso, Sr. Presidente – que barbaridade. Ou seja, o que nós cobramos por mês cobram por ano os nossos vizinhos. Isto aqui é um assalto legalizado.

Não esqueço que, nessa audiência pública, o representante de uma operadora disse o seguinte: "Olhe, Sr. Senador, nós damos o cartão para o consumidor; agora, ele usa, se quiser". Eu disse: "V. S^a está correto até aí, mas V. S^a, Presidente da associação, não sabe o que é necessidade." Eu disse a ele: "V. S^a é um executivo muito bem pago, não sabe o que é uma dona de casa, um pai de família acordar, olhar aquele cartãozinho em sua mão e ter que ir ao supermercado, para comprar o arroz, o feijão, o açúcar, mesmo sabendo que não tem condição de pagar essa fatura no dia do seu vencimento." Isso se chama necessidade.

Portanto, Sr. Presidente, Senador Lasier, não vi outra alternativa, senão abrir uma nova CPI nesta Casa.



Já presidi a CPI do Carf, agora, recentemente, a CPMI de que V. Ex^a participou. De todas elas eu saí frustrado como Presidente, porque não consegui atingir o objetivo maior, aquilo que desejava. E disse até para mim mesmo que jamais iria mexer com a tal de CPI, que é a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Mas, infelizmente, não adianta ir a essa tribuna, conforme tenho feito há longa data, V. Ex^a e tantos outros Senadores e Senadoras. Senadora Simone Tebet, não adianta ir a essa tribuna e reclamar, e reclamar, e nada acontecer. Nada!

Portanto, nós colhemos 35 ou 36 assinaturas, com a ajuda do Senador José Medeiros, e aí venho perguntar a V. Ex^a se as assinaturas já foram conferidas. E, uma vez conferidas, que a Diretoria da Mesa faça, expeça imediatamente ofício aos Líderes das Bancadas, para que façam, então, a indicação dos seus membros, para que possamos dar uma satisfação maior ao povo brasileiro com relação a esse crime bárbaro – crime bárbaro. Isso é um assalto legalizado.

E vejo que o Banco Central do Brasil, com todo o respeito e a admiração que tenho pelo Dr. Ilan, está sendo também condizente com essa situação.

E digo mais: a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil – e o Banco do Brasil –, que são bancos estatais – a Caixa, 100% estatal, e o Banco do Brasil, economia mista – e que poderiam dar o exemplo e reduzir essas taxas de juros para um percentual decente, pelo contrário, incentivam ainda mais a cobrança mais abusiva.

Então, cabe a nós, aqui, neste Senado Federal, dar essa resposta. Portanto, peço que a Mesa tome as providências...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Perfeito.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... para que possamos, então, instalar essa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Perfeito.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu vou, mais uma vez, tentar estar nessa nova CPI para ver se nós damos uma satisfação melhor ao nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito bem, Senador Ataídes.

Concitamos o prezado colega para que continue na perseverança pela moralização das CPIs, que realmente não têm funcionado. A Secretaria vai providenciar a verificação das assinaturas e aí partimos para a segunda etapa.

Ainda em tempo, vamos à votação, que não ocorreu até agora, do requerimento da Senadora Ana Amélia que está pedindo uma sessão especial no dia 23 de abril, com a finalidade de comemorar os 70 anos do mais antigo e tradicional CTG do Rio Grande do Sul – suponho eu, Senadora Ana Amélia, que seja o mais antigo do Brasil –, que é o CTG 35, com sede em Porto Alegre.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Quem concorda com essa sessão especial no dia 23 de abril permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovada a data de 23 de abril para essa solenidade especial de comemoração.



Encerrada a Ordem do Dia, restabelecemos a ordem dos discursos, chamando, pela Liderança, a Senadora Ana Amélia Lemos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente desta sessão, caros colegas Senadores e Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, venho à tribuna porque hoje, quinta-feira, o jornal *Folha de S.Paulo* traz uma longa entrevista com o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja manchete é: "Não vou me matar nem fugir do Brasil. Vou brigar até ganhar", diz a declaração do Presidente.

(*Soa a campanha.*)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Entre as perguntas, ele dá uma declaração, uma resposta a uma pergunta do repórter da *Folha de S.Paulo*, que faz uma provocação pertinente.

A *Folha* pergunta: "O ex-ministro Ciro Gomes (PDT-CE) fala em voz alta o que muita gente murmura e pensa: ninguém no Brasil acredita que o senhor poderá ser candidato a presidente. Quando chegará a hora de discutir o lançamento ou o apoio a um outro nome?"

Eis a resposta do ex-Presidente à *Folha de S.Paulo*:

Se eu não acreditasse na possibilidade de a Justiça rever o crime cometido contra mim pelo [juiz] Moro e pelo TRF-4, eu não precisaria fazer política.

Quem sabe eu virasse um moleque de 16 anos e fosse dizer que só tem solução na luta armada. Não. Eu acredito [palavras do ex-Presidente Lula, que vou reproduzir textualmente] na democracia, eu acredito na Justiça. E acredito que essas pessoas [Moro e desembargadores] [como lembra a *Folha*] mereciam ser exoneradas a bem do serviço público.

Então, há uma contradição entre a primeira frase e a segunda no mesmo trecho. Acredita na democracia, mas não aceita o resultado da sentença e ainda pede a exoneração não apenas do Juiz Sergio Moro, que coordena a Operação Lava Jato, mas dos próprios desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4^a Região, lá em Porto Alegre.

Porque houve mentira na denúncia [feita pela] imprensa [um ataque à imprensa de que mentiu] [que revelou a existência do tríplice] [é o que está entre parêntesis], no inquérito da Polícia Federal, na acusação do Ministério Público [...], na sentença do Moro e na confirmação do TRF-4.

Então o que eu espero? Que o Supremo Tribunal Federal [que deve julgar habeas corpus em que Lula pede para não ser preso] analise o processo, veja os depoimentos, as provas e tome uma decisão. Por isso tenho a crença de que vou ser candidato.

O Presidente apenas não menciona a Lei da Ficha Limpa, pela qual estaria – como disse o novo Presidente do TSE, Ministro Luiz Fux – irreregistrável, textualmente dito pelo Ministro Fux.

A *Folha de S.Paulo* indaga: "O STF não entrará no mérito da sentença. E não haveria nem tempo, caso isso ocorresse, para garantir a candidatura."

A resposta do ex-Presidente textualmente:

Eu vou dizer uma coisa: eu só posso confiar no julgamento se ele entrar no mérito.



A Justiça não é uma coisa que você dá 24 horas, 24 dias ou 24 meses. Ela tem o tempo necessário para fazer a investigação correta e punir quem está errado. E quem deveria ser punido era o Moro, o [...] [Ministério Público Federal], a [...] [Polícia Federal] e os três juízes [desembargadores, no caso] que fizeram a sentença lá [referindo-se à questão do TRF-4].

A segunda questão [também palavras do ex-Presidente Lula]: não acho que ninguém acredita na possibilidade de eu ser candidato. Era mais fácil o Ciro dizer “tem gente que não quer que Lula seja candidato”. E ele quem sabe se inclui nisso.

Só tem unanimidade hoje no meio político: as pessoas não querem que o Lula seja candidato. O Temer não quer, o Alckmin não quer, o Ciro não quer [eventual aliado de Lula]. Eles pensam: “ele [Lula] vai para o segundo turno e pode até ganhar no primeiro. Se ele não for candidato, em vez de uma vaga no segundo turno, podemos disputar duas”. Aumenta a chance de todo mundo.

Eu respeito que todo mundo seja candidato. Até o Temer resolveu ser! Qual é a aposta dele? É a de defender os seus três anos de mandato.

Seria o caso de indagar também o ex-Presidente Lula por que ele, impossibilitado pela Lei da Ficha Limpa, não indica a ex-Presidente Dilma Rousseff como candidata do Partido dos Trabalhadores, uma vez que aqui, nesta Casa, dia sim, dia também, o Partido dos Trabalhadores, através das suas Lideranças, continua na surrada tese, na velha ladainha do golpe do *impeachment*.

Quero dizer que seria muito lógico e muito mais plausível que, tendo uma pessoa que foi, na visão dos Líderes do Partido dos Trabalhadores, vítima de um golpe, que nós aqui questionamos porque foi uma decisão, um julgamento político nesta Casa, com a presença do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, dando cobertura ao rito constitucional, que foi seguido e obedecido rigorosamente, com o Relator, Senador Antonio Anastasia, que não deixou dúvida, como professor de Direito Constitucional, e não mancharia a sua biografia se não tivesse plena convicção daquilo que escreveu, ponderada e exemplarmente, no seu relatório e no seu parecer final, que baseou a sentença que foi dada, por unanimidade, nesta Casa, até porque houve uma complacência em relação ao dispositivo constitucional, permitindo que a ex-Presidente Dilma Rousseff não perdesse os seus direitos políticos... E ela pode, sim, disputar qualquer cargo legislativo ou do Executivo, seja para Presidente da República, seja para Governadora, nas eleições deste ano.

Então, o PT tem na mão, agora, para poder mostrar à Nação, uma candidata como Dilma Rousseff, que aqui é constantemente dita vítima de um golpe. Essa palavra é repetidamente usada pelas Lideranças do PT para contestar o que foi, soberanamente, decidido pelo Plenário do Senado Federal depois que a Câmara acolheu a denúncia, e o Supremo Tribunal Federal deu a cobertura legal para esse procedimento.

Então, nem vou usar o meu tempo disponível de 20 minutos apenas para tentar aqui dizer das contradições na entrevista, eu diria, histórica do ex-Presidente Lula à *Folha de S.Paulo*, que presta um grande serviço em trazer ao conhecimento da população brasileira o pensamento e desnuda algumas incoerências contidas na própria palavra do Presidente quando diz que respeita a Justiça, mas quer a exoneração de Moro, dos juízes, dos desembargadores da 4ª



Região, da Procuradoria da República e também da própria Polícia Federal. Então, eu pondero isso.

Concedo um aparte ao Senador Lindbergh Farias e ao Senador José Medeiros.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora Ana Amélia, houve um golpe no País. Infelizmente, uma parcela grande deste Senado Federal participou desse golpe. Vão entrar para a história como golpistas, que romperam a ordem democrática neste País. E fizeram isso para massacrar o povo trabalhador. Não sei se a senhora sabe, mas este Governo do Temer acaba de confiscar uma parte do salário mínimo, do direito do trabalhador de receber o salário mínimo, porque o salário mínimo tem uma regra: reposição da inflação mais crescimento econômico. Não houve crescimento econômico, mas a inflação foi de 2,07%. Ele reajustou em 1,8%. Está tirando dinheiro do aposentado. É um massacre. V. Ex^a falava aqui muito de emprego. Sabe quanto o desemprego aumentou depois que o Temer assumiu? Um milhão, um milhão de desempregados a mais. E a perseguição ao Presidente Lula faz parte de tudo isso, porque estão rompendo o pacto da Constituição de 1988. Voto não vale mais. Os 54 milhões de votos da Dilma não valem. E querem impedi-lo de ser candidato a Presidente da República porque lidera as pesquisas e porque sabem que o povo brasileiro lembra, Senadora Ana Amélia, o que houve de melhora para o povo mais pobre e trabalhador no governo do Presidente Lula. Foram mais de 30 milhões de brasileiros que deixaram a pobreza extrema. Isso os senhores e as senhoras não conseguem esconder, porque o povo viveu isso. No seu Estado mesmo, o Rio Grande do Sul. Lá no Rio Grande há um polo da indústria naval, com empregos que foram construídos naqueles estaleiros. Por quê? Porque o Presidente Lula decidiu fazer a política de conteúdo local: fabricar navios, plataformas, sondas, aqui no Brasil. O Temer acabou. No meu Estado, o Rio de Janeiro, o desemprego é muito por causa disso, porque a indústria naval é, para o Rio de Janeiro, o que a indústria automobilística é para São Paulo. No Estado do Rio de Janeiro, no estaleiro maior, havia 6 mil trabalhadores e agora há 100. A Brasfels tinha 10 mil e agora tem mil, porque o Temer acabou com a política de conteúdo local. E agora disse o seguinte: "Quem quiser importar plataformas de fora do País, a tributação é zero." Eu falo tudo isso para dizer o seguinte: não me venham com essa. Os senhores participaram de um golpe de Estado neste Brasil...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. *Fora do microfone.*) – Ei!

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... para entregar o País, para entregar nossas riquezas, e, principalmente, para superexplorar os trabalhadores. Essa é a verdade. E os senhores se incomodam com o Lula, porque, no fundo, têm medo do Lula. Arranjem um candidato, Senadora Ana Amélia, para disputar com o Lula nas urnas. Não. É a postura de covardia, de medo do Presidente Lula, pelo que ele significa para esse povo brasileiro.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Eu tenho que dar o braço a torcer: esse discurso do Senador Lindbergh tem encontrado eco por aí, e há uma parcela do público do PT que passou a acreditar nesse factóide que eles disseram sobre o golpe. E tem sido assim: toda vez que há alguma decisão desfavorável ao Partido, eles discordam e inventam que estão sendo perseguidos



ou que está havendo uma conspiração contra o Partido. Mas não é só o PT que faz isso; eu vejo que é uma coisa maior. Em toda a América Latina – desde a Argentina, Equador, Venezuela –, a senhora note que, quando os governos começavam a se dar mal – aí você pegava o Uruguai, Venezuela, Bolívia, todos eles, mas mais ali, Bolívia e Venezuela, Senadora Ana Amélia –, quando eles começavam a se dar mal – porque esse tipo de governo deles se dá bem enquanto o dinheiro dos outros está valendo, porque, depois que acaba, não funciona mais –, arrumavam um inimigo, um vilão, e sempre diziam que era a CIA, ou que eram os Estados Unidos, ou que era o imperialismo. Sempre havia algum vilão para dizerem que era o culpado por essa derrocada da má gestão deles. Esse plano todo de sucesso que o Senador Lindbergh falou aqui, agora há pouco, veja bem: o resultado está ali na Venezuela. Já há quase 70 mil venezuelanos entrando em Boa Vista, que o Brasil não sabe nem o que é que vai fazer com tanto venezuelanos fugindo desse projeto de sucesso que estava sendo implantado no Brasil e nesses países vizinhos. A senhora veja que a Argentina deu um basta nesse tipo de política, o Equador também, e o Brasil também, porque senão ia acabar. O Senador falou aqui sobre a questão do conteúdo local, sobre os estaleiros. Eu estive, Senadora Ana Amélia, no Rio Grande, quando foi lançada aquela construção do polo naval. Realmente era uma expectativa muito grande. A população toda empolgada que o Rio Grande iria ser um grande centro de desenvolvimento no Rio Grande do Sul, e a população... Você via a alegria nos olhos das pessoas. Mas não tem coisa pior, Senadora Ana Amélia, do que a expectativa frustrada, do que a confiança abalada. E no próprio governo da Presidente Dilma o dinheiro acabou, e aquelas obras todas – Abreu Lima... No Rio de Janeiro, a construção de submarino, essas questões navais todas no País inteiro – pararam, porque não tinha dinheiro. Então, essa quebradeira toda começou já no governo da Presidente Dilma. Tanto é, que a Presidente Dilma caiu justamente porque o tripé que sustenta qualquer governo se desestruturou. E qual é o tripé? Uma economia fortalecida, apoio popular e apoio político. A Presidente Dilma perdeu esses três. E foram os parceiros dela, na verdade, que deram o sinal para que o Congresso, a grande maioria, votasse contra ela. É o chamado PIB, que ela tinha. Agora, eu entendo como retórica política o discurso do Senador Lindbergh ao dizer: "Olha, houve um golpe e tal." Mas isso não se sustenta na realidade. A realidade é o que é, não o que a gente desejaria que fosse. Em relação a essa história do Presidente Lula, por exemplo, a senhora mostrou as contradições. A senhora desmoronou... Aliás, eu entendo até a forma veemente como o Senador Lindbergh fala, porque a senhora é irritantemente enfática para quem defende o PT, porque os seus argumentos desestruturam essa cantilena do golpe, desestruturam esse discurso e desnudam o véu da realidade para todos os brasileiros verem. Eu acompanho nas redes sociais o tanto que as pessoas gostam de ouvi-la, porque a senhora traz aqui, sem floreios, a realidade dos fatos. O Presidente Lula foi e é o que é; foi um mito, era uma personalidade admirada, mas não reúne, neste momento, as condições para ser candidato a Presidente da República, porque ele já era, inclusive, para estar preso. Sabe por quê, Senadora Ana Amélia? Por muito menos do que o Presidente Lula, o Deputado João Rodrigues está preso. É lamentável que tenhamos um mito, uma personalidade admirada, mas o Deputado João Rodrigues está preso. Na verdade, o ex-Presidente Lula está gozando do respeito e da condescendência da Justiça brasileira. Se há uma coisa que a Justiça brasileira tem cometido é ter sido e estar sendo muito condescendente com ele. Ele é uma pessoa que está tendo um diferencial na Justiça brasileira. Qualquer outro já estaria preso. E aqui não estou defendendo que ele seja preso; estou defendendo que a justiça seja cumprida. Então, parabenizo V. Ex^a pelo



discurso e faço este contraponto à fala do Senador Lindbergh. E veementemente parabenizo o Senador, até porque defende o seu lado, mas não concordo com a fala dele. Muito obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Eu queria fazer algumas observações ao aparte do Senador Lindbergh Farias. Ele usa a informação de que houve uma redução, uma mitigação da pobreza no Brasil nos 13 anos de administração petista.

Senador Lindbergh, não há nenhuma estatística séria, em qualquer órgão oficial ou não oficial, que confirme essas informações. Não há!

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Há, Senadora: o IBGE, PNAD Contínua.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero, quero lhe...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A senhora quer que eu traga os números para a senhora? Pelo amor de Deus! A senhora está mal assessorada.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Assessoria talvez...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – IBGE, números oficiais do País.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, eu ouvi V. Ex^a...

(Soa a campainha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu ouvi V. Ex^a no seu aparte e quero concluir a resposta de V. Ex^a.

As estatísticas, hoje, quando falam de desemprego, no atual Governo, elas têm a transparência que não teve o Ipea, quando um funcionário pediu demissão, porque queria divulgar dados que eram negativos de desempenho, e ele pediu demissão porque a chefia dele, vinculada ao governo e ao PT, não permitiu que fosse divulgado. Então, a diferença entre antes e depois trata especificamente disso: hoje há uma transparência, nem que os números não sejam positivos, como é a questão relacionada ao desemprego.

Quero dizer também, Senador, que a questão relacionada ao emprego, ao salário, ao poder aquisitivo da população, tem um ingrediente de que não se fala muito aqui, porque não convém não convém à oposição, que é a inflação. Inflação baixa aumenta o poder aquisitivo do assalariado, e eu tenho ouvido de pessoas que são assalariados... O Sr. Joel, ali do Polo Verde, aqui no Distrito Federal, em Brasília, que vende flores, é um assalariado e me disse o seguinte: "Olha, Senadora, eu agora estou feliz, porque estou podendo levar mais comida para minha casa, porque eu posso comprar mais com o mesmo salário que eu recebo", simplesmente porque a inflação está baixa. E está baixa sabe por quê? Pelo trabalho dos agricultores, porque hoje houve a divulgação do PIB, que cresceu apenas 1%. Acho muito pouco, quando a Índia, a China



crescem em 5%, 10%, 7%. Então, é muito pouco 1%, mas 1% é melhor do que nada, Senador. E, de novo, a agricultura, a produção agropecuária, a agricultura familiar...

Aliás, estarei amanhã em São João Del Rei – não em São João Del Rei –, em Rincão Del Rei, no Município de Rio Pardo, para o movimento dos agricultores familiares vinculados à Afubra, para o lançamento de uma grande feira da agricultura naquela região do Vale do Taquari, do Vale do Rio Pardo.

E quero dizer que a agricultura é que sustenta a economia brasileira, não só com abastecimento interno, mas também com o superávit comercial.

E V. Ex^a insiste, de novo, no golpe. Sabe qual foi o maior golpe, Senador Lindbergh Farias? O maior golpe foi em relação a todos os aspectos a que V. Ex^a se referiu.

Polo Naval. O Polo Naval foi uma ideia positiva? Foi. Estimular a indústria nacional na área dos estaleiros. Espetacular, não fosse a falta de planejamento, de viabilidade econômica. Então, há um elefante branco lá, que está sucateado, e em 2015 – 2015 – o golpe foi esse: 14 mil desempregados em 2015 – administração Dilma Rousseff. Catorze mil desempregados. Em 2015. Catorze mil desempregados, apenas no Polo Naval, que destruiu um grande sonho de trabalhadores que saíram do Brasil. Funileiros, soldadores, porque lá não havia também mão de obra suficiente, especializada. Foram da Bahia, foram do Rio de Janeiro, foram de vários lugares para ajudar na construção daquele Polo Naval.

É triste, Senador, ver aquilo transformado numa sucata, uma ideia realmente muito positiva...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas foi porque... V. Ex^a concorda que...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... transformada numa...

Golpe foi este, Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas o Temer que acabou com a política de conteúdo local.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Este foi o golpe, Senador.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas foi o Temer, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foram 14 mil desempregados no Polo Naval.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A senhora não fala do Temer.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Temer tem que pagar pelos pecados que comete, pelos erros que comete.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, mas foi ele que acabou...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu não estou aqui para fazer essa defesa. Estou apenas aqui para mostrar uma realidade que nós temos.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vou respeitar V. Ex^a, que está aí, mas eu só queria dizer o seguinte...



A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu não terminei.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quem destruiu a política de conteúdo local foi o Governo Temer. O desemprego, lá no Rio Grande, é por causa dele!

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foi em 2015. Temer não estava no poder.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, é agora. O Senador Paulo Paim pode falar.

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senadora...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A senhora sabe que foram depois do fim da política de conteúdo local as grandes demissões. A senhora sabe. É porque a senhora defende. A senhora não tem coragem de defender Temer abertamente. A senhora defende o Temer de forma sutil.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não preciso fazer sutilezas, Senador Lindbergh Farias. Não preciso fazer sutilezas. O meu Estado me conhece. O Rio Grande sabe de que lado eu estou. E o Brasil também me conhece, os que acompanham a TV Senado. Sabem de que lado estou. Eu sou transparente.

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senadora Ana Amélia, V. Ex^a me concede um aparte?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só quero terminar. Sim, eu vou lhe conceder. Só quero terminar de dar as respostas ao Senador Lindbergh Farias, que várias vezes insistiu no golpe.

Golpe, Senador Lindbergh... E o senhor é do Rio de Janeiro; sabe. Golpe foi a Copa do Mundo, em 2014; foi a Olimpíada, em 2016, que o Brasil não tinha qualquer condição de fazer.

O Senador Hélio José é daqui de Brasília e sabe de que jeito está o estádio construído com dinheiro público superfaturado. Lula e Cabral, que está preso, estavam com a mesma gravata, quando foram festejar vivamente a Olimpíada do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro agora também está sob suspeitas de corrupção... Até para a escolha da Cidade Maravilhosa... Sob intervenção federal, agora, para resolver o problema da segurança pública naquele Estado.

O golpe é este, Senador. O Brasil não podia pagar. Cuiabá tem obras de mobilidade urbana que estão sucateadas. É dinheiro jogado fora, na lata do lixo, dinheiro da população brasileira. O Brasil não tinha e não poderia ter feito. E ainda levou de 7x0 da Alemanha, a nossa Seleção...

Quero dizer que golpe foi isso o que aconteceu. Golpe foi não terem investigado e não terem reduzido essa pobreza extrema também. Golpe são as obras inacabadas que estão espalhadas pelo Brasil, como a BR-116, entre Guaíba e Pelotas, que foi prometida em 2014, como motivo da campanha eleitoral, para assegurar a reeleição. Então, tudo se anunciava. Foi esse o golpe que foi dado. Nem a duplicação da BR-116 foi concluída, nem a segunda ponte do Guaíba. Estão lá apenas os alicerces da obra, correndo-se o risco de se gastar muito mais, porque obra inacabada é obra muito cara. E esse é o problema, Senador Lindbergh.

Além disso, o Pronatec, o Ciências Sem Fronteiras: acabaram-se. Acabaram-se no próprio governo Dilma, que os reduziu. No governo Dilma, seguro desemprego... E V. Ex^a aqui falou dos



trabalhadores. O seguro desemprego foi cortado no governo Dilma, cortado num percentual apreciável, Senador Lindbergh Farias.

E eu quero dizer ao senhor que, de fato, essa situação foi criada por 13 anos de uma administração perdulária, que não cuidou de fazer contas, não cuidou de planejamento, não cuidou das questões essenciais da economia.

Então, esse foi realmente o golpe que o Brasil teve. E também, para ganharem uma eleição fizeram o que não deveriam ter feito: iludiram o eleitorado, que acreditou que poderia ser diferente. Mas não foi.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora Ana Amélia, eu só queria concluir a minha participação, passando por cima do Paulo Rocha, dizendo o seguinte: fica difícil discutir com a senhora. A senhora diz que não tem dados confiáveis. Se há um consenso neste País é sobre a capacidade técnica do IBGE. Ninguém neste Brasil contesta os números da PNAD Contínua, ninguém. Pelo jeito, só a senhora. Isso é mau assessoramento. Não dá para esconder a inclusão social que houve neste País, Senadora Ana Amélia. Não dá! Não dá para esconder o que foi feito na educação. Sabe que o Presidente Lula e a Presidenta Dilma criaram 504 escolas técnicas? Só havia 140.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor sabe qual é a evasão?

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Dobraram o número de vagas nas universidades públicas...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor qual é a evasão escolar...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A senhora participou de um golpe junto com esse Temer...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O golpe foi esse...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A senhora participou de um golpe, sim.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Golpe é esse que o PT fez contra o Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vocês terão de falar um por vez, porque senão as pessoas não entendem.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E vão entrar para a história desta forma: o partido que fez um golpe para massacrar o trabalhador brasileiro. Eu encerro dizendo isto: não adianta a Senadora tentar esconder os números porque está muito claro o processo de inclusão que houve no Brasil. E está claro também: foram 3,5 milhões a mais de pobres em 2017. O Brasil está voltando ao mapa da fome. Mas a senhora não se importa com isso, o Temer não se importa com isso. Eu teria vergonha de fazer esse papel, de defender este Governo, de defender o que está acontecendo no País, e, infelizmente, mentindo porque não aceita. Falar que a perda dos empregos na indústria naval foi no Governo da Dilma...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foi em 2015, Senador, 2015...



O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A perda dos empregos na indústria naval foi com o fim da política de conteúdo local...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foi em 2015, Senador, 2015...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não existem números do IBGE... Eu sinceramente lamento, mas o povo brasileiro há de se levantar e derrubar esse golpe e recuperar a democracia. E quem participou desse golpe vai entrar...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Vá sonhando.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... para a história como os que entraram e apoiaram o golpe da ditadura militar. Lamento que tenha sido esse o caminho que V. Ex^a tenha...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, eu tenho uma obrigação, não em defesa do Governo, mas em defesa da verdade. Quero dizer que é impossível e inviável imaginar que, em dois anos do Governo atual, se poderia ter corrigido as mazelas e a herança deixada por treze anos de uma administração perdulária e irresponsável do ponto de vista das escolhas como a Copa do Mundo e a Olimpíada.

Senador Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Ana Amélia, eu vou fazer um apelo a V. Ex^a – já está em torno de 30 minutos – para que, depois desse, V. Ex^a possa concluir, permitindo assim que outros usem a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço, Senador.

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senadora Ana Amélia, eu sou um daqueles que chegaram agora aqui, e passei a respeitá-la e até admirá-la pelas suas posições políticas, que são diferentes das minhas, opostas. A senhora sempre levantou as questões com consistência, com um processo de um debate em polos diferentes entre nós, e sempre foi um debate levantado com consistência. Mas, sinceramente, Senadora, com esse posicionamento agora, em uma defesa... E tentando colocar a culpa, tentando reverter para nós a questão do golpe... Se foi golpe, se não foi, incomodado com o termo e tal... Mas agora tentar passar para nós que o golpe foi nosso? Até passar para nós...

(Soa a campainha.)

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... que a culpa da seleção brasileira perder de 7 a 0 foi do nosso governo, da Dilma? Pare com isso. Então, a senhora perde a consistência na medida em que a senhora usa esses argumentos. Depois, esconder os números ou tentar esconder os números de que não houve inclusão social em nosso governo, usando até alguém do IBGE para dizer que não houve inclusão social, que não houve avanços na educação, na saúde, no ensino técnico e num conjunto de coisas? Aí não! Aí a senhora perde até a autoridade do debate da consistência em relação a nós.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Paulo.



O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas eu não queria falar sobre isso: eu queria chamar a atenção da senhora, porque a senhora está perdendo a consistência de uma boa debatedora aqui, na sua posição política em relação a nós – a crítica em relação aos erros que a Dilma cometeu. Agora, esconder os avanços e, pior, tentar dizer que o golpe foi nosso? Espere aí. Alguém que ganha as eleições com 54 milhões de votos – o outro perdeu com 51 milhões de votos –, e depois revertem isso com argumentos de TCU e não sei o que mais, e derrubam uma Presidenta, isso é golpe, não tem outro nome. Desculpe-me, mas não tem outro nome. Agora, queria falar sobre a questão da Justiça, o início do seu discurso, em relação à questão do Lula, da contradição que diz que ele atende a um regime democrático, mas critica o posicionamento dos juízes porque estão condenando ele. Sabe por que estamos aqui? Um cara como o Paim, eu e outros companheiros chegamos aqui exatamente por causa dessa democracia que ajudamos a construir. Por isso é que a gente defende veementemente o processo da democracia do nosso País. Em outro momento, um operário como Paim ou como eu, que só tenho o 2º grau, não viraria Senador da República. Então, a questão da democracia para nós é estratégica porque é através da democracia que a gente pode conseguir governos que possam modificar essas diferenças que existem no nosso País, essas diferenças regionais, diferenças entre o rico e o pobre, na Justiça, etc. E a gente também acredita na Justiça brasileira. Agora, nós não acreditamos e nos rebelamos, por isso é que vamos insistir que o candidato a Presidente da República do PT não é Dilma Rousseff, não é outro, é o Lula. E vamos registrar a candidatura dele mesmo com ele preso, que é para mostrar exatamente a rebeldia de que foi um golpe, de que é uma perseguição política e de que estão fazendo injustiça no Brasil. Parte do Supremo Tribunal Federal e parte da Justiça brasileira estão tomando posições políticas. A Operação Lava Jato e o Moro começaram bem, uma operação importante. Mas, não venham me dizer, Senadora, que, depois de determinado momento, a influência política não começou a imprimir na Lava Jato a questão seletiva, a questão das influências na delação para poder acusar um e esconder o comportamento de outro. No mesmo dia em que Lula estava sendo condenado por três juízes lá... Aliás, uma condenação acertada antes, pois até o cálculo da condenação – aumentar para 12 anos e um mês – sabe para que foi? Foi combinado para que ele não tivesse a capacidade de cumprir a pena, porque ele já tinha mais de 72 anos. Isso é influência política no julgamento. Com o anúncio de uma investigação em outro líder nosso agora, o Jaques Wagner, a mídia chega primeiro que a PF. Isso é influência política nas investigações. Por isso, o Lula se rebela contra o Moro e contra qualquer juiz que... E nós nos rebelaremos, porque há um direcionamento... No mesmo dia do julgamento do Lula, no Rio Grande, a investigação do Aécio estava sendo arquivada. No mesmo dia! Sabe o que é isso? É direcionamento de julgamento. E, por causa da forma golpista com que fizeram a democracia, a Justiça brasileira, ao tomar posição de um lado, está também se enfraquecendo perante o mundo, perante o povo e perante o País.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço ao Senador Paulo Rocha o seu aparte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora, permite-me? É só para ajudar.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A senhora, claro, terá o seu tempo, pois eles pediram uma série de apartes. O Senador Medeiros pediu um aparte; se a senhora conceder, eu vou concordar, mas é só para avisar o Medeiros de que ele é o próximo. Daí o debate continua.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só queria dizer ao Senador, pois ele disse que não será Dilma, que espero que não seja nenhuma oposição a que o nome dela seja colocado como Presidente da República.

Sobre dados, eu quero lembrar aqui que, de 2015 a 2016, eram mais de 9 milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza. Em 2015, era administração da Sr^a Dilma Rousseff.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A senhora disse que os dados não eram confiáveis.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E 5,4 milhões, pobres ou miseráveis.

Essa questão é realmente interessante.

Disseram os dois Senadores que me antecederam, nos apartes, que eu sou aqui uma defensora de Temer. Em 2010, eu não estava apoiando Temer; em 2014, eu não estava apoiando Temer; quem estava apoiando Temer estava no PT...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A senhora estava apoiando o Aécio.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Evidentemente. E, aqui, tive mãos limpas para defender a permanência dele na prisão determinada pelo Supremo Tribunal Federal.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas a senhora apoiou o Aécio. A senhora apoiou o Aécio.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso não me tira a responsabilidade, porque, Senador, fiz e assumo o ato que fiz em 2014 e, aqui, reconheci, ao ter conhecimento dos erros praticados... Pois a minha régua moral é a mesma para a Dilma, para o Aécio ou para um correligionário político meu. É assim que temos que ser. Eu não tapo os olhos. Eu trato de maneira igual casos iguais e de maneiras diferentes os casos diferentes.

Sobre a questão do Pronatec, eu queria dizer também que a evasão escolar é muito elevada no Pronatec. Isso também depõe quanto à qualidade do que nós fazemos.

Eu penso que esse debate foi extremamente rico, para novamente trazer à tona essas mazelas que nós vivemos.

Com o aparte do Senador Medeiros, eu encerro aqui a minha presença na tribuna nesta manhã.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Depois deste debate, eu percebi uma coisa: concordo com o que um amigo me falou ontem. Existe uma dissonância cognitiva por parte dos aliados do ex-Presidente. Não adianta, podem ter tudo às claras, que não vão concordar. Ele me contou uma história. Disse que uma dessas pessoas foi atropelada e morreu, indo para o Céu. Deus observou e disse que não era hora dele ainda e que ele iria voltar. Ele falou: "Obrigado, Companheiro Deus, mas me diga uma coisa: O Lula é culpado?". Ele falou: "Vixe! Culpadíssimo! Muito culpado!". Aí a pessoa desceu. Aí, chegou um amigo e perguntou: "E, aí, como é que é



lá?", e ele falou: "Não te conto o babado, viu? Deus foi cooptado pela turma do Moro". Então, não adianta. Nem Deus falando, eles vão se... Olha, está tudo muito patente, Senadora Ana Amélia. Então, por mais que a gente fale... Nesse processo mesmo, quem mais participou foram eles. Nós pouco falávamos.

(Soa a campainha.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Houve amplo direito de defesa. Então, eu nem falo mais nisso, porque, se querem dizer que é golpe, digam que é golpe. A senhora vê que maluquice agora: resolveram gastar dinheiro com disciplinas dizendo o golpe de 2016; e ainda defendem dizendo que isso é autonomia universitária. Daqui a pouco, um professor começa a querer pôr uma disciplina defendendo ou fazendo apologia às drogas ou a qualquer outro tipo de crime, e dirá que isso estará valendo diante da autonomia universitária. Isso é um absurdo! Vocês perderam o poder por causa dessas loucuras. Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço a V. Ex^a.

E, a propósito dessa questão da autonomia universitária, eu recomendo a todos a leitura de um artigo do nosso querido Senador, Professor, Mestre e ex-Reitor da UnB, Cristovam Buarque, que faz uma referência à iniciativa do Ministro da Educação, mas aborda, com muita propriedade, com muita agudeza, exatamente todos os aspectos dessa questão e trata de buscar um equilíbrio no debate, na academia.

Então, agradeço a todos. Gostaria que os apartes dos Senadores Lindbergh, Paulo Rocha e José Medeiros sejam incluídos no meu pronunciamento desta manhã. Eu não só acredito: eu creio na Justiça brasileira, eu creio no trabalho do Ministério Público. Discordo, por exemplo, da Procuradora Raquel Dodge aqui – por isso, tenho autoridade –, discordo frontalmente de Raquel Dodge quando ela encaminha ao STF um questionamento sobre a constitucionalidade da impressão do voto na urna. Penso que não seja isso. Talvez a Procuradora não tenha entendido o significado dessa proposta, de que fui também uma das signatárias, que é dar garantia e segurança ao cidadão de que ele está votando de fato naquilo. Ninguém vai sair com o voto na mão. Ninguém vai sair violando o segredo do voto, o sigilo do voto. Simplesmente, é um ato de garantia, porque, em dúvida de um resultado, haverá as provas ali materiais para confirmar isso.

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, muito obrigada.

Quero renovar o desejo de que o Senador Cristovam Buarque retorne logo ao Plenário desta Casa, que ele se recupere bem do problema de saúde que teve, cumprimentando-o por esse magistral artigo sobre a questão do caso UnB e do estudo que o professor está fazendo na sua cadeira.

Muito obrigada a todos os Senadores.

(Durante o discurso da Sr^a Ana Amélia, o Sr. Lasier Martins deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi bom o debate. Faz parte. Às vezes, um pouco mais acalorado, mas faz parte.

Agora, pela sequência, que não estava no plenário, é o Senador Sérgio de Castro. Depois, é V. Ex^a, Senador Lindbergh, porque troquei, eu, com V. Ex^a. Eu vou para o seu lugar, em sexto, e V. Ex^a fica logo após.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E, na sequência, o Senador Hélio José.

O SR. SÉRGIO DE CASTRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, eu prometi a mim mesmo que eu não iria debater no período aqui do Senado, e vou cumprir isso, mas, que fiquei tentado a entrar nesse debate, eu fiquei! Sinceramente!

Então, eu vou seguir o que eu planejei para esses meus quatro meses, dar ênfase naquilo que eu tenho mais habilidade, que é a questão da gestão pública, ajudar a gestão pública, e também falar sobre o aperfeiçoamento dos partidos políticos, porque eu entendo que até se nós formos para o que é almejado, o voto distrital misto, os partidos políticos terão uma relevância muito grande e os nossos partidos políticos precisam ser muito melhorados.

Então eu, ao longo da minha vida, tentei me ocupar com coisas relevantes, especialmente depois que eu deixei a minha atividade de operação, do empreendedorismo, e uma das coisas que eu escolhi, por entendê-la da maior importância, é o associativismo. E faço essa ligação do associativismo com o partido político porque a associação mais singela é a família, e uma das mais complexas é o partido político.

Então, a Constituição Brasileira diz, em seu art. 5º, XVIII, que "a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento". Então, isso é básico, tem sido seguido, é fundamental que aconteça e dá relevância à associação.

Alexis de Tocqueville foi um pensador político francês, que foi estudar o nascimento da nação americana e registrou em uma obra, que é a sua maior obra, a obra mais importante da sua carreira, que o associativismo foi fundamental para a democracia e para a formação dos Estados Unidos da América. Então, a pujança americana está muito centrada na sua capacidade de associativismo.

Meus três filhos fizeram intercâmbio nos Estados Unidos e eu refletia, convivendo com os americanos, que nós brasileiros, individualmente, somos melhores do que os americanos, mas perdemos para eles quando estamos em grupo, na necessidade de trabalhar melhor no coletivo, trabalharmos no grupo.

Então, eu vou citar aqui alguns poucos trechos do Alexis de Tocqueville, da sua obra *Da Democracia na América*. "Nos países democráticos a ciência da associação é a ciência mãe. Para que os homens permaneçam civilizados ou assim se tornem, é preciso que entre eles a atitude de se associar se desenvolva e aperfeiçoe."

Em cima disso, criou-se uma iniciativa, lá no Estado do Espírito Santo, que represento aqui no Senado, de uma escola de associativismo. E, pasmem, foi se registrar essa escola, o nome dessa escola no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – é uma iniciativa privada essa escola – e não houve problema nenhum. Nunca ninguém pensou nisso. E esse registro está sendo



concedido. Essa escola tem uns três anos – faz agora em maio – de operação. É um projeto pioneiro, inovador, ambicioso, amplo; um projeto de longo prazo.

Uma escola para ajudar as associações a serem muito melhores do que já são. Esse projeto tem trabalhado com temas que, no entendimento da escola, fortalecerão as associações.

Então, a escola já tratou do tema de que uma associação precisa ter uma sede, porque isso aumenta a autoestima, atrai mais associados. A escola já tratou do tema da renovação, que é fundamental; tratou do tema da inovação nas associações; tratou da preocupação que as associações devem ter para aumentar o número de seus associados; tratou da governança. Nas associações, não é só o Presidente que tem de trabalhar, e nós encontramos isso. São muito comuns em nosso País associações em que só o Presidente trabalha.

Nós tratamos do tema, na escola, da sustentação financeira, porque também uma associação que não tem sustentação financeira não vai conseguir prestar serviço, não vai conseguir realizar nada e até corre o risco de desaparecer.

Então, estamos tratando da comunicação nas associações. E, como estamos pensando em cuidar já das associações de moradores, que cada vez têm tido uma participação maior nas políticas públicas, especialmente nos Municípios, estamos tratando do tamanho, do equilíbrio, da dosimetria da participação da política nas associações.

Então, volto à preocupação com os nossos partidos políticos. Fiz ontem, aqui, um discurso em que aceitei a provocação do jornalista que diz que estamos caminhando para uma economia 4.0 e que a nossa política está no 0.0. Eu não concordo muito com ele, não acho que é também assim. Mas, com certeza, é preciso que nós nos preocupemos em aperfeiçoar os nossos partidos políticos.

Também, já falei aqui desta tribuna e apoiei um projeto do titular do meu mandato, que é o Senador Ricardo Ferraço, que aborda o tema de *compliance* dos partidos políticos. Esse projeto está tramitando, está na Comissão de Constituição e Justiça, aqui do Senado, aguardando o quórum para ser deliberado. Já há um relatório favorável ao projeto, e, com certeza, ele vai ajudar a fortalecer os nossos partidos políticos. Também o Senador Anastasia já propôs um projeto que vai ajudar os nossos partidos a melhorar.

O associativismo tem uma característica. Quando a gente vai ao Dr. Google e procura associativismo, Senador Hélio José, encontra muito pouca coisa. Se procura cooperativismo, encontra um monte, e a razão é fácil de explicar. Isso é porque no cooperativismo os seus dirigentes têm remuneração. O cooperativismo tem resultado, distribui lucro quando acontece o lucro; no associativismo, não. A característica do associativismo é que seus dirigentes são voluntários. A associação precisa ser superavitária para continuar vivendo, existindo. Mas o seu resultado não é distribuído. O seu resultado reverte para a atividade da associação. É por isso que nós temos muito menos literatura e se ouve muito menos falar de associativismo do que de cooperativismo. Se olharmos os aspectos da cidadania e da democracia, o associativismo está muito mais perto. Vamos dizer que nós entendemos que uma escola de associativismo é uma escola de cidadania, é uma iniciativa para o fortalecimento da nossa democracia.

O associativismo de alto nível, com certeza, vai ajudar a melhorar o nível da sociedade civil organizada. E é a sociedade civil organizada a base; ela é vital, ela é a base de uma democracia consolidada.

Termino aqui, Presidente Paim, Senador Lindbergh, manifestando o meu desejo – fui empreendedor a minha vida toda e só nos últimos anos da minha vida que tenho participado da



atividade política –, pois eu desejaria muito, mas muito mesmo, que todos os nossos Parlamentares tivessem uma preocupação maior, uma ação de proposição maior para que nós possamos ter os nossos Partidos políticos muito melhores do que eles são.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Sérgio de Castro. V. Ex^a fez uma bela reflexão aí para que todos entendam a importância de uma visão macro em nosso País.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, se há uma coisa que não dá para negar é o processo de inclusão social que houve no governo do Presidente Lula. Sinceramente, não reconhecer isso é má-fé na minha avaliação.

E uma coisa sobre a qual sempre foi consenso aqui, no Brasil, foi o reconhecimento da capacidade técnica do IBGE. Nenhuma força política, nenhum governo questionou os números do IBGE, da Pnad Contínua.

Na verdade, o que houve, primeiro, no Governo do Presidente Lula, segundo dados do IBGE, foram que 36 milhões de brasileiros deixaram a miséria. Esse é um fato concreto. Tem gente que tenta esconder isso e não se lembra daquelas imagens do Nordeste brasileiro de crianças completamente desnutridas, de pessoas morrendo de fome. Morria-se de fome neste País, Senador Paulo Paim.

Sabe de uma coisa que ajudou a tirar a pobreza e a fome do País? Foram políticas sociais premiadas no mundo inteiro. O Programa Bolsa Família, do Presidente Lula, é premiado pelo mundo inteiro. É um programa – e quero denunciar aqui – que está sendo duramente atacado pelo Governo do Temer. Estão cortando recursos, estão tirando gente do programa Bolsa Família. Vou apresentar os números daqui a pouco do meu Estado, mas querer esconder isso!

Esse processo de inclusão social, não, não dá para aceitar uma discussão nesses termos.

Eu falei do Bolsa Família, Senador Paulo Paim. Houve uma queda do valor do Bolsa Família de 29,3 bilhões, em 2016, para 27,9 bilhões. Um corte de 1,4 bi, e um momento em que cresce a pobreza, em um momento em que há o aumento do desemprego no País.

Então, eu quero começar falando disso, falando de Lula. E é por isso que Lula, em todas as pesquisas, lidera e, em algumas, até com vitória no primeiro turno, porque ele fez pelo povo pobre, pelo povo trabalhador brasileiro.

Quando eu olho para a educação, aí foi uma revolução, foi uma revolução porque nós tínhamos 143 campi de universidades federais. Foram feitos, por Lula e Dilma, mais de 170; criação de 18 universidades, existem cinco que estão tramitando aqui.

E as escolas técnicas, nós tínhamos 140 escolas técnicas. Sabe quantas foram feitas? 504. Ou seja, mais do que toda a história. E as escolas técnicas foram transformadas em IFFs (Institutos Federais Fluminenses), que foram colocados no interior do País, porque educação superior é um privilégio das capitais.

Então, eu, às vezes, impressiono-me quando algumas pessoas vêm aqui e tentam desconhecer fatos que são reconhecidos pelo povo, pelas estatísticas oficiais.

Quero, inclusive, parabenizar a entrevista do Presidente Lula hoje no Jornal *Folha de S.Paulo*. Olha, sei que não é narrativa nossa, houve um golpe. Eu estou convencido quando



universidades discutem e começam a criar cursos, porque as universidades têm as suas autonomias. São as disciplinas, porque em cada curso, pela legislação, eles podem criar os cursos e oferecer da forma que quiserem.

Eu não tenho dúvidas em afirmar que esse debate na história nós já ganhamos, que houve um golpe, de fato, porque a Presidenta Dilma foi afastada sem nenhum crime. Todos sabem que não tinha crime de responsabilidade algum. A gente viu aquela farsa acontecendo aqui nesse processo, e o golpe aconteceu para superexplorar os trabalhadores, Senador Paulo Paim.

V. Ex^a foi um guerreiro aqui na luta da reforma trabalhista.

Eu, quando vejo os números do desemprego, que saíram ontem, que foram publicados, o aumento do desemprego de 11,8% passou para 12,2%. Alguns falaram, “ah, não, é um ajuste sazonal, porque o mês de janeiro tem mais demissões”. O banco Itaú fez um estudo tirando esse efeito sazonal, mostra que é o crescimento do desemprego sim.

E o pior, no ano passado todo, 700 mil empregos foram perdidos, com carteira assinada. Os empregos que estão sendo criados são empregos sem carteira assinada ou por conta própria. Agora, com a reforma trabalhista, eles vão tentar transformar esses empregos informais em formais. É o que eles vão tentar fazer para mascarar esses números.

E aí é importante entrar no debate sobre o crescimento econômico, porque é interessante observar a Rede Globo, quando era Dilma a Presidente da República, era impressionante como ela jogava para baixo. Tudo para baixo, a economia, tentavam criar uma sensação de que as coisas estavam piores do que estavam.

Agora é o contrário. No mundo fantasioso da TV Globo é crescimento econômico, crescimento de emprego. Estavam festejando hoje o crescimento de 1% do PIB em 2017, que saiu hoje. Senador Paulo Paim, sinceramente, depois de uma recessão como essa, crescer 1%? Eles deviam ter vergonha de comemorar isso. Quando a economia entra recessão, às vezes, ela faz um "V": ela afunda e sobe. A nossa não. Nós estamos saindo e indo para um estágio de estagnação.

Eu quero chamar a atenção do crescimento de 1%. Senador Paulo Paim, sabe onde aconteceu 1,3%? No primeiro trimestre. No segundo trimestre, foi 0,6% de crescimento do PIB. No terceiro trimestre, 0,2%. No quarto trimestre, 0,1%. Ou seja, começou com 1,3%. Houve gente do Governo falando até e crescer 3%. O que aconteceu? Cresceu 1,3% e caiu. Cresceu 0,1%. O nome disso é voo de galinha. Não é um crescimento sustentável. Por que não é um crescimento sustentável? Porque é impossível o País crescer com essas políticas econômicas colocadas aí. Primeiro, a austeridade fiscal. É a austeridade fiscal que está paralisando os serviços públicos do nosso País. E o ajuste fiscal, Senador Paulo Paim, tem um impacto na economia.

Há um estudo feito pelo Ipea que diz o seguinte: 1% a mais do PIB investido em saúde significa um crescimento econômico de 1,8%. Só que o inverso também é verdadeiro. Quando você corta, você afunda o crescimento econômico, você coloca a economia para baixo, porque construir hospital, Senador Paulo Paim, gera emprego. Investimento público em obras é emprego nos lugares, é crescimento econômico. Então, primeiro, essa política de austeridade impede o País de crescer, mais ainda pela Emenda Constitucional nº 95.

Eu vou trazer alguns números para o senhor aqui, Senador Paulo Paim. Despesas discricionárias no MEC: 2014, R\$32 bi. Sabe quanto está para 2018? R\$23 bi. Olha o tamanho do corte! Isso aqui é MEC, é educação. Eu queria ver os Senadores discutindo isso aqui comigo.



Isso aqui são números oficiais do Orçamento: De R\$32 bi para R\$23 bi. Aí o problema eram os nossos governos. Vamos lá! Ministério da Ciência e Tecnologia: 2014, R\$6,5 bi. Sabe quanto está agora? R\$4,1 bilhões, um corte de 37%. Segurança Pública – eu venho falando isso aqui, repetindo esse número: no Orçamento de 2016, o orçamento era de R\$6,1 bi. Foram gastos R\$4,5 bi. Sabe quanto está agora, com o contingenciamento? R\$2,9 bi.

Então, além da destruição dos serviços públicos, eu estou convencido de que há agravamento da crise social. O Brasil está voltando ao mapa da fome infelizmente. No ano passado, foram 3,5 milhões a mais de pessoas que voltaram à pobreza. O Brasil está para voltar ao mapa da fome. Está havendo a destruição na área da educação, na área da saúde e também na área da segurança pública por causa dessas políticas aqui.

Além disso, isso impede o crescimento econômico. Eu quero falar de outras questões que são importantíssimas nesse debate sobre crescimento econômico: o BNDES, Senador Paulo Paim, o papel dos bancos públicos. Porque, primeiro, é uma política de austeridade fiscal, o Governo cortando tudo; segundo, os bancos públicos, que tiveram um papel fundamental naquela crise de 2008. Naquela crise 2008 e 2009, o fez o Lula? O Lula fez o aposto que o Temer está fazendo: ao invés de fazer ajuste fiscal, ele fez mais investimentos. Ele aumentou o gasto social em 10%, e ele utilizou os bancos públicos, utilizou o BNDES, utilizou o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, para emprestar.

Agora é o contrário, o desembolso do BNDES de 2015 para 2018 cai 67%. O BNDES não está jogando um papel de banco que estimule o desenvolvimento nacional num momento de crise econômica como essa. E acabaram a TJLP, e agora é uma taxa de mercado, que eles chamam de TLP. Estão destruindo um instrumento fundamental para o desenvolvimento econômico nacional.

Ali, em 2008, o Lula também utilizou as estatais – Petrobras, Eletrobras –, que aumentaram seus investimentos. Justamente o oposto do que está acontecendo aqui agora. Agora só se fala em privatizar Eletrobras. A Petrobras recuou violentamente. A Petrobras investia algo em torno de 1,9% do PIB; hoje, investe algo em torno de 0,8% do PIB. Então, como recuperar o crescimento econômico com essas políticas?

Infelizmente, nós vamos continuar nessa situação de estagnação. Eu queria que a economia brasileira recuperasse, mas, para recuperar, é preciso um outro projeto político. É preciso ter um Presidente da República que tenha compromisso com o povo mais pobre deste País. O Lula sempre disse – e ele fala com razão –: "Os pobres não são um problema no País; os pobres são a solução neste País". E a gente teve um período da história deste País em que a economia cresceu porque a vida do povo mais pobre melhorou.

É por isso, Senador Paulo Paim, que eu considero que o Lula está sendo vítima da maior perseguição da história deste País; uma perseguição porque sabem que, se ele disputar eleição, ele é o próximo Presidente da República. E o que está acontecendo neste País é algo muito grave; é um processo de desnacionalização, de superexploração dos trabalhadores.

Eles não tiraram a Dilma para entregar o poder para o Lula. Eles vão fazer de tudo. Vão rasgar a legislação. O que eu digo aqui da tribuna do Senado Federal é que nós vamos resistir. Não há plano B: o nosso candidato é Luiz Inácio Lula da Silva. E não adianta, porque sabemos que nós temos o nosso direito: todo brasileiro tem o direito de se registrar candidato nas eleições. Nós vamos registrar o Lula, no próximo dia 15, como candidato a Presidente da



República. Aí, sim, eles vão iniciar um processo de tentar impugnar a candidatura do Lula. Só que o Lula já vai estar em campanha, com programa eleitoral gratuito.

Eu quero ver eles fazerem isso na cara do povo brasileiro, porque o povo brasileiro vai sentir que o que está movendo esse pessoal é o temor, é o temor de o Lula ganhar a eleição e voltar a fazer um governo que faça distribuição de renda, que olhe para o povo trabalhador. Eu tenho certeza de que um governo do Presidente Lula, Senador Paulo Paim, vai avançar em outras áreas em que a gente não avançou nos governos anteriores.

Nós temos que democratizar os meios de comunicação. Chega desse monopólio da Globo.

Nós temos que tributar as grandes fortunas. No País, hoje, os multibilionários não pagam impostos. Quem paga imposto é trabalhador e classe média; 51% dos impostos são impostos indiretos que recaem sobre todos. A tributação de lucros e dividendos no País é zero. Não há tributação de lucros e dividendos, porque um funcionário aqui do Senado, que trabalha, paga de imposto de renda 27,5%. Um megaempresário que ganha R\$300 mil por mês, que recebe a título de distribuição de lucros e dividendos, não paga nada.

Então, eu acredito muito na força do Presidente Lula e na construção desse novo programa.

Senador Paulo Paim, eu quero encerrar o meu discurso falando da semana das mulheres. Dia 8 de março é o Dia Internacional das Mulheres. Hoje começa uma série de manifestações, de atividades pelo País, das lutas das mulheres. Eu quero trazer aqui um projeto que apresentei e que considero importantíssimo, que foi baseado em uma experiência na Finlândia. É um projeto para obrigar as empresas a pagarem o mesmo salário para o homem e para a mulher que exercem a mesma função. Estou falando da mesma função. Como aceitar que uma mulher que exerce a mesma função receba um salário menor do que o do homem? Os números são vergonhosos, na minha avaliação. As mulheres recebem hoje, no Brasil, algo em torno de 73% do salário dos homens. O rendimento médio mensal dos homens é de R\$1.913; o das mulheres, de R\$1.383. E mais grave, Senador Paulo Paim: se as mulheres recebem 73% do salário dos homens, quando são mulheres negras recebem 40% do salário dos homens.

O meu projeto é muito claro. Obriga a empresa: se for a mesma função é o mesmo salário. Se não cumprir isso, as empresas vão ser multadas. Se não cumprir pela segunda vez, é uma multa quatro vezes maior. E todas essas empresas vão fazer parte de uma lista no Ministério do Trabalho e vai haver fiscalização periódica. Eu espero que a gente consiga aprovar este projeto aqui, porque é um projeto que faz justiça.

Eu agradeço, Senador Paulo Paim, o tempo que V. Ex^a me disponibilizou. Acho que tivemos um bom debate no dia de hoje. Na próxima segunda-feira, vamos organizar e apresentar todo o legado feito pelo Governo do Presidente Lula e pela Presidente Dilma, com as fontes – IBGE, PNAD Contínua. A gente quer mostrar e debater em cima disso. E digo aos senhores que a comparação, quando olhamos o que está sendo feito agora pelo Governo do Temer, o tamanho da destruição social, da piora da vida do povo trabalhador... É por isso que a maquiagem e o discurso da Globo, de que a economia está melhorando, de que o desemprego está caindo, não se sustenta. Porque as pessoas têm a sua vida real. Eu ando na Baixada Fluminense, Paim, e as pessoas, no final de semana, diziam o seguinte: "olha, na época do Lula eu fazia churrasco todo final de semana aqui, juntava a minha turma. Não estou conseguindo fazer isso." As pessoas sabem. Tem muita gente desalentada que não está nem procurando emprego.



Eu, infelizmente, espero que esse ciclo do golpe que houve se encerre nessa eleição, que a gente consiga eleger um brasileiro como Luiz Inácio Lula da Silva e coloque novamente este País para crescer porque este País é gigante, esse País tem força. É só mudar a política econômica que esse País cresce. A minha tese é essa, não tem segredo. Se você coloca um Presidente que quer fazer o País crescer e melhorar a vida dos mais pobres é só fazer o que Lula fez em 2008: ao invés de ajuste fiscal, gastar mais em área social, colocar dinheiro para circular na economia, colocar os bancos públicos para financiar o desenvolvimento. Nós já fizemos, Lula já fez e por ter feito ele tem condições de, eleito Presidente da República, fazer melhor para o povo novamente.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, Senador Lindbergh. Pode saber que estávamos aqui comentando e, com o Senador Medeiros, e vou dizer aqui agora: alguns podem ter discordância, mas V. Ex^a é um dos Senadores mais preparados desta Casa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, parabéns!

Agora chamo o Senador José Medeiros para o seu pronunciamento e, ao mesmo tempo, me permita que eu registre a presença do Carlos, missionário no Uruguai que está visitando aqui o Senado da República; e também registro a presença da esposa do Medeiros, que é a Sr^a Ruth.

Elmano Ferrer, agora, no plenário.

Fica bem claro que, em seguida, é o Senador Hélio José.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento a todos que nos assistem pela Rádio e TV Senado. Agradeço a citação à digníssima Ruth, que está aqui nos visitando, e ao missionário Carlos que veio direto do Uruguai.

Em breves palavras, Senador Paulo Paim, não poderia deixar de citar o discurso do Senador Lindbergh, mas não é esse o tema da minha fala.

O Senador Lindbergh falou que o ex-Presidente tirou 36 milhões de pessoas do mapa da fome, que também a taxa de investimento superou 20% e que hoje é 15% e que a taxa de desemprego chegou a 6,5% e que hoje é 12,2%. O que é interessante nesses números é que o Senador Lindbergh citou os sucessos do governo do Presidente Lula e, como se fosse um ataque de amnésia, esqueceu o período de 2010 até 2014, em que as taxas, esses números todos, os indicadores foram por água abaixo. As pessoas voltaram a ter dificuldades financeiras e a taxa de desemprego aumentou significativamente.

Esse debate tem sido travado aqui e nós temos discutido que no ano de 2014, por exemplo, e 2015 também, os programas sociais, que eram a bandeira, foram cortados em 87%. Nas universidades, por exemplo, houve um corte... Eu fui conversar na época com o Ministro Aloizio Mercadante, porque nós estávamos querendo criar a Universidade Federal de Rondonópolis, que foi aprovada antes de ontem aqui nesta Casa. Ele até falou: "Senador Medeiros, estamos precisando é de dinheiro. Tivemos um corte, agora, de 10 bilhões e estamos tentando aprovar a CPMF. Se V. Ex^a votar na CPMF, quem sabe a universidade não saia?" E nós ponderamos



falando: "Mas não vai haver custos porque a universidade já existe." Então, o debate era porque o Ministro não tinha dinheiro nem para terminar as obras que estavam inacabadas.

Então, achei interessante porque o Senador Lindbergh falou de forma muito efusiva sobre os sucessos, mas se esqueceu totalmente do que levou à derrocada da ex-Presidente Dilma. E aí concordo plenamente com o Senador Paim, que dizia que, realmente, o Senador Lindbergh é um mestre com os números. É um Senador muito preparado. É um Senador com quem nós discutimos – e temos grandes embates –, porque estamos em fronteiras diferentes, mas ele é hábil na questão das planilhas. E, lógico, ele faz como Rubens Ricupero dizia: "O que é bom a gente fatura; o que não é bom a gente esconde."

Dito isso, Sr. Presidente, eu queria justamente falar rapidamente sobre a criação da Universidade Federal de Rondonópolis. Para Mato Grosso foi um dia histórico. Queria, novamente, agradecer a cada membro aqui do Senado, Senador Paulo Paim.

O Estado de Mato Grosso está em franco desenvolvimento, em pleno desenvolvimento. Temos a compreensão de que não vamos viver eternamente da venda de *commodities*, nós não vamos viver eternamente da venda de soja simplesmente. Nós precisamos construir algo mais perene, nós precisamos produzir conhecimento. E não há como você produzir conhecimento sem escolas, sem academias, sem universidades. Uma segunda universidade lá já se fazia necessária há muito tempo. Nas regiões sudeste e sul do Estado de Mato Grosso, por exemplo, já havia um grupo em torno de 600, 700 mil pessoas, sem falar que vários estudantes de todos os cantos do Brasil se dirigiam para aquela região. Lá existia apenas um *campus*. Nós sabemos que a distribuição – como os recursos são poucos – nem sempre é de acordo com as necessidades dos *campi*. Geralmente, fica o dinheiro na matriz da universidade. Agora, não tenho dúvida de que, após a Câmara dos Deputados ter aprovado, de o Senado ter aprovado, finalmente Mato Grosso terá a sua segunda universidade e teremos, então, um centro de produção de conhecimento.

Quando digo produção de conhecimento – e a minha preocupação é com isso – é porque vivemos lá, Senador Paulo Paim, da venda de soja, do agronegócio, da pecuária. Eu me lembro de que, certa feita aqui, o Senador Cristovam Buarque disse que São Paulo já viveu desses ciclos de *commodities* com o café, que Olinda já viveu do ciclo da cana-de-açúcar, do açúcar, que Ilhéus já viveu do cacau, mas que muitas pessoas hoje não se lembram disso. Se se perguntar para um jovem sobre Olinda, sobre o que ele sabe sobre Olinda, talvez ele fale sobre os bonecos de Olinda, do Carnaval. Ele não vai lembrar que foi um grande polo econômico deste País e também não vai lembrar talvez que Ilhéus foi um grande polo econômico também.

E, se não cuidarmos em Mato Grosso, que hoje é o principal centro do agronegócio, que produz 27% da safra nacional, que é referência também no equilíbrio da balança comercial, em vendas de produtos agrícolas e na pecuária, nós corremos o risco de sermos, daqui a um tempo, simplesmente um traço na história, de que vendemos produtos como soja, como milho e como outros produtos mais.

Faço essa comparação e me preocupo, porque vejo, por exemplo, a história do País, que é quase nosso vizinho, os Estados Unidos. Existia a cidade de Detroit, que vivia especificamente do automóvel. Até os jogos eletrônicos remetiam à questão do automóvel em Detroit. E hoje Detroit é uma cidade fantasma, porque passou aquele ciclo. O Japão passou a produzir bons automóveis, todos os países passaram a produzir bons automóveis. A concorrência veio e Detroit já não é mais o centro mundial do automóvel.



Em compensação e comparando, no vizinho Estado da Califórnia, montaram o vale do conhecimento, o Vale do Silício. Muitas universidades, universidades contrataram pessoas, vários professores com Prêmio Nobel. Só uma delas tem 17 professores que detêm o Prêmio Nobel.

Senador Paulo Paim, o Vale do Silício explodiu na produção de conhecimento. Só para dar um exemplo, para poder surgir esse telefone aqui, o iPhone, foram 200 patentes registradas – 200, produzidas ali no Vale do Silício. É a produção de conhecimento, entre vários outros produtos que saem dali. O mundo inteiro consumindo produtos a partir da produção de conhecimento. Então, a probabilidade de aquele Estado ter dificuldades é muito pequena em relação a outros que vivem apenas da venda produtos primários. E é por isso que me preocupo com o Estado de Mato Grosso.

Então, temos tido uma preocupação – lógico, uma preocupação mais imediata – na questão da infraestrutura, para que nós possamos dar mais competitividade ao nosso mercado, gerar mais empregos para socorrer as necessidades mais imediatas, mas também temos essa preocupação mais perene, para que as novas gerações possam ter oportunidades e possam ter alternativas para sua sobrevivência.

E Mato Grosso hoje é um Estado... Ontem mesmo eu assistia ao Jornal da Globo e vi, diante da necessidade de rodovias e a falta de recursos, o Governo do Estado lançando na bolsa de valores a concessão de rodovias. Conseguiu vender dois lotes para que o Estado possa ter um pouco de infraestrutura.

Mas nós precisamos de mais. E aqui temos feito constantemente uma peregrinação pelos ministérios, porque, em que pese o Estado ser rico, ele é um pobre Estado em termos de infraestrutura, toda a infraestrutura. Por exemplo, temos Pontal do Araguaia. Ontem, conversava com o Ministro da Integração e fomos lá falar. O Município de Pontal do Araguaia fica entre dois grandes rios, mas infelizmente, neste momento, a população passa sede, porque não tem um sistema de captação de água. Cito, por exemplo, o Município de Tangará da Serra. Neste momento, está alagado; daqui a dois, três meses, vai estar sem água, porque o rio que fornecia água para a cidade secou e vai ter que puxar água de 3 a 4km. Também conversávamos com o Ministro da Integração sobre esse tema. Temos a cidade de Jaciara, que precisa de captação de água. Temos Barão de Melgaço, que precisa de captação de água. Então, o Estado de Mato Grosso tem muitas necessidades. E é por isso que temos constantemente aqui feito essas ressalvas e esses pedidos.

E é por isso que fico muito indignado quando vejo dinheiro público ser jogado no mato com questões que não dizem respeito. Pedi para que minha assessoria possa acionar, por exemplo, essas universidades que estão jogando dinheiro público no mato em nome de uma suposta autonomia universitária para fazer apreço ou desapreço por questões políticas.

Tenho dito: universidade tem que produzir conhecimento, ensinar, não tem que ficar perdendo tempo com questões menores, com questões pequenas. Como dizia Ulysses Guimarães: "Quem mexe com coisa pequena fica pequeno". E talvez seja por isso que a nossa academia tem se apequenado, talvez seja por isso que não temos produzido – não é que não temos produzido, mas temos produzido muito pouco, muito pouca coisa de relevante no cenário do conhecimento mundial. E ainda sonho com um dia em que a nossa academia possa ser referência na América Latina e no mundo na produção de tecnologias em coisas que realmente façam diferença na vida da nossa gente.



Vejo sempre a reclamação: não há verba, não há verba. E é verdade, falta verba. Mas como você dizer não ter verba e você gastar com uma disciplina, um professor, durante seis meses, jogando conversa fora e fazendo palanque político? Totalmente compreensível palanque político fora da sala de aula, não gastando o tempo, que poderia estar produzindo conhecimento e dinheiro, com essas questões menores, enquanto, por exemplo, o Estado de Mato Grosso está necessitando de tanta coisa. Precisamos lá de energia, precisamos de estradas, precisamos de saúde, precisamos de tudo. Por exemplo, lá, temos lugares onde a universidade, por exemplo, pode fazer campos de observação, ótimos lugares para estudos da Astronomia. Não, as pessoas querem gastar dinheiro com esses assuntos, que podem ser debatidos aqui ou em algumas outras instâncias.

O Sr. Hélio José (PROS - DF) – Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Concedo um aparte ao Senador Hélio José.

O Sr. Hélio José (PROS - DF) – Queria só fazer uma consideração, nobre Senador Medeiros. Primeiro, quero cumprimentá-lo pelo depoimento tão importante com relação à educação, com relação à formação e com relação à liberdade de as pessoas batalharem, porque elas acham que têm talento e condição de ir – e é só através da educação que se consegue chegar a esse patamar. Quero fazer um relato rápido aqui. Ontem, por exemplo, estive numa universidade do Distrito Federal, a Faculdade Mauá, participando de uma aula magna. Essa faculdade tem feito um trabalho extraordinário de expansão no Distrito Federal, de ampliação do trabalho de educação e tirando nota máxima no Enade, nas provas do Enade, do Inep. Eles fazem um trabalho para que as pessoas menos favorecidas da sociedade, seja em Vicente Pires, seja no Gama, seja em Taguatinga, seja em Águas Lindas, que faz parte da Grande Brasília, tenham oportunidade de estudar, a um preço com que a pessoa possa pagar a sua faculdade. Essa faculdade, que tem notas expressivas no Enade, vem batalhando para ampliar a possibilidade de cursos no MEC. Ontem, eu estive no MEC, no Inep, conversando com o pessoal, explicando, mostrando as notas e o grau de conhecimento dos professores, mas, lamentavelmente, a burocracia não garante a expansão, prejudicando, inclusive, as possibilidades educacionais. Por isso, eu quero cumprimentar o Diretor-Geral da instituição, que é o Prof. Toni, o Diretor Pedagógico, o nosso nobre Felipe Leitão, e a Dílcia e quero cumprimentar você, porque você traz um tema importantíssimo para o nosso País, que é o tema realmente da libertação futura do nosso País, que é o papel de cada Parlamentar aqui. Não é ficar batendo boca, ficar brigando por coisas pequenas, com picuinhas. Nosso papel, nobre Presidente, Senador Paulo Paim, é defender a educação, a saúde, o transporte e a segurança. E a educação é basilar para que possamos prosperar. Por isso, os meus cumprimentos ao nobre Senador Medeiros e também à sua esposa, uma pessoa maravilhosa, uma pessoa que tem colaborado muito com seu trabalho, com seu crescimento, cada dia mais. Sentimos aqui. Eu sou um servidor público, você também é um servidor público. Temos batalhado muito aqui em prol de uma sociedade melhor, mais justa. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senador Hélio José. V. Ex^a tem sido aqui um lutador e um baluarte em nome do servidor público.

Eu até quero fazer um registro. Tem surgido um debate muito amplo na nossa sociedade a respeito da questão dos gastos do Estado. Quando começam a falar nisso, geralmente



demonizam o servidor público. Eu digo que o ralo principal dos gastos do Estado não é o servidor público. Aliás, a grande maioria dos servidores públicos não ganha essa coisa toda que se fala por aí. Então, precisamos separar, porque, se o Estado caminha, ele caminha pelo Governo ou apesar do Governo, mas, acima de tudo, pelos servidores públicos. Então, essa história de começar a achar que o servidor é um grande privilegiado... Passando na Esplanada, às vezes, 9h da noite, estão lá os servidores de carreira trabalhando. Então, temos que dar a César o que é de César. Se existem excessos, que eles sejam corrigidos, mas não podemos lançar naquele sujeito que ganha R\$1.800 ou R\$2.000 a pecha de que ele é culpado pelos excessos que existem no serviço público. Então, eu quero fazer essa ressalva aqui.

Dito isso, eu quero também registrar, Senador Hélio José, a grata satisfação por saber que foi anunciado pelo novo Ministro da Defesa ou, digo, da Justiça... É tanto ministério! Existia o Ministério da Justiça, que estava consolidado, e aí foi criado esse Ministério da Segurança Pública. Já que está criado, vamos lá. Eu quero elogiar o Ministro por ter entrado e já colocado a contratação de mais servidores, de mais policiais, o que é uma bandeira nossa há tanto tempo. Certa feita, eu estive no Ministério com o Senador Paulo Rocha. Se não me engano, V. Ex^a também esteve lá. Conversamos com o Ministro do Planejamento, que era Nelson Barbosa, falando da necessidade de contratar policiais. Então, nós não precisamos criar uma nova polícia de fronteira. Nós temos a Polícia Rodoviária Federal, que faz esse serviço magistralmente. Por exemplo, nos últimos cinco meses, a polícia apreendeu quase 4 t de cocaína só em Mato Grosso.

No País inteiro, no ano passado, foram 300 toneladas de maconha, inúmeros fuzis.

Ontem, no Rio de Janeiro – aliás, anteontem –, a polícia apreendeu vários fuzis, mais de 3 mil munições de fuzis também.

Então, a Polícia tem esse *know-how*. O que ela precisa é de pessoas, de contingente.

Então, parabeno o Ministro Raul Jungmann. Nós, agora, temos realmente um ministro. E não é nada pessoal contra o ex-Ministro que comandava essa área, o Torquato Jardim, mas ele é de outra praia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – E já me encaminho para o final, Senador Paulo Paim.

Mas ele é de outra praia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fique tranquilo, Senador. Será a mesma tolerância que eu tive com os outros Senadores.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Ele é um ministro que se sente juiz ainda. Ele deveria estar na magistratura. E não funcionou. Agora, o Ministro Raul Jungmann chegou dizendo a que veio.

E, Ministro Raul Jungmann, já solicitei com V. Ex^a. Espero que seja em breve, porque tenho sugestões sobre a questão da segurança pública. Pedi já ao Senador Eunício para participar e já pedi também ao Governo para ser ouvido.

E não o faço só neste Governo. No governo também da Presidente Dilma pedi para ser ouvido nessas questões. E estive no Palácio do Planalto, sugerindo, porque, em questões de Estado, temos que ser solidários, seja qual governo for, porque o que precisamos é resolver as questões.



E neste momento a população brasileira está precisando urgentemente, porque, Senador Paulo Paim, o que está acontecendo é que, no nosso País, hoje, só se tem a chave dos presídios, Senador Hélio José. Quem comanda é a bandidagem, dentro dos presídios; e quem comanda, do lado de fora, também é a bandidagem, porque nós começamos um discurso frouxo – e aqui eu culpo os sociólogos... *Data venia* aos sociólogos, mas esse discurso de afrouxamento foi conduzindo a bandidagem a um nível de liberdade, que, hoje, a população fica dentro de casa, e eles, soltos. Eles andam nas ruas com mais liberdade do que a polícia, com fuzis, com armas de guerra...

E nós temos que tomar uma decisão: ou nós partimos para um enfrentamento... E um enfrentamento sério, correto, dentro da legislação – não é um enfrentamento eleitoral; não é um enfrentamento da boca para fora... Isso eu sempre defendi aqui. Eu sei que esse discurso está muito em voga agora: mata, prende e arrebenta... Não é isso. É a polícia ter autonomia, agir dentro da lei... Mas essa lei precisa funcionar; ela precisa ter eficácia. O bandido tem que ser preso e saber que vai ser punido, saber que existe regramento dentro da sociedade, porque a coisa foi se afrouxando, de tal forma, que a polícia prende e, às vezes, o bandido é solto antes de o policial sair da cadeia, porque ele está lá, preenchendo os papéis, e o bandido já saiu.

Então, é desse tipo de coisa que nós precisamos: amarrar a legislação aqui e também dar autonomia, para que as rodovias sejam realmente policiadas e a nossa polícia tenha autonomia dentro dos limites urbanos.

Finalizando, Senador Hélio José, eu também gostaria de registrar aqui o que está acontecendo no meu Estado. Nós estamos passando por um momento difícil na política também, questões de ordem ética de toda sorte, e começou o cenário eleitoral.

Nessa semana houve um fato emblemático, Senador Paulo Paim, que para Mato Grosso eu reputo como uma perda: o Senador Blairo Maggi anunciou que está fora da política e não vai disputar as eleições de 2018.

Para mim, ele é um grande Ministro, um grande Senador, foi um grande Governador. Em que pese que eu iria disputar a eleição junto com ele, reputo como uma perda.

Mas estou fazendo esse registro aqui por quê? Porque nosso Partido vem tratando, fazendo projetos, como todos os partidos, e colocando uma pré-candidatura. E, lógico, com a saída do Ministro Blairo Maggi, encheu, lotou de candidatos. E aí vêm os espertos e começam já a colocar na imprensa – e detém, têm o poder econômico – todos os candidatos, já rifando, tirando que o Senador José Medeiros não é pré-candidato a nada, que o Senador José Medeiros fez dobradinha aqui e ali...

Então, eu quero deixar claro para os eleitores de Mato Grosso: isso é tudo conversa fiada, é tudo especulação, e eu quero dizer o seguinte: quem quiser ver o Senador Medeiros fora da política vai ter que tirá-lo nas urnas, enfrentando-o lá nas urnas. Não vai ser antes, não. Então, não vai ser tirando-o das pesquisas, não vai ser nesse tipo de enforcamento que vai ser feita essa coisa.

Eu estou dando esse recado para dizer que estamos, o nosso Partido está com uma pré-candidatura lançada, sim, e não vai ser nesse tipo de debate que nós vamos fazer política no Estado de Mato Grosso.

Tenho feito a representação do Estado aqui e, da mesma forma que temos sido veementes aqui, no trato, na defesa do Estado, também vamos nos defender, porque esse debate tem que ser feito também.



Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador José Medeiros. Cumprimento-o pela fala firme, mas nunca deixou aqui, com certeza – deixo aqui este depoimento –, de defender, com muita competência, o seu Estado.

Passo a palavra para o Senador Hélio José e, em seguida, para o Senador Paulo Rocha.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu nobre Senador Paulo Paim, quero te cumprimentar, cumprimentar o nosso nobre Senador Medeiros, todos os nossos ouvintes da TV e Rádio Senado, e dizer que é com muita satisfação que subo a esta tribuna, para fazer mais um pronunciamento – um pronunciamento importante.

O Brasil todo está no aguardo, nobre Senador Paulo Paim, da questão da instalação da CPI da Eletrobras.

Nós recolhemos aqui 42 assinaturas de Parlamentares, protocolamos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Assinei com enorme orgulho.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Inclusive V. Ex^a assinou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Paulo Rocha.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – O Senador Paulo Rocha assinou conosco, aqui, e uma Bancada de luta, progressista, desta Casa, toda assinou conosco. E, lamentavelmente, já faz quase cinco semanas – quatro semanas, para ser mais preciso – do protocolo dessa CPI nesta Casa, e até agora não houve a leitura desse requerimento.

Eu vou ler o requerimento aqui e espero que o nosso Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Hélio José, permita-me só complementar V. Ex^a...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como eu fiquei aqui no fim de semana, eu fui ao mercado e fui abordado por um cidadão, pedindo exatamente essa CPI. Aí eu expliquei que a CPI é de sua autoria, que eu tinha assinado também, e diversos Senadores, e que estamos só esperando a instalação.

Então há uma expectativa na sociedade pela CPI que V. Ex^a propôs, com muita competência, como sempre, como quando foi Relator da CPI da Previdência.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Eu quero agradecer a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, porque, como Presidente que V. Ex^a foi da CPI da Previdência, e eu tendo a oportunidade de ter sido relator, nós fizemos uma dobradinha em prol do Brasil, uma dobradinha em prol da verdade. Nós não estávamos lá para julgar ninguém. Nós estávamos lá para levantar todas as questões e provamos, eu e V. Ex^a, juntamente com nossos pares que estiveram na CPI – e foi aprovado por unanimidade o nosso relatório –, que não há déficit da Previdência e que havia, na verdade, uma tentativa de setores do Governo de passar a perna no povo brasileiro.

Nós comprovamos isso, e, graças a Deus, hoje a Previdência está... Realmente, a reforma da PEC da Morte está enterrada, e esperamos que para sempre, porque, se Deus quiser, teremos eleições, novas propostas, e pessoas que não vão fazer esse desserviço à nossa sociedade.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A história há de provar.

Digam o que quiserem dizer, mas que a CPI foi importante para enterrar de vez essa reforma da previdência, que ia tirar o direito de o povo se aposentar, foi. E V. Ex^a tem que ter muito orgulho de dizer – e eu sei que tem orgulho – que foi o Relator.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Muito orgulho, Senador Paulo Paim, ainda mais por ter sentado ao lado de V. Ex^a, por mais de seis meses de trabalho, em vários debates.

O Senador Paulo Rocha, também, um colaborador, a quem eu quero, inclusive, agradecer muito aqui, Paulo – o público está nos ouvindo. Quero agradecer a V. Ex^a, que gentilmente concedeu a possibilidade de o nosso Partido, o PROS, o Partido Republicano da Ordem Social, permanecer na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, abrindo mão, inclusive, do seu espaço, para que o PROS estivesse junto, demonstrando o tanto que V. Ex^a é uma pessoa solidária.

Quando eu vi V. Ex^a, aqui, aparteando a Senadora Ana Amélia, V. Ex^a colocou exatamente esta questão: a inclinação do Partido dos Trabalhadores, do Presidente Lula, era a solidariedade; era trabalhar em conjunto, por uma sociedade melhor. E demonstrou isso, durante os 12 anos de governo.

Então, eu quero cumprimentar V. Ex^a, agradecer a V. Ex^a, dizer que estamos juntos em prol do Brasil, em prol de uma luta diferenciada.

E, com relação a essa questão da CPI do setor elétrico, queremos até dizer a V. Ex^a, que é um profundo conhecedor – pois tem Tucuruí no seu Estado, que é a principal usina hidrelétrica dentro do Estado brasileiro; tem Belo Monte e outros projetos, que estão em estudo –, que nós precisamos, juntos, de fato, enfrentar essa discussão. V. Ex^a estava vendo quando eu falei com o Presidente desta Casa: ele havia pedido que tivéssemos uma reunião com o Líder do Governo, Romero Jucá, porque está havendo uma pressão muito grande do Vice-Líder, Bezerra, para que pessoas tirem a assinatura e para que não se instale essa CPI. Eu acho isso um absurdo.

Eu acho que o nosso nobre Fernando Bezerra, Senador desta Casa, pai do ministro de Minas e Energia, deveria mais é querer que fosse instalada a CPI, para que nós pudéssemos, dentro do compromisso com a verdade, demonstrar tudo isso.

Estou aqui com o nosso nobre Senador Elder Batalha, que também assinou o requerimento da CPI conosco. Um batalhador, um Senador de Sergipe...

E nós, juntos, nobre Senador Elber Batalha, precisamos instalar o mais rápido possível essa CPI, porque hoje, meu nobre Senador Paulo Paim, Senador Paulo Rocha, Senador Elber Batalha e ouvintes, houve uma quebradeira lá no Piauí. Numa audiência pública para discutir a privatização da Cepisa, o Presidente da Eletrobras recebeu uma cadeirada e coisa e tal. Houve três ou quatro machucados, mesa para lá, mesa para acolá...

Não é isso que um governo sério, um governo responsável, pode querer para a sociedade. Então, não podemos fazer essa afronta num setor tão estratégico para a nossa sociedade, que é o setor elétrico. É um setor que é a libertação de um povo.

E essa tentativa, nobre Senador Paulo Paim, Paulo Rocha e nobre Elber Batalha, de entregar o patrimônio público, que é o patrimônio do setor elétrico, da forma que estão querendo fazer é suicida. O senhor vem de um Estado onde há uma das maiores tarifas energéticas, porque lá existem a Sulgipe e a Energipe, que são todas privatizadas, com preço altíssimo na conta de luz. E o próprio Presidente da Aneel, o Dr. Romeu Rufino, já deixou claro



que, se a privatização do setor elétrico for desta forma, tende a haver um aumento significativo da tarifa da conta de luz. O senhor imagine que a conta de luz do brasileiro é uma das mais altas do mundo!

Por isso, é necessário que a gente, dentro desse trabalho responsável e correto que o Senado sempre fez, instale o mais rápido possível essa CPI.

Eu queria até pedir a V. Ex^{as} que nós, juntos, conversássemos com o Senador Romero Jucá, Líder do Governo, na próxima semana, porque não tem sentido o Governo ficar dificultando a leitura do relatório da CPI, que já cumpriu a prerrogativa de ter 42 assinaturas e precisa ser lido, para que seja instalada a CPI, pelo bem do nosso País e para o bem dele próprio, que é Líder do Governo, para esclarecer todas as questões. Então, nós precisamos fazer essa questão.

Senador Paulo Paim e nobres Senadores, eu vou ler aqui o requerimento, para conhecimento do nosso povo, e a justificativa.

Requerimento da CPI do setor elétrico.

Requeremos, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, que seja criada Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), composta de 10 (dez) Senadores titulares e igual número de suplentes, obedecido o princípio da proporcionalidade partidária, destinada a, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por mais 60 (sessenta) dias, com limite de despesa fixado em R\$90.000 (noventa mil reais), apurar e analisar as seguintes possíveis irregularidades:

Irregularidade nº 1, nobre Senador Elder Batalha: foi relatado que o Sr. Oscar Alfredo Salomão Filho participou de diversas reuniões para tratar da privatização das Centrais Elétricas do Brasil (Eletrobras), mesmo após ser desligado da estatal. A possível ligação entre ex-funcionário da empresa com grupos empresariais interessados no processo de venda da Eletrobras pode comprometer os interesses da União, devido à assimetria de informação. Essa ligação e o acesso à informação privilegiada têm e devem ser investigados, porque não podemos fazer com que o patrimônio seja dado, ainda mais dessa forma, onde pessoas que estavam do lado de cá mudam do balcão para o outro lado, para poder entregar o patrimônio público.

Além disso, um dos responsáveis pelo processo de privatização da Eletrobras tem ligações históricas com o grupo empresarial mais interessado na privatização da Eletrobras. Trata-se exatamente do Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Ex^{mo} Sr. Paulo Pedrosa, que, supostamente, tem agido de forma a favorecer um grupo, em detrimento do processo isento de desinvestimento da estatal.

Então, nós precisamos apurar essas questões. Não é possível que o Sr. Fernando Bezerra, Vice-Líder do Governo, fique aqui nesta Casa pressionando, para que o requerimento não seja lido, e pressionando Senador para retirar assinatura, para tentar encobertar o seu amigo, Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia. Isso não é admissível no serviço público. Eu sou um servidor público concursado, e nós temos a Lei 8.112 para respeitar, nós temos a Constituição Brasileira para respeitar. As pessoas precisam saber que estão lá para trabalhar para o público, pagador de imposto, e não para seus interesses pessoais. Essa que é a tarefa do servidor público. E nós precisamos exigir isso aqui, nesta Casa.

A justificativa, nobre Senador Elber Batalha, para esta CPI, foi o anúncio, feito pelo Governo Federal, da intenção de privatizar a Eletrobras, o que causou surpresa na sociedade civil e no Congresso Nacional, principalmente por conta da urgência estabelecida até o fim do ano de 2018, sem qualquer debate com a sociedade. Isso está sendo impositivo. Por isso, essa



quebradeira hoje, lá em Sergipe. Vai ser quebradeira em todos os lugares, Senador Paulo Paim. E isso o Governo não pode querer para a sociedade. Tem que ser a sociedade do diálogo, uma sociedade do convencimento. É disso que nós precisamos nesta Casa.

O modelo de privatização proposto, considerando o novo marco regulatório do setor elétrico, tem potencial para comprometer a soberania nacional, a segurança energética e a modicidade tarifária, no curto e no longo prazo. Isso o próprio Presidente da Aneel colocou. A conta da energia dos brasileiros, nobre Senador Paulo Paim, Presidente em exercício nesta Casa, neste momento... Espero – quiçá, quem sabe? – que V. Ex^a, vindo para o PROS, seja Presidente do Brasil nas eleições que vêm, porque o nosso Partido tem toda condição e *know-how* de lançá-lo Presidente da República. V. Ex^a tem história, ficha limpa, é íntegro e cumpre todos os quesitos de que precisa o povo brasileiro para ter um candidato em quem ele possa votar com tranquilidade, pois sabe que ele tem compromisso público. Isso V. Ex^a tem. E são 32 anos de vida pública, vários mandatos de Deputado Federal, vários mandatos de Senador da República, com a ficha limpa, íntegra.

Não é, Senador Elber Batalha? Não é disso que precisamos, nobre Senador Elber Batalha?

O Sr. Elber Batalha (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Concordo plenamente com V. Ex^a. Eu defendo o Partido Socialista, como defendo homens com ficha limpa na política.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Exato.

O Sr. Elber Batalha (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – O que seria da população se não tivéssemos essa ficha limpa para ser usada agora, nessas eleições?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Perfeito.

O Sr. Elber Batalha (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – É um momento de reflexão. Tenho dito, todos os dias, que essa é uma eleição diferente. Essa é uma eleição em que está em jogo a honestidade pública, a honestidade do cidadão, do cidadão que não tem a honestidade como virtude, mas, sim, como obrigação. Tenho a honra de aqui representar o Senador Valadares, homem de reputação ilibada. A coisa mais difícil que encontrei aqui, neste Senado, Senador Paulo Paim, foi substituí-lo. Como, depois de 24 anos que S. Ex^a é Senador da República, pela vez primeira um suplente dele assumiu? Aí, Sr^{as} e Srs. Senadores, perguntem-me vocês que estão em casa: "O que esse homem tem que só agora entrou?" É que nós fizemos um acordo de cavalheiros, de honestidade: "Você só pode assumir quando chegar a sua hora". Nós não podemos compactuar com negócio de acerto, em que "você assume tal e tanto e me dá tanto, ou coisa que o valha". Não estou dizendo que os outros fazem assim – muito pelo contrário. Espero que o Brasil continue a dar esse exemplo que é dado pelo Senador Valadares e por tantos outros, como V. Ex^a e o Senador Paulo Paim. Quero me somar ao seu pronunciamento, porque realmente traz grande benefício para a população mais carente do meu querido Brasil. Espero que a sua CPI seja instalada com todo o rigor. E eu garanto, posso assegurar a V. Ex^a, que o Senador Antônio Carlos Valadares não tirará a minha assinatura, que é a mesma dele; a minha que eu consegui aí é a mesma que ele vai conseguir galgar e confirmar quando ele aqui votar. Ele voltará já agora ao final do mês. Para felicidade, eu tive esse apreço com todos os Senadores aqui, fui muito feliz, dei muita sorte. Além de tudo, tive um grande padrinho, o Senador Paulo Paim, que tem me inspirado aqui nesta Casa, como todos os Senadores. Eu parablenizo V. Ex^a pelo pronunciamento e quero dizer que me somo a sua pretensão.



O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Muito obrigado, nobre Senador Elber Batalha. Incorporo também o pronunciamento de V. Ex^a ao meu, a fala de V. Ex^a.

E quero deixar claro, realmente, que o Senador Paulo Paim é um exemplo, porque o Senador Paulo Paim, nobre Senador Elber Batalha e também Senador Valadares que está nos escutando, é uma pessoa que está acima da questão do bem e do mal, é uma pessoa que conta com o apoio de todos os setores – direita, centro, esquerda – porque ele é uma pessoa de bom senso.

Então, nobre Senador Paulo Paim, o meu Presidente Nacional do Partido, Junior, do PROS – que é o Presidente do meu Partido –... Nós já estivemos sentados com o senhor, com V. Ex^a, já o convidamos. O senhor vai ter um diálogo mais preciso com as bases agora, está correto isso, afinal o senhor é Senador no segundo mandato e tem uma pretensão de ir ao terceiro, em uma eleição que, se Deus quiser, vai dar tudo certo lá no Rio Grande do Sul para voltar ao Senado. Mas, por acaso, na reflexão já com essa situação que ficou – a questão do Presidente Lula –, se o senhor puder colocar o seu nome à disposição da sociedade brasileira, será com certeza um grande feito para a nossa sociedade, principalmente a sociedade nordestina, do Centro-Oeste, e os mais carentes de nosso País. Não é, nobre Senador Elber Batalha?

Eu quero, voltando aqui, Senador Paulo Paim, dizer o seguinte: até o momento, o Governo não conseguiu explicar à população brasileira quais os benefícios da privatização e mercantilização do setor elétrico brasileiro.

Entretanto, o que fica claro é a ação de um seletor grupo com acesso a informações privilegiadas dentro do próprio Ministério de Minas e Energia, liderado pelo Sr. Paulo Pedrosa, que pode comprometer os interesses do País em detrimento de ganhos para grupos empresariais privados.

A denúncia de *inside information* já foi encaminhada à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Basicamente, são autoridades públicas que devem ser investigadas para que não reste dúvida quanto à lisura do processo de desmonte do setor elétrico que vem sendo implementado.

Por isso, propomos a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de investigar esses possíveis favorecimentos a empresários a partir de acesso a informação privilegiada, bem como irregularidades de agentes públicos envolvidos nos atos relativos à privatização da Eletrobras.

Era isso, nobre Senador Paulo Paim. Espero contar com a colaboração de V. Ex^{as} todos.

O Sr. Elber Batalha (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Pois não.

O Sr. Elber Batalha (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – V. Ex^a concede-me um aparte, por favor, para que eu possa registrar a presença de grandes advogados do PSB? Nós temos, hoje, a abertura do Congresso Nacional do PSB, e eu queria aproveitar o gancho, Senador Paulo Paim, Senador Hélio José, para dizer que no dia de ontem, na Fundação João Mangabeira, na apresentação dos novos filiados do PSB, o Deputado Federal Molon, Alessandro Molon...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Alessandro Molon, do Rio de Janeiro.

O Sr. Elber Batalha (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um grande Parlamentar.



O Sr. Elber Batalha (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Um grande Parlamentar, um homem que reputo com grandes possibilidades de, hoje e no futuro, ser um pré-candidato a Senador da República pelo Rio de Janeiro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Com certeza.

O Sr. Elber Batalha (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – O PSB tem todas as condições, no Rio de Janeiro, de eleger um homem como o Deputado Federal Alessandro Molon. Grandes quadros conquistados pelo PSB. Nesse mesmo evento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Hélio José, o PSB teve a honra também de apresentar para o povo do Paraná e para o povo do Brasil a filiação do Deputado...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Aliel.

O Sr. Elber Batalha (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Aliel, grande figura, um jovem de 29 anos, Senador. Eu me emocionei quando vi o currículo do menino. Esse rapaz já foi cobrador,...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Lutador.

O Sr. Elber Batalha (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – ... lutador, engraxate. Eu fui engraxate também.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – O senhor sabia que o Aliel vem de Ponta Grossa, cidade da minha chefe de gabinete, da chefe das minhas agendas? E outra: eu também fui engraxate. Então, engraxate não...

O Sr. Elber Batalha (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Nós três. Paim deve ter sido também, porque é um sofredor, é um guerreiro. Então, fico feliz em anunciar a todos aqui, ao Senado da República, a presença da nossa Dr^a Ana Menezes, aquela jovem ali. Eu a chamo, às vezes, de Angela Merkel, porque é ela que comanda o nosso Partido carinhosamente. Aquela jovem ali é a Dr^a Niully, que foi candidata a Vereadora e ficou como suplente, mas ela vai ser pré-candidata a Deputada Estadual. Ela é Presidente da Fundação João Mangabeira lá do Estado de Sergipe, especialmente do PSB. A Sheila é advogada também, bacharel em Direito, e chefe do gabinete do Deputado Federal Valadares Filho, que foi escolhido, no congresso do PSB da filiação desses dois grandes Parlamentares que acabei de nominar, foi nomeado, foi determinado pelo nosso Presidente Carlos Siqueira para ser candidato ao Governo do Estado de Sergipe – o Deputado Federal Valadares Filho.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Parabéns!

O Sr. Elber Batalha (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Ele é um grande candidato. Foi derrotado duas vezes, mas tem um cacife muito grande, um carinho imenso. E o povo do meu Estado está com pena, com saudade por não ter visto Valadares ser o Prefeito de Aracaju. Então, ele vai ser um pré-candidato a Governador, com fé em Deus. E as redes sociais estão querendo até me condenar: não fui eu que lancei o candidato; a convenção do PSB, Carlos Siqueira, determinou que o PSB tire candidato a governador nesses três lugares. E eu aqui estou me antecipando ao grande Molon: que ele seja candidato, pelo Estado do Rio de Janeiro, a Senador da República, ocupando a vaga que era do PSB. Então, quero aqui me solidarizar com todos vocês e com o Senador Paim, e me somar a V. Ex^a.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Muito obrigado, nobre Senador Elber Batalha. Ficam os registros.

O Deputado Aliel e o Deputado Molon são duas pessoas muito desenvolvidas da esquerda brasileira, socialista. É um grande ganho realmente para o PSB, nobre Senador Paim, tanto o



Deputado Aliel, que vinha da Rede, lá do Paraná, quanto o Deputado Molon, que também veio da Rede, lá do Rio de Janeiro. Foram para o PSB. É um grande ganho para o PSB.

Eu quero concluir, Senador Paulo Paim, dizendo para V. Ex^a que é muito importante que a gente instale essa CPI do setor elétrico, a CPI da Eletrobras, porque, como engenheiro eletricitista, como servidor do Ministério de Minas e Energia, eu não tenho dúvida de que há um equívoco muito grande na situação ora colocada.

Muito obrigado, Excelência. Um forte abraço e tudo de bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Hélio José, meus cumprimentos.

Sei que V. Ex^a optou para ser Deputado Federal. Poderia disputar uma vaga no Senado, mas, tenho certeza de que o Congresso continuará com V. Ex^a, não como Senador, mas como Deputado Federal.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. *Fora do microfone.*) – Se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E aproveito para cumprimentar a delegação do PSB que está aqui presente prestigiando o Senador Elder Batalha, e, ao mesmo tempo, desejo um grande congresso, que eu sei que vocês vão realizar, em Brasília, no dia de hoje.

Sejam todos bem-vindos!

Senador Paulo Rocha, com a palavra, PT, do Pará, grande líder aí em defesa dos trabalhadores, do campo e da cidade.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nobre Senador e companheiro Paulo Paim, queria refletir aqui sobre algumas preocupações que há no momento político do nosso País. E todo mundo está vendo que os ânimos de novo se acirram nos debates políticos, principalmente porque todos estão preocupados com a saída das crises que envolvem o nosso País – crise econômica, crise política, crise de moralidade e crise de soberania.

Enfim, abateu-se sobre nós um processo muito ruim, principalmente para aqueles que sempre se dedicaram à briga pela democracia, por um País soberano, por um País com autodeterminação do seu povo. E todos aqueles que lutaram sentem não sei se é sentimento, Senador Paim, de um grande retrocesso no nosso País, retrocesso na política. Os partidos políticos estão sempre tentando... Alguém ou uma visão elitista do País está sempre querendo diminuir a força dos partidos, da política, das lideranças.

Nossa economia está com graves problemas. A violência volta, de novo, fortemente nos nossos bairros, nas nossas cidades, na porta da casa do povo. Lá no meu Estado, por exemplo, volta a violência no campo, com as chamadas chacinas, perseguição sobre lideranças de trabalhadores que ousam defender e lutar pelos interesses dos trabalhadores. E fatos desta semana, dos últimos dias, chamam mais a atenção e acirram esse debate.

Eu acho que a intervenção militar no Rio de Janeiro é um profundo debate que se põe para esta Casa e se põe para os governantes. Essa forma, esse sistema de governo está também colocando em xeque o problema da segurança em nosso País.

E governos ilegítimos, governos fracos, como é o Governo Temer, acabam buscando a forma de solucionar os problemas do País através do autoritarismo, através da força policial, enfim, o que não é a solução do problema da segurança do nosso País. Não é a intervenção militar no Rio de Janeiro que vai resolver esse problema, todo mundo sabe.



É de se perguntar: por que só no Rio de Janeiro se esse tipo de violência grassa nas nossas regiões metropolitanas, nas regiões mais importantes do nosso País? É porque o Rio de Janeiro é um símbolo? Sim, mas também nos outros Estados, nas outras regiões, nas outras capitais, moram brasileiros, pessoas, principalmente a nossa juventude. Esse problema da violência nas grandes cidades ceifa mais a vida do trabalhador, do pobre, do jovem negro, do jovem pobre, enfim. Então, este assunto é fundamental que a gente aprofunde e discuta aqui.

Outra questão que chamou a atenção e que se coloca para o debate aqui é a grande propaganda. É por isso que Governo Temer, um governo fraco, sempre busca a mídia, busca os interesses da mídia, da grande imprensa, Rede Globo etc. E é também por causa desses interesses e por causa da aliança dos golpistas que a mídia sai em defesa de governos fracos, para poder implementar políticas que interessam aos grandes.

Em relação à questão econômica, a artificialidade de índices e publicações falsas do Governo ilegítimo do Temer é que acaba também, neste momento, fazendo propaganda falsa e propaganda mentirosa de que a economia está se levantando e está buscando soluções para os problemas do nosso País.

Eram esses dois temas que eu quero, portanto, colocar aqui no debate para o nosso povo, para a nossa gente.

Está claro que esse processo que estamos vivendo no nosso País é produto e consequência da conspiração que se estabeleceu a partir da elite brasileira, que sempre governou e dominou o País, e que impõe as suas regras, os seus processos e provocou esse retrocesso no nosso País. A elite brasileira, que sempre foi classe dominante do nosso País, movimentou uma conspiração já há algum tempo para derrubar governos que estavam avançando não só em inclusão social, em desenvolvimento com distribuição de renda, com geração de renda, com geração de emprego, com políticas públicas, processando para chegar ao cidadão mais pobre.

É só ver, nos últimos 12, 13 anos de governo do PT, dos governos Lula e Dilma, os avanços que nós conquistamos no nosso País, as políticas públicas que chegaram para o cidadão: o Minha Casa Minha Vida, o Luz para Todos, o Bolsa Família, o Mais Creche, universidades, a interiorização do ensino superior. Só no meu Estado, no Pará, há 100 anos só havia uma universidade federal para cobrir todo aquele Estado continental. E no nosso governo foram criadas mais três universidades, oportunizando, portanto, o ensino público superior para o filho do pobre, para o filho do trabalhador rural. São avanços e conquistas de uma sociedade.

Hoje nós podemos dizer que o filho do negro, o filho do trabalhador rural, o filho da dona de casa, o filho do pedreiro pode ser doutor neste País porque nós criamos a oportunidade. E o que é que o Governo Temer fez, o governo ilegítimo? Foi a partir dessa conspiração, porque a elite brasileira, através da democracia, não conquistava mais o poder no País. Já tinham perdido quatro vezes e, aí, houve essa conspiração para tirar a Presidenta da República, que tinha sido eleita democraticamente pelo voto popular, pela vontade do povo, e a tiraram na marra para poder implementar de novo as políticas da elite brasileira, da classe dominante do nosso País. Isso é claro. E a forma como eles fizeram, colocar a democracia em cheque – e tudo vinha sendo feito democraticamente –, aí houve essa conspiração e a tiraram na marra. O nome disso é golpe. Por mais que isso crie coceira em alguns Parlamentares, Senadores aqui e crie constrangimento, mas foi golpe na democracia do nosso País. E nós estamos vendo a consequência, o problema, a volta a tudo.



E a consequência disso foi produto das ações do Governo Temer. Por exemplo, a retirada do direito... Uma luta muito importante que o companheiro Paulo Paim implementou desde quando chegou aqui, a valorização do salário mínimo, a recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo foi conquista da luta de anos, desde quando nós estávamos no movimento sindical. Pois bem, o governo Lula chegou e houve uma política de recuperação do salário mínimo, aumento acima da inflação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Saiu de US\$60 para mais de US\$300.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Exatamente.

Naquele tempo, Paim, quando nós éramos da CUT, colocávamos que a bandeira principal era que o salário mínimo chegasse a US\$100, não é? Na época do Fernando Henrique Cardoso, só chegou a US\$78; o Lula fez chegar a US\$300.

Pois bem, vem um governo ilegítimo e retira essa possibilidade, inclusive com o aumento abaixo da inflação. Isso é confisco, confisco do salário do trabalhador, principalmente aquele que mais precisa, que é o trabalhador do salário mínimo.

A aprovação da PEC, que nós apelidamos de PEC do Fim do Mundo, foi para cortar exatamente investimentos em áreas fundamentais que nós já tínhamos construído, na educação, na saúde. A redução do orçamento da União foi exatamente para poder atender a visão que está sendo implementada em nosso País: o malfadado Estado mínimo, que querem ressuscitar.

Se o neoliberalismo já apodreceu em outros cantos, querem, de novo, vir ao Brasil ressuscitar essa proposta neoliberal do Estado mínimo. Com isso, eles implementam políticas. Primeiro, a redução de investimentos do Estado em setores estratégicos importantes de inclusão social, de desenvolvimento a partir do pequeno produtor da agricultura familiar, das micro e pequenas empresas, tudo isso eles estão cortando, que já eram uma conquista do nosso País.

Isso leva a quê? Leva a esse aumento da violência, porque há o desemprego em massa, como está acontecendo, a consequência dessas políticas de arrocho, como a retirada de direitos dos trabalhadores, como a reforma trabalhista. Não é verdade que os direitos conquistados na Constituição brasileira para os trabalhadores engessam o desenvolvimento e o crescimento do nosso País. O próprio Lula demonstrou que nós crescemos 3,5% com distribuição de renda, com investimento social. E não foi preciso mexer uma vírgula na CLT ou nos direitos dos trabalhadores brasileiros. Agora, eles vêm com esse discurso, retirando direitos dos trabalhadores, diminuindo a possibilidade do poder aquisitivo do salário mínimo.

Por isso, quero aprofundar mais a questão, demonstrando que a economia só transferiu renda para o rico, dessa forma como eles estão governando o nosso País.

Para nós do PT, do campo democrático, essa iniciativa tomada de supetão e de forma oportunista, como ocorreu na questão da intervenção militar, não vai resolver. É uma visão eleitoreira, tentando ressuscitar a popularidade, qualquer popularidade, do Governo Temer, um governo com 95% de impopularidade em nosso País. Agora, ele usa uma política... Usa, inclusive, as Forças Armadas para tentar buscar uma possível popularidade. Então, é uma visão eleitoreira.

E olhem só: ela é tão absurda, que ele pretende, com isso, se credenciar para ser candidato à reeleição. E não venham me dizer que não tinham propostas para resolver o problema da segurança no nosso País.



Em recente encontro de governadores em Rio Branco – aliás, convocado pelo nosso Governador do Acre, Tião Viana –, realizado com a presença de 25 governadores – entre eles o do Rio de Janeiro e dos dez Estados mais violentos do País –, com quatro ministros – entre eles o Ministro da Justiça, Torquato Jardim, e o Ministro da Defesa, Raul Jungmann, da Segurança Pública –, criou-se um documento intitulado "Carta do Acre", o qual definia estratégias de mudança no Sistema Nacional de Segurança Pública e apontava caminhos para ações integradas entre os governos estaduais e a União com o objetivo de defender a vida e assegurar a integridade física da população através do combate à violência e ao narcotráfico.

Esse documento elenca várias ações prioritárias que devem ser observadas pelos governantes, entre as quais o plano nacional integrado entre União e Estados; a força tarefa nas fronteiras para combater o narcotráfico e o tráfico de armas; o fortalecimento da cooperação internacional; a ação das polícias federal e estadual, da Força Nacional e das Forças Armadas na faixa de fronteira.

Portanto, a intervenção no Rio de Janeiro se mostra uma ação eleitoreira.

A pergunta que não quer calar: a intervenção federal no Rio de Janeiro vai resolver o problema da violência? A população vai ter segurança? Os moradores vão ter paz e tranquilidade para ir e vir para trabalhar e estudar? Vão ter direito à vida digna? Eis a questão.

Então, nós somos da visão de que esse tipo de intervenção atabalhoada, sem nenhum planejamento, inclusive sem nenhuma origem orçamentária para poder realmente haver um combate mais efetivo na questão da segurança do nosso País.

Por fim, Sr. Presidente, eu queria deixar aqui uns números sobre a questão da economia, para dismantelar o discurso governista e desmascarar, inclusive, o que está sendo anunciado como política econômica acertada para o nosso País.

O lucro dos bancos do nosso País, Senador Paulo Paim, aumentou em 2017. Os ganhos das quatro maiores instituições financeiras com ações listadas na Bovespa alcançaram R\$57,63 bilhões. Isso corresponde a uma alta de 14,6%. Para se ter uma ideia, o Banco Itaú fechou com um lucro líquido de R\$24 bilhões, um aumento de 10,7%, em relação a 2016.

A Receita Federal apurou, em 2017, R\$ 269 bilhões. Esses valores são de rendimentos não tributáveis de lucros e dividendos. Portanto, é transferência através dos lucros dos grandes bancos para os mais ricos na renda do País.

Esse acumulado na economia do ilegítimo Michel Temer tem resultado nefasto para o povo com o aumento da desigualdade.

Segundo o Instituto Oxfam Brasil, a desigualdade existente no País é brutal: os 5% mais ricos detêm a riqueza que seria dos demais 95% da população. É a brutalidade da desigualdade no nosso País.

As cinco, seis, oito famílias mais ricas do País detêm 50% da renda do País.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Com isso, senhores e senhoras, que estão nos ouvindo através da TV Senado e da Rádio Senado, o emprego formal desaparece, a pobreza e a desigualdade avançam. Isso é notório.

Em dois anos, o Brasil ganhou 8,6 milhões de miseráveis, nos governos anteriores de Dilma. E nós, ao contrário, estávamos incluindo, tirando da pobreza e da miséria milhões de famílias. De acordo com a linha de extrema pobreza estabelecida pelo Banco Mundial, 13,4 milhões de



brasileiros – 6,5% do total – vivia com menos de US\$1,90 por dia no final de 2016 – cerca de R\$133,00 mensais. Um quarto da população possuía renda inferior a US\$5,50, ou seja, R\$387,00 por mês. O desemprego massivo é a maior fonte de angústia do brasileiro.

Embora o Governo se apresse em anunciar a reativação do mercado de trabalho, a verdade é que Temer nem sequer conseguiu suprir as vagas perdidas durante a sua gestão. Em maio de 2016, quando foi alçado ao poder sem voto, em meio ao golpe branco deflagrado no Parlamento, a taxa de desocupação atingia 11,2% da população economicamente ativa, um total de 11,4 milhões de cidadãos sem emprego. O problema atingiu o ápice no primeiro trimestre de 2017, quando o país somou 14,2 milhões de desempregados, ou seja, saiu de 11% para 13,7% o total de desempregados no nosso País.

Neste Governo, o saldo da destruição é gigantesco. Ora veja: quase 1 milhão de empregos formais foram desativados. No meu Estado, o Pará, só de maio de 2016 a dezembro de 2017, tivemos uma redução de 54.891 postos de trabalho, e no Brasil aumentou o desemprego em mais 1,5 milhão de desempregados. Estou falando de dados oficiais divulgados pelo IBGE – portanto, informações de dentro do próprio governo.

Os números, Senador Paulo Paim, ajudam a confirmar que os ricos pagam menos impostos. A alíquota efetiva que incide sobre os que receberam, em 2016, mais de 160 salários mínimos mensais, foi de apenas 6,1%. Os brasileiros que mais pagaram impostos naquele ano ganhavam entre 30 a 40 mínimos por mês, ou seja, entre R\$26,4 mil a R\$35 mil, arcando com uma alíquota de 12,1%. Esta informação é muito importante para os chamados batedores de panela, os que se mobilizaram com verde e amarelo para derrubar a Dilma. Agora a conta está passando para eles. Enquanto os ricos mais ricos ganham isenções, ganham acúmulo de riqueza na mão deles, aqui a chamada classe média, aquela que foi para rua derrubar a Dilma, agora está pagando a conta, com mais imposto, com o preço da gasolina, etc. Cadê os amarelos e os verdes para agora virem bater panela contra o Temer? O desmonte feito pela Operação Lava Jato, que parece uma coisa montada da indústria naval, da indústria da construção civil, é mais uma mazela que nós estamos adquirindo para o nosso País. Ao contrário, a tal da Operação Lava Jato cria condições para entregar o nosso patrimônio, como o patrimônio da Petrobras, através do pré-sal, transferido a preço de banana para o capital financeiro internacional.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Por isso, Sr. Presidente, com esses dados, não é fácil acrescentar e dizer o seguinte: o golpe criou as condições de fazer transferência, transferindo do mais pobre e agora da classe média, para criar mais super-ricos no nosso País e, por isso, tirou a renda dos mais pobres, enquanto continua a engordar os bolsos dos super-ricos, um grupo que paga pouco imposto no Brasil.

Enquanto isso, medidas impactam seriamente a vida nacional, como a questão da intervenção no Rio de Janeiro e as políticas econômicas implementadas pelo Governo Temer, cumprindo este papel: não resolvem o problema do nosso País, colocam culpa da violência, nas grandes cidades, para o...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... pobre, para o negro, para aquele que está desempregado. E as políticas econômicas são voltadas para entregar o nosso patrimônio e as nossas riquezas para o capital financeiro



internacional e acumular cada vez mais pobreza na mão do mais pobre, com a retirada de direitos dos trabalhadores.

Por isso, essa é a ditadura econômica que aumenta as desigualdades sociais. É a intervenção militar que sedimenta mais ainda um golpe, impondo aos pobres, aos negros e aos favelados a sua condição hegemônica de poder da elite brasileira sob a cantilena da ordem e progresso, de poucos sobre a maioria da sociedade brasileira.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Paulo Rocha, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pastor Bel.)

O SR. PRESIDENTE (Pastor Bel. PRTB - MA) – Quero convidar o Senador Paulo Paim para usar a tribuna.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Pastor Bel, que preside a sessão, e Senador Batalha – permita que eu o chame assim; me chame de Paim, eu o chamo de Senador Batalha –, é uma satisfação enorme V. Ex^a presidir a sessão neste momento. V. Ex^a fez um discurso indignado – eu nunca me esqueço disso, eu estava aqui –, Pastor Bel, e hoje está presidindo a sessão do Senado da República.

Tentarei ser breve, para que o Senador Batalha possa também, em seguida, usar da palavra.

Sei que o Senador Batalha havia conversado comigo. Eu ia registrar a presença do advogado do PSB. Acho que o Presidente pode registrar a presença dele aí.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Bel. PRTB - MA) – Queremos registrar a presença do Wesley Cardoso, advogado do PSB, e do Dr. Daniel Silvestre.

Sejam bem-vindos a esta Casa. Para nós, é uma honra ter os senhores conosco nesta sessão tão especial.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Sejam bem-vindos, todos.

Sr. Presidente, quero falar de uma preocupação muito grande, de uma tentativa de o Governo Temer de mexer no Banco Central, no Departamento do Meio Circulante do meu Estado do Rio Grande do Sul.

Recebi mensagem do Sr. Daro Marcos Piffer, Diretor Técnico do Banco Central, sobre a expectativa de fechamento do Departamento do Meio Circulante do Banco Central no meu Estado, o Rio Grande do Sul. Essa mesma mensagem, eu sei, foi encaminhada a todos os Senadores e Deputados.

Qual é a preocupação? A administração do Banco Central do Brasil está encaminhando para uma decisão de encerrar as atividades do Departamento de Meio Circulante (Mecir), na cidade de Porto Alegre, capital de todos os gaúchos e todas as gaúchas. Esse cenário de desmonte pode ser um laboratório do início do encolhimento dos serviços prestados pelo Banco Central à sociedade gaúcha. Além de ser um desprestígio para o meu querido Rio Grande, será a única regional do País, onde não haverá Departamento do Meio Circulante. O fim do serviço local de distribuição de numerário para os bancos e a transferência geográfica da destruição de numerário inservível redundará naturalmente em uma piora nos serviços à população gaúcha. O



término dos serviços prestados pelo Departamento de Meio Circulante em Porto Alegre resultará em diversas consequências negativas à sociedade gaúcha.

Dou aqui alguns exemplos, Presidente Bel: a escassez do troco no Rio Grande, em especial a moeda. Os dados mostram que, nas localidades onde há representação do Banco Central, as demandas relacionadas à disponibilização de troco à população são atendidas com maior qualidade e celeridade.

Outro exemplo: o Rio Grande do Sul tem uma população de quase o dobro da nossa querida Santa Catarina. Porém, como possui representação do departamento, somente em 2017 distribuiu dez vezes mais moedas para aquele Estado, para melhorar a atividade daquele Estado. Melhoraria seria se o Banco Central abrisse mais sedes, e não fechasse.

Nós não estamos propondo aqui que fechem a sede de Santa Catarina. A sessão de Santa Catarina está fazendo lá um belo trabalho. Que fique lá a sessão, mas que não fechem a do Rio Grande, o que só vai acumular ainda mais trabalho para Santa Catarina atender, enfim, todo aquele Estado.

Sr. Presidente, Bel, ocorrerá também deterioração da qualidade do numerário em circulação. O Departamento do Meio Circulante possui a importante missão de distribuir cédulas e moedas no País e manter a sua qualidade, entendida como a substituição daquelas cédulas e moedas não aptas para a circulação por dinheiro novo ou em bom estado de uso, com a destruição do numerário inadequado.

Como diz aqui o Dário, o meio circulante de baixa qualidade é um convite — olha a gravidade! — para os falsários de dinheiro atuarem com maior facilidade.

No Brasil, o alto custo das tarifas bancárias para a grande parcela da população traz vantagens no uso do dinheiro vivo, sendo um serviço social o fornecimento do numerário de boa qualidade e na quantidade demandada.

O encerramento da atividade e da custódia de numerário estrangeiro apreendido... Por ser um Estado fronteiriço, o Departamento do Meio Circulante em Porto Alegre é fortemente demandado pelas autoridades judiciais e policiais, para a guarda de notas estrangeiras apreendidas. A transferência dessa atividade para outro Estado resultará em maiores custos de transporte e segurança, podendo inclusive inviabilizar o resgate para os cidadãos que tiverem o direito de serem restituídos.

Por exemplo, atualmente, quando há uma apreensão de dinheiro estrangeiro de origem duvidosa, nosso Estado, através do Departamento do Meio Circulante, tem estrutura para recebimento e guarda desse numerário.

Com o fechamento do Departamento do Meio Circulante do Banco Central, leia-se, do Rio Grande do Sul, qualquer apreensão de dinheiro estrangeiro de origem duvidosa vai ter que ser destinado para Curitiba. Isso implica aumento de riscos aos agentes públicos no transporte, custos e ainda aumento do tempo de entrega e retirada do numerário apreendido. Mais ainda, Sr. Presidente, encerramento dos cursos de capacitação de reconhecimento do dinheiro brasileiro no meu Estado.

Atualmente o Departamento do Meio Circulante oferece gratuitamente palestras e cursos para a rede bancária, para o comércio local e outras instituições públicas e privadas, como Trensurb, Concepa, associações comerciais, Banrisul, CEF, Sicredi, dentre tantas outras.



Com o seu fechamento, essa atividade deixará de existir, com prejuízo para todos os gaúchos e gaúchas, já que o Banco Central não disponibiliza recursos para o deslocamento de servidores de outras regionais.

Encerramento da atividade de monitoramento das falsificações no Estado. O departamento do Rio Grande do Sul historicamente desempenha um papel de protagonista no combate à falsificação.

A regional de Porto Alegre foi pioneira na classificação e catalogação dos tipos de falsificação de dinheiro, procedimentos os quais auxiliam o trabalho da Polícia Federal na tarefa de instaurar o inquérito policial, bem como auxiliam a Justiça Federal no que tange à imputação de crimes relacionados à falsificação de dinheiro.

Hoje em dia, a regional de Porto Alegre possui uma equipe altamente qualificada nessas atividades, bem como amplo acervo das falsificações já apreendidas em todo o Território nacional.

Reafirmamos, alertamos o Governo: todos nós perdemos, se isso acontecer.

O encerramento das atividades resultará também em demissões. O desemprego está aí, comentado por todos os Senadores hoje, na tribuna. Ele resultará, repito, na demissão de diversos trabalhadores, tanto ativos como terceirizados – vigilantes, profissionais de manutenção e outros terceirizados que beneficiam a economia gaúcha –, aumentando, assim, a massa de desempregados no nosso País.

Nesse cenário de crise, o fechamento do Departamento do Meio Circulante do Banco Central no Rio Grande do Sul agrava a já combalida situação econômica – infelizmente tenho que afirmar – do meu Estado.

A intenção de fechar espero ainda que não esteja decidida. Espero que esse ato não seja consumado. Por isso, é importante a junção de todas as forças políticas – de todos os Deputados, de todos os Senadores, da representação do Rio Grande do Sul aqui em Brasília, dos gaúchos que estão no Governo –, para que se pronunciem, para que não haja mais esse atraso da retirada desse importante órgão do nosso Estado, que traria prejuízo não só para o Rio Grande, mas também para o Brasil.

Sr. Presidente, nos minutos que me restam, queria agradecer muito a todos aqueles que estão insistindo muito, muito, muito para que eu participe da 13ª edição do Fórum Social Mundial, em Salvador, onde eu falaria sobre a reforma trabalhista, também sobre a reforma da previdência e sobre o belo trabalho da CPI da Previdência, que tive a satisfação de presidir, de que Hélio José foi o Relator e em que nós provamos que a nossa previdência é superavitária.

Repito aqui o que já disse inúmeras vezes, na tribuna. Felizmente, ela foi enterrada. Conseguimos enterrar essa reforma da previdência. É só combater sonegação, combater a fraude, combater o desvio do dinheiro da seguridade. A DRU retirou 1,5 trilhão; a apropriação indébita, 30 bi por ano; a dívida ativa a ser executada, mais ou menos, 1 trilhão. Vamos parar de fazer Refis a todo momento, pois é um incentivo àquele que não paga. Aquele que não paga fica esperando e, dali a dois anos, faz outro Refis; paga um, dois meses, não paga de novo e fica esperando um outro Refis.

Vamos caminhar na linha de um choque de gestão na nossa seguridade social, na previdência. É bom lembrar que seguridade social é saúde, assistência e previdência.

A CPI mostrou – eu fui Constituinte, Senador Bel e Senador Batalha, de batalhador. É fácil lembrar o seu nome. O nome do Senador Bel, Pastor Bel também é fácil lembrar – quem



faz o bom combate. Na reforma da previdência, ganhamos uma batalha, como é o seu sobrenome, mas não ganhamos a guerra, porque ela voltará no ano que vem. E eu agradeço muito a todos.

Durante o meu mandato, viajei a todos os Estados, toda vez que fui convidado. Fui, no mínimo, duas vezes a cada Estado. Inclusive fui aos Estados dos senhores falar sobre democracia, sobre o direito dos trabalhadores, sobre previdência, enfim, sobre os aposentados, os pensionistas, sobre os trabalhadores da área pública, da área rural e da área urbana, sobre terceirização. E agora estou me dedicando mais ao meu Rio Grande, porque é preciso também que eu vá prestar contas, no Rio Grande, de todo o trabalho que fizemos aqui.

Para os senhores terem uma ideia, mais de mil projetos foram apresentados. Mais de cem eu transformei em lei. Tenho orgulho de dizer, quando passo, que sou autor do Estatuto do Idoso, autor do Estatuto da Igualdade Racial, relator do Estatuto da Juventude, autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Foi viajando pelo Brasil que construímos a política do salário mínimo, de inflação mais PIB, da qual fui relator, que encaminhamos aí para o debate na sociedade e hoje também é lei. Enfim, a Lei dos Autistas... São tantos que eu teria que lembrar.

Mas eu queria que eles entendessem. Eles gostariam muito que eu estivesse lá no dia 15 de março. Eu até gostaria de estar, porque é a data do meu aniversário. Então, está difícil para eu adequar as agendas para estar nesse evento do Fórum Social Mundial. Só aqui eu recebi três documentos com esse objetivo. Mas vamos ver o que conseguimos fazer.

Por fim, Presidente – são os últimos quatro minutos –, todo mundo sabe que eu combati muito aqui a reforma trabalhista. Ganhei até numa comissão por um voto, mas, no plenário, eu perdi. Isso é democracia, enfim. Mas as consequências da reforma trabalhista são muito grandes.

Eu sou Relator agora da construção de uma nova CLT. Como na época de Getúlio foi construída uma CLT, agora, é claro, na Comissão Especial, que nós organizamos aqui, no Senado, eu sou o Relator. Essa reforma, na forma como ficou – vou na segunda-feira trazer um documento dos juízes do Trabalho –, é inaplicável. Ela foi mal redigida, não tem consistência jurídica e vai criar um grande problema ainda de segurança jurídica entre empregado e empregador.

Por isso, acredito que nós vamos construir, para anunciar ao País, no dia 1º de maio, uma consolidação das leis do mundo do trabalho, que eu chamo novo Estatuto do Trabalho, porque essa que ficou aqui ficou como Consolidação do Empregador (CLE). E nós queremos uma consolidação que olhe para ambos, para empregado e empregador, com o carinho e o respeito que nós temos aos dois setores, o que emprega e o que é empregado. Esse é o objetivo. Inúmeros empresários estão colaborando – quero dar esse depoimento –, juízes, promotores, procuradores. Já estamos na 12ª reunião.

E eu vou ler aqui rapidamente esse documento, que não é de nenhum sindicato, nem de empregado ou empregador, mas é da OIT. O que é a OIT? Organização Internacional do Trabalho. É um documento curto.

[...] um comitê de técnicos [...] da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sem poder deliberativo, apresentou duas críticas à reforma trabalhista [feita no] [...] Brasil [...].



O comitê entendeu que a prevalência [e eu anunciava aqui e denunciava] do negociado [...] [acima do] legislado [...].

Quer dizer, a lei não existirá mais para efeito de relação entre empregado e empregador, vai existir somente o negociado, porque o negociado supera a própria lei. Eu nunca vi isso.

Enfim, eles dizem:

[...] consagrada pela Lei 13.467/2017, é contrária ao objetivo de promover negociações [...] livres e voluntárias, [...] [como manda a] Convenção 98 da OIT.

Segundo esse comitê:

[...] o Brasil violou as Convenções 98 [...] e 154, que teriam por princípio admitir [sim] a [livre] negociação [individual e] coletiva [eu também defendo, desde que não supere a lei] [...].

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A lei é para todos. A lei em primeiro lugar. Livre negociação, sim, mas desde que respeite aquilo que está na lei e na lei maior, que é a nossa Constituição.

Sr. Presidente, o negociado acima do legislado, acordos entre empregados e empregadores que possam ser abrigados acima da lei têm que ser discutidos. No fundo, traz uma concepção de dominação para retirar direitos. Em tempo de desemprego em alta, a corda sempre arrebenta do lado mais fraco.

Há outros pontos que nós teríamos que aprofundar aqui, que também atingem a dignidade da pessoa humana. Uma delas permite, vejam bem os senhores, que a mulher grávida...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... ou que esteja amamentando fique exposta em ambientes insalubres. É uma enorme crueldade.

Prejudica a criança e prejudica a mãe. Como uma mulher grávida vai poder trabalhar em área insalubre?

Então, isso aqui é um protesto internacional, que eu trago à tribuna do Senado, contra essa famosa reforma trabalhista, que eu não chamo de reforma, porque foram retirados direitos do trabalhador.

À terceirização da atividade fim fazem também uma grande crítica. Fazem uma grande crítica também àquela ideia de que pode trabalhar 12 horas seguidas, sem intervalo. Isso caminha para aumentar os acidentes do trabalho.

A CLT garantia o horário de almoço de uma hora...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... dependendo do contrato. *(Fora do microfone.)*

O.k. Agora eu termino. Esse tempo está bom.

Agora ficaram somente 30 minutos. Pela nova lei, esse tempo pode ser reduzido para 30 minutos. O Governo, enfim, optou por fazer uma aliança com o mercado, com os poderosos, com



o setor financeiro. Não há nenhum compromisso nessa reforma com o emprego, a distribuição de renda, o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

Sr. Presidente, por isso que, infelizmente, circula em todo o mundo que o Brasil avança para ser o número um em matéria de concentração de renda. Não é preciso isso. Nós podemos viver muito bem com os que têm mais e com os que têm menos, desde que a dignidade humana seja respeitada. Nós temos que permitir que as pessoas tenham onde morar, que tenham direito a fazer as três refeições por dia, que tenham direito ao emprego, a estudar, a ter saúde.

Mas, como ficou aqui, com o congelamento dos investimentos em 20 anos, eu repito algo que ouvi: se você não pode investir por 20 anos, não pode fazer mais hospitais. Se não faz hospitais, não gera emprego, só como exemplo. Não pode haver novas estradas. Não pode investir. É só manutenção. E como ficam os investimentos na saúde? Os investimentos na educação? Estão aí as universidades e os institutos pedindo emenda de Parlamentar, porque não há mais no Orçamento dinheiro para investir na educação, na tecnologia, no desenvolvimento tão sonhado por todos nós.

Eu volto amanhã. Aqui encerro.

Obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Bel. PRTB - MA) – Senador Paim, você sempre defende os trabalhadores brasileiros, com essa bandeira, que é a sua cara. Parabéns pelo belo discurso. V. Ex^a sempre se sai muito bem nesta Casa. Os nossos amigos que estão nos assistindo pela TV Senado sempre param para ouvir V. Ex^a.

Eu sempre digo: eu nunca pensei ser nem um vereador na minha vida e fui candidato logo a Senador da República. Não tive a oportunidade de concorrer na cabeça, porque a democracia está longe deste País. Eu era filiado a um partido, o PP, que, na última hora, não me deu a legenda. E eu rodei o Maranhão, no meu Fiatzinho 147, com dignidade e um sonho, porque o homem sonha e Deus realiza.

E eu nunca pensei, Senador... Quero agradecer a V. Ex^a pela oportunidade de presidir esta Casa, este Senado. O senhor me deu essa oportunidade.

E eu disse aos amigos no Maranhão, à minha esposa, à minha família, que eu iria ser Senador da República, porque estava dentro de mim. E Deus, com a sua infinita misericórdia, com o seu infinito amor, usou o Senador Edison Lobão – e eu quero aqui agradecer a ele pela oportunidade de passar esses dias, como vou passar... Vou ficar aqui até abril, juntamente com V. Ex^{as}, para trabalhar pelo nosso Estado. E eu disse para minha esposa que o homem sonha e Deus realiza. E Deus realizou essa oportunidade.

Há poucos dias, quando eu assumi no Senado, eu disse na tribuna da nossa igreja, a Assembleia de Deus, no Maranhão, que eu ainda iria ser Presidente do Senado Federal. Está se cumprindo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Entra no seu currículo. Hoje, V. Ex^a, efetivamente esteve como Presidente de uma sessão do Senado Federal. E numa quinta-feira – não é só na sexta, que na sexta é só debate. Numa quinta, em que houve Ordem do Dia.

Então, meus cumprimentos.

Fico feliz se colaborei para que o seu sonho, pelo menos em parte, se tornasse realidade.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Bel. PRTB - MA) – É, foi uma realidade, e eu só tenho a agradecer à minha Convenção, a Ceadema, aos pastores que me ajudaram, que sempre me



ajudam, lá no Estado do Maranhão. E quero mandar o meu abraço ao Pastor Pedro Aldi, que é o nosso Presidente; ao Pastor Coutinho, Presidente da Assembleia de Deus em São Luís do Maranhão; ao Pastor Osiel, Presidente da Assembleia de Deus do Tirirical; ao Pastor Moacir, Presidente da Assembleia de Deus em São José do Ribamar – são os pastores que fazem parte da ilha –; ao Pastor Joás Albuquerque, Pastor Presidente ali do Cohatrac; ao Pastor Assis, Presidente da Raposa; ao Pastor Josias, Presidente da Mata Grande... Eu quero deixar aqui o meu agradecimento a todos os pastores da ilha. Ao pastor Misael também, que preside um campo ali, em São Luís do Maranhão.

Quero também aqui fazer um registro especial e mandar aqui o meu abraço ao meu amigo Marco Aurélio, um grande líder espiritual e político, ali na capital de São Luís – Marco Aurélio. Quero deixar esse registro –, e a todos os pastores do meu Estado, do meu Maranhão, o qual está dentro do meu coração. Um Estado que eu amo, de paixão, de coração.

Quero registrar também a minha presença, sábado agora, dia 10, ali na cidade de Governador Luiz Rocha, na inauguração de um mega e maravilhoso templo, com meu amigo Pastor Edgar, que é o pastor presidente daquela igreja, onde vai estar ali o Projeto Silas. O Projeto Silas é um projeto que tem trazido benefício espiritual para aquela região do Sertão do Maranhão, onde vão estar reunidas centenas e centenas de pastores, nesse café da manhã, e, à noite, um grande culto de ação de graças, em que eu vou ter a honra de ser o pregador, ministrar a palavra de Deus, naquela cidade de Governador Luiz Rocha.

Deixo aqui também a minha gratidão – porque eu não posso deixar de agradecer à minha família –, porque, Senador Paim, a família é tudo na nossa vida.

Ontem, quando eu estava no hotel, me deu uma saudade muito grande da minha família. Saudade da minha esposa, da minha companheira, que tem me ajudado. Enquanto eu estou aqui, ela está intercedendo em oração, para que Deus possa brindar, que Deus possa me guardar dos adversários das nossas vidas, porque nós temos muitos.

Só Deus para guardar as nossas vidas, a sua vida. V. Ex^a, como Senador da República, como um homem que tem lutado, batalhado pelo trabalhador e pelos aposentados. Você tem uma história. Eu acho até que, se você fosse candidato a Presidente da República, o senhor tem o meu apoio e já conta com o meu apoio. Já estou lançando V. Ex^a aqui como candidato a Presidente da República, porque V. Ex^a – tenho certeza –, se for Presidente, será um bom Presidente para o nosso País, o nosso Brasil.

E eu quero aqui agradecer à minha esposa, cantora evangélica, Aurenir Siqueira, às minhas três filhas, Rebeca, Ravena e Renata, que são a minha vida, e a meus dois netos, Davi e Isabelle. Quero agradecer também à minha mãe, ao meu pai, que é um homem de fé... Neste momento ele está no hospital, internado, passou por uma cirurgia, mas é um guerreiro. Ele sonhava junto comigo e foi muito criticado. Quando ele chegava aos comércios e dizia: "Olha, meu filho vai ser Senador", as pessoas o criticavam na cidade de Pedreiras e diziam que ele estava caducando. Mas ele sonhava junto comigo.

Muitas vezes eu cheguei em casa, à noite, de viagem, na casa do meu pai, e ele vinha me dizer assim: "Meu filho, fique tranquilo. Eu estou acompanhando aqui o jornal da Globo e qualquer hora você vai ser Senador, porque Deus prometeu para você." Eu acredito e agradeço a meu pai, que nesta hora está no hospital, mas estará gravado e eu vou passar esse discurso para ele, essa fala, o filho dele sendo Presidente aqui no Senado. E a minha mãe, Maria do Carmo,



uma serva de Deus... Há mais de 50 anos que serve a Deus na Assembleia de Deus. Uma mulher de fibra, mulher de oração, a minha mãe, Maria do Carmo.

Agradeço também a todos os meus irmãos, o Geziel, a Geisa, a Sula, e a meus cunhados, meu cunhado José Filho, meu cunhado Amadeus, e a todos os meus sobrinhos, primos, tios... Quero também deixar aqui um abraço bem forte para meu tio que é prefeito de Açailândia, Juscelino Oliveira, que está passando por um momento...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Pastor Bel. PRTB - MA) – ... difícil na sua saúde, mas está se recuperando. E Açailândia com certeza, está torcendo por ele, o Brasil, e o seu sobrinho está torcendo pelo Juscelino, meu tio. Deixo aqui o meu abraço.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que Deus ilumine todo o povo brasileiro.

Saúde a todos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Pastor Bel. PRTB - MA) – Ôpa.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Estou aqui. Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Bel. PRTB - MA) – Senador, fique à vontade.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – O Senador vai fazer pronunciamento agora?

O SR. PRESIDENTE (Pastor Bel. PRTB - MA) – Vai, mas, antes de ele falar, V. Ex^a pode falar.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Não, mas eu falo após.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Bel. PRTB - MA) – Obrigado.

Então, nós vamos ouvir agora o Senador do Sergipe, nosso Senador Batalha. E, como eu disse a V. Ex^a, tem o tempo para defender o nosso Brasil e defender o seu Estado, que é o Estado de Sergipe, um Estado muito bom. E V. Ex^a está de parabéns... Sergipe está de parabéns por V. Ex^a aqui nesta Casa.

O SR. ELBER BATALHA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes, telespectadores da TV Senado, da Rádio Senado, das redes sociais e ouvintes da Voz do Brasil.

Quero, Sr. Presidente, registrar na Casa que hoje começa a convenção do Partido Socialista Brasileiro, em nível nacional, aqui em Brasília.

Quero registrar a presença do Dr. Daniel Silvestre e do Dr. Gilvan, esses homens que são auxiliares do nosso gabinete, que nos trazem a grande honra de tê-los como orientadores na minha passagem pelo Senado.

Quero registrar também, hoje, a presença da Dr^a Ana Menezes, do Estado de Sergipe, coordenadora das ações do PSB, e da Dr^a Niule, Presidente da Fundação João Mangabeira. Essa guerreira foi candidata a vereadora e agora é pretensa candidata a deputada estadual.

Quero registrar, Sr. Presidente, que, no dia de ontem, em reunião do PSB, sob o comando do nosso Siqueira, no ato do recebimento das filiações do Deputado Molon, do Rio de Janeiro, e do Deputado Aliel, do Paraná, naquela oportunidade foi decidido pelo Presidente da Casa que o



Partido Socialista Brasileiro teria candidato a candidato ao governo do Estado de Sergipe e que o nome já pleiteado e sugerido, naquela oportunidade, era do então Deputado Federal Valadares Filho, Deputado por três legislaturas e de um grande currículo, futuro governador do Estado de Sergipe – não tenho a menor dúvida sobre isso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores aqui presentes, o Governo deflagrou campanha publicitária para dizer que vai tirar o Rio de Janeiro das mãos da violência. Vê-se a disposição do Presidente Temer em jogar suas fichas na cruzada contra o crime naquele Estado.

Forçoso lembrar ao Senhor Presidente que a escalada de violência se espalhou pelo País. Não é exclusividade dos grandes Estados. É hoje um problema social, nacional. Um fenômeno generalizado, que auferiu ao Brasil a vergonhosa posição no topo do *ranking* mundial de crimes violentos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, olhando os números, ficamos sabendo que, nos últimos dez anos, sete dos nove Estados nordestinos aparecem ao menos uma vez entre os quatro mais violentos do País: Alagoas, meu querido Estado vizinho; Bahia, outro Estado vizinho nosso; Ceará; a minha querida Paraíba; Pernambuco; Rio Grande do Norte; e o meu querido Sergipe, outrora lugar de tranquilidade, hoje colocado entre os mais violentos do País.

De acordo com os dados mais recentes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Sr. Presidente e Senador Valdir Raupp, divulgados no ano passado, Sergipe ocupava, em 2016, o primeiro lugar do País em mortes violentas intencionais, com uma taxa absurda, Sr. Presidente e Sr. Senador, de 64 casos por 100 mil habitantes.

O mesmo, infelizmente, se repetia na capital, que apresentou um índice de 66,7 assassinatos para cada grupo de 100 mil habitantes. Meu querido Sergipe, outrora tranquilidade, lugar onde você podia colocar uma cadeira na porta, contar uma história e bater papo com os vizinhos. Isso, hoje, já não lhe pertence mais, como dizem.

Em Sergipe, a omissão governamental fez estragos que hoje se traduzem na rotina de medo da população. A segurança pública não foi priorizada. Temos uma polícia sucateada, sem estrutura, material e efetivo para dar resposta ao desafio do combate à violência que, no meu Estado, tem um perfil sangrento, típico da disputa pelo tráfico de drogas. Meu Deus, onde é que nós estamos vivendo?

Isso sem falar no caótico sistema prisional, superlotado, com estrutura precária e carente de pessoal. O número de presos no sistema prisional de Sergipe está 60%, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acima de sua capacidade, segundo dados do Monitor da Violência, divulgados na semana passada. São 3.267 vagas para 5.226 presos, sob supervisão de apenas 504 agentes penitenciários. Sergipe tem apenas um agente penitenciário para cuidar de 10,4 presos, quando o número mínimo desejável é de um agente para cinco presos. Que tristeza! Nosso Sergipe, vibrante, trabalhador, honrado, não deveria exibir estatísticas tão vergonhosas.

Éramos, reconhecidamente, o Estado com maior crescimento no Nordeste. E o que vemos hoje é o cair por terra da realidade – ainda fresca na memória sergipana – de quando Aracaju era considerada a capital da qualidade de vida.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como já mencionei, Sergipe chegou a ocupar o topo do *ranking* nacional de mortes violentas, em 2016. Era seguido pelo Estado do Rio Grande do Norte, com 56,9 mortes por 100 mil habitantes, e, por Alagoas, com índice de 55,9. Isso, quando a média nacional de mortes violentas ficou em torno de 29,9 assassinatos por 100 mil habitantes. O Rio de Janeiro encontrava-se em décimo lugar.



Como se vê, Estados nordestinos também claramente precisam de socorro e apoio do Governo Federal.

Ao assumir o combate à violência no Rio de Janeiro, o Presidente Temer tomou para si e para o Governo Federal a responsabilidade sobre o problema. É o que espero para o meu Estado, tão pequenino e tão carente, o Estado de Sergipe. Não falo de intervenção federal nos moldes da adotada no Rio – até porque é uma ação emergencial, de efeito temporal.

Não deve ser rotina o uso das Forças Armadas no enfrentamento do crime urbano, um problema complexo, com raiz na nossa imensa dívida social. O que se espera é maior apoio financeiro e logístico, com foco na melhoria da estrutura policial, na estratégia e na inteligência, uma polícia bem equipada. Um sistema integrado, que seja reativo, mas, sobretudo, efetivo e duradouro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o fato é que a Segurança Pública há muito tempo está fora da agenda política. Ao divulgar os números de 2016, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública já apontava a redução nos investimentos feitos por União, Estados e Municípios. O total gasto na área de segurança pública em 2016 foi 3% menor do que o realizado em 2015.

É preciso inverter, é preciso inverter prioridades políticas e de financiamento. Cortar privilégios, rever benefícios que oneram os cofres públicos. Uma solução precisa ser seriamente apontada, de forma a garantir as receitas para o atendimento de demandas sociais que não podem mais esperar.

A propósito, o povo sofrido do Brasil, em meio a tantas dúvidas e decepções, será mais uma vez o juiz dos destinos da Nação nas eleições que se aproximam. É preciso termos cuidado ao escolher os nossos dirigentes, os nossos governantes e os nossos representantes. Estou convencido de que não terá chances quem não tiver propostas atraentes e eficientes acerca da política de segurança pública e do combate à endêmica criminalidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao terminar esta minha fala eu gostaria de prestar uma homenagem a esses desconhecidos que são os funcionários do Senado da República, esses que fazem um trabalho de formiguinha: o nosso querido José Antônio, mais conhecido carinhosamente como Zezinho. Desde o dia em que aqui cheguei esse rapaz, com a sua simplicidade, me fez luzir para que eu tivesse essa sorte de ocupar a tribuna do Senado. Sem desmerecer a nossa querida Clara e o Dr. João Pedro, Secretário-Geral da Mesa deste Senado, eu não podia terminar a minha posição aqui no Senado, que termina no final do mês, sem elogiar e reconhecer essas figuras que acabo de nomear.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço a atenção de todos e me coloco à disposição dos senhores para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Bel. PRTB - MA) – Excelência, o seu Estado está sendo bem representado. Quero parabenizar V. Ex^a pelo belo discurso em defesa do povo brasileiro. (*Pausa.*)

Neste momento vamos também ouvir o Senador Valdir Raupp, que tem a palavra.

V. Ex^a tem 20 minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, aqueles que acompanham pela internet, nas mídias sociais, minhas senhoras e meus senhores, prometo não ficar aqui a tarde toda. Quem mais discursava



aqui nessa tribuna era Mão Santa, não é? Mão Santa ficava 50 minutos, uma hora, uma hora e vinte. Cansei de assistir os pronunciamentos longos do nosso querido Senador Mão Santa, mas era um grande tribuno, assim como tantos outros. Pedro Simon também gostava muito de usar a tribuna com discursos longos. Mas, eu não tenho, com certeza, o repertório que tinham Pedro Simon e Mão Santa para fazer um discurso longo. Prometo ser breve.

Sr. Presidente, dois assuntos que movimentaram a semana aqui em Brasília, primeiro foi a votação, até em regime de urgência – puxado das Comissões para o Plenário do Senado, ontem à tarde –, do desmembramento de duas categorias importantes do nosso País, que são os técnicos agrícolas e os técnicos industriais, saindo do conselho de engenharia, o Confea e os CREAs, para criar seus próprios conselhos.

Mesmo depois da possibilidade real – já votado na Câmara dos Deputados – do desdobramento dessas duas categorias, mas criando apenas um único conselho, de técnicos industriais e técnicos agrícolas, havia a demanda dos técnicos agrícolas para dividir, para separar os técnicos agrícolas dos técnicos industriais, até pela afinidade. Não haveria muita afinidade dos técnicos industriais com os técnicos agrícolas. E conseguimos, numa engenharia jurídica – diria assim. Num primeiro momento, estava um pouco difícil, mas conversando, dialogando entre nós Senadores, eu, o Senador Moka, a Senadora Rose de Freitas, o Senador Lasier Martins e tantos outros, e consultando também, é claro, a área jurídica, a consultoria jurídica da Mesa e do Senado Federal, chegamos à conclusão de que, com uma emenda de redação, que tive o privilégio de fazê-la ontem aqui na tribuna do Senado, designado pelo Presidente Eunício Oliveira, conseguimos aprovar os dois conselhos na tarde de ontem, o Conselho de Técnicos Industriais e o Conselho de Técnicos Agrícolas. Então, sobe à sanção de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, a criação desses dois conselhos importante para nosso País.

Os técnicos industriais devem passar de 400 mil; e os técnicos agrícolas, mais de 80 mil – assim como o conselho de arquitetura, que se desmembrou também há alguns anos, começou com 80 mil e já está hoje com mais de 120 mil arquitetos nesse conselho. Então, da mesma forma, essas duas categorias vão se estruturar agora, com seus conselhos federais e os seus conselhos estaduais.

Eu parabeno todos os técnicos, tanto os técnicos agrícolas, como os técnicos industriais, pelas suas independências do conselho. Nada contra o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), mas, como todas as categorias, eles gostam de ter seus conselhos independentes.

O outro assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que também movimentou a semana, foi o julgamento no STF (Supremo Tribunal Federal) do novo Código Florestal. Nós, com muita dificuldade, durante anos, para não dizer décadas, conseguimos elaborar, a partir de centenas – eu soube que falavam dezenas, mas foram centenas, mais de cem – de audiências públicas para chegar a um denominador comum, uma segurança jurídica para o novo Código Florestal Brasileiro, melhorando o carro-chefe da nossa economia, que é o agronegócio brasileiro.

O meu Estado de Rondônia é um Estado que tem contribuído na produção de café, na produção de cacau, na produção de soja, na produção de gado de leite e de corte, na produção de madeira, na produção de minério e na produção de tantas outras culturas que o Estado e que o nosso grande e imenso Brasil produzem. A economia tem-se sustentado através do agronegócio brasileiro. Nos últimos anos, se o baque não foi maior, é porque as nossas safras agrícolas têm



batido recordes e mais recordes. Neste momento, espera-se uma safra ainda maior, com produtividade mais alta, contribuindo para o PIB brasileiro, que, neste ano, deve crescer acima de 2,5%. Para uma taxa que estava em 3%, 4% negativos, um crescimento acima de 2,5% – o PIB deve crescer em torno de 2,8%, 3% – já é razoável e satisfatório para a geração de emprego e de renda.

Eu queria aqui ler uma carta da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) que achei muito interessante e que retrata muito bem este momento que nós vivemos nos últimos dias – para não dizer nos últimos meses –, depois do julgamento dessas ADIs que estavam empatadas no tribunal em 5 a 5. O Ministro Celso de Mello, com a sua sapiência, com a sua experiência, o decano daquela Corte, desempatou a favor dos produtores, a favor do agronegócio, a favor da economia do nosso País. A carta diz o seguinte:

Para o presidente da entidade, João Martins, aqueles que mais necessitam desse amparo vão "dormir tranquilos".

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às ações que questionavam dispositivos do Código Florestal (Lei 12.651/2012) vai trazer segurança jurídica para os produtores rurais brasileiros, segundo avaliação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O julgamento estava empatado e foi definido pelo voto do Ministro Celso de Mello nesta quarta-feira, dia 28.

Segundo a entidade, a decisão manteve pontos considerados essenciais para garantir a segurança jurídica e os avanços ambientais que vêm acontecendo no País desde a implantação do Código Florestal, em 2012. Na condição de *amicus curiae*, a CNA apresentou estudos jurídicos para os Ministros do STF, participou de audiência pública e acompanhou todas as sessões sobre o tema.

Para o presidente da CNA, João Martins, o STF demonstrou bom senso ao decidir pela ampla constitucionalidade do Código Florestal, pois uma decisão contrária poderia inviabilizar a permanência de mais de 4 milhões de produtores na atividade [entre esses 4 milhões, há milhares e milhares do meu Estado, o Estado de Rondônia].

"Boa parte da produção de alimentos vem dos pequenos produtores, que seriam os maiores prejudicados com qualquer mudança na lei. Hoje, com certeza, aqueles que mais necessitam desse amparo do Código Florestal vão dormir tranquilos", afirmou [o Presidente da CNA] João Martins.

O assessor especial da Presidência da CNA, Carlos Bastide Horbach, destaca que a decisão do STF significa, para o produtor rural brasileiro, a solução de anos de dúvidas e de controvérsias relacionadas ao meio ambiente.

Agora, explica ele que uma série de questões relacionadas a autuações ambientais, embargos de áreas de produção e de consolidação de áreas de produção fica superada, pois a posição da Suprema Corte tem efeito vinculante:

"Todos os órgãos de Administração Pública, do Poder Judiciário vão ter que seguir o precedente do Supremo Tribunal Federal", já que esta é a Suprema Corte do nosso País.

O consultor jurídico sênior da CNA, Rodrigo Justus, também elogia o resultado do julgamento. "A maior parte da lei foi reconhecida, e isso vai garantir a segurança jurídica para a sua implementação efetiva", afirmou.



Conforme Justus, o novo Código Florestal é fruto de 16 anos de discussão e gerou uma solução negociada, onde não houve "vencedores e perdedores". Ele lembra que os agricultores brasileiros já preservam 48% das suas terras e que a atual legislação é extremamente onerosa para os produtores.

[...]

Em relação aos pontos considerados inconstitucionais, a CNA deverá apresentar embargos declaratórios para questionar e esclarecer a aplicação da legislação. De acordo com o consultor jurídico da CNA, existem pequenos conflitos entre o entendimento do STF e o que está previsto no Código Florestal, sendo normal a apresentação de embargos declaratórios nesse tipo de processo.

Com a manutenção do marco legal, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA), considerados fundamentais para o setor, por trazer normas claras de regularização ambiental aos produtores rurais, continuam em vigor. A CNA espera que agora os Estados implementem o PRA, já que não há mais dúvidas sobre a constitucionalidade do Código Florestal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no meu Estado, o Estado de Rondônia, o nosso Governador Confúcio Moura, a Secretaria de Estado da Agricultura (Emater), a Sedam (secretaria de meio ambiente), e outros órgãos estaduais e federais já vinham implementando o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Em todo o Estado de Rondônia, mais de 85% das propriedades já realizaram esse trabalho, já têm o CAR. Então, o prejuízo, se, por acaso, tivesse havido uma derrota, ontem, no Supremo Tribunal Federal, seria incalculável para o Estado de Rondônia, seria incalculável para o Brasil. Seria um prejuízo gigantesco, de ordem catastrófica.

A nossa economia iria sofrer um baque violento se, por acaso, tivéssemos tido um retrocesso, uma derrota, ontem, no Supremo tribunal Federal. Mas, graças a Deus... Sempre digo, Senador Reguffe, que nós devemos confiar na Justiça. Confio, acima de tudo, na justiça de Deus, na justiça divina, mas temos que confiar na Justiça dos homens, nos nossos tribunais superiores, na nossa Justiça brasileira.

Então, deixo aqui a tribuna neste momento, Sr. Presidente, na certeza de que os nossos produtores, os produtores de Rondônia, os produtores do Brasil, realmente, a partir de ontem, vão dormir mais sossegados e descansados com essa vitória que tivemos no Supremo Tribunal Federal.

Era o que tinha para o momento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Bel. PRTB - MA) – Senador Valdir, o seu discurso foi muito bom, a sua alegria é a alegria dos brasileiros, dos produtores rurais.

Essa vitória foi uma vitória muito grande. Eu também me alegrei com essa vitória.

Parabéns a V. Ex^a pela defesa e pela bandeira com que tem defendido o nosso País e o seu Estado.

Está de parabéns pela sua presença nesta Casa, como você tem representado bem o nosso País e o seu Estado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Peço que incorpore o aparte de V. Ex^a e as considerações da Mesa ao nosso pronunciamento.



E ainda gostaria aqui de ressaltar o empenho da Frente Parlamentar da Agropecuária, da Presidente Tereza Cristina, de toda a Diretoria, com quem estivemos reunidos ainda na terça-feira, às 11h da manhã, na sede da Frente Parlamentar, no Lago Sul, em discussão, cujo um dos pontos da discussão era essa questão do julgamento do STF.

Então todos os esforços foram envidados pela Frente Parlamentar da Agropecuária, tanto pelo ex-Presidente Nilson Mourão, quanto pela nossa atual Presidente, Tereza Cristina. Eu que também sou membro da Frente e sou o Coordenador da Frente aqui no Senado Federal – cumpro esse papel de Coordenador da Frente aqui no Senado Federal – fico igualmente muito feliz, com toda a nossa Frente, que é composta de dezenas de Deputados Federais e de Senadores, por esse resultado positivo no Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Bel. PRTB - MA) – Bem, vamos ouvir o nosso grande Senador do Distrito Federal. E sempre digo a ele e vou dizer novamente que eu gostei muito dele desde que cheguei a esta Casa e o vejo Governador de Brasília. Ele não está querendo, não, mas o povo de Brasília o quer.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, quero apenas registrar que eu considero que o correto é os políticos cumprirem os mandatos inteiros para os quais foram eleitos.

Eu acho que isso é o correto e é isso que eu pretendo fazer, honrar aquele que votou em mim, aqueles que votaram em mim e respeitar aqueles que depositaram em mim um voto na última eleição.

Mas obrigado pelo carinho e pela deferência.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB - RO) – Eu já começo pedindo um aparte ao Senador Reguffe. Eu queria aqui dar um testemunho de que eu estou terminando o segundo mandato de Senador da República – e já havia sido Governador antes – e tive duas oportunidades no meio do mandato de disputar o Governo, até com uma certa insistência do Partido, mas não quis também. Eu acho que eu fui eleito para cumprir o mandato – aliás, dois mandatos: no primeiro mandato e no segundo mandato, tive essa oportunidade, e eu concordo plenamente com V. Ex^a. E vou mais além, eu defendo radicalmente que a gente, que o Senado, que o Congresso Nacional, vote o fim da reeleição. Que possa até aumentar... Acho que a reeleição não tem sido boa para o País. Pode até ter sido boa para alguns Estados, para alguns Municípios, mas o que vejo aí... Ontem mesmo eu tomei café com o Prefeito de uma cidade importante do meu Estado, que está no segundo mandato – terminou o primeiro ano do segundo mandato –, e não quer mais: vai renunciar; vai renunciar para disputar qualquer cargo, mas não quer mais continuar, porque não aguenta mais, não suporta mais. Acho que dois mandatos consecutivos... Eu já fui Prefeito duas vezes e Governador uma vez, e, quando a gente termina um mandato, já termina cansado. Eu terminei o mandato de Governador com um estresse, com uma fadiga elevada. Então eu acho que dois mandatos é muito. Então, se a gente pudesse aqui aprovar uma legislação que permitisse dar pelo menos um ano a mais, cinco – porque quatro anos realmente é pouco –, mas cinco anos de mandato para Presidente da República, para Governador e para Prefeito eu acho que estaria de bom tamanho e poderiam se evitar muitas catástrofes, que têm acontecido em reeleição. Até porque o governante, quando ele se elege, já começa a trabalhar fazendo muita coisa errada, benesses para todo lado e não cumprindo direito, porque está



pensando já politicamente na reeleição. Isso não tem sido bom para o nosso País. Eu parablenizo V. Ex^a.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Obrigado, Senador Raupp, eu concordo totalmente com V. Ex^a. Inclusive sou Autor de duas propostas de emenda à Constituição aqui nesta Casa: uma que proíbe a reeleição para cargos executivos e outra que limita uma reeleição no máximo para cargos legislativos. Eu acho que o sistema precisa ser constantemente oxigenado, renovado. É preciso dar chance a outras pessoas, que outras pessoas também possam colaborar para a vida pública e para a sociedade.

E voltando à colocação carinhosa do Presidente, do Senador Pastor Bel, eu considero que o correto é cumprir o mandato inteiro para o qual eu fui eleito, em respeito aquelas pessoas que depositaram em mim o voto. Então, é isso que eu pretendo fazer. Alguns podem falar que é uma ingenuidade, que lá na frente você pode achar que perdeu a chance da sua vida, que você está muito bem posicionado, mas eu acho que isso é o correto. Em respeito a quem votou em mim, é o que eu pretendo fazer, seguindo o que eu sempre achei que é o correto. Mas obrigado pelo carinho e pela deferência da colocação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, o Distrito Federal recebeu hoje 23 ambulâncias novas, totalmente equipadas, para o Samu. Isso é algo muito importante. O Samu cumpre um papel importantíssimo para a população não só do Distrito Federal, mas do País e aqui no Distrito Federal estava precisando de um reforço.

O Distrito Federal tinha, antes de hoje, 36 ambulâncias, e agora, hoje, nós conseguimos que o Distrito Federal tenha 23 novas ambulâncias, ou seja, aumentando consideravelmente o número de ambulâncias para atender a população do Distrito Federal.

Dessas 23 novas ambulâncias, 14 foram compradas através de uma emenda minha ao Orçamento da União – 14 foram fruto de uma emenda minha ao Orçamento da União –; 5 foram compradas com uma emenda do Deputado Federal Ronaldo Fonseca – é importante, por justiça, esse registro –; e outras 4 foram doações do Ministério da Saúde para o Governo do Distrito Federal, que completam as 23 ambulâncias.

Considero de suma importância esse reforço, principalmente para a região da Ceilândia, hoje, que está com um atendimento deficiente. Então, isso vai poder suprir toda a cidade de Ceilândia, como também todo o Distrito Federal. Até ontem havia apenas 36; e o Distrito Federal ganhou na manhã de hoje mais 23 novas ambulâncias, 14 oriundas de uma emenda minha ao Orçamento da União.

As emendas parlamentares ao orçamento são hoje um importante ponto de um mandato parlamentar, constituem um ponto importante de um mandato parlamentar. Hoje elas têm caráter impositivo, portanto, o Governo é obrigado a executar essas emendas: onde o Parlamentar coloca, o Governo é obrigado a executá-las. Elas têm caráter impositivo. Então, é muito importante que se tenha total critério e total responsabilidade na hora de destinar esses recursos e de se fazerem essas emendas.

Eu, desde que entrei como Deputado Distrital, sempre concentro esses recursos nas três áreas que são as áreas precípuas de atuação do Estado, na minha opinião: saúde, educação e segurança pública.

Além desses recursos para a compra dessas 14 novas ambulâncias totalmente equipadas para o Samu, também destinei recursos para a reforma de escolas públicas do Distrito Federal, para a aquisição de equipamentos hospitalares, para equipar os hospitais públicos do Distrito



Federal, e para a compra de medicamentos para a rede pública do Distrito Federal. Inclusive, foram comprados medicamentos para tratamento de câncer com uma emenda minha, com outra emenda minha. Foi comprado o Sorafenib, que é um medicamento quimioterápico para quimioterapia oral para paciente com câncer.

Então, considero que essa seja uma importante função de um Parlamentar dentro dos mandatos atuais. É preciso que se tenha muito critério na hora de se destinar cada centavo do dinheiro do contribuinte.

O Parlamentar não tem o poder de executar, de formular políticas públicas, tarefas que são do Poder Executivo, mas tem o dever, o poder e o dever de destinar recursos para o que é prioritário para a população.

E assim eu fiz com minhas emendas, priorizando a área de saúde, que é a área que, na minha concepção, precisa de mais recursos, colocando recursos para a compra de remédios para os hospitais públicos, colocando recursos para a aquisição de equipamentos hospitalares para os hospitais públicos do Distrito Federal e também para a compra e aquisição de ambulâncias para o Samu, que está precisando de novas ambulâncias aqui, no Distrito Federal.

E hoje fiquei feliz, Sr. Presidente, quando foram entregues essas 23 novas ambulâncias, totalmente equipadas, ao custo de R\$170 mil cada uma, para que a população do Distrito Federal possa ser mais bem atendida.

Acho que essa é uma obrigação minha como Parlamentar. Estou fazendo a minha parte e estou aqui honrando os votos que recebi dos 826.576 eleitores que votaram em mim.

Então, é muito importante esse trabalho. Espero que as ambulâncias consigam melhorar o atendimento de que a população do Distrito Federal tanto precisa. São 23 ambulâncias novas, 14 oriundas de uma emenda minha ao Orçamento da União.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Bel. PRTB - MA) – Senador, V. Ex^a está de parabéns pelo trabalho prestado ao Distrito Federal. Com certeza, essas ambulâncias vão salvar muitas vidas no Distrito Federal.

Quero também parabenizar um amigo, cujo nome o senhor falou agora, o Deputado Ronaldo Fonseca. Das emendas dele, foram seis ambulâncias, não é isso? Cinco ambulâncias e quatorze ambulâncias das emendas de V. Ex^a.

Então, vocês estão de parabéns. O Distrito Federal está de parabéns.

Mas isso ainda não vai resolver o problema. É preciso mais recurso para a saúde, que está passando por momento crítico. Eu posso dizer que não é só em Brasília, mas, no Brasil, especialmente no meu Estado. São hospitais em cujas portas as pessoas morrem, porque não têm condição de pagar uma consulta por falta de recursos.

Tenho sofrido, no Maranhão, com alguns amigos que tenho levado aos hospitais estaduais e ao hospital municipal. Inclusive, encaminhei uma emenda para a saúde. Foram dez milhões ao Maranhão. Para a cidade de Trizidela do Vale, encaminhei 1,2 milhão para a saúde; para a cidade de Pedreiras, um milhão; para a cidade de Bernardo Mearim, Município pequeno, que tem uma grande Prefeita, meio milhão; para a cidade de Esperantinópolis, também encaminhei meio milhão; para a cidade de Lima Campos, do grande Prefeito Jailson, um milhão para a saúde. Tenho lutado. Para a cidade de Chapadinha, novecentos mil, e muitas outras cidades para onde distribuimos as nossas emendas. Mas vejo que isso ainda não resolve.



Estou aqui, nesta Casa, como Senador da República e, neste momento, presidindo esta sessão.

Dou a palavra a V. Ex^a.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Sem revisão do orador.) – Pastor Bel, sem querer polemizar no debate, é óbvio que os problemas – não sei se o microfone está funcionando, porque aqui está piscando – vão muito além. É preciso muito mais recurso, é preciso melhorar a gestão também. Na saúde pública, no Brasil, há uma série de problemas. Mas, sem dúvida nenhuma, isso faz parte da obrigação de cada Parlamentar e é uma contribuição.

Então, se melhorar um pouquinho a vida das pessoas, a gente já está dando uma contribuição que acho importante. Pode não resolver o problema, porque os problemas são muitos, enormes, mas melhora um pouquinho e é uma forma de a gente dar uma contribuição e cumprir a nossa obrigação no que a gente pode fazer como Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Bel. PRTB - MA) – É verdade. V. Ex^a está de parabéns, como eu disse. Está fazendo a sua parte. Que cada Senador faça a sua parte. O povo nos escolheu e nos mandou para esta Casa. Mas o povo também tem o poder de tirar. O povo coloca e o povo tira.

Então, temos de ter cuidado e ser mais cuidadosos com as nossas responsabilidades, com os nossos Municípios e com o nosso País.

V. Ex^a tem a oportunidade de falar.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Só para concluir, sem querer interromper V. Ex^a. É que às vezes eu vejo que esses recursos vão para shows, para festas, para aniversário de cidades, enquanto considero que esses recursos deveriam estar onde a população mais precisa da atuação do Estado, que é na saúde, na educação e na segurança. Acho que essas são as áreas precípuas da atuação do Estado. Aliás, o Estado que quer resolver tudo não consegue resolver nada bem feito. Acho que o Estado brasileiro deveria concentrar os seus recursos nessas três áreas: saúde, educação e segurança, e fazer um trabalho bem feito nessas três áreas, além de atender a população e o contribuinte pelos impostos que pagam nessas três áreas.

Quem quer cuidar de tudo acaba que não faz nada bem feito. É preciso ter critério e prioridade e eu considero que a prioridade deveria ser a saúde, a educação e a segurança. Por isso, desde Deputado Distrital, eu sempre concentrei todos os recursos que eu tinha direito nessas emendas apenas nessas três áreas.

Eu acho que precisa ter prioridade e, com isso, acho que eu estou cumprindo a minha obrigação e fazendo a minha parte nesta destinação das emendas, fazendo com que esse item do mandato, que é um dos itens, uma das partes de um mandato parlamentar, seja bem cumprido.

Lamento que muitos desses recursos... Respeito, porque todos foram eleitos, mas, às vezes, eu vejo muitos desses recursos irem para coisas que não sejam realmente prioritárias para o cidadão, para a população. Mas, como disse V. Ex^a, eu estou fazendo a minha parte e por mais piegas ou ingênuo que isso pareça, é nisso que eu acredito, que cada um tem que fazer a sua parte e que as coisas vão mudar o dia em que cada um fizer a sua parte.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Bel. PRTB - MA) – V. Ex^a está certo e temos que cuidar mesmo dos nossos Municípios e do nosso Brasil.

Quero aqui fazer um registro especial à Prefeita e ao Pastor Fernando para dizer que encaminhei uma emenda também para a saúde de R\$500 mil para a cidade de Pastos Bons. E à



cidade Governador Luiz Rocha, ao Prefeito Ribamar, encaminhamos também R\$500 mil. Só temos que agradecer.

Agradeço ao Presidente da República, por atender aos nossos pedidos, e aos ministros, que têm aberto as portas para que os nossos pedidos sejam aceitos.

Estamos chegando ao final desta sessão.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 38 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 17ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Inclusão em Ordem do Dia



Concluída a instrução do Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2017, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.



Projeto de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, DE 2018

Revoga o inciso I do art. 181 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para extinguir as escusas absolutórias e imunidades processuais previstas para os crimes contra o patrimônio, no caso do cônjuge, na constância da sociedade conjugal.

AUTORIA: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Revoga o inciso I do art. 181 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para extinguir as escusas absolutórias e imunidades processuais previstas para os crimes contra o patrimônio, no caso do cônjuge, na constância da sociedade conjugal.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Revoga-se o inciso I do art. 181 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As imunidades nos crimes contra o patrimônio constituem um instituto bastante antigo, que sobreviveu a várias legislações no decorrer do tempo. Passando pelo Direito Romano, Código Napoleônico, Código Criminal do Império até os dias de hoje, se verifica que, com leves mudanças, ele manteve conservado sua essência e seus objetivos principais incólumes.

A finalidade dessas imunidades sempre foi a do prevaecimento do núcleo familiar, preservando a intimidade dos seus membros e visando impedir a discórdia e a violência entre seus integrantes. Dessa forma, se relativiza a obrigatoriedade da coerção penal em crimes não violentos contra o patrimônio com o objetivo de se preservar a estrutura da família e a harmonia no relacionamento interpessoal de seus membros.

No Brasil, não obstante haja divergência doutrinária, predomina o entendimento que as escusas absolutórias, previstas no art. 181 do Código Penal, representam uma causa de isenção de pena, onde um fato típico, antijurídico e culpável é isento de pena por razões de política criminal.



Embora tenha um objetivo nobre, que é a proteção da família e sua coesão, entendemos que essa imunidade, no caso *do cônjuge, na constância da sociedade conjugal, tem implicado* impunidade e funcionam como incentivo à prática de crimes contra o patrimônio, principalmente o furto e o estelionato, no seio familiar.

É crescente o número de casos de crimes patrimoniais praticados por um cônjuge em face de outro, especialmente do homem em face à mulher. Por exemplo, em maio de 2012, no Rio Grande do Sul, um homem e uma mulher dirigiram-se a um cartório, onde a segunda simulou a assinatura da esposa do primeiro, com o objetivo de conseguir a anuência conjugal em um contrato de cessão de direitos decorrentes de uma promessa de compra e venda de um imóvel.

O caso em questão chegou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que entendeu que a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 2006), embora tenha relacionado a violência patrimonial como uma das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, não previu expressamente, e nem tacitamente, a não aplicação do art. 181 do Código Penal a essas hipóteses. Típico caso em que o agente pratica o crime porque sabe da sua impunidade.

Trata-se, portanto, de uma questão relevante. Por um lado, a Lei Maria da Penha define a violência patrimonial como uma das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher:

“ Lei 11.340/2006

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

[...]

IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;...”

Por outro lado, o Código Penal isenta de pena o marido que pratica crime patrimonial sem violência ou grave ameaça contra a mulher.

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), embora tenha previsto a violência patrimonial entre as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, não revogou o artigo 181 do Código Penal.

Para eliminar essa contradição, propomos a revogação do dispositivo previstos no Código Penal, “escusas absolutórias nos crimes contra o patrimônio”,



3

apenas para o caso do cônjuge. Com essas providências, pretendemos desestimular esta prática de crime patrimonial.

Feitas essas considerações, esperamos contar com o decisivo apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:lei:1940;2848>

- inciso I do artigo 181

- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - 11340/06

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 66, DE 2018

Solicita, nos termos regimentais, a prorrogação do prazo de duração da CPI do BNDES até o dia 23/03, sem custos adicionais.

AUTORIA: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Aécio Neves (PSDB/MG), Senador Airtton Sandoval (PMDB/SP), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senadora Simone Tebet (PMDB/MS), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Cidinho Santos (PR/MT), Senador Elber Batalha (PSB/SE), Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB/PE), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Medeiros (PODE/MT), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Pastor Bel (PRTB/MA), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Roberto Muniz (PP/BA), Senador Roberto Requião (PMDB/PR), Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), Senador Sérgio de Castro (PDT/ES), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Vicentinho Alves (PR/TO), Senador Wilder Morais (PP/GO), Senador Zeze Perrella (PMDB/MG)



[Página da matéria](#)





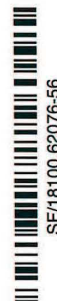
SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSDB/MA

A publicação!
Em 01/03/18
Justus

CPI do BNDES

REQUERIMENTO Nº 66 , 2018

Requer a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI do BNDES, aprovada pelo RQS 375/2017 e aditada pelo RQS 969/2017, que ampliou o escopo original.



SF/18100.62076-56

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 76, § 1º, I c/c art. 152, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação do prazo de duração da Comissão Parlamentar de Inquérito do BNDES, criada pelo Requerimento nº 375/2017.

O prazo de prorrogação vai até o dia 23.03.2018 e tem a finalidade exclusiva de permitir a conclusão do Relatório, sua apreciação e posterior deliberação pelos membros da Comissão. A nova prorrogação não terá custos adicionais.

JUSTIFICAÇÃO

O prazo inicial para conclusão dos trabalhos da presente Comissão Parlamentar de Inquérito é de 180 (dias), cujo término dar-se-ia, desconsiderando a presente prorrogação, em 29.01.2018.

Senado Federal – Anexo I 25º andar
CEP: 70.165-900 – Brasília – DF – Fone: 3303 1437- / Fax – 3303 1438
e-mail: robertorocha@senador.leg.br



Página: 1/4 27/02/2018 14:27:42

190f618be46ab0b9dfa553c61a993d884149a3be





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSDB/MA

Ocorre que com a ampliação do escopo, aprovada pelo Requerimento 969/2017, a fruição do prazo inicial não é suficiente para consubstanciar a investigação referente ao objeto global. Por conseguinte, com o objetivo de analisar exclusivamente o acréscimo do escopo, pleiteia-se a dilação do prazo final de funcionamento da CPI, por meio do presente requerimento.

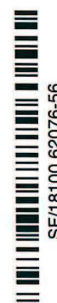
Diante de todo o relatado e com o apoio dos senhores senadores abaixo subscritos, solicitamos a Vossa Excelência que, em consonância com o precitado art. 76, § 1º, I c/c art. 152, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, e no § 2º, art. 5º da Lei 1.579, de 1952, seja prorrogado o prazo de funcionamento desta CPI, pelo prazo de mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar do término do prazo inicial.

Sala da Comissão,

Requer a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI do BNDES, aprovada pelo RQS 375/2017 e aditada pelo RQS 969/2017, que ampliou o escopo original.

NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA	PARTIDO
Sen. Anastasia		PSDB OK
Sen. Pastor Biel		
Elber BATISTA		OK
FLEXS RIBEIRO		OK
Sen. Riquimar		OK

Senado Federal – Anexo I 25º andar
CEP: 70.165-900 – Brasília – DF – Fone: 3303 1437- / Fax – 3303 1438
e-mail: robertorocha@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSDB/MA

Requer a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI do BNDES, aprovada pelo RQS 375/2017 e aditada pelo RQS 969/2017, que ampliou o escopo original.

SERGIO DE CASTRO		PDT OK
CIRILINO SANTOS		PR OK
Aluísio Oliveira		OK
Sen. Ivo Cassol		OK
WILSON MARQUES		OK
FERNANDO BEZERRA		OK
RONALDO CAIADO		OK
JOSE AGRIPINO		OK
Sen. Maria do Carmo		OK
Roberto Alvariz		OK
Adriano Mourão		OK
JOSE MEDEIROS		OK
Ezequiel Ferreira		OK



SF/18100.62076-56

Página: 3/4 27/02/2018 14:27:42

190f618be46ab0b9dfa553c61a993d884149a3be

Senado Federal – Anexo I 25º andar
CEP: 70.165-900 – Brasília – DF – Fone: 3303 1437- / Fax – 3303 1438
e-mail: robertorocha@senador.leg.br

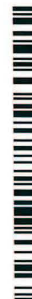




SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSDB/MA

Requer a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI do BNDES, aprovada pelo RQS 375/2017 e aditada pelo RQS 969/2017, que ampliou o escopo original.

REGUFFE		OK
LASIER		OK
OTO ALACAL		OK
YASSO		OK
Sen Simone Tebet		OK
P. Zetun		OK
Anton Sampaio		OK
		OK
	SÉRGIO PETECÃO	OK



SF/18100.62076-56

Página: 4/4 27/02/2018 14:27:42

190f618be46ab0b9dfa553c61a993d884149a3be

Senado Federal – Anexo I 25º andar
CEP: 70.165-900 – Brasília – DF – Fone: 3303 1437- / Fax – 3303 1438
e-mail: robertorocha@senador.leg.br





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSDB/MA**CPI do BNDES****REQUERIMENTO Nº , 2018**

Requer a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI do BNDES, aprovada pelo RQS 375/2017 e aditada pelo RQS 969/2017, que ampliou o escopo original.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 76, § 1º, I c/c art. 152, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação do prazo de duração da Comissão Parlamentar de Inquérito do BNDES, criada pelo Requerimento nº 375/2017.

O prazo de prorrogação vai até o dia 23.03.2018 e tem a finalidade exclusiva de permitir a conclusão do Relatório, sua apreciação e posterior deliberação pelos membros da Comissão. A nova prorrogação não terá custos adicionais.

JUSTIFICAÇÃO

O prazo inicial para conclusão dos trabalhos da presente Comissão Parlamentar de Inquérito é de 180 (dias), cujo término dar-se-ia, desconsiderando a presente prorrogação, em 29.01.2018.

Senado Federal – Anexo I 25º andar
CEP: 70.165-900 – Brasília – DF – Fone: 3303 1437- / Fax – 3303 1438
e-mail: robertorocha@senador.leg.br



SF/18100.62076-56





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSDB/MA

Ocorre que com a ampliação do escopo, aprovada pelo Requerimento 969/2017, a fruição do prazo inicial não é suficiente para consubstanciar a investigação referente ao objeto global. Por conseguinte, com o objetivo de analisar exclusivamente o acréscimo do escopo, pleiteia-se a dilação do prazo final de funcionamento da CPI, por meio do presente requerimento.

Diante de todo o relatado e com o apoio dos senhores senadores abaixo subscritos, solicitamos a Vossa Excelência que, em consonância com o precitado art. 76, § 1º, I c/c art. 152, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, e no § 2º, art. 5º da Lei 1.579, de 1952, seja prorrogado o prazo de funcionamento desta CPI, pelo prazo de mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar do término do prazo inicial.

Sala da Comissão,

Requer a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI do BNDES, aprovada pelo RQS 375/2017 e aditada pelo RQS 969/2017, que ampliou o escopo original.

NOME PARLAMENTAR	ASSINATURA	PARTIDO

Senado Federal – Anexo I 25º andar
CEP: 70.165-900 – Brasília – DF – Fone: 3303 1437- / Fax – 3303 1438
e-mail: robertorocha@senador.leg.br



SF/18100.62076-56





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSDB/MA

Requer a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI do BNDES, aprovada pelo RQS 375/2017 e aditada pelo RQS 969/2017, que ampliou o escopo original.



SF/18100.62076-56

Senado Federal – Anexo I 25º andar
 CEP: 70.165-900 – Brasília – DF – Fone: 3303 1437- / Fax – 3303 1438
 e-mail: robertorocha@senador.leg.br





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSDB/MA

Requer a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI do BNDES, aprovada pelo RQS 375/2017 e aditada pelo RQS 969/2017, que ampliou o escopo original.



SF/18100.62076-56

Senado Federal – Anexo I 25º andar
 CEP: 70.165-900 – Brasília – DF – Fone: 3303 1437- / Fax – 3303 1438
 e-mail: robertorocha@senador.leg.br





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 67, DE 2018

Requer, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o projeto de Lei da Câmara (PLC) nº. 45/2017, seja remetido ao exame da Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, por estar no âmbito de suas competências.

AUTORIA: Senador Wellington Fagundes (PR/MT)

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

REQUERIMENTO Nº

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o projeto de Lei da Câmara (PLC) nº. 45/2017, de autoria do Deputado Federal Augusto Coutinho, que “dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências”, seja remetido ao exame da Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, por estar no âmbito de suas competências.



Sala das Sessões,

Senador **WELLINGTON FAGUNDES**
Líder do BLOCO MODERADOR





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 68, DE 2018

Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Solidariedade às Deputadas Estaduais Ana Paula Lima e Luciane Carminatti, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

AUTORIA: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)



*à Publicação
Entomimora.*



RQS
00068/2018 em 28/02/18
Senador (a) REGINA SOUSA
Presidente da CDH-SF

Em 01/03/2018 Requerimento nº 30, de 2018

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

(REQUERIMENTO Nº 30, DE 2018 - CDH)
da Comissão de Direitos Humanos e
Senhora Presidenta, *Legislação Participativa*



SF/18657.85119-25

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja aprovado por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, VOTO DE SOLIDARIEDADE às Deputadas Estaduais Ana Paula Lima e Luciane Carminatti da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. As Deputadas citadas, foram discriminadas apenas por serem mulheres e os ataques ocorreram durante Sessão no Plenário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2018.

O fato ocorreu justamente na semana que comemoramos o voto feminino no Brasil, assegurado em de 24 de fevereiro de 1932.

O Senado, juntamente com a Câmara Federal, vem produzindo campanhas, debates e seminários para que mais mulheres ocupem espaços importantes de poder e decisão. Portanto, este tipo de atitude nos legislativos, seja na esfera federal, estadual ou municipal, é uma das formas de intimidar e distanciar as mulheres da política.

Ao adotarem o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, em 2015, representantes dos 193 Estados-membros da ONU comprometeram-se a tomar medidas ousadas e transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos sem deixar ninguém para trás.

Página: 1/2 28/02/2018 14:26:45

46016cb2a25344a35f7a1c64d118950185b2f140

Recebido em 01/03/2018
Hora: 15:26

Tristão Giovanni Alves Ferreira
Matrícula: 29851 SL-SF/SGM



Senado Federal - Gabinete do Senador Paulo Paim - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 22º Andar - CEP 70165-900 - Brasília - DF

Página 2 de 4

Parte integrante do Avulso do RQS nº 68 de 2018.



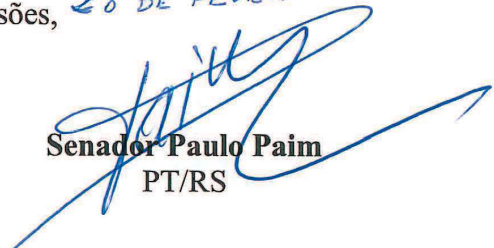


SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Um dos 17 objetivos é o Número 5 - Igualdade de Gênero - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Este objetivo inclui “Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública”.

Diante do exposto, peço que se aprove nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado o presente VOTO DE SOLIDARIEDADE e que o mesmo seja encaminhado às Deputadas Estaduais Ana Paula Lima e Luciane Carminatti.

Sala das Comissões, 28 DE FEVEREIRO DE 2018.


Senador Paulo Paim
PT/RS



SF/18657.85119-25

Página: 2/2 28/02/2018 14:26:45

46016cb2a25344a35f7a1c64d118950185b2f140





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CDH, 28/02/2018 às 11h - 9ª, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

PMDB			
TITULARES		SUPLENTE	
FERNANDO BEZERRA COELHO		1. VALDIR RAUPP	PRESENTE
MARTA SUPPLY	PRESENTE	2. VAGO	
HÉLIO JOSÉ	PRESENTE	3. VAGO	
VAGO		4. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
ÂNGELA PORTELA	PRESENTE	1. GLEISI HOFFMANN	
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	2. LINDBERGH FARIAS	
PAULO PAIM	PRESENTE	3. PAULO ROCHA	PRESENTE
REGINA SOUSA	PRESENTE	4. ACIR GURGACZ	

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO AMORIM		1. VAGO	
VAGO		2. VAGO	
VAGO		3. VAGO	
VAGO		4. VAGO	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
CIRO NOGUEIRA		1. SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE
ANA AMÉLIA	PRESENTE	2. KÁTIA ABREU	

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOÃO CAPIBERIBE	PRESENTE	1. RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE
ROMÁRIO	PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE	

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
MAGNO MALTA		1. CIDINHO SANTOS	PRESENTE
TELMÁRIO MOTA		2. WELLINGTON FAGUNDES	

Não Membros Presentes

DÁRIO BERGER
 JOSÉ PIMENTEL
 RONALDO CAIADO
 ATAÍDES OLIVEIRA
 VICENTINHO ALVES



Término de Prazo



Encerrou-se em 28 de fevereiro o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2017.

Não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 5/2018





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

PARECER Nº 21, DE 2018 -PLEN-SF

De Plenário, em substituição à COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2018 (PDC nº 424, de 2016, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, assinado em Brasília, em 19 de março de 2011.*



RELATOR: Senador ANTONIO ANASTASIA

I – RELATÓRIO

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 5, de 2018, cuja ementa está acima epigrafada.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 338, de 20 de junho de 2016, submeteu-se ao crivo do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, assinado em Brasília, em 19 de março de 2011.

A exposição de motivos, subscrita pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e dos Transportes, Portos e Aviação Civil, destaca, de início, que o Ministério das Relações Exteriores negociou o tratado pelo Brasil em conjunto com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

O documento esclarece, ainda, que o Acordo *tem o fito de*





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

incrementar os laços de amizade, entendimento e cooperação entre os dois países signatários, consequências esperadas do estabelecimento de um marco legal para a operação de serviços aéreos entre os territórios de Brasil e Estados Unidos.

O texto ministerial registra, também, que o referido ato internacional — composto de preâmbulo e 18 artigos — contribuirá *para o adensamento das relações bilaterais nas esferas do comércio, do turismo, da cooperação, entre outras.*

O discurso preambular do Acordo, por sua vez, assinala o desejo das Partes de promover sistema de aviação internacional baseado na livre competição e com o mínimo de interferência e regulação governamental; aponta o anseio de tornar possível para as empresas aéreas oferecer ao público variedade de opções de serviço com encorajamento ao setor competente para desenvolver e implementar preços inovadores e competitivos; consigna o propósito de garantir o mais alto nível de segurança tanto operacional quanto da aviação no transporte aéreo internacional; e lembra que ambos os países são Partes da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, feita em Chicago, no ano de 1944 (Convenção de Chicago).

O Artigo 1 cuida das definições e estabelece, entre outras, que o termo “Autoridade aeronáutica” significa, para o Brasil, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e, para os Estados Unidos, o Departamento de Transportes; ou qualquer outra pessoa ou agência brasileira ou norte-americana autorizada a executar as funções exercidas pelas autoridades referidas. O dispositivo prescreve, por igual, que a expressão “transporte aéreo” *significa o transporte público por aeronaves de passageiros, bagagem, carga e mala postal, separadamente ou em combinação, regular ou não regular, por remuneração ou aluguel.*

A concessão de direitos está contemplada no Artigo 2 (p. ex.: direito de sobrevoar seu território sem pousar; o direito de fazer escalas no seu território para fins não comerciais), que também determina que nenhum dispositivo do mencionado artigo será considerado como concessão a uma empresa aérea de uma Parte do direito de embarcar, no território da outra Parte, passageiros, bagagem, carga ou mala postal mediante remuneração e destinados a outro ponto do território dessa outra Parte. O dispositivo cuida, ainda, das chamadas operações não regulares (*charter*).



SF/18275.78176-68



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Na sequência, os Artigos 3 e 4 versam, respectivamente, sobre autorização de operação e sua revogação. O Artigo 5, por sua vez, dispõe sobre a legislação aplicável no tocante à entrada, permanência ou saída da aeronave do território de uma das Partes. O texto estabelece que se empregam as leis e os regulamentos da Parte em cujo território se encontra o avião.

No ponto que aborda a segurança operacional (Artigo 6), está estipulado que as Partes reconhecerão como válidos os certificados de aeronavegabilidade e de habilitação, bem como licenças, todos emitidos ou convalidados pela outra Parte e ainda em vigor. O texto estabelece como padrão mínimo os estabelecidos pela Convenção de Chicago. O preceito determina, ainda, que as Partes podem solicitar consultas relativas aos padrões de segurança mantidos pela outra Parte (instalações aeronáuticas, tripulações, aeronaves e operações de empresas).

O Acordo estipula, por igual, sobre segurança de aviação (Artigo 7). O dispositivo determina a obrigação mútua de proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita. Há, ainda, determinação de que as Partes atuarão em conformidade com as convenções internacionais que elenca (Artigo 7, 1), bem assim com as disposições sobre segurança da aviação e as práticas recomendadas apropriadas, estabelecidas pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI). Esse artigo prescreve, por igual, que no caso de não cumprimento por uma Parte de suas disposições sobre segurança, as autoridades aeronáuticas da outra Parte poderão solicitar consultas imediatas e no caso de não se chegar a entendimento satisfatório, a Parte que acionou o mecanismo de consulta poderá negar, revogar, suspender, limitar ou impor condições sobre as autorizações operacionais e permissões técnicas da(s) empresa(s) aérea(s) daquela Parte.

O tratado possui dispositivo (Artigo 8) que versa sobre oportunidades comerciais e cuida dos representantes de empresas aéreas; dos serviços de apoio em solo; da conversão de divisas e remessas de receitas; do código compartilhado e dos serviços intermodais. Os Artigos 9 e 10 ocupam-se, respectivamente, das taxas e encargos alfandegários e das tarifas aeronáuticas.

Na sequência, o Acordo cuida da concorrência (Artigo 11) e fixa que as Partes concederão oportunidade justa e igualitária às empresas aéreas de ambas as Partes para competir na prestação do transporte aéreo internacional regido pelo Acordo.

Os demais dispositivos aludem aos preços (Artigo 12); às consultas





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

(Artigo 13); às eventuais emendas (Artigo 14); à solução de controvérsias (Artigo 15); à possibilidade de denúncia (Artigo 16); ao registro do Acordo na OACI; e à sua entrada em vigor (Artigo 18). O derradeiro artigo dá notícia de que o Acordo substituirá o Acordo, como emendado, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Transporte Aéreo, assinado em Brasília, em 21 de março de 1989

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa e despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

No tocante ao Acordo, inexistem vícios no que diz respeito a sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF). Ainda em relação ao texto constitucional, o tratado em análise enquadra-se, de tal ou qual maneira, no comando que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (art. 4º, IX).

Sobre o ato internacional objeto de nossa análise, é válido destacar que ele está em conformidade com a fecunda e histórica tradição de cooperação bilateral no domínio dos transportes aéreos entre os dois países. Com efeito, e para ficar em tempos mais recentes, as Partes se beneficiaram reciprocamente do Acordo de 1989, bem como das emendas ao seu texto.

Tendo em conta esse quadro, o tratado em apreciação visa ampliar a estrutura jurídica atinente aos serviços de transporte aéreo entre as Partes para facilitar a continuação dessa relação mutuamente benéfica. Nesse sentido, convém destacar, também, que os maiores favorecidos do Acordo serão os usuários do transporte público por aeronaves de passageiros, bagagem, carga e mala postal. Essa circunstância há de, por si só, incrementar a economia, o comércio e o turismo entre as Partes.



SF/18275.78176-68





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Projeto de Decreto Legislativo nº 2/2018





SENADO FEDERAL

PARECER Nº 22 , DE 2018 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Decreto
Legislativo nº 2, de 2018.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2018, que aprova a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2017.

Senado Federal, em 1º de março de 2018.

CÁSSIO CUNHA LIMA, PRESIDENTE

CIDINHO SANTOS, RELATOR

GLADSON CAMELI

SÉRGIO PETECÃO



ANEXO AO PARECER Nº 22 , DE 2018 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2018.

Aprova a programação monetária para o terceiro trimestre de 2017.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É aprovada a programação monetária para o terceiro trimestre de 2017, nos termos da Mensagem nº 41, de 2017 (nº 227, de 2017, na origem), do Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 17, DE 2018

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº82, de 2015, que Dá nova redação ao inciso III do art. 365 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e revoga o § 1º do art. 13 e o art. 158 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o art. 369 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Antonio Anastasia

RELATOR: Senador Paulo Paim

28 de Fevereiro de 2018



PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2015, que *dá nova redação ao inciso III do art. 365 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e revoga o § 1º do art. 13 e o art. 158 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o art. 369 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.*

RELATOR: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 82, de 2015, de autoria do Deputado José Genoíno e do então Deputado (hoje, Senador) Aloysio Nunes Ferreira, numerado, na Câmara dos Deputados, como Projeto de Lei nº 2.805, de 1997.

Em resumo, no art. 1º, a proposição pretende afastar a exigência de autenticação de cópias de reproduções de documentos públicos e particulares, salvo quando houver suspeita de fraude, o que é feito por meio da modificação do inciso III do art. 365 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC/73).

No art. 2º, a matéria objetiva considerar válidas, para todos os efeitos legais, “as autenticações gratuitas de cópias de documentos realizadas nas delegacias de polícia, defensorias públicas, escritórios de assistência judiciária gratuita e órgãos de defesa do consumidor”.



SF/15726.20681-93



2³

A matéria foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Foi-nos outorgada a relatoria.

II – ANÁLISE

A matéria tem todo motivo de orgulhar-se, pela sua pretensão de desburocratização, ao pretender afastar a desnecessária exigência de autenticação de cópias a serem juntadas aos processos e ao conferir fé pública às autenticações feitas pelas delegacias de polícia, defensorias públicas, escritórios de assistência judiciária gratuita e órgãos de defesa do consumidor.

Realmente, quando da apresentação do projeto de lei, nos idos de 1997, o art. 365 do Código de Processo Civil de 1973 impunha essas providências burocráticas.

Todavia, com a Lei nº 11.382, de 6 de dezembro de 2006, parte dessas densas nuvens de burocracia foram dissipadas, ou seja, de acordo com essa lei, o art. 365 do Código de Processo Civil ganhou os incisos IV e VI, por meio dos quais todos os documentos declarados autênticos pelo advogado passaram a fazer prova no processo civil da mesma forma que os originais.

Em outras palavras, desde 2006, não há mais necessidade de autenticação de cópias de documentos a serem juntados ao processo, pois bastará que aquele que promove essa juntada – ou seja, o advogado – declare a autenticidade.

Esclareça-se que o art. 425, IV, do novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), que entrará em vigor em março do ano de 2016, mantém a mesma previsão do Código de 1973, (art. 365, III).

A redação dada ao inciso III do artigo 365 do Código de Processo Civil vigente, pode ser interpretada de forma equivocada, ou seja,

cv2015-10541



SF/15726.20681-93



4

3

tenderá a abolir também as autenticações de cópias para todos os atos da vida civil e não somente de cópias nos processos judiciais, levando assim a uma insegurança jurídica e ferindo o texto constitucional, conforme disciplinado no art. 236, que outorga exclusivamente aos cartórios os poderes notariais.

Por esses argumentos, não há outro caminho senão a prejudicialidade da proposição.

III – VOTO

O voto, por todas as razões expendidas, é pela **prejudicialidade** do PLC nº 82, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



cv2015-10541



4 5



cv2015-10541





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 28/02/2018 às 10h - 3ª, Ordinária
 Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Maioria (PMDB)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. ROBERTO REQUIÃO
EDISON LOBÃO	2. ROMERO JUCÁ
EDUARDO BRAGA PRESENTE	3. RENAN CALHEIROS
SIMONE TEBET PRESENTE	4. GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	5. WALDEMIR MOKA PRESENTE
MARTA SUPLCY PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO	7. RAIMUNDO LIRA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
JORGE VIANA	1. HUMBERTO COSTA
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	2. LINDBERGH FARIAS
FÁTIMA BEZERRA PRESENTE	3. REGINA SOUSA
GLEISI HOFFMANN PRESENTE	4. HÉLIO JOSÉ PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	5. ÂNGELA PORTELA PRESENTE
ACIR GURGACZ	6. SÉRGIO PETECÃO PRESENTE

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
AÉCIO NEVES PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA
FLEXA RIBEIRO PRESENTE	3. EDUARDO AMORIM
RONALDO CAIADO PRESENTE	4. DAVI ALCOLUMBRE
MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE	5. JOSÉ SERRA

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
LASIER MARTINS PRESENTE	1. IVO CASSOL
BENEDITO DE LIRA PRESENTE	2. ANA AMÉLIA PRESENTE
WILDER MORAIS PRESENTE	3. OMAR AZIZ

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
LÚCIA VÂNIA	1. ALVARO DIAS
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. JOÃO CAPIBERIBE PRESENTE
RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE	3. VANESSA GRAZZIOTIN

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	1. CIDINHO SANTOS PRESENTE
EDUARDO LOPES PRESENTE	2. VICENTINHO ALVES PRESENTE
MAGNO MALTA PRESENTE	3. WELLINGTON FAGUNDES





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

DÁRIO BERGER

ATAÍDES OLIVEIRA

SÉRGIO DE CASTRO

PAULO ROCHA



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLC 82/2015)

NA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR PAULO PAIM, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCJ PELA PREJUDICIALIDADE DO PROJETO.

28 de Fevereiro de 2018

Senador ANTONIO ANASTASIA

Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 5, DE 2018

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº13, de 2017, que Dispõe sobre o consumo de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, de uso proscrito, bem como a proteção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica e dá outras providências.

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa

RELATOR: Senador Sérgio Petecão

28 de Fevereiro de 2018





SENADOR SÉRGIO PETECÃO
PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 13, de 2017, do Instituto da Cannabis, que *dispõe sobre o consumo de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, de uso proscrito, bem como a proteção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica e dá outras providências.*



SF/18777.22183-96

Relator: Senador **SÉRGIO PETECÃO**

I – RELATÓRIO

Vem para o exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a Sugestão Legislativa (SUG) nº 13, de 2017, do Instituto da Cannabis (ICa), que propõe um projeto de lei com o objetivo de regular o porte de drogas – substâncias entorpecentes ou psicotrópicas de uso proscrito no Brasil – para consumo pessoal e conferir proteção sanitária e social às pessoas que consomem tais substâncias.

O projeto de lei sugerido é constituído de quarenta e dois artigos, organizados em dez Títulos. Ele tem o mesmo teor que a Lei nº 30, de 29 de novembro de 2000, de Portugal, que *define o regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como a protecção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica.* A minuta sugerida é quase a tradução literal da lei portuguesa.

O art. 1º do projeto determina o objetivo da lei, que é “definir um regime jurídico aplicável ao consumo de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas de uso proscrito no Brasil, bem como à proteção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica”. No seu parágrafo único, estabelece que as plantas a que se refere a lei “são as constantes das Listas E e F anexas à Portaria ANVISA-MS nº 344, de 12 de maio de 1998”.

Para efeito de simplificação, adotamos o termo “drogas ilícitas” para nos referir às substâncias de que trata a minuta de projeto de lei ora em análise.

O art. 2º estabelece que o consumo, a aquisição e o porte de drogas ilícitas constituem infração administrativa. O seu parágrafo único determina que





SENADOR SÉRGIO PETECÃO

o porte de drogas não pode exceder a quantidade necessária para o consumo médio individual no período de dez dias e que caberá ao Poder Executivo da União definir esse limite.

O consumidor que solicitar assistência de serviços de saúde, públicos ou privados, não se sujeitará às determinações da lei. Os médicos que, no exercício da profissão, identificarem casos de uso problemático de drogas, e quando entenderem que são justificáveis medidas de tratamento de saúde ou de assistência social, podem encaminhá-los aos serviços de saúde, garantindo-se o sigilo das informações do paciente (art. 3º e parágrafos).

O projeto cria a “Comissão para a Dissuasão do Uso Problemático de Drogas” (art. 5º), de âmbito municipal, com a competência de processar as infrações administrativas e aplicar as sanções correspondentes nos termos da lei.

A Comissão funcionará nas instalações dos centros de atenção psicossocial (CAPS) do Sistema Único de Saúde (SUS) e terá a seguinte composição: um jurista designado pelo Ministro da Justiça e outros dois membros – um profissional de saúde e um profissional da área das ciências humanas ou sociais – a serem designados pelo Ministro da Saúde e pelo integrante do governo municipal responsável pela política de drogas e saúde mental. Os membros da Comissão estão obrigados ao sigilo dos dados pessoais constantes dos processos a que tiverem acesso.

O projeto remete para o Ministro da Justiça e para o governo municipal a edição de ato infralegal para definir a organização e o regime de funcionamento da Comissão, que será regida por estatuto a ser definido por portaria conjunta do Ministro da Fazenda, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e do membro do governo municipal responsável pela política de drogas e saúde mental. Caberá à área técnica de saúde mental do Ministério da Saúde prestar apoio administrativo e técnico necessários ao funcionamento das comissões.

O projeto autoriza as autoridades policiais a identificarem o consumidor de drogas ilícitas e também a proceder à sua revista, bem como à apreensão da droga que estiver na sua posse, que será perdida em favor do Estado. As autoridades policiais elaborarão auto de ocorrência e o remeterão à Comissão para a Dissuasão do Uso Problemático de Drogas territorialmente competente. Em caso de não ser possível a identificação do consumidor no local e no momento da ocorrência, as autoridades policiais, se assim julgarem necessário, poderão conduzir o consumidor para uma delegacia e garantir que ele compareça perante à Comissão.





SENADOR SÉRGIO PETECÃO

Todos os processos administrativos de que trata a lei integrarão um registro central a ser mantido pela área técnica de saúde mental do Ministério da Saúde, que será regulamentado por portaria a ser editada pelos membros dos governos estaduais e municipais responsáveis, respectivamente, pelas áreas de justiça e de drogas e saúde mental.

As Comissões atuarão nos processos administrativos da sua área geográfica, de acordo com o domicílio do consumidor. Quando o endereço for desconhecido, será competente para agir a Comissão que atua no território onde se deu a ocorrência.

De acordo com o art. 10 da minuta de projeto de lei sugerida, cabe à Comissão decidir, com base em pronunciamento do consumidor e demais elementos que julgar necessários, se ele faz uso problemático ou não de drogas. A pedido do consumidor, poderá participar do processo de decisão um terapeuta de sua escolha. Ademais, também poderão ser realizados exames médicos para embasar a decisão, desde que a sua realização seja solicitada pelo consumidor ou pela própria Comissão.

O projeto prevê a possibilidade de a Comissão suspender provisoriamente o processo, suspender a sanção ou extinguir o processo, quando o consumidor aceitar submeter-se a tratamento de saúde, explicitando os prazos da suspensão e as circunstâncias em que ela deve ser revogada (arts. 11 a 17).

Os arts. 18 a 40 tratam das sanções a serem aplicadas aos consumidores de drogas ilícitas autuados pelas autoridades policiais.

Aos consumidores que fazem uso não problemático de drogas pode ser aplicada multa ou sanção não pecuniária. Já para o consumidor que faz uso problemático de drogas devem ser aplicadas tão somente sanções não pecuniárias.

Cabe à Comissão a decisão sobre as sanções a serem aplicadas ao consumidor de drogas ilícitas. Para tal decisão, a Comissão levará em conta a situação do consumidor e as circunstâncias do consumo.

O valor das multas é estipulado nos arts. 21 e 22, de acordo com a classificação da droga em questão, conforme constem da Lista E ou da Lista F da Portaria nº 344, de 1998, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Percentuais diferentes dos valores arrecadados com as multas serão distribuídos para: o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); o Fundo Nacional de Saúde (FNS), para serem aplicados nos centros de atenção psicossocial de álcool e drogas (CAPS-AD) do SUS; o Fundo Nacional de Segurança Pública; o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET); e para a área técnica de saúde mental do Ministério da Saúde.

Senado Federal, Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. 21, Brasília - DF - Tel (61) 3303-6706
sergiopetecao@senador.gov.br



SF/18777.22183-96



**SENADOR SÉRGIO PETECÃO**

O art. 24 estabelece as sanções a serem aplicadas, a título principal ou em substituição às multas. São elas, *in verbis*:

- a) interdição de frequência a determinados lugares;
- b) proibição de acompanhar, alojar ou receber certas pessoas;
- c) interdição de ausência para o exterior sem autorização;
- d) apresentação periódica em local designado pela comissão;
- e) cassação, proibição da concessão ou renovação de licença de uso e porte de arma de defesa, de caça, precisão ou recreio;
- f) apreensão de objetos que pertençam ao próprio e representem um risco para este ou para a comunidade, ou que favoreçam a prática um crime ou de outra infração;
- g) privação da gestão de subsídio ou benefício atribuído a título pessoal por entidades ou serviços públicos, que será confiada à entidade que conduz o processo ou àquele que acompanha o processo de tratamento, quando aceite.

Além das sanções acima elencadas, a Comissão pode impor uma advertência ao consumidor, que é uma censura oral, a ser proferida logo após a decisão definitiva.

A decisão da Comissão sobre a aplicação de sanções ou medidas de acompanhamento deve ser comunicada à autoridade judiciária, para que ela colabore na execução de tais medidas, mediante a comunicação dos serviços de saúde e das autoridades que devem atuar na sua execução (art. 41).

Por fim, o art. 42 do projeto altera o *caput* e o § 1º art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para compatibilizar o seu texto com o teor da lei proposta, acrescentando-lhes a seguinte expressão: “em quantidades superiores às necessárias para o consumo médio individual durante o período de 10 (dez) dias”.

As demais cláusulas, arts. 43 a 45, tratam da aplicabilidade, vigência da lei e disposição revogatória.

De acordo com a entidade proponente, a sugestão apresentada tem como referência a lei portuguesa sobre essa matéria – Lei nº 30, de 2000 – e está em conformidade com normas internacionais sobre drogas, da Organização das Nações Unidas (ONU), a saber: Convenção Única sobre Drogas Narcóticas, de 1961, internalizada pelo Decreto nº 54.216, de 27 de agosto de 1964; Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971, internalizada pelo Decreto nº 79.388, de 14 de março de 1977; e Convenção contra o Tráfico Ilícito de Drogas



SF/18777.22183-96





SENADOR SÉRGIO PETECÃO

Narcóticas e Substâncias Psicotrópicas, de 1988, internalizada pelo Decreto nº 154, de 26 de junho de 1991.

Ainda segundo o ICa, a aplicação do art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 – Lei Antidrogas, tem gerado distorções sobre o sistema penal brasileiro. Por esse motivo, a entidade apresentou a SUG nº 13, de 2017 que propõe a descriminalização do porte de pequenas quantidades de drogas para o consumo próprio, o que contribuirá para aproximar o consumidor dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).



SF/18777.22183-96

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de acordo como o inciso I do parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional.

Esse é o caso do proponente, o ICa, associação sem fins lucrativos, qualificada, em 2013, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que se dedica à promoção de pesquisas, estudos e debates acerca da *Cannabis spp.* em seus diversos usos, dentre eles o recreativo, industrial e medicinal. Portanto, são regimentais tanto a iniciativa quanto o exame da Sugestão pela CDH.

Inicialmente, cumpre observar que não há vício de origem da matéria, vez que o tema do porte de drogas para consumo pessoal não se insere entre aqueles de iniciativa legislativa privativa do chefe do Poder Executivo, conforme o art. 61 da Carta Magna. Ademais, a Constituição Federal (CF) estabelece, em seu art. 48, que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União.

O comando inclui legislar sobre aquelas matérias elencadas na competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, entre as quais figura a proteção e defesa da saúde, conforme dispõe o inciso XII do art. 24 da CF. É o caso da sugestão em análise, que trata da regulação do porte de drogas ilícitas para o próprio consumo. Ademais, compete privativamente à União legislar sobre direito penal, nos termos do inciso I do art. 22 da Carta Magna.

Deve-se ressaltar que está em vigor a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas -

Senado Federal, Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. 21, Brasília - DF - Tel (61) 3303-6706
sergiopetecao@senador.gov.br



**SENADOR SÉRGIO PETECÃO**

Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, que regula a matéria em pauta.

Conforme determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a redação das leis, o mesmo assunto não deve ser disciplinado por mais de uma lei (art. 7º, inciso IV). Assim, a norma apropriada para albergar a matéria é a Lei nº 11.343, de 2006, que, entre outras coisas, disciplina o tema da atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas. Há, pois, impropriedade de técnica legislativa na forma do projeto de lei sugerido.

No que tange ao mérito, reconhecemos como relevante o objetivo da proposição de descriminalizar o porte de drogas ilícitas para uso pessoal, retirando o assunto da esfera criminal.

A experiência portuguesa de ter descriminalizado o porte de drogas para uso pessoal é considerada uma experiência exitosa e tem se tornado uma referência de política pública nessa área. Não é por acaso que a entidade autora da Sugestão nº 13, de 2017, adotou quase literalmente o texto da lei portuguesa.

No Brasil, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, inovou em relação à Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, que disciplinava a questão sob um viés nitidamente repressivo e criminalizador do uso de drogas. A grande inovação introduzida pela norma brasileira atualmente em vigor diz respeito à ausência de previsão da pena de prisão para a pessoa que adquire, guarda, tem em depósito, transporta ou traz consigo drogas para uso pessoal e a distinção feita entre “traficante” e “usuário” de drogas.

No entanto, diferente da lei portuguesa, a norma brasileira não define a quantidade da droga a ser considerada como para uso pessoal, o que tem promovido distorções na sua aplicação, como a caracterização de milhares de usuários como traficantes e, em decorrência, levado a um indevido e excessivo encarceramento, o que agrava, sobremaneira, o problema da superlotação do sistema prisional brasileiro.

Apesar de meritória a intenção subjacente à Sugestão ora em análise, identificamos inconsistências e problemas de ordem constitucional na proposta.

A principal inconsistência observada é o fato de a proposta retirar a questão do porte de drogas para uso pessoal da esfera criminal, mas, contraditoriamente, tornar mais severas as sanções passíveis de serem aplicadas pela via administrativa. Hoje, a lei vigente determina que aquele que for flagrado



SF/18777.22183-96



**SENADOR SÉRGIO PETECÃO**

portando drogas ilícitas para consumo pessoal será submetido às penas de: i) advertência sobre os efeitos das drogas; ii) prestação de serviços à comunidade; e iii) medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo (art. 28 da Lei nº 11.343, de 2006).

Já as sanções previstas na Sugestão, cuja imposição é da competência de uma comissão administrativa constituída para esse fim – Comissão para a Dissuasão do Uso Problemático de Drogas –, são duras e bastante restritivas de direitos, interferindo diretamente no direito de ir e vir, na vida privada, no direito de reunião e na propriedade, com a previsão de sequestro de bens e valores. A Comissão pode proibir que o usuário de drogas frequente determinados lugares, acompanhe ou aloje determinada pessoa, viaje para o exterior, além de outras medidas, como a apreensão de qualquer subsídio ou benefício que o usuário receba de entidades ou do poder público. À Comissão, portanto, são atribuídas competências que, hoje, são da alçada do Poder Judiciário.

Além de contraditória com a ideia de descriminalização, a imposição das sanções tais como as previstas na Sugestão, em nosso juízo, é medida inconstitucional, pois garantias constitucionais – como o direito à liberdade de locomoção, direito à vida privada, direito de reunião e o direito à propriedade – são restringidas pela via administrativa, sem que estejam garantidos o devido processo legal, inclusive o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Ademais algumas penas pretendidas não são razoáveis. A “privação da gestão de subsídio ou benefício atribuído a título pessoal por entidades ou serviços públicos”, por exemplo, parece-nos injustificável e inaceitável à luz do nosso ordenamento constitucional, uma vez que se estará privando a pessoa dos recursos necessários para a sua subsistência. Já a pena de multa é fixada sem levar em conta a situação econômica do agente autuado, conforme prescreve o art. 60 do Código Penal.

Também se nos afigura como inconstitucional a vinculação da “Comissão para a Dissuasão do Uso Problemático de Drogas” à administração municipal, por violar a iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo para propor leis que disponham sobre organização administrativa, prevista no art. 61, § 1º, I, b, da Constituição Federal e, segundo jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, de reprodução obrigatória nas constituições estaduais e nas leis orgânicas do Distrito Federal e dos municípios. Essa vinculação ofende, ainda, a autonomia administrativa e política municipal.

Além disso, atribui-se à Comissão a prerrogativa de decidir se o consumidor faz uso problemático de drogas ou não, ainda que ela não detenha a competência técnica para realizar diagnóstico médico.

Senado Federal, Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. 21, Brasília - DF - Tel (61) 3303-6706
sergiopetecao@senador.gov.br



SF/18777.22183-96



**SENADOR SÉRGIO PETECÃO**

Assim, ainda que reconheçamos a necessidade de aperfeiçoar o ordenamento jurídico vigente, no que tange à descriminalização do uso de drogas e à atenção à saúde e à assistência social para usuários ou dependentes de drogas, cremos que a proposta contida na Sugestão nº 13, de 2017, pelos problemas apontados, não deva ser acatada.

Ademais, já está em tramitação nesta Casa Legislativa projeto de lei com a mesma finalidade, que se encontra em estágio mais avançado do processo legislativo. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 37, de 2013, que já recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A apresentação de um novo projeto de lei sobre a matéria, como o proposto pela Sugestão ora em análise, iria acarretar o seu apensamento ao PLC mencionado, o que retardaria a conclusão do processo legislativo da proposição já em tramitação, uma vez que cada nova peça legislativa sobre o mesmo tema deve ser apensada à mais antiga, o que leva a que se reinicie todo o processo.

Portanto, cremos não ser oportuna a aprovação da Sugestão nº 13, de 2017.

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é contrário à aprovação da Sugestão nº 13, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





10

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CDH, 28/02/2018 às 11h - 9ª, Extraordinária
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO BEZERRA COELHO	1. VALDIR RAUPP PRESENTE
MARTA SUPPLY PRESENTE	2. VAGO
HÉLIO JOSÉ PRESENTE	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
ÂNGELA PORTELA PRESENTE	1. GLEISI HOFFMANN
FÁTIMA BEZERRA PRESENTE	2. LINDBERGH FARIAS
PAULO PAIM PRESENTE	3. PAULO ROCHA PRESENTE
REGINA SOUSA PRESENTE	4. ACIR GURGACZ

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO AMORIM	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
CIRO NOGUEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO PRESENTE
ANA AMÉLIA PRESENTE	2. KÁTIA ABREU

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
JOÃO CAPIBERIBE PRESENTE	1. RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE
ROMÁRIO PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
MAGNO MALTA	1. CIDINHO SANTOS PRESENTE
TELMÁRIO MOTA	2. WELLINGTON FAGUNDES

Não Membros Presentes

DÁRIO BERGER
 JOSÉ PIMENTEL
 RONALDO CAIADO
 ATÁIDES OLIVEIRA
 VICENTINHO ALVES



DECISÃO DA COMISSÃO

(SUG 13/2017)

NA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR SÉRGIO PETECÃO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, PELA REJEIÇÃO DA SUGESTÃO.

28 de Fevereiro de 2018

Senadora REGINA SOUSA

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 6, DE 2018

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre a Sugestão nº22, de 2017, que Inclusão do Biomédico nos
programas de Atenção à Saúde (ESF/NASF).

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa

RELATOR: Senador Sérgio Petecão

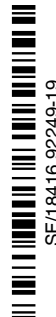
28 de Fevereiro de 2018





SENADOR SÉRGIO PETECÃO
PARECER Nº , DE 2018.

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 22, de 2017, do Programa e-Cidadania, que versa sobre a inclusão obrigatória do biomédico nas equipes de saúde da atenção básica do Sistema Único de Saúde.



SF/18416.92249-19

RELATOR: Senador SÉRGIO PETECÃO

I – RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão a Sugestão (SUG) nº 22, de 2017, do Programa e-Cidadania, que visa a obrigar a inclusão do biomédico nas equipes de saúde dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e nas Equipes de Saúde da Família (ESF), que integram a atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS).

A referida Sugestão foi originada da Ideia Legislativa nº 66.396, apresentada pelo cidadão Tiago Andrade, sob o título de “Inclusão do Biomédico nos programas de Atenção à Saúde (ESF/NASF)”, que alcançou apoio superior a vinte mil manifestações individuais.

De acordo com o proponente, os NASF e as ESF atuam de forma integrada, possibilitando a construção de projetos terapêuticos que ampliam e qualificam as intervenções no território e na saúde da população. Assim, os biomédicos contribuiriam com a Estratégia de Saúde da Família, pois atuariam principalmente na prevenção de doenças e na promoção da saúde, por intermédio da educação sanitária e da análise laboratorial de exames das campanhas de saúde realizadas na comunidade.

II – ANÁLISE

De acordo com o parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, a ideia legislativa recebida por meio do portal que obtiver apoio de vinte mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art.102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), dando-se conhecimento aos Senadores membros.

Senado Federal, Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. 21, Brasília - DF - Tel (61) 3303-6706
sergiopetecao@senador.gov.br





SENADOR SÉRGIO PETECÃO

O Memorando da Secretaria de Comissões nº 51, de 21 de junho de 2017, informa que a Sugestão nº 22, de 2017, “alcançou, no período de 20/02/2017 a 19/06/2017, apoio superior a 20.000 manifestações individuais”. Estão atendidos, dessa forma, os requisitos formais para que a SUG nº 22, de 2017, seja apreciada por esta Comissão.

Conforme já colocado, a sugestão visa a obrigar a inclusão de biomédico entre os componentes das equipes de saúde da atenção básica do SUS. No entanto, uma proposta de autoria de parlamentar com esse condão é inconstitucional, por vício de iniciativa.

Com efeito, a criação de cargos públicos no âmbito do SUS é atribuição exclusiva do Poder Executivo, o qual tem a prerrogativa de organizar os seus serviços de forma autônoma e de acordo com a sua conveniência, consoante a alínea *a* do inciso II do § 1º do art. 61 da Carta Magna, cuja leitura revela que *são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração*.

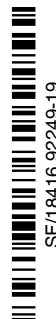
Além disso, a interferência do Poder Legislativo na estrutura administrativa do Poder Executivo também configura afronta ao princípio da separação dos Poderes, consagrado no art. 2º da Constituição Federal.

Em relação ao mérito, é mister pontuar que a gestão do SUS em cada esfera de poder é a instância que possui expertise para avaliar se a atuação do biomédico se mostra necessária em todas as equipes de saúde da atenção básica. De fato, a demanda em saúde da comunidade local pode, em muitos casos, prescindir da presença de biomédico, de tal maneira que esse profissional não precisa necessariamente compor as equipes no nível primário de atendimento aos pacientes. Dessa feita, o gestor do SUS deve manter a prerrogativa de definir a composição das equipes de saúde que estão sob seu comando.

A imposição legal da presença dos biomédicos nas equipes de atenção básica tornaria obrigatório que todos os municípios do País os contratassem, mesmo que não houvesse demanda para seu trabalho na localidade. Isso representaria uma medida administrativa ineficiente e desastrosa para as contas da saúde pública em inúmeros estados e municípios, pois esses entes deixariam de aplicar recursos em setores prioritários para financiar o custeio de pessoas e estruturas que não contribuirão efetivamente, a depender da localidade, para a melhoria dos níveis de saúde locais.

É válido ainda pontuar que toda a regulamentação referente às equipes de saúde se dá no plano infralegal, que possui flexibilidade para se adaptar mais prontamente às necessidades verificadas na prestação dos serviços de saúde

Senado Federal, Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. 21, Brasília - DF - Tel (61) 3303-6706
sergiopetecao@senador.gov.br



SF/18416.92249-19



**SENADOR SÉRGIO PETECÃO**

à população. Observe-se que nem mesmo a presença dos médicos na composição das equipes é obrigatória por força de lei, de modo que entendemos que assuntos de tal natureza, que tem caráter técnico e abrangente – pois atinge todas as localidades do Brasil indistintamente –, devem ser deixados a cargo dos gestores do SUS, tal qual preconiza a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1999 (Lei Orgânica da Saúde).

Assim, em vista do exposto, julgamos que a conversão da proposta contida na SUG nº 22, de 2017, em projeto de lei se mostra inviável sob os prismas constitucional, legal e econômico, na medida em que possui vício de iniciativa e contraria os preceitos organizativos que norteiam o SUS.

Assim sendo, recomendamos a inadmissibilidade da SUG nº 22, de 2017.

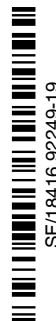
III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **rejeição** da Sugestão nº 22, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18416.92249-19





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CDH, 28/02/2018 às 11h - 9ª, Extraordinária
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO BEZERRA COELHO	1. VALDIR RAUPP PRESENTE
MARTA SUPPLY PRESENTE	2. VAGO
HÉLIO JOSÉ PRESENTE	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
ÂNGELA PORTELA PRESENTE	1. GLEISI HOFFMANN
FÁTIMA BEZERRA PRESENTE	2. LINDBERGH FARIAS
PAULO PAIM PRESENTE	3. PAULO ROCHA PRESENTE
REGINA SOUSA PRESENTE	4. ACIR GURGACZ

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO AMORIM	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
CIRO NOGUEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO PRESENTE
ANA AMÉLIA PRESENTE	2. KÁTIA ABREU

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
JOÃO CAPIBERIBE PRESENTE	1. RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE
ROMÁRIO PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
MAGNO MALTA	1. CIDINHO SANTOS PRESENTE
TELMÁRIO MOTA	2. WELLINGTON FAGUNDES

Não Membros Presentes

DÁRIO BERGER
 JOSÉ PIMENTEL
 RONALDO CAIADO
 ATÁIDES OLIVEIRA
 VICENTINHO ALVES



DECISÃO DA COMISSÃO

(SUG 22/2017)

NA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR SÉRGIO PETECÃO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, PELA REJEIÇÃO DA SUGESTÃO.

28 de Fevereiro de 2018

Senadora REGINA SOUSA

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 7, DE 2018

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre a Sugestão nº42, de 2017, que Criminalização da LGBTfobia.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senadora Regina Sousa

28 de Fevereiro de 2018



PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 42, de 2017, do Programa e-Cidadania, para *criminalização da LGBTfobia*.



Relatora: Senadora **REGINA SOUSA**

I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), na forma do inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a Sugestão (SUG) nº 42, de 2017, oriunda do Programa e-Cidadania, formulada pelo cidadão Felipe Victor dos Reis, que contou com 25.403 manifestações de apoio entre 19/07/2017 e 19/08/2017, para “*criminalização da LGBTfobia*”.

Na descrição da proposição, consta que o objetivo é “criminalizar todo tipo de agressão verbal, física, ou psicológica cometida a um LGBT”.

II – ANÁLISE

Sob a perspectiva regimental acham-se atendidos os requisitos formais de admissibilidade da referida sugestão legislativa. Não se trata, porém, ainda de juízo terminativo sobre a matéria.

O presente parecer da CDH tem caráter preliminar, pois, em conformidade com o disposto no inciso I do parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, as sugestões porventura aprovadas pela CDH serão transformadas em proposições de autoria da Comissão e encaminhadas à Mesa, para tramitação, ouvidas as comissões competentes para o exame de mérito.



2³

Concordamos com o autor da proposição de que é necessária a criação de um tipo penal que previna a ocorrência de homicídios e agressões contra o público LGBT, por isso acolhemos Sugestão Legislativa no mesmo sentido que já está tramitando nesta Casa, desde 19/12/2017, como Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 515, de 2017, de autoria desta Comissão de Direito Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Vale registrar que essa proposição originou-se, por sua vez, da Sugestão nº 28, de 2017.

O Projeto de Lei do Senado em questão altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir naquele diploma legal os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou com deficiência, gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero.

Assim, o Projeto de Lei do Senado tem um escopo amplo, contemplando os propósitos da Sugestão nº 42, de 2017, que resta, portanto, prejudicada.

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela prejudicialidade da Sugestão nº 42, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



SF/18507.20216-00





4

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CDH, 28/02/2018 às 11h - 9ª, Extraordinária
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO BEZERRA COELHO	1. VALDIR RAUPP PRESENTE
MARTA SUPPLY PRESENTE	2. VAGO
HÉLIO JOSÉ PRESENTE	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
ÂNGELA PORTELA PRESENTE	1. GLEISI HOFFMANN
FÁTIMA BEZERRA PRESENTE	2. LINDBERGH FARIAS
PAULO PAIM PRESENTE	3. PAULO ROCHA PRESENTE
REGINA SOUSA PRESENTE	4. ACIR GURGACZ

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO AMORIM	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
CIRO NOGUEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO PRESENTE
ANA AMÉLIA PRESENTE	2. KÁTIA ABREU

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
JOÃO CAPIBERIBE PRESENTE	1. RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE
ROMÁRIO PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
MAGNO MALTA	1. CIDINHO SANTOS PRESENTE
TELMÁRIO MOTA	2. WELLINGTON FAGUNDES

Não Membros Presentes

DÁRIO BERGER
 JOSÉ PIMENTEL
 RONALDO CAIADO
 ATÁIDES OLIVEIRA
 VICENTINHO ALVES



DECISÃO DA COMISSÃO

(SUG 42/2017)

NA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A SENADORA REGINA SOUSA PASSA A PRESIDÊNCIA AO SENADOR PAULO PAIM PARA QUE POSSA RELATAR A MATÉRIA. EM SEGUIDA A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA REGINA SOUSA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, PELA PREJUDICIALIDADE DA SUGESTÃO.

28 de Fevereiro de 2018

Senador PAULO PAIM

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 1, DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº245, de 2017, que Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, assinado em Brasília, em 19 de março de 2011.

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

RELATOR: Senadora Ana Amélia

01 de Março de 2018



1



PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2017 (PDC nº 772, de 2017, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, assinado em Brasília, em 19 de março de 2011.*

RELATOR: Senadora **ANA AMÉLIA**

I – RELATÓRIO

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 245, de 2017, cuja ementa está acima epigrafada.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 593, de 29 de dezembro de 2015, submeteu-se ao crivo do Congresso Nacional o texto do Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, assinado em Brasília, em 19 de março de 2011.



A exposição de motivos, subscrita pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e da Defesa, esclarece, de início, que o referido ato internacional substitui o Acordo Quadro sobre a Cooperação nos Usos do Espaço Exterior, assinado em 1º de março de 1996, e prorrogado, por troca de Notas, até 31 de janeiro de 2017 (“Primeiro Acordo de Cooperação”).

O documento registra que, em conformidade com o texto do Acordo, *as Partes identificarão as áreas de interesse mútuo e buscarão desenvolver programas ou projetos de cooperação para a exploração e os usos pacíficos do espaço exterior e trabalharão em estreita cooperação para esse fim.*

O texto ministerial destaca, também, que a assinatura do referido tratado — composto de preâmbulo e 17 artigos — expressa o interesse de ambas as Partes de aprofundar o eixo jurídico relacionado com a cooperação internacional no domínio do espaço exterior.

O discurso preliminar do Acordo, por sua vez, recorda a longa e proveitosa cooperação entre os dois países nos usos pacíficos do espaço exterior, mediante a realização de atividades de cooperação nas distintas áreas da ciência; considera o interesse de fomentar a cooperação bilateral em voo espacial tripulado, em ciência espacial e no uso do espaço exterior para pesquisa sobre as ciências da Terra, com potenciais benefícios para as demais nações; reconhece o sucesso dos projetos conjuntos no âmbito do Primeiro Acordo de Cooperação; e reforça o desejo de aprofundar o marco jurídico geral para facilitar a continuação de sua relação bilateral.

O relatório preliminar do acordo recorda, por fim, o Tratado sobre os Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e no Uso do Espaço Cósmico, inclusive a Lua e Demais Corpos Celestes, concluído em 27 de janeiro de 1967, do qual ambos Estados são Partes.



SF/18122.09929-66



O objetivo do ato internacional em exame é, como seu nome indica, estabelecer as obrigações, os termos e as condições para a cooperação bilateral na exploração e uso do espaço exterior para fins pacíficos nas áreas de interesse comum considerando a isonomia, bem como o benefício mútuo (Artigo 1). O dispositivo indica, ainda, a intenção de substituir o Primeiro Acordo de Cooperação.

O Artigo 2 cuida das definições e estabelece, entre outras questões, que o termo “Agência” significa para o Brasil, a Agência Espacial Brasileira (AEB); para os Estados Unidos, a Administração Nacional do Espaço e da Aeronáutica (NASA); ou qualquer outra agência brasileira ou norte-americana que as respectivas partes decidam designar, por escrito, por meio dos canais diplomáticos.

O propósito da cooperação está contemplado no Artigo 3, determinando também que todas as atividades empreendidas no âmbito do Acordo serão conduzidas de maneira consistente com as leis e os regulamentos nacionais das Partes. Na sequência, o Artigo 4 estabelece que as Agências poderão celebrar Ajustes Complementares, regidos pelo Acordo, que definirão as funções específicas e os respectivos compromissos, incluindo dispositivos relativos à natureza e ao objetivo das atividades conjuntas, bem como os compromissos individuais e conjuntos das Agências.

No ponto que trata das finanças (Artigo 5), está estipulado que as Partes serão responsáveis pelo financiamento de suas respectivas atividades. O dispositivo fixa, por igual, que as obrigações sob o Acordo e quaisquer Ajustes Complementares estarão sujeitos à disponibilidade de recursos apropriados e aos procedimentos de financiamento de cada Parte. Há, ainda, determinação de que, na hipótese de dificuldades de financiamento que possam afetar as atividades a serem realizadas no âmbito do Acordo, a Agência notificará e consultará a outra Agência com a necessária brevidade.



SF/18122.09929-66



O tratado possui dispositivo (Artigo 6) que trata da liberação alfandegária gratuita e isenção de todos os tributos aduaneiros, taxas e impostos aplicáveis sobre a importação ou a exportação dos bens necessários à implementação do Acordo. Os Artigos 7 e 8 cuidam, respectivamente, de entrada e saída de pessoal e de sobrevoo.

Na sequência, o Acordo cuida dos direitos de propriedade intelectual (Artigo 9); da divulgação de informações públicas e de resultados (Artigo 10); da transferência de bens e dados técnicos (Artigo 11); e da renúncia recíproca de responsabilidade (Artigo 12). Nesse ponto, o dispositivo estabelece que a renúncia não será aplicável, entre outras, às reivindicações feitas por pessoa física, seu espólio, seus herdeiros em razão de lesões corporais, de prejuízos à saúde, ou de morte; reivindicações por dano causado por conduta dolosa; e reivindicações de direito de propriedade intelectual. O texto estabelece, além disso, que, no caso de reivindicação de terceiro(s) pela qual as Partes possam ser responsabilizadas, as Partes consultar-se-ão imediatamente para determinar partilha apropriada e equitativa da responsabilidade de cada uma, bem assim a defesa com relação àquela reivindicação (Artigo 12, f).

O Artigo 13 versa sobre registro de objetos espaciais, em conformidade com a *Convenção Relativa ao Registro de Objetos Lançados no Espaço Cósmico*, de 1975. Já o Artigo 14 cuida das consultas e solução de controvérsias. Ele determina que as Agências deverão se empenhar para resolver suas eventuais diferenças e, caso não seja possível, as Partes deverão decidir as possíveis desinteligências por meio de consultas.

No tocante à relação com outros tratados, o Artigo 15 estabelece que, na hipótese de conflito, as Partes consultar-se-ão com o objetivo de solucionar a controvérsia. Esse ato internacional entrará em vigor na data da última Nota da troca de Notas diplomáticas informando a conclusão dos procedimentos internos necessários à entrada em vigor. O Acordo permanecerá em vigor por 20 anos, podendo ser prorrogado por consentimento escrito entre as Partes ou denunciado (Artigo 16).



SF/18122.09929-66



O Acordo pode ser denunciado por meio de notificação escrita, com pelo menos seis meses de antecedência. A denúncia ou a expiração do Acordo não deve afetar ajustes complementares que se encontrem em vigor quando da denúncia ou término do Acordo. Por fim, as obrigações das Partes estabelecidas pelos Artigos 9 (propriedade intelectual), 11 (transferência de bens e dados) e 12 (renúncia de responsabilidade) continuarão sendo aplicadas independentemente da denúncia ou expiração do Acordo (Artigo 17).

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa e despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

No tocante ao Acordo, inexistem vícios no que diz respeito a sua juridicidade. Não há, igualmente, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF). Ainda em relação à Carta da República, o tratado em análise enquadra-se no comando que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (art. 4º, IX).

Os negociadores do Acordo lembram, nas argumentações iniciais do discurso, a produtiva cooperação bilateral na exploração e nos usos pacíficos do espaço exterior. Com efeito, as Partes se beneficiaram mutuamente do Acordo-Quadro de 1996, bem como de seus ajustes complementares.



SF/18122.09929-66





6

Tendo em atenção esse contexto, o tratado em apreciação visa a ampliar a estrutura jurídica referente à essa cooperação para facilitar a continuação dessa relação benéfica aos dois países signatários. Nesse sentido, o Legislativo brasileiro deve homenagear a iniciativa mediante a aprovação do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior.

III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CRE, 01/03/2018 às 09h - 2ª, Extraordinária
 Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
EDISON LOBÃO	1. RENAN CALHEIROS
JOÃO ALBERTO SOUZA	2. VALDIR RAUPP
ROBERTO REQUIÃO	3. HÉLIO JOSÉ
ROMERO JUCÁ	4. MARTA SUPLCY PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN PRESENTE	1. FÁTIMA BEZERRA PRESENTE
ACIR GURGACZ	2. JOSÉ PIMENTEL PRESENTE
JORGE VIANA	3. PAULO PAIM
LINDBERGH FARIAS	4. HUMBERTO COSTA
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	1. CÁSSIO CUNHA LIMA
PAULO BAUER PRESENTE	2. RONALDO CAIADO
RICARDO FERRAÇO	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	4. TASSO JEREISSATI
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
LASIER MARTINS	1. JOSÉ MEDEIROS
ANA AMÉLIA PRESENTE	2. GLADSON CAMELI
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
CRISTOVAM BUARQUE	1. VANESSA GRAZZIOTIN
VAGO	2. RANDOLFE RODRIGUES
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO COLLOR PRESENTE	1. WELLINGTON FAGUNDES
PEDRO CHAVES	2. ARMANDO MONTEIRO



DECISÃO DA COMISSÃO

(PDS 245/2017)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA.

01 de Março de 2018

Senador FERNANDO COLLOR

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 1, DE 2018

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº140, de 2015, que Altera o art. 130 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o licenciamento eletrônico de veículos.

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira

RELATOR: Senador Dalirio Beber

28 de Fevereiro de 2018



PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2015 (Projeto de Lei nº 1.920, de 2011, na Casa de origem), do Deputado Walney Rocha, que *altera o art. 130 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o licenciamento eletrônico de veículos.*



SF/17166.67596-88

RELATOR: Senador DALIRIO BEBER**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 140, de 2015, cria o licenciamento eletrônico de veículos, alterando o art. 130 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). De acordo com a nova redação, esse licenciamento se daria com a inserção, pelo proprietário, das informações relativas às condições físicas do veículo, junto ao órgão executivo de trânsito do estado. A responsabilidade pelas informações prestadas seria, para todos os efeitos, do proprietário do veículo.

A proposição originou-se do Projeto de Lei nº 1.920, de 2011, na Câmara dos Deputados. Na Justificação o autor argumenta que o projeto visa a unificar o procedimento de licenciamento anual instituído pelo Código de Trânsito Brasileiro, uma vez que atualmente os estados utilizam critérios diferentes nos seus procedimentos. Lembra que o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) chegou a estabelecer obrigatoriedade de vistoria física anual, por meio da Resolução nº 84, de 19 de novembro de 1998, que veio a ser revogada pela Resolução nº 107, de 21 de dezembro de 1999.



A proposição foi inicialmente apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que a aprovou com uma emenda de autoria do relator, Senador Marcelo Crivella, para substituir na ementa e no art. 1º do Projeto, a expressão “que institui o Código de Trânsito Brasileiro”, pela expressão “a qual institui o Código de Trânsito Brasileiro”.

Em decorrência de aprovação pela Mesa do Senado Federal, em 16 de junho de 2016, do Requerimento nº 442, de 2016, a matéria foi encaminhada para que fosse ouvida também esta Comissão. Em dezembro de 2016 foi apresentado Relatório pelo Senador Paulo Bauer, com parecer pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CCJ, com apresentação de nova emenda. Entretanto, o relatório não foi lido até o final da Sessão Legislativa passada. Posteriormente, coube-me relatar a matéria e, em decorrência, apresentei Relatório também pela aprovação, com três emendas, mais a aprovação da emenda nº 1 - CCJ, o qual, entretanto, não chegou a ser votado em função de termos pedido seu reexame no dia 30 de agosto do corrente ano.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor Pública (CTFC), de acordo com o art. 102-A, II, *b*, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias pertinentes ao acompanhamento e modernização das práticas gerenciais na administração pública federal direta e indireta.

Após formularmos o pedido de reexame do Relatório que oferecemos ao PLC aqui analisado, tivemos a oportunidade de utilizar esse tempo para nos aprofundarmos ainda mais no entendimento do assunto, bem como para consultar as partes envolvidas, entre as quais podemos destacar o governo federal, representantes dos estados e especialistas em transportes.

Do amadurecimento decorrente desse processo, mudamos profundamente nosso entendimento anterior acerca do encaminhamento a ser dado à matéria.

De fato, a despeito das nobres intenções que nortearam a apresentação da proposta original, temos de nos ater ao texto que nos foi



encaminhado pela Câmara dos Deputados, uma vez que é ele que será insculpido na legislação pátria, e não as intenções de seus autores, por melhores que elas sejam.

Nesse sentido, vale uma análise mais aprofundada e pormenorizada das várias alterações que estão sendo propostas ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB) pelo texto que nos foi encaminhado.

A primeira alteração sugerida é no *caput* do art. 130 do CTB, para criar uma nova sistemática denominada “licenciamento eletrônico” de veículos. Entretanto, a despeito dessa alteração, tal procedimento não é definido precisamente, particularmente no que difere em relação à sistemática atual. Assim, não só o texto proposto vai em sentido contrário ao da intenção do nobre autor, como é até preocupante a insegurança jurídica que tal alteração acarretaria, uma vez que caberia a cada Detran interpretar, ao seu alvitre, o que “licenciamento eletrônico” significaria.

A segunda alteração determina que o próprio dono do veículo passe a ser responsável por inserir “informações” “no sistema do órgão executivo de trânsito do Estado, relativas às condições físicas do veículo que possibilite seu tráfego com segurança”. Como o próprio Senador Paulo Bauer já havia analisado anteriormente:

Há que se considerar que o cidadão comum não possui a *expertise* necessária para avaliar de forma independente as condições de segurança de seu veículo. O proprietário do veículo normalmente não possui formação especializada de mecânica automotiva voltada à segurança veicular, para verificar se o freio de seu veículo está funcionando de maneira adequada, se não há problemas estruturais em seu veículo, se o veículo está emitindo gases e ruídos dentro dos parâmetros exigidos na legislação ambiental, entre outros aspectos extremamente complexos.

Além do mais, o proprietário do veículo poderia tender a não apontar problemas que porventura existam no veículo, pois isso o levaria a correr o risco de não ter o licenciamento anual realizado. Dessa forma, seriam omitidas informações relevantes à circulação segura de veículos.



A terceira alteração, que determina que o proprietário é integralmente responsável pelas informações prestadas, nos parece apenas redundante em relação a uma interpretação sistêmica das regras do Direito. Isto é, parece-nos óbvio que, por se tratar de uma declaração, seu autor é responsável por sua veracidade, ou seja, não haveria, *per se*, nenhuma inovação na legislação vigente.

Por fim, a última alteração proposta pelo PLC determina que o certificado de licenciamento anual seja remetido por via postal a seu titular. Tal alteração, embora pareça inócua, encerra dois problemas distintos. O primeiro deles engessa o certificado a uma tecnologia atual, isto é, a um documento impresso que é enviado por correio físico. Se hoje esse comando não faria diferença, poderia criar embaraços caso haja avanços tecnológicos para, por exemplo, que um certificado eletrônico seja emitido, ou mesmo para que os contribuintes possam imprimir seu certificado por conta própria, por meio de algum tipo de dispositivo devidamente certificado. Além disso, o texto sugerido cria dificuldades desnecessárias para os contribuintes que prefiram obter o certificado diretamente junto ao Detran, e que não possam esperar ou não tenham como recebê-lo em um endereço físico.

Nesse sentido, o aperfeiçoamento do texto aqui analisado passaria pela supressão da expressão “licenciamento eletrônico”, ao mesmo tempo em que deveria ser delegada ao CONTRAN a competência para que regulamente e uniformize os procedimentos de licenciamento dos veículos. Poderia também passar por uma determinação expressa de que o licenciamento seja automático, caso quitados os tributos e inalterados a propriedade e o domicílio – em conjunto, evidentemente, com uma alteração no Código, para que, durante a vistoria, os veículos somente possam voltar a circular caso sanadas as não-conformidades detectadas. Por fim, poderíamos simplesmente suprimir os demais parágrafos propostos no texto original do PLC.

Entretanto, embora as tenhamos aventado, devemos ter em mente que elas, quando olhadas em conjunto, teriam tão pouco em comum com a redação original, e que o texto proposto seria, na realidade um novo e distinto projeto daquele que fora proposto.



Em outras palavras, ao formularmos uma emenda substitutiva com vistas a alcançar a *intenção* do nobre autor de unificar e simplificar os procedimentos de licenciamento no Brasil, essa emenda guardaria tão pouca correlação com o projeto original, que estaríamos afrontando o art. 230 do Regimento Interno que veda aquelas emendas que ou não tenham relação com o projeto original, ou mesmo que sejam contrárias a ele.

Nesse sentido, teremos de, infelizmente, propor a rejeição do projeto aqui analisado.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/17166.67596-88





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença

CTFC, 28/02/2018 às 09h30 - 1ª, Extraordinária

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
RENAN CALHEIROS	1. SIMONE TEBET
AIRTON SANDOVAL PRESENTE	2. GARIBALDI ALVES FILHO
DÁRIO BERGER PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROMERO JUCÁ	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
FÁTIMA BEZERRA PRESENTE	1. GLEISI HOFFMANN
PAULO PAIM PRESENTE	2. HUMBERTO COSTA
REGINA SOUSA PRESENTE	3. JORGE VIANA
ACIR GURGACZ	4. LINDBERGH FARIAS
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES
DALIRIO BEBER PRESENTE	2. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
DAVI ALCOLUMBRE	3. RICARDO FERRAÇO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
SÉRGIO PETECÃO PRESENTE	1. ANA AMÉLIA PRESENTE
GLADSON CAMELI	2. WILDER MORAIS
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
JOÃO CAPIBERIBE	1. RANDOLFE RODRIGUES
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
CIDINHO SANTOS PRESENTE	1. EDUARDO LOPES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. VAGO

Não Membros Presentes

JOSÉ PIMENTEL
RONALDO CAIADO
VALDIR RAUPP
PAULO ROCHA
ÂNGELA PORTELA
VICENTINHO ALVES



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLC 140/2015)

NA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CTFC, NESTA DATA, FOI APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO, PELA REJEIÇÃO DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 140/2015.

28 de Fevereiro de 2018

Senador ATAÍDES OLIVEIRA

Presidente da Comissão de Transparência, Governança,
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor



ATA DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-ARGENTINA





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

ATA DA 1ª REUNIÃO DE 2018 DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - ARGENTINA, REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14h30, NO PLENÁRIO Nº 07, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DESTINADA À REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e dezoito, na sede do Senado Federal, no plenário nº 07, Ala Senador Alexandre Costa, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Parlamentares membros do **GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - ARGENTINA**, criado pela Resolução do Senado Federal nº 04, de 2016, com o objetivo de realizar Audiência Pública em que se discutiu a criação de organismo bilateral de metrologia entre Brasil e Argentina. Esteve presente o Embaixador da República Argentina no Brasil, que usou da palavra, Excelentíssimo Senhor Carlos Magariños. Participaram como expositores o Sr. Jorge Antonio da Paz Cruz, coordenador-geral de articulação internacional do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO); o Senhor André Marcos Faveiro, Coordenador-Geral de Negociações Internacionais do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC); o Ministro Otávio Brandelli, diretor do departamento do MERCOSUL, do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a Professora Vera Helena Thorstensen, professora da Escola de Economia de São Paulo – FGV e presidente do Comitê Brasileiro de Barreiras Técnicas ao Comércio – CBTC. Realizado o debate, ao final da Audiência Pública a Presidente da reunião determinou à Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento que adotasse as providências necessárias no sentido de comunicar às autoridades o resultado da reunião, dando a necessária publicação. Nada mais havendo a tratar, a presente reunião foi encerrada às 16h30 e eu, Silvânia Alves de Azevedo, Diretora da Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento, lavrei a presente Ata que, tendo sido aprovada, vai assinada pela Presidente da reunião, com a respectiva lista de presença, que passa a fazer parte integrante desta Ata, que será encaminhada à publicação no Diário do Senado Federal.

Brasília, 21 de fevereiro de 2018.

Deputada **Bruna Furlan**
Primeira Vice-Presidente do Grupo Parlamentar Brasil - Argentina





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

GPARGENTINA, 21/02/2018 às 14h30 - 1ª, Reunião

Grupo Parlamentar Brasil - Argentina

Senado Federal	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO COLLOR	
ELMANO FÉRRER	
ANA AMÉLIA	PRESENTE
LASIER MARTINS	PRESENTE
JORGE VIANA	PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO	
FERNANDO BEZERRA COELHO	
WELLINGTON FAGUNDES	

Câmara dos Deputados	
TITULARES	SUPLENTES
PAES LANDIM	
MILTON MONTI	PRESENTE
NELSON MARQUEZELLI	
ZÉ CARLOS	
BRUNA FURLAN	PRESENTE
RENATO MOLLING	
BENITO GAMA	
RÔMULO GOUVEIA	
JOAQUIM PASSARINHO	
HERÁCLITO FORTES	
CELSO RUSSOMANNO	

Não Membros Presentes

DELEGADO EDSON MOREIRA
DÁRIO BERGER
FÁTIMA BEZERRA
JOSÉ PIMENTEL
ROMERO JUCÁ
VALDIR RAUPP
ATAÍDES OLIVEIRA
CIDINHO SANTOS
JOSÉ MEDEIROS
PAULO PAIM
VICENTINHO ALVES





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 1

21/02/2018

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Declaro aberta a 1ª Reunião de 2018 do Grupo Parlamentar Misto Brasil-Argentina, que tem por objetivo discutir sobre a criação de organismo bilateral de metrologia.

Registro a presença de autoridades. Inicialmente, agradeço a presença do Embaixador da Argentina no Brasil, Sr. Carlos Alfredo Magariños, das Srªs e Srs. Deputados, das Srªs e Srs. Senadores e das demais autoridades que prestigiam este evento.

Sr. Embaixador da República Argentina, Carlos Alfredo Magariños; Srª Vice-Presidente do Grupo Parlamentar Misto Brasil-Argentina, Srª Ana Amélia Lemos; Srs. Parlamentares membros do Grupo Parlamentar Misto Brasil-Argentina; Sr. Diretor do Departamento do Mercosul do Ministério das Relações Exteriores, Ministro Otávio Brandelli; Sr. Coordenador-Geral de Articulação Internacional do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), Jorge Antonio da Paz; Sr. Coordenador-Geral da Negociações Extrarregionais do Departamento de Negociações Internacionais do Ministério da Indústria Comércio Exterior e Serviços, André Marcos Favero; Srª Coordenadora do Centro do Comércio Global e do Investimento, Profª Vera Helena; senhoras e senhores, no último dia 7 de junho, reativamos, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, o Grupo Parlamentar Misto Brasil-Argentina. Desde então, temos nos empenhado em aproximar os nossos países com gestos concretos e objetivos.

Em nossa primeira reunião de trabalho, realizada no dia 23 de agosto passado, definimos um conjunto de sete providências a serem tomadas com o propósito de eliminar entraves legais ou burocráticos ao aprofundamento da integração Brasil-Argentina. De imediato, demos início à empreitada.

Em 23 de outubro, realizamos audiência pública para tratar da Providência nº 3, referente ao aprimoramento do tráfego fluvial entre nossos países. Nessa ocasião, buscamos elaborar diagnóstico, identificar gargalos e discutir soluções para uma melhor implementação e aproveitamento da hidrovía Paraguai-Paraná.

Em seguida, realizamos, no dia 29 de novembro, duas outras audiências públicas, a primeira com a presença dos Embaixadores do Paraguai e do Uruguai, para complementar os trabalhos da audiência anterior sobre a hidrovía Paraguai-Paraná; a segunda para examinar a questão das barreiras sanitárias e fitossanitárias ao comércio bilateral objeto de nossa Providência nº 1.

Nessa oportunidade, os expositores convidados abordaram a problemática dos produtos agropecuários brasileiros que continuam a enfrentar barreiras para a entrada na Argentina e dos produtos argentinos que encontram semelhantes dificuldades para ingressarem em nosso País. A lista de entraves é significativa e vai além das barreiras sanitárias e fitossanitárias.

Práticas protecionistas dificultam, por exemplo, uma maior entrada de lácteos, trigo e arroz argentinos no Brasil. Do mesmo modo, o tema da definição técnica de origem geográfica cria dificuldades para uma maior circulação de produtos, como a cachaça e a erva mate, em nossos mercados.

À luz dos debates, os especialistas convidados propugnaram uma maior convergência de regras sanitárias e fitossanitárias e um esforço coordenado bilateral para a eliminação dos entraves identificados.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 2

21/02/2018

Na audiência pública de hoje, iremos nos debruçar sobre a Providência nº 2, relativa à possibilidade de criação de organismo bilateral de metrologia ou a adoção de uma cooperação bilateral mais profunda que harmonize nossos parâmetros de metrologia.

Brasil e Argentina são hoje duas potências do agronegócio com relevância mundial. Somos também economias complexas, com segmentos industriais relevantes e com setores de serviços cada vez mais diversificados. De modo a impulsionar a integração regional, precisamos aproximar nossas estruturas produtivas e nossos mercados consumidores. Semelhante integração é indispensável para o crescimento de nossas exportações, para o incremento da qualidade de nossos produtos e para o bem-estar de nossos consumidores. Daí a importância do tema da metrologia, que iremos examinar na audiência pública de hoje.

A metrologia, como ciência, abrange todos os aspectos teóricos e práticos relativos às medições. A metrologia industrial aplica esses métodos e conhecimentos às áreas do desenvolvimento e da produção de bens manufaturados, criando um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e tecnológico. A metrologia legal, por sua vez, é a parte da metrologia relacionada às atividades resultantes de exigências obrigatórias referentes a medições, unidades de medida e métodos de medição. Ela objetiva fortalecer as empresas, aumentando sua produtividade, por meio da adoção de mecanismos destinados à melhora da qualidade de produtos e serviços. A metrologia legal protege, igualmente, os interesses dos consumidores ao assegurar que os produtos comercializados sigam as exigências técnicas e legais obrigatórias.

Dado o seu caráter eminentemente técnico e atento ao detalhe, a metrologia pode tanto facilitar quanto dificultar a convergência entre os setores produtivos dos dois países. Nesse sentido, é preciso que as autoridades competentes do Brasil e da Argentina envidem esforços no sentido de promover uma efetiva convergência de regras e padrões de metrologia que contribua, ao mesmo tempo, para o aumento da competitividade de nossas empresas e para a defesa dos interesses de nossos consumidores.

A criação de uma agência binacional de normas técnicas entre o Brasil e a Argentina, com a cooperação do Inmetro e dos órgãos argentinos competentes, poderá ser um caminho para facilitar a redução de barreiras comerciais dentro do Mercosul.

Nossos expositores irão, na audiência de hoje, examinar mais a fundo o tema e propor caminhos viáveis para a homogeneização das exigências técnicas de modo a facilitar o trânsito de mercadorias entre nossos países. Esse é o rumo que devemos seguir. Com medidas concretas que facilitem a integração, precisamos remover barreiras e eliminar obstáculos, sempre nos assegurando de que serão respeitados padrões de excelência na qualidade dos produtos.

Temos ainda muito terreno a percorrer. Com base nos resultados dessas audiências, iremos estabelecer metas e realizar gestões de alto nível, sempre que cabível. Onde lacunas forem identificadas, buscaremos encaminhar soluções legislativas que propiciem o devido arcabouço normativo para o aprofundamento da integração Brasil-Argentina.

Estou segura de que os expositores convidados para esta audiência nos irão apresentar o tema com grande competência, apontando nossos principais desafios na matéria assim como algumas possíveis soluções. Desde já, cumprimento todos por sua valiosa contribuição.

Agradeço, igualmente, ao Embaixador da Argentina no Brasil, Sr. Carlos Magariños, assim como ao Embaixador do Brasil na Argentina, Sr. Sérgio Danese, pelo incansável trabalho de ambos em prol de nossas relações bilaterais.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 3

21/02/2018

Destaco, por fim, o papel fundamental desempenhado pelo Senador Fernando Collor, Presidente deste grupo de amizade Brasil-Argentina, na definição de nossas metas e na condução de nossos trabalhos. Sua liderança enérgica e sua grande experiência como estadista têm sido decisivas para o sucesso de nossas atividades. Sem ele, dificilmente, lograríamos avançar de forma tão rápida e consistente.

Registro, por conseguinte, como o fiz de outras vezes, minha profunda gratidão com o Senador Fernando Collor, seja pela excelência de seu trabalho à frente deste Grupo Parlamentar Misto, seja pelo apoio e pela orientação com que me tem honrado na estreita parceria que soubemos construir entre a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Muito obrigada!

Feitos esses registros, passo a palavra à Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente deste Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, para fazer suas considerações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Brevemente, Srª Presidente, Deputada Bruna Furlan; estimado Embaixador Carlos Magariños; caros expositores; assessoria da Comissão de Relações Exteriores; caro Álvaro e demais convidados, quero dizer que a Presidente já enunciou, no seu relatório, na sua consideração preliminar, o motivo desta audiência pública. Então, penso que há objetividade aqui, porque nós teremos, às 16h, o início da nossa Ordem do Dia, aqui no Senado. As Ordens do Dia são diferentes entre Câmara e Senado. Então, eu prefiro que V. Exª já convide os palestrantes para darmos início ao nosso trabalho, que vai ser, certamente, sob o seu comando, muito produtivo.

Agradeço antecipadamente a presença de todos os que aquiesceram ao convite desta Comissão e desta Frente Parlamentar Brasil-Argentina, que tem um futuro desafiador pela frente.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Muito obrigada, competente Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente deste Grupo Parlamentar.

Eu gostaria de passar a palavra ao Embaixador da Argentina no Brasil, Sr. Carlos Alfredo Magariños, para fazer suas considerações.

Após as considerações do Embaixador, chamarei os expositores, para que, cada um deles possa, em seu momento, sentar-se conosco à mesa e, após o término de sua fala, retornar, para que o outro expositor possa conosco compor a Mesa.

Com a palavra o Sr. Carlos Magariños.

O SR. CARLOS ALFREDO MAGARIÑOS – Muito obrigado. Boa tarde!

Muito obrigado, Srª Presidenta, Deputada Bruna Furlan. Para nós é uma grande honra ter esta possibilidade de compartilhar com vocês essas discussões.

Quero parabenizar a Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar, e lhe agradecer por sua liderança, pelo seu compromisso, por sua companhia.

Vou utilizar uma frase dela, muito conhecida, porque ela sempre fala disso aqui. Nós achamos que esta é uma grande tribuna, uma grande plataforma, para trabalhar as coisas que nos permitam fazer chegar a integração às questões concretas, aos cidadãos, aos empresários, aos consumidores, que podem ter acesso a uma maior gama de produtos produzidos na Argentina ou no Brasil, a partir dos progressos que podem ter os dois países nesse trabalho de convergência regulatória de harmonização para a adoção de parâmetros homogêneos e facilmente reconhecíveis, aceitáveis, aprováveis nos dois lados da fronteira.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 4

21/02/2018

Eu gostaria de lembrar também, como V. Exª fez, Srª Presidenta, a liderança do Senador Fernando Collor. Sua liderança e a dele, nas duas comissões, previram muito dinamismo no relacionamento externo do Brasil nesses anos. Para nós é um privilégio que os senhores sejam Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Hoje, a senhora preside aqui a reunião.

Estou muito ansioso para escutar o que vão dizer os especialistas. Eles sabem mais que qualquer um sobre isso. Mas creio que, primeiro, temos de honrar e agradecer o trabalho que fizeram os dois governos nesses anos para facilitar o comércio entre a Argentina e o Brasil e para derrubar barreiras. Creio que hoje vamos falar dos problemas, mas qualquer um que for falar dos problemas, acredito, tem de lembrar também os sucessos. Temos problemas, podemos derrotá-los, superá-los, e muitas outras dificuldades de anos passados. Hoje temos novas dificuldades porque temos também a razoável ambição de progredir mais rapidamente e de gerar uma convergência muito mais completa e muito mais articulada.

Se V. Exª me permitisse, Srª Presidente, depois de escutar o que vão falar os especialistas, eu gostaria de contribuir com algumas propostas muito concretas, muito simples, muito práticas, que talvez possam facilitar todo esse processo e ajudar para que progridamos rapidamente nessa questão da convergência regulatória, da harmonização no campo da metrologia e dos regulamentos técnicos.

Vejo aqui especialistas muito reconhecidos. Lembro-me muito de Vera Thorstensen, que conheço de muitos anos. Sinceramente, estou muito entusiasmado e muito agradecido por essa convocação que os senhores fizeram.

Eu somente gostaria de mencionar que, quando preparamos todos os temas para as reuniões dos Presidentes no ano passado e agora para as sessões da Comissão, descobrimos que, já no ano de 2006, Argentina e Brasil assinaram um centro de metrologia argentino-brasileiro. Eu gostaria de lembrar isso só agora somente porque isso reflete que essa não é uma conversa nova. Estamos falando disso há pelo menos 12 anos, ou mais, porque esse centro existe, criou-se e teve algumas atividades, não muitas, porque não teve o pressuposto, o que reflete a característica das dificuldades que temos pela frente.

Então, o que vamos falar hoje não é uma coisa abstrata, não é uma coisa que é impossível de fazer, é uma coisa que foi feita. Temos de ver como podemos encaminhá-la, para conseguir resultados, e por isso nada melhor que começar escutando os especialistas.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Muito obrigada, Sr. Embaixador Carlos Magariños.

Para debater o tema da presente reunião, contaremos com a presença do Sr. Jorge Antonio da Paz Cruz, Coordenador-Geral de Articulação Internacional do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro); do Sr. André Marcos, Coordenador-Geral de Negociações Extrarregionais do Departamento de Negociações Internacionais do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; da Drª Vera Helena, Professora da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e Presidente do Comitê Brasileiro de Barreiras Técnicas ao Comércio; e do Ministro Otávio Brandelli, Diretor do Departamento do Mercosul do Ministério das Relações Exteriores, os quais eu gostaria de cumprimentar, informando que os chamaremos para a Mesa Diretora dos trabalhos à medida que forem anunciados para as suas exposições, agradecendo antecipadamente a presença de cada um e dando nossas boas-vindas.

Esclareço que cada palestrante convidado disporá de 15 minutos para a sua exposição inicial.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 5

21/02/2018

Para dar início ao debate, concedo a palavra ao Sr. Jorge Antonio da Paz Cruz, Coordenador-Geral de Articulação Internacional do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

O SR. JORGE ANTONIO DA PAZ CRUZ – Boa tarde a todos!

Boa tarde, Deputada Bruna Furlan, Senadora Ana Amélia, Embaixador Carlos Magariños!

Boa tarde a todos os presentes!

Também para nós é uma grande satisfação termos sido convidados aqui a esta sessão plenária, onde podemos, então, abordar a relação existente entre as instituições de metrologia, de avaliação da conformidade, de acreditação, entre Brasil e Argentina.

Eu fiz uma breve apresentação, apenas para contextualizar. Esta é a nossa primeira reunião.

Pode passar, por favor.

Esse é o nosso ambiente. Quando falamos de metrologia, em realidade não estamos falando tão somente da ciência das medições, não estamos falando somente da manutenção e guarda dos padrões nacionais nos institutos nacionais de metrologia. O conceito é mais amplo. Nós falamos, sim, das medições, da realização das unidades das grandezas; falamos de metrologia legal, como já foi abordado aqui pela Deputada Bruna Furlan; falamos de aprovação de modelos de instrumentos de medir; falamos de troca justa; falamos de defesa do consumidor; falamos de superação de barreiras técnicas ao comércio, e, para tudo isso, existe um ambiente internacional, existem organizações internacionais que orientam, que estabelecem as regras, os parâmetros, de forma consensual, seja no Bureau Internacional de Pesos e Medidas, onde são realizadas as unidades de base e as unidades secundárias do Sistema Internacional de Unidades, ou na Organização Internacional de Metrologia Legal, onde são elaboradas as recomendações internacionais na área de metrologia legal.

Temos aqui na América o Sistema Interamericano de Metrologia, e na região, o Suramet – é o SIM e o Suramet. Temos, na área de acreditação de laboratórios, de organismos, de pessoas, organizações tais como o Ilac e o IAAC, que são instâncias que orientam como devem ser os parâmetros para a acreditação de laboratórios ou para a acreditação de organismos; a Organização Internacional do Comércio e a Aladi, onde discutimos as questões concernentes à superação de barreiras técnicas ao comércio e medidas sanitárias e fitossanitárias. E, na questão de normalização internacional, há a International Organization for Standardization (ISO), IEC, ITU, Codex Alimentarius; aqui na região, há a Copant, a AMN (Associação Mercosul de Normalização), a OCDE e o Mercosul.

Em todas essas instâncias, estamos presentes, atuamos conjuntamente, quer seja em metrologia científica e industrial, ou avaliação da conformidade, ou nas questões concernentes ao ponto focal do acordo de barreiras técnicas, na coordenação do Codex Alimentarius, ou na coordenação nacional do SGT 3. O que é o SGT 3? É o Subgrupo de Trabalho de regulamentos técnicos e avaliação da conformidade, que existe desde a fundação do Mercosul. Estamos contando com 26 anos, indo para 27 anos de atividade ininterrupta. Nós temos reuniões, são duas reuniões a cada semestre, dentro de cada PPT, onde discutimos incansavelmente, no âmbito de cada uma das comissões, a harmonização de regulamentos técnicos na região, para evitar a existência de barreiras técnicas ao comércio intrarregional.

Por favor, pode passar.

Aqui está a importância da metrologia, que está presente em ciência e tecnologia, em agricultura, em energia, em meio ambiente, em todas as áreas. Eu costumo dizer para os meus





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 6

21/02/2018

alunos, às vezes: "Você está fazendo metrologia desde a hora que se levanta, que acorda, porque você tem o seu cronômetro, o seu relógio, o despertador com que você está medindo o tempo, até a hora em que vai se deitar e ao longo de todo o dia." Metrologia permeia tudo, está presente em todas as atividades humanas.

Essa é a estrutura do SGT 3, de que eu falei há pouco. Em todas as comissões, nós temos atividades em conjunto com os colegas tanto do Brasil quanto da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, e, no âmbito de cada uma dessas comissões, o trabalho é incessante, o trabalho é de intensa cooperação e discussão. Isso não é trivial, não significa que está tudo perfeito. Não, não está tudo perfeito. Precisamos melhorar, precisamos incrementar, precisamos fazer com que o trabalho seja mais célere. Para isso, agora, recentemente, conseguimos, depois de longos anos de negociação, fazer a revisão de uma resolução do Mercosul, a de nº 5.602, que agora, afortunadamente, passou a ser a de nº 4.517, que tornará mais célere o trabalho de harmonização de normas. Mas nós hoje já pensamos internacionalmente. É fundamental que busquemos o caminho de convergência regulatória, que consigamos trabalhar nos requisitos essenciais, nos regulamentos técnicos, para facilitar as trocas comerciais. Então, isso existe, e temos assento, nessas condições, com os colegas argentinos, com os colegas do Paraguai e do Uruguai.

Pelo nosso lado, do Inmetro, nós gostaríamos de entender melhor o que é a proposta. O Embaixador Carlos Magariños mencionou a existência do Centro Argentino-Brasileiro de Metrologia. De fato, ele foi criado em 2006 ou em 2007, é uma instância virtual – ele não teria um *locus*, não teria uma sede – e serviria para a aproximação entre o INTI (Instituto Nacional de Tecnologia Industrial), da Argentina, e o Inmetro, no desenvolvimento de pesquisas conjuntas e capacitações, no desenvolvimento de atividades nas quais ainda não estivéssemos atuando, de facilitação entre os dois institutos nacionais de metrologia. O CABM, por falta de recursos e por uma série de dificuldades, não avançou, não ocorreram tantas atividades quanto as esperadas naquela época.

Também existe na região, e é uma instância muito interessante, a Associação dos Institutos de Tecnologia Industrial do Mercosul. A Associação Estratégica congrega os institutos de tecnologia INTI, na Argentina, INTN, no Paraguai, Latu, no Uruguai, e no Brasil são três institutos: o Inmetro, o INT e o IPT-São Paulo.

A Associação Estratégica, a nosso ver, parece ser uma instância muito oportuna. Poderíamos trabalhar com a associação, envolvendo os demais parceiros no bloco. É muito difícil trabalharmos numa instância em que somente Brasil e Argentina estejam juntos, discutindo e convergindo um regulamento. E os demais? E os outros dois parceiros que estão conosco há vinte e tantos anos?

Então, é nessa direção que nós, à luz do Inmetro, não vimos neste momento como sendo oportuna a criação de uma agência ou de outra instância, porque ela já existe. Várias instâncias existem entre Brasil e Argentina. Na AMN (Associação Mercosul de Normalização), nós temos assento. Na Associação Estratégica, temos assento, bem como no Mercosul, não só no SGT 3. Existem outros subgrupos de trabalho onde também se faz regulamentação técnica, quer seja o SGT 8 ou o SGT 11.

Enfim, é algo que temos de amadurecer. Temos de pensar bastante. Vamos criar mais uma agência? Talvez, a proposta que achamos muito interessante seja a de aproveitar a existência da Associação Estratégica, onde esses institutos já têm assento, para que possamos avançar.

É isso. Muito obrigado. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 7

21/02/2018

A SRª PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Dr. Jorge, primeiro, eu gostaria de agradecer ao senhor pela excelente explanação.

Eu gostaria de passar a palavra para a nossa Senadora Ana Amélia, que tem uma pergunta a fazer para o senhor.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – (*Falha na gravação.*)

São servidores públicos que orgulham os brasileiros pela aplicação e pela dedicação à causa.

O senhor falou que foram várias as reuniões. Foram ditas aí várias siglas...

O SR. JORGE ANTONIO DA PAZ CRUZ – Ah, sim!

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – ...como SGT e tal. Então, é aquela coisa do vazo jornalístico: o que quer dizer a sigla SGT 3?

O SR. JORGE ANTONIO DA PAZ CRUZ – Sim, SGT 3 é Subgrupo de Trabalho nº 3 – Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Muito obrigada.

Onde fica a sede do Bureau Internacional de Metrologia?

O SR. JORGE ANTONIO DA PAZ CRUZ – Em Paris.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Em Paris.

O SR. JORGE ANTONIO DA PAZ CRUZ – A sede do Bureau Internacional de Pesos e Medidas fica em Paris. O Bureau Internacional de Pesos e Medidas talvez seja o tratado internacional mais antigo em vigor. Ele é de 1875, quando da Convenção do Metro, e até hoje tem...

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Por isso no seu...

O SR. JORGE ANTONIO DA PAZ CRUZ – Aí ele aparece à esquerda.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – É o primeiro.

O SR. JORGE ANTONIO DA PAZ CRUZ – É o primeiro.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Faço a última pergunta para o senhor, que é o seguinte: pelo que o senhor nos relatou, desde que praticamente o Mercosul existe, foi iniciado esse processo do grupo de trabalho, do SGT 3. Esse grupo vem periodicamente... A cada Presidência *pro tempore*, a reunião é realizada no país de origem.

O SR. JORGE ANTONIO DA PAZ CRUZ – Naquele país...

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Onde está *pro tempore*.

O SR. JORGE ANTONIO DA PAZ CRUZ – Quando da Presidência *pro tempore*, são duas reuniões ordinárias naquele país. No semestre passado, nós tivemos a honra de sediar as duas reuniões do SGT 3.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – A pergunta que eu lhe faço é a seguinte. Primeiro, quero cumprimentá-lo por dizer que não precisa criar mais um órgão, que já existe um mecanismo que se pode ativar...

O SR. JORGE ANTONIO DA PAZ CRUZ – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – ...para se dar mais ênfase ou mais protagonismo ao órgão que já existe.

Acho que o Embaixador Magariños vai trazer também algumas iniciativas na mesma direção: ativar aquilo que está, digamos, um pouco parado.

Mas vou perguntar para o senhor: desse tempo que começou esse trabalho até hoje, qual foi o avanço prático que foi conseguido por esse grupo?

O SR. JORGE ANTONIO DA PAZ CRUZ – Pelo Subgrupo de Trabalho?





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 8

21/02/2018

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Exatamente.

O SR. JORGE ANTONIO DA PAZ CRUZ – Em cada uma das comissões, são tratados diferentes regulamentos. A comissão de maior atividade, a que tem o maior número de regulamentos harmonizados, é a Comissão de Alimentos. É natural...

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Os dois grandes protagonistas.

O SR. JORGE ANTONIO DA PAZ CRUZ – ...é daqui da região, não é? Também temos a Comissão de Metrologia, que se subdivide em duas: a Comissão de Pré-Medidos... Tudo que hoje compramos dificilmente nós compramos a granel. Nós compramos...

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Já embalado.

O SR. JORGE ANTONIO DA PAZ CRUZ – ...já embalado. Então, tem de haver normalização, tem de haver regulamento. O consumidor tem de saber...

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Cem gramas são cem gramas.

O SR. JORGE ANTONIO DA PAZ CRUZ – Cem gramas.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Está certo. Muito obrigada pela sua gentileza. Até a próxima!

O SR. JORGE ANTONIO DA PAZ CRUZ – Ai, depois, eu posso... Eu estou à disposição para podermos falar.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Muito obrigada. Parabéns pela objetividade! O senhor deu conta do recado.

A SRª PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia e Dr. Jorge.

Eu gostaria de chamar para compor a Mesa o Sr. André Marcos Favero, Coordenador-Geral de Negociações Extrarregionais do Departamento de Negociações Internacionais do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

O SR. ANDRÉ MARCOS FAVERO – Obrigado, Deputada Bruna Furlan.

Senadora Ana Amélia, Embaixador Magariños, demais Parlamentares, colegas de governo, do Itamaraty e do Inmetro, Profª Vera e demais presentes, em primeiro lugar, parabéns pela iniciativa! Eu acho que, para quem trabalha há muito tempo em políticas públicas de comércio exterior, qualquer discussão que envolva o tema no Parlamento brasileiro é muito importante. A gente ainda sabe que não é um tema muito popular, não é um tema que envolva de maneira mais profunda o interesse dos Parlamentares. Entendemos que existem temas, digamos, mais prementes, como saúde, educação etc., mas, cada vez mais – e é com essa alegria que venho aqui –, há um aumento da ciência da importância do que o comércio exterior traz em termos de geração de renda, de distribuição da riqueza, de geração de postos de trabalho e de harmonia entre os povos, principalmente os que são geograficamente vizinhos. Nós costumamos dizer no Ministério que onde há comércio geralmente não há guerras. Então, também tem essa função importante.

Dito isso, eu passo aqui rapidamente para alguns números. Como faço parte do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, obviamente o nosso viés aqui... Considerando que o colega do Inmetro já pôs na mesa algumas razões técnicas, eu coloco aqui uma visão de como a iniciativa pode impactar ou pode influenciar na questão comercial, na relação ampla comercial entre Brasil e Argentina.

No primeiro plano, o que é importante dizer, sem entrar no mérito ainda da proposta, é que é louvável e é importante que ocorram provocações tanto no Parlamento quanto no Poder





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 9

21/02/2018

Executivo para aumentar ou intensificar a relação comercial Brasil-Argentina. A gente sabe da importância disso.

Brasil e Argentina, durante vários momentos, ao longo dos últimos anos, enfrentaram dificuldades e turbulências do ponto de vista doméstico e externo, algumas similares e outras diferentes, com impactos e também com algumas particularidades. Então, tanto o Brasil quanto a Argentina enfrentaram a desvalorização cambial. Em algum momento, enfrentaram crise na balança de pagamentos, enfrentaram ondas mais fortes de desemprego etc. E, em todos esses momentos – certamente, do Brasil eu posso falar com mais propriedade, mas acompanhando de perto o nosso parceiro argentino –, todos podemos lembrar que, em vários momentos da história, Brasil e Argentina se socorreram do comércio exterior, nesses momentos de dificuldade. No Brasil mesmo – vou fazer este preâmbulo porque ele é importante para nossa análise –, nos anos 70, o governo brasileiro soltou o bordão "exportar é o que importa". Inclusive, foi o nosso Deputado, Ministro, Prof. Delfim Neto que cunhou essa frase de muito impacto e de muita verdade. Logo depois, um pouco depois, no início dos anos 2000, o Ministro da Indústria e Comércio também disse "exportar ou morrer". Ou seja, foram momentos econômicos em que o Brasil se deu conta de que o comércio exterior era importante, mas precisamos chegar a dificuldades de alguns números da macroeconomia para nos darmos conta disso.

Por que eu estou falando isso? Porque propostas como essas que visam a aumentar a convergência regulatória de dois países no comércio internacional trabalham diretamente no sentido de impulsionar a relação comercial, o trânsito de bens, serviços e pessoas entre os dois países. E nisso nós partimos daquela premissa primeira que eu coloquei: o comércio gera, sim, emprego e renda, combate à desigualdade e proporciona melhores oportunidades para os países, inclusive por meio da concorrência. Então, essa agenda de combate e mitigação de barreiras técnicas, inclusive tarifárias, mas também não tarifárias, como a questão de saúde e metrologia, a questão alimentar, a sanidade animal e a segurança alimentar, tudo isso impacta diretamente nessa agenda de comércio, que tem impactos, então, sociais importantes.

Por isso, de novo, sem entrar ainda no mérito, já vou entrar, a proposta é louvável, o debate sempre é importante.

Em relação às barreiras não tarifárias, de que se fala muito, no Brasil, temos reguladores muito conhecidos: o Inmetro, na questão de metrologia e de avaliação da conformidade; a Anvisa, na questão de saúde humana e também em parte da questão animal, junto com o Ministério da Agricultura; o Ibama, na questão ambiental. Temos vários órgãos responsáveis por isso. Assim é em outros países. Cada país se arvora – é essa a palavra, uma palavra um pouco mais forte –, no sentido de que a prioridade é defender esses interesses, a prioridade é defender a segurança do meu consumidor, é defender o meu meio ambiente, é defender a qualidade do alimento que chega à mesa, é defender a qualidade do medicamento que entra de outro país. Então, os órgãos reguladores de cada país são muito ciosos, territoriais e, eu diria, enfáticos na sua atuação, porque eles estão defendendo, acima de tudo, princípios e valores que estão acima, inclusive, da geração do comércio. A gente reconhece isso. Agora, há de se buscar um equilíbrio, então, entre a atuação reguladora e a facilitação de comércio, entre o fluxo de bens, serviços e pessoas, para a geração de movimento econômico.

Então, esse é o nosso desafio no momento de formular políticas públicas e de propor o que estamos propondo.

Nesse sentido, é importante dizer que o comércio Brasil-Argentina já tem uma série de dispositivos, uma série de foros, uma série de instâncias e uma série de iniciativas que são





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 10

21/02/2018

voltadas para a mitigação e, quando possível, a remoção completa de divergências, de incongruências técnicas e regulamentares que possam significar entraves ao comércio.

O colega do Inmetro, Jorge, já mencionou algumas instâncias.

Aqui, neste momento, pelo tempo também, para ser curto, eu vou tirar, da relação comercial brasileira, talvez a iniciativa mais importante por conta da significância dela e vou falar em um minuto da relação comercial Brasil-Argentina em termos de números, para não ser muito chato com vocês.

O volume de comércio, o fluxo comercial Brasil-Argentina, que chamamos comumente de corrente de comércio, que é o total de exportações e importações, fechou o ano de 2017 com 27 bilhões. É tudo o que o Brasil importou da Argentina e exportou para a Argentina. Então, é a corrente de comércio. No ano passado, nós tivemos 22 bilhões, ou seja, já obtivemos um acréscimo importante no último ano. Se nós pegarmos – vocês já vão entender o porquê desta análise – um pouco mais para trás, no início dos anos 2000, essa corrente foi de 10 bilhões, 12 bilhões, 15 bilhões, ou seja, já quase dobramos nesse momento. Mas, entre 2010 e 2014, ela foi de 30 bilhões, 35 bilhões, 39 bilhões, ou seja, houve um decréscimo. É possível que parte desse decréscimo também tenha ocorrido por questões de medidas regulamentares, de medidas sanitárias, de medidas de metrologia, de algumas incongruências metodológicas e metrológicas entre os dois países. Mas a gente sabe que o comércio é muito mais dinâmico do que isso. Isso se deu também, provavelmente, muito provavelmente, por questão de terceiros países, como a China e os Estados Unidos, que são grandes parceiros do Brasil e da Argentina e que aumentaram sua participação nesse comércio. Então, daqueles 39 bilhões que nós registramos em 2014, se não me engano, nós registramos, em 2017, 27 bilhões. É provável que outros países parceiros de Brasil e Argentina abocanharam parte desse fluxo econômico. Não há problema nenhum, essa é a regra do jogo, comércio internacional é assim mesmo.

Então, por isso, é importante que o Brasil e a Argentina consigam, cada vez mais, aproximar-se do ponto de vista regular, para que o fluxo de comércio seja mais intensificado, e não diminuído, em relação ao Brasil e à Argentina, de novo considerando a primeira premissa de que comércio gera riqueza, gera distribuição de renda, gera postos de trabalho, gera dinamismo para as economias de ambos e evita que caiamos de novo naquela necessidade de forjar bordões, como "exportar é o que importa" e "exportar ou morrer" etc.

Sem dúvida, essa agenda é muito importante para isso. E estou tentando mostrar aqui que essa discussão eminentemente técnica e até um pouco pesada tem, sim, impactos sociais, tem impactos, sim, na geração de empregos, porque, quanto mais o Brasil e a Argentina puderem transacionar mercadorias entre si, bens, serviços, investimentos, pessoas e profissionais, muito mais será, então, a geração de riqueza entre os dois países.

Dito isso, eu pego, dessa relação bilateral, que foi de 27 bilhões no ano passado, sendo muito conservador... As estatísticas que nós detemos na Secretaria de Comércio Exterior têm pormenores, como, por exemplo, autopeças, que nem sempre são utilizadas em automóveis, mas são também utilizadas em outras máquinas.

Considerando o universo automotivo – e é sobre esse setor que eu queria debruçar-me como um ponto, um exemplo prático da aproximação entre o Brasil e a Argentina –, considerando automóveis de uso, enfim, privado, automóveis de uso pessoal, automóveis de passeio, veículos de carga, tratores. Todo o universo automotivo adicionado a autopeças representa, no mínimo, no mínimo, mais de 60% desses 27 bilhões. É muito alto. Tanto é que nós pegamos, por exemplo, veículos de passeio: no ano passado, do que o Brasil exportou para a





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 11

21/02/2018

Argentina, cerca de 15% de tudo que ele exportou foram veículos de passeio; e, do outro lado, da Argentina para o Brasil – vejam como essa cadeia já é integrada –, a Argentina também exportou veículos de passeio em cerca de 12% a 15% também para cá. Mas como assim? É que são veículos diferentes, são veículos de linhas diferentes ou de montadoras diferentes, o que mostra que a cadeia automotiva já demonstra um grande índice de integração.

E por que eu peguei essa cadeia automotiva? Porque ela representa muito mais da metade da corrente bilateral de comércio e ensejou, então, uma primeira, enfim, uma aproximação mais intensa do ponto de vista de regulações, e que é o que vem acontecendo nessa agenda.

Um movimento recente dessa agenda foi a criação de um comitê automotivo. Embora o Brasil e a Argentina já se relacionem do ponto de vista técnico no tema automotivo há muito tempo, no ano passado esse comitê se reuniu – só em 2017, houve três reuniões – em uma comissão, na verdade, dentro desse comitê, específica para cuidar de temas regulatórios, ou seja, etiquetagem de veículos, emissão de poluentes, desempenho ecológico dos seus motores, etc.

Então, tudo isso já é discutido bilateralmente de forma muito profunda entre o Brasil e a Argentina, a ponto de, e isso é importante mencionar, os setores privados argentino e brasileiro – ou seja, representados, no caso do Brasil, pela Anfavea e na Argentina pela Adefa – provocarem os governos, que já estavam conversando, mas os setores privados argentinos, os representantes das montadoras chegaram aos governos e disseram: "Nós queremos uma convergência regulatória. Nós queremos uma agenda de aproximação plena para que não tenhamos que produzir carros com parâmetros diferentes".

Então, eu estou falando já de mais da metade da corrente de comércio, em que os governos já estão envolvidos plenamente. Obviamente é um trabalho que demora, que começou a ser gestado, está ainda sendo gestado, mas começou a ser discutido pelos governos com mais ênfase no ano passado e, agora, foi impulsionado pelo interesse do setor privado, que é o mais importante também. Enfim, são os produtores, são os investidores que colocaram quantias vultosas, tanto na Argentina quanto no Brasil, para a produção nas suas plantas de veículos e que agora querem que justamente o Brasil e a Argentina sentem à mesa, com os produtores privados e com os reguladores de governo, para que digam: "Olha, vamos, a partir daqui, conversar sobre uma padronização maior nos veículos que são produzidos nos dois países".

Digo isso por quê? E aí, sim, entro no mérito, embora sem aprofundar a análise do mérito. Nesse momento, de uma corrente de comércio muito relevante, mas que entendemos que pode crescer muito, já há uma agenda importante de aproximação regulatória que terá, sem dúvida, efeitos práticos muito concretos, muito impactantes e, talvez, em breve, por conta do interesse também do setor privado, o que ajuda sobremaneira a acelerar essas agendas. E disso a gente deve ter, então, algum resultado, algum indício de resultado concreto já no final deste ano, início do ano que vem, em termos de minutas de cooperação técnica, intercâmbio de acadêmicos na área de metrologia, por exemplo, e na área de inspeção veicular.

Podemos ter legislações em comum, e aí sim estamos falando do ápice. Assim como uma agência binacional, nós estamos falando de um telhado, de um cume de um grande castelo que se constrói aos poucos, tijolo a tijolo.

(Soa a campanha.)

O SR. ANDRÉ MARCOS FAVERO – A gente pretende, então, construí-los por etapas, e essas etapas estão sendo postas já, pouco a pouco, na relação bilateral.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 12

21/02/2018

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Dr. André, peço desculpas pela interferência na sua fala, mas é automático pelo cronômetro.

Muito obrigada pela excelente explanação.

Gostaria de passar a palavra para a nossa Senadora Ana Amélia, que tem uma pergunta para o senhor.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Dr. Favero, o Dr. Jorge, do Inmetro, falou que a maior parte, na área da metrologia, da interação está na área da indústria alimentícia, e o senhor aborda a questão comercial, embora, quando o senhor começou a falar, tenha dito que o interesse do MDIC está relacionado à questão da sustentabilidade, da defesa do interesse do consumidor. E eu me baseio no alimentício para dizer que automóvel a gente não come, mas come arroz, feijão, come frutas, toma vinho, e muito de tudo isso vem da Argentina.

Existe uma uniformização na rotulagem de produtos combinada com os países, no caso Argentina e Brasil? Por exemplo: a existência de glúten em alguns produtos; ou a composição dentro daquele produto que tenha produtos modificados geneticamente. Eu queria saber se o MDIC tem esse cuidado, essa atenção, e se é uniforme um símbolo aqui no Brasil com um símbolo usado pela Argentina no mesmo produto.

O SR. ANDRÉ MARCOS FAVERO – O.k., obrigado, Senadora.

Não é um tema de meu total domínio, inclusive temos colegas aqui da Anvisa que, eventualmente, podem complementar, mas, via de regra, e isso vale talvez para 99% da corrente de comércio, cada país tem sua autonomia ao regulamentar. E até onde eu saiba não há – talvez os colegas possam corrigir-me –, do ponto de vista da área alimentícia, alguma rotulagem uniformizada.

Existem iniciativas. Eu sei que a Anvisa com a Anmat – que é a congênere argentina da Anvisa – têm um diálogo, têm uma relação muito boa e fluida, assim como o Inmetro tem com o INTI. Imagino que existam iniciativas nesse sentido. Eu não saberia mencionar para qual tipo de alimento existe algo mais avançado. Eu não sei dizer.

O mais importante é que cada país – por isso que falei no início – dificilmente abre mão da sua...

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Autonomia.

O SR. ANDRÉ MARCOS FAVERO – ... do seu padrão de segurança alimentar, justamente por isso. Até chegarem em um termo comum, demora.

A colega da Anvisa pode falar, mas o que existe também em relação à Argentina e ao Brasil é que eles procuram, nos foros internacionais que o Prof. Jorge mostrou, chegar a uma proximidade mais fidedigna possível desses organismos internacionais. Então, há diferenças às vezes. O Brasil, do ponto de vista alimentício, está mais próximo que a Argentina do padrão internacional ou vice-versa. Então, há ainda um descompasso que não proporciona, então, uma harmonização efetiva e de maneira massiva.

Eu não sei se existe algum caso concreto que a Anvisa possa mencionar.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Eu estou satisfeita, Dr. Favero.

Obrigada.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Só para complementar. Há uma regulação harmonizada de rotulagem em alimentos. (*Fora do microfone.*)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 13

21/02/2018

Os países têm o poder... De alguns pontos da rotulagem, eles têm a soberania para regular de forma unilateral. Mas há uma norma geral de rotulagem harmonizada no Mercosul que os quatro Estados partes têm que seguir.

Mas isso não é uma norma metrológica; é de alimentos, é das autoridades sanitárias.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Estou falando sobre a questão da advertência para os alimentos...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Para o público?

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Para o consumidor saber se um produto tem ou não glúten, por exemplo. No Brasil, recentemente aprovamos isso para alertar as pessoas que são celíacas, por exemplo, que são alérgicas a isso. Então, há que se fazer o alerta para evitar. Isso existe, e é ótimo porque sai o consumidor preservado de um risco de uma intoxicação alimentar por falta de informação no rótulo.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia. E muito obrigada, Sr. André.

Eu gostaria de convidar para compor a Mesa conosco a Drª Vera Helena, professora da Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, Presidente do Comitê Brasileiro de Barreiras Técnicas ao Comércio e titular de cátedra da Organização Mundial do Comércio no Brasil, e de registrar que é uma honra conhecê-la pessoalmente. Eu sou aluna da Faculdade Getúlio Vargas, curso MBA em Relações Internacionais, já tinha muito ouvido falar da senhora, mas conhecê-la pessoalmente, para nós, é motivo de grande honra.

Eu gostaria...

O SR. JORGE VIANA (PT - AC) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – ... antes de iniciar a fala da senhora, de passar a palavra ao Senador Jorge Viana, a quem cumprimento e agradeço a honrosa presença.

O SR. JORGE VIANA (PT - AC. Pela ordem.) – Eu peço desculpas à senhora. Sei que é uma especialista no tema desta audiência e vai dar uma boa contribuição, mas eu só queria, além de cumprimentar a Presidente, cumprimentar o Embaixador Margariños, um amigo que nós temos, todos que aqui estão presentes, a Senadora Ana Amélia, de tomar a liberdade um pouquinho e falar que, amanhã, a Comissão de Relações Exteriores do Senado vai fazer a sua sessão no plenário do Senado, em uma espécie, Senadora Ana Amélia, de preparatória para a participação do Parlamento brasileiro e dos Parlametos no Fórum Mundial da Água, que vai acontecer do dia 18 de março até o dia 23, aqui em Brasília, pela primeira vez no hemisfério sul.

Eu, junto com o nosso Chanceler Aloysio Nunes, participei dos últimos dois. A Deputada Bruna Furlan esteve reunida comigo hoje e está ajudando também, como Presidente da Câmara. E eu achei por bem, no Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, trazer essa preocupação, Sr. Embaixador, e pedir a sua ajuda – nós estamos fazendo a correspondência – para que se possa trabalhar a ideia de um grupo grande de Parlamentares argentinos, dos países vizinhos, aqui do Mercosul também, nesse fórum que o Brasil sedia e que, repito, acontece pela primeira vez no hemisfério sul.

O tema será Compartilhando Água, mas nós estamos trabalhando a ideia da água como um direito da pessoa humana. E amanhã nós vamos ter a instalação de uma comissão, uma subcomissão dentro da Comissão de Relações Exteriores – foi uma sugestão do Senador Cristovam –, no plenário do Senado. O Governador Rodrigo Rollemberg deve estar presente, o





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 14

21/02/2018

Chanceler Aloysio Nunes também. A sessão terá o Presidente Fernando Collor – eu sou o Vice-Presidente; ele vai estar amanhã – e o Presidente Eunício.

A ideia é a de que nós Parlamentares, todos pudéssemos ouvir rapidamente os dois coordenadores do Fórum Mundial da Água brasileiros, que vão fazer uma breve exposição do que está acontecendo, de qual o nível de organização e o que se espera – devem participar 40 mil pessoas nesse evento –, e com isso nós assumirmos. Porque, dentro do fórum, exatamente no dia 20, vai haver o Dia do Parlamento, que nós estamos chamando de O Papel do Parlamento no Direito à Água. Então, no dia 20 de março, nós vamos ter um evento e todos estamos convidados. Eu estou na linha de frente, pela relação com o tema e pela missão que me foi dada aqui na Comissão de Relações Exteriores. Durante o dia inteiro, nós vamos debater com Parlamentares do mundo inteiro como nós podemos adequar a legislação ou as legislações todas ao direito à água.

Então, eu trago para constar aqui nos *Anais* desta reunião essa preocupação, pedindo a V. Exª que possa nos ajudar a ampliar a formalização da presença de Parlamentares argentinos aqui no Brasil. Nós já mandamos mil convites, já convidamos Parlamentos de 60 países e estamos acionando as embaixadas também para que se possa ter, no evento parlamentar dentro do fórum, uma boa participação, o que é o desejo de todos nós brasileiros.

Eu agradeço e convido V. Exª para que esteja amanhã às 10h30 no plenário do Senado também para a instalação do grupo que vai coordenar o evento parlamentar.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Muito obrigada, Senador Jorge Viana.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Eu peço...

A SRª PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – ... permissão à Presidente Bruna Furlan. Aduzindo, Senador Jorge Viana, sobre esse tema, quero cumprimentá-lo e cumprimentar também o Presidente Eunício Oliveira por fazer – junto com o Senador Fernando Collor e também a Comissão de Relações Exteriores da Câmara, sob o comando da Deputada Bruna Furlan – desse um tema da maior relevância.

Falo isso porque a presença do Embaixador Magariños neste momento, nesta nossa audiência pública, tem a ver com o tema que V. Exª aborda em função de termos na região o Aquífero Guarani, que tem uma relevância para a região extraordinária. Eu sou gaúcha, de um Estado fronteiriço da Argentina, em uma grande parte do nosso Território, e fui, na Comissão de Relações Exteriores, Relatora do projeto que faz o compartilhamento da reserva hídrica do Aquífero Guarani, estabelecendo o regramento do relacionamento e a autoridade de cada país nesse processo. Então, tudo tem a ver.

Cumprimento V. Exª, desejando sucesso à cerimônia de amanhã. Parabéns, Senador!

A SRª PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Muito obrigada, Senador Jorge Viana. Estaremos todos sob sua liderança, acompanhando-o amanhã e nos demais eventos desse evento tão importante, que acontecerá aqui no Brasil, pela primeira vez na América Latina.

Gostaria de passar a palavra para a Profª Vera Helena.

A SRª VERA HELENA THORSTENSEN – Muito obrigada, Srª Deputada, Srª Senadora, meu amigo Embaixador.

Eu gostaria de pedir permissão... Desculpem a voz de alguém que está com gripe, mas com muito prazer eu atendi ao convite deste grupo. Eu gostaria de pedir permissão para usar o meu chapéu de professora, de acadêmica. Estou na área internacional há quase 30 anos,





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 15

21/02/2018

acompanho a área de barreira técnica há muitos outros anos e tenho me debruçado sobre o tema com profundidade na Getúlio Vargas, onde eu sou coordenadora de um grupo de estudos.

Embaixador, o tema convergência regulatória, na minha opinião, é o tema mais importante do comércio internacional. As tarifas, Senadora, já foram embora. As tarifas já foram desmanteladas. E, mesmo com outros países, às vezes o câmbio come muito mais a tarifa do que valores de 10%, 15%, etc. As barreiras não tarifárias são invisíveis; são regras, são determinações que não têm um número específico. No entanto, modelos econômicos já mostram que elas já são muito mais importantes que as tarifas anteriores. Então, parabéns pela iniciativa. Acho que Brasil e Argentina, que o Mercosul precisa, sim, trabalhar nessa área.

O problema é o seguinte: o contexto não é tão fácil como isso. O que está acontecendo? Existe hoje... A OMC está com problemas, e as negociações internacionais multilaterais não avançam. O que está acontecendo? São os acordos preferenciais que estão avançando, e as áreas mais importantes desses acordos são exatamente de coerência e convergência regulatória.

O Brasil, quer dizer, a informação que nós temos dos acordos que o Brasil gostaria de fazer com grandes países é que estão começando a tocar nesse assunto, mas os acordos que já existem estão tocando no assunto profundamente. Então, o Mercosul está longe de andar nessa área.

Só que qual é o problema? O problema é que, quando a gente fala de regulamentos, de normas, quando nós falamos de certificação, etc., é um mundo muito mais complicado que está por trás. O que está por trás, Senadora e Deputada, é uma verdadeira guerra regulatória. Se o mundo hoje, o comércio não é mais determinado pelas tarifas da fronteira, ele é determinado pelas regras internas, que são feitas por organizações que, muitas vezes, transformam essas regras em barreiras e ponto. Não há dúvida nenhuma. Então, como avançar?

Existem obviamente organismos de governo que têm que trabalhar com os organismos internacionais, mas a iniciativa privada também tem uma responsabilidade muito grande. O que está acontecendo, o que nós fizemos nos últimos anos na Getúlio Vargas? Nós fizemos uma análise da estrutura de regulação para o Brasil, para a União Europeia. Estávamos fazendo para os Estados Unidos, paramos e começamos a fazer para a Argentina. E começamos a analisar o quê? Quais são os que a gente chama de *standard*? *Standard* é uma palavra mais ampla, porque *standard* pode ser trabalhista, pode ser... E a palavra *standard* existe também na Argentina. Existe também no dicionário brasileiro. Então, *standard* existe. O que acontece? O que suporta a regulamentação e os *standards* que suportam as normas que não são obrigatórias, a regulação técnica, têm base onde? Internacionais. Há organizações internacionais conhecidas, como foi falado – ISO, IEC, etc. –, mas na verdade esses *standards* básicos são feitos principalmente para os Estados Unidos e União Europeia. E são feitos por quem? Por dois modelos diferentes. E aqui está toda a dificuldade.

Na União Europeia, a comissão faz esses *standards* e depois passa via CEN-CENELEC para os setores, por diretiva é obrigatório. E aí eles fazem também uma parte que eles gostariam de incrementar. Nos Estados Unidos, é completamente diferente, é de baixo para cima; o setorial é que faz e determina. E os Estados Unidos hoje querem muito transformar os seus *standards* em *standards* internacionais. Essa é a briga da OMC, Senadora. É isso que está acontecendo.

Qual é o problema? Como são dois modelos diferentes, e eles dominam, vamos dizer assim, o comércio, até que os chineses resolvam também estabelecer os deles... Mas são dois modelos totalmente diferentes. O que nós fomos fazer na Getúlio Vargas? Fomos atrás do óbvio. Qual é o nível de convergência dos *standards* e das regulações brasileiras? Estamos começando





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 16

21/02/2018

a fazer, mas estamos precisando muito da sua ajuda. É muito complicado; a gente não acha as coisas nos computadores.

Mas que nós fomos fazer? Setor por setor, Senadora e Deputada; setor por setor, nós fomos organizar quais são os regulamentos obrigatórios, quais são as normas que são base desses regulamentos que foram edificadas na OMC. Começamos por lá. Uma loucura! Milhares e milhares e milhares. Quais são os *standards* que baseiam as normas que a ABNT faz? No caso do Irã e na Argentina. E perguntamos: elas convergem para quem? Quem é a base dessas normas?

Quando é internacional, ISO e IEC, aparece. Quando não é, a gente brinca de chamar de jabuticabas – eu não sei a fruta ainda na Argentina. Mas no fundo o que está acontecendo? Os setores industriais utilizam as suas normas técnicas para se protegerem. Então, não existe só tarifa no mercado internacional. Existem também as barreiras técnicas, que são feitas exatamente de alguma forma que, na teoria, a gente fala que são capturadas pelos setores.

Muito bem. O modelo funcionou, só que agora o Brasil precisa exportar. Esse modelo... E o que aconteceu? Tirar as jabuticabas das normas e entrar no espírito internacional é um problema muito delicado, que tem que ser feito a muitas mãos, Embaixador.

Onde nós estamos, então? Nós estamos nessa fase de estudar qual é a origem no modelo de normas. Vou dar um exemplo: no setor automobilístico, que nós começamos a levantar, na Argentina o modelo é muito mais europeu do que no Brasil. O Brasil tem forte presença americana, tem modelos, e nós conseguimos detectar o que é americano dos padrões.

E aí, a gente tentou medir assim: qual é o grau de convergência? O número nos deixou muito preocupados. Quer dizer, em termos de convergência internacional e com os grandes produtores de normas, Estados Unidos e Europa, no setor de máquinas ela não chega a 30%; no setor eletroeletrônico, é de trinta e poucos. O setor que é mais aberto é o de equipamentos médicos. Então, nós estamos tentando fazer o grau de convergência setor a setor. E é isso que eu quero fazer para a Argentina, porque é isso que vai mostrar como as iniciativas de convergência vão ter que trabalhar. Porque, se os Estados Unidos e a Europa estão, vamos dizer assim, em uma batalha para impor as suas regras, as suas normas, o que o Brasil quer? O Brasil e a Argentina querem deixar de ser de produção interna e querem o quê? Querem partir para a exportação, porque esse é o destino de todos nós.

Então, a minha visão é: temos que trabalhar no nível de governo, sim, mas é muito mais importante trabalhar e criar uma moldura para que os setores sentem juntos e sejam forçados a trabalhar juntos. Eu vi nos jornais que o setor automobilístico está tentando fazer isso. Mas – de novo – tem de fazê-lo nos *standards* internacionais; não pode baixar o nível do *standard*. Agora, como estamos em máquina? Como estamos em eletroeletrônicos? Como estamos nos outros setores?

Então, há um caminho imenso de diálogo setorial que eu acho mais importante, Embaixador – e com isso eu finalizo –, do que tentar fazer a coisa via governo. Quer dizer, em vez de fazer em nível de governo, fazer no nível setorial. O setor de aço é outro mundo. Se Brasil e Argentina estão usando origens diferentes de *standards*, vai ser difícil se encontrarem no meio do caminho, e não adianta o governo tentar fazê-lo porque realmente não vai conseguir.

Então, a abordagem é ao contrário. Resumo: o tema é fundamental, é aqui que se faz comércio internacional, é aqui que se criam as barreiras de integração. Quer dizer, é esse o problema. Agora, precisamos fazer um pouco mais; fazer os órgãos de governo de nível mais alto funcionarem, mas, sim, criar um ambiente de diálogo setorial com um pouco mais de força





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 17

21/02/2018

e, aí, como fazer isso, como pensar a abordagem desse problema. Quer dizer, é um pouquinho diferente da proposta original.

Agora, Embaixador, preciso muito de ajuda, porque, se a gente não consegue chegar na internet... Outro dado importante: no Brasil, nós temos um sistema de agências regulatórias, a Argentina não o tem. Quer dizer, os governos são diferentes. Então, tentar fazer convergência do que é governo, do que é órgão regulador, do que é órgão normatizador, acreditação, etc. é um longo caminho, e eu acho que o importante é começar do setorial. O setor tem que fazer. Aço, automóvel, aço químico, etc. E alimento certamente. Certo? É um pouco de forçar o setor a fazer, e a coisa andar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Obrigada.

A SRª VERA HELENA THORSTENSEN – Dez minutos!

A SRª PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Muito obrigada, Profª Vera Helena, pela excelente explicação.

Gostaria de passar a palavra para a nossa Senadora Ana Amélia, que gostaria de lhe fazer uma pergunta. E gostaria de pedir silêncio ao Plenário, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Drª Vera, a senhora podia ser uma grande comentarista de televisão ou de rádio, porque tem a agilidade mental e a exposição clara para isso.

A SRª VERA HELENA THORSTENSEN (*Fora do microfone.*) – Sou professora há 30 anos, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Então, para comunicar, comunica muito bem. Imagino que seus alunos aprendem muito facilmente.

Eu estava prestando atenção na sua exposição sobre, digamos, a filosofia da regulamentação. E cada vez mais o comércio internacional é, eu diria – entre aspas –, "refém" de iniciativas individuais de países que começam a ter... China, Japão, Ásia, países asiáticos, que são hoje novos *players* no comércio internacional, e, claro, Europa e Estados Unidos, com a sua, digamos, origem de histórico de regulação. Eu entendo que... Queria lhe perguntar: não é essa uma forma de dar cobertura legal ao protecionismo?

A SRª VERA HELENA THORSTENSEN – Perfeito, Senadora. A história é: os países que são os grandes produtores de regulação, de *standards*, são os países que têm mais tradição. Pronto. No mundo hoje já está mais ou menos dividido. Os acordos, o TPP (Transpacífico), que deve ser assinado a 11 mês que vem... Querendo ou não, os países do Pacífico já têm de alguma forma o modelo mais para o lado dos Estados Unidos, e nós estamos no modelo ainda mais europeu. O que está acontecendo é que esses dois grandes detentores de tecnologia é que estão tentando fazer com que os *standards* sejam utilizados.

A pergunta, Senadora, é que os outros países estão se alinhando nesses grandes blocos. A tentativa é que se usem cada vez padrões chamados internacionais, ISO e IEC, só que Europa e Estados Unidos já estão usando mais sofisticados do que isso. E nós ainda estamos na fase das jabuticabas, ainda não chegamos nem no ISO. Nós ainda estamos em uma fase anterior.

Desculpe, deixe-me aproveitar os três minutinhos que eu tenho para chamar atenção para um problema muito mais sério, porque aí eu acho que Brasil e Argentina deviam se unir rapidamente. Os senhores já entenderam o que são regulamentos técnicos, o que são normas técnicas voluntárias, etc. Isso tudo está debaixo de um governo. Só que existem *standards*, Senadora, que estão totalmente fora do controle dos *standards*, que são os chamados padrões de sustentabilidade, que incluem meio ambiente, que incluem saúde animal e que incluem o





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 18

21/02/2018

padrão trabalhista. Não existe organização mundial nenhuma que tome conta disso daqui. São mais de quinhentos desses *standards* que afetam... Principalmente, são origem europeia, e principalmente impostos pelas cadeias de supermercados, etc. Por que Brasil e Argentina não estão trabalhando nessa área juntos?

Eu fiz o levantamento esta semana em São Paulo. Argentina tem trinta e tantos *standards* de sustentabilidade, o Brasil tem mais. E adivinhem? Para a área de alimentos só. Eles não coincidem. Quer dizer, teoricamente, são feitos por entidades privadas, mas não é possível que os governos não tenham condição de dizer: entre Brasil e Argentina, vamos escolher os mesmos *standards*? Quer dizer, é um absurdo. De café, Senadora, Deputada, há mais de oitenta *standards* no mundo.

Eu brinco muito nas minhas aulas da história da felicidade dos frangos. Se o frango hoje não dorme tantas horas por noite, não tem espaço para mexer as suas asinhas e, como eu digo, não sai para ciscar e não anda – é verdade –, não ganha selo e não entra na Europa! Simplesmente é verdade. O McDonald's está exigindo que tem que tomar sol.

E em tudo isso, qual é a minha angústia? É que está tudo fora do controle da Organização Mundial do Comércio, dos governos, dos Estados. Mas nós somos grandes exportadores de agroindústria, então Brasil e Argentina têm que ter uma posição muito mais forte lá fora do que têm nessa área.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Por isso que o acordo Mercosul-União Europeia está com tantas barreiras.

E a França, que deve ser determinante sobre o *standard* e o padrão de qualidade do franguinho, é o maior produtor europeu de frango...

A SRª VERA HELENA THORSTENSEN – Proteção pura! Pronto. A senhora falou muito bem.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – É uma proteção pura. Então, eu queria...

A SRª VERA HELENA THORSTENSEN – O consumidor gosta de comer o frango feliz...

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – É evidente, mas que tem que pagar mais.

A SRª VERA HELENA THORSTENSEN – ... só que existe proteção ou não proteção.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – E, aí, ela pode cobrar o que quiser.

A SRª VERA HELENA THORSTENSEN – O problema é que não há organização internacional para justificar o que é protecionismo puro e o que é realmente devido ou o que o consumidor queira. Esse tema Europa e Estados Unidos não deixam entrar de maneira nenhuma na OMC.

Mas eu acho que isso tem que ser resolvido no nível internacional... Desculpe, no nível preferencial. Cada vez que nós fizemos um acordo, esse tema tem que ir para a mesa. Vamos discutir, vamos definir. Se pelo menos não oitenta, para o café, dá para ser dois ou três? Quer dizer, custam muito caro para... As certificações são todas externas, não há certificação brasileira. Quanto ao custo que se paga, os dados são claros: 80% desses *standards* estão ligados à área de alimentos *lato sensu*, e 80% são de origem europeia. Depois a senhora diz que não é proteção, claro.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Só para terminar, Drª Vera, e aproveitar a sua sabedoria...

(*Intervenção fora do microfone.*)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 19

21/02/2018

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Não, não. Eu também não me assustei. É que aqui é automático.

Saiu na *Veja* um artigo do Prof. Claudio de Moura Castro, extraordinário, que reflete essa sua exposição aqui. Ele fala sobre uma famosa NT 12, do Ministério do Trabalho, sobre máquinas que são importadas da Alemanha, da Itália e tal. Então, ele mostra... Quer dizer, será que a Alemanha, com o rigor que tem, um país avançadíssimo na tecnologia, ou a Itália mesmo também, em bens de capital, venha a fazer uma norma que o Brasil não pode usar, porque ela não é uma máquina boa para ser usada, porque...

A SRª VERA HELENA THORSTENSEN – Senadora, a senhora tocou em um dos pontos; existem vários.

O problema é: uma coisa é a segurança do trabalhador, outra coisa é a segurança da máquina. Quando eu falo com os alemães, com os americanos, eles falam: nós não vamos exportar máquinas com essas condições porque o preço da máquina é muito mais caro. E são enormes, que já estão ultrapassadas em termos de segurança. Não deveria ser o Inmetro a estar fazendo isso?

Desculpe, Senadora. Toda a parte de regulação de automóvel é feita no Ministério das Cidades, que deu origem no Ministério da Justiça... Por que isso não está nas áreas técnicas? Eu, como acadêmica, tenho a liberdade de falar, porque eu trabalho com regulação internacional. Eu trabalho com a regulação dos outros países, Estados Unidos, Europa, Reino Unido, que são as mais evoluídas.

Isso são jabuticabas brasileiras, que perderam todo o conceito hoje no mundo das cadeias globais. Na hora que nós temos que exportar, simplesmente o produto brasileiro não é aceito. Foi usada para proteger. Ótimo! Funcionou enquanto pôde, agora está na hora de mudar. Só que essa mudança não está sendo tão fácil de se conseguir.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Obrigada, Drª Vera.

A SRª PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Muito obrigada, Drª Profª Vera, pelas respostas tão importantes aqui para este tema tão complexo.

Ao tempo que eu chamo o Ministro Otávio Brandelli para que esteja conosco compondo a Mesa para sua explanação, eu gostaria de registrar a presença da Embaixadora Gisela Padovan.

Ministro Otávio Brandelli, Diretor do Departamento do Mercosul do Ministério das Relações Exteriores.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – E meu conterrâneo do Rio Grande do Sul, com muita honra para nós gaúchos.

O SR. OTÁVIO BRANDELLI – Eu me somo aos palestrantes anteriores nos parabéns à Comissão pela iniciativa de tratar desse assunto. Muito do que eu diria já foi dito; então, vou fazer uma explanação que eu pretendo que seja bem menor do que os 15 minutos.

Eu sou Diretor do Mercosul, então, eu vou dar uma abordagem sob a ótica do Mercosul e de como Brasil e Ministério de Relações Exteriores conduziram processos negociadores importantes nesses dois últimos anos.

Vamos começar pelo ano de 2016. O Mercosul tinha uma paralisia de funcionamento que se derivava basicamente da situação política em nossos países. Nós tivemos que, em 2016, enfrentar a questão da Venezuela, que acabou culminando na suspensão da Venezuela, pelo descumprimento dos seus compromissos de adesão ao Mercosul, e tivemos uma mudança de governo na Argentina que derrubou a principal barreira que tínhamos ao comércio, que era a situação das declarações juradas de importação. Então, isso abriu um novo contexto muito





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 20

21/02/2018

propício para que o Mercosul pudesse voltar aos seus fundamentos, que são o livre comércio, os direitos humanos e a democracia.

Brasil e Argentina trabalharam, as duas chancelarias trabalharam muito intensamente e chegaram à seguinte conclusão: nós tínhamos que atacar quatro problemas principais do Mercosul em 2017. Um era concluir um acordo de investimentos, que não tínhamos. Foi concluído. Outro era concluir um acordo de compras governamentais, de contratações públicas e licitações. Foi concluído. O outro assunto eram os entraves comerciais. Foi feito um levantamento com consultas ao setor privado e com base totalmente transparente, em que os setores vinham e diziam: "tenho um entrave". E aquele entrave era colocado em uma caixa. Essa caixa tinha 80 entraves.

Alguns chegaram a dizer que isso seria uma agenda negativa do Mercosul e que esse exercício não deveria ser feito. Dentro do Itamaraty, aconselhamos que não, que deveria ser feito; que não haveria nada mais negativo do que colocar os problemas embaixo do tapete.

Então, esses 80 entraves foram tratados ao longo de um ano e meio e, do pacote de 80 medidas que prejudicavam o comércio, conseguimos reduzir para 19 no comércio intra-Mercosul. Isso não é pouca coisa.

E, sobretudo, não é a questão quantitativa que conta aqui, mas, sim, a nova dinâmica. Os nossos países passaram de uma dinâmica de impor barreiras, impor entraves, para uma dinâmica de diminuir entraves. E assim foi que a Argentina abriu o mercado argentino para a carne brasileira, o Brasil abriu o mercado brasileiro para o camarão, para os cítricos da Argentina – a questão do camarão está quase resolvida ou já resolvida –, e houve uma mudança de dinâmica. Voltou-se a entender que estamos tratando de um mercado interno comum. Uma coisa é negociação externa; outra coisa é o mercado interno do Mercosul.

Então, esse foi um avanço muito significativo, que deu um impulso muito grande ao comércio do Mercosul. Os números já, das estatísticas de 2017, demonstram que esses esforços estão dando resultados. Está aumentando o comércio entre os países do Mercosul.

E o quarto item da estratégia – traçada basicamente entre a Chancelaria do Brasil e da Argentina e depois expandida nas reuniões informais com Paraguai e Uruguai – era justamente a questão da regulação, da regulamentação técnica. Qual foi o diagnóstico a que se chegou? Tudo começa com o Tratado de Assunção, que funda o Mercosul. E o Tratado de Assunção determina que haverá uma harmonização legislativa da matéria. Então, esse momento da história é o ano de 1991.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTÁVIO BRANDELLI – Não; das legislações regulatórias.

Estamos em 1991. O Brasil sequer tinha a Anvisa nessa época, e a atividade do Mercosul na área regulatória foi muito intensa nos anos 90, muito intensa. Regulamentou-se basicamente tudo: no SGT3, que cuida dos regulamentos técnicos; no SGT8, que cuida de agricultura; e no SGT11, que cuida de saúde.

Porém, essa atividade foi decrescendo, a ponto de praticamente estar paralisada nos anos 2000, na década de 2010. E aí tivemos que investigar por que houve essa paralisia. Então, a constatação foi de que basicamente houve dois fenômenos. Um, que houve uma questão conceitual: o que é harmonização? Alguns interpretavam que harmonização era harmonização literal e que, portanto, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai teriam que ter exatamente a mesma norma sobre um determinado assunto. E não era esse o espírito; o espírito era harmonizar. É um pouco como harmonizar queijos e vinhos: queijo não é igual a vinho, mas harmonizam-se.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 21

21/02/2018

E a segunda questão foi uma questão institucional. Esses três órgãos técnicos funcionam muito bem quando há consenso, mas, quando não há consenso, temos problemas. E o problema técnico depende de uma decisão política, e a decisão política é elevada aos órgãos políticos do Mercosul. E esse jogo institucional entre a divergência no nível técnico e a necessidade de uma decisão política não estava bem regulamentado no Mercosul.

O Brasil se dedicou a um exercício que eu acho que foi de oito sessões entre todos os órgãos reguladores – foram seis ou sete meses de discussão –, e o Executivo brasileiro fez uma proposta ao Mercosul, apresentada em abril de 2017, que se chama Novas Abordagens no Mercosul para a Questão Regulatória. Essas novas abordagens têm alguns elementos, alguns deles já implementados e outros em fase de implementação.

Então, a primeira coisa que se implementou foi justamente essa questão processual e institucional. Essa decisão que regulamentava o funcionamento dos órgãos técnicos, que é a nº 5.602, não dava prazo para decisão sobre divergências. E agora, no final do ano de 2017, aprovou-se uma nova norma que dá prazos. Então, é um processo que é mais transparente, mais claro, que tem prazos e que obriga o órgão decisório a tomar a decisão. Porque antes o problema técnico surgia, subia para o órgão decisório, e o órgão decisório não tinha prazo para dirimir a dúvida. E agora há prazo para dirimir a dúvida.

E também há a seguinte situação: houve, nesse período dos anos 90, a harmonização imperfeita. A norma que se adotou não é uma norma coerente com a prática internacional, ou era coerente no passado e a prática internacional mudou.

Eu gosto muito de um exemplo dessa matéria, que é o seguinte: contaminantes alimentares e peixes marítimos. O peixe pode apresentar um contaminante, que é o arsênio. Então, nos anos 90 e ali no início dos anos 2000, o Mercosul adotou uma norma que era coerente com a norma internacional: medição do nível de arsênio; se chegasse àquele nível, o peixe estaria contaminado e não poderia ser consumido. Só que a ciência trouxe ao conhecimento dos seres humanos a situação de que o peixe marítimo produz arsênio natural. Então, havia que se mudar o método e o nível de medição. Então, hoje a prática internacional para isso é: há que se medir o arsênio natural e o arsênio inorgânico, químico. Se o nível do arsênio inorgânico for acima de um certo nível, aí, sim, o peixe não pode ser consumido. Se não for, ele pode ser consumido.

O Mercosul está atado à norma antiga. Então, isso acontece em um sem número de normas dentro do Mercosul. Nós estamos com regulamentos defasados, anacrônicos e atrasados e com um problema institucional para que eles sejam modificados e sejam alinhados ao comércio internacional, porque, no final das contas, se estamos desalinhados, não vendemos.

A gente tem outros exemplos: erva-mate. A norma do Mercosul mede o nível de minerais contaminantes, chumbo, na erva seca. Essa é a norma do Mercosul, só que ninguém consome a erva seca, que eu saiba. Ninguém come de colher erva-mate. Ou é o mate, é o chá-mate, ou é o chimarrão. A norma internacional, o Codex Alimentarius atacou esse problema algum tempo atrás e fez uma mudança de metodologia. No caso dos chás e infusões, o nível de contaminantes deve ser medido não no chá em si, na erva seca, no chá seco, e, sim, na infusão pronta. E, no caso da erva-mate, não se apresenta o contaminante no líquido. O Mercosul está com a norma defasada, e isso prejudica o comércio intra-Mercosul. Se a norma do Mercosul fosse aplicada com sua letra fria, o Brasil estaria proibido de vender erva-mate para o Uruguai, e o Uruguai é um grande dependente da erva-mate brasileira, por uma questão de sabor e tudo. Então, aí o Uruguai vem e aplica uma norma nacional, excetuando a norma do Mercosul, para permitir a





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 22

21/02/2018

entrada da erva-mate. A gente defende que tem que ser modificada a norma do Mercosul, para alinhar a todos os padrões internacionais.

Esse é um caso de fracasso da atividade crescente do Mercosul. Nessa atividade, eu já chego a esse ponto.

O documento de novas abordagens previa também que a gente apresentaria um regulamento sobre iniciativas facilitadoras do comércio, que é justamente essa abordagem setorial voluntária, em que um setor industrial qualquer conversa com outro e chega, como disse a Profª Vera, aos oito ou nove requisitos essenciais, e não continua com a aplicação dos 80 requisitos. Então, o Brasil apresentou, no ano passado, um projeto de regulamentos do Mercosul sobre isso. Não tivemos ainda reação de nenhum dos outros três países.

Nós apresentamos também um outro projeto de regulamentação, embasado no documento de novas abordagens sobre coerência regulatória. O que é a coerência regulatória? É que os países tenham as mesmas boas práticas na regulação.

Os órgãos do Brasil, quando vão adotar uma medida, fazem consulta pública. Há plena transparência no processo, e há oportunidade de que os interessados se manifestem. Nos outros países as práticas são diferentes; nem sempre são transparentes, nem sempre há consulta pública. Então, a gente defende que todos deveriam caminhar para as mesmas boas práticas, e dar oportunidade a todos para se manifestarem.

Então, uma vez mais, o Brasil apresentou uma proposta de regulamentos sobre coerência regulatória, que é esse assunto, e estamos aguardando a posição dos demais países.

Há um regulamento antigo desse momento, da década de 90, que é o regulamento de bebidas. A gente vem há anos... Se eu não me engano, são 34 designações de bebidas, e a gente defende que 17 delas – se o número não é esse, a proporção é essa –, metade delas têm que ser modificadas. E a gente conseguiu agora, em dezembro, fazer a primeira modificação, que é a questão da cachaça e da caipirinha. A norma Mercosul fazia uma descrição do que era cachaça e do que era caninha, na verdade – não era caipirinha –, que não condizia com o processo produtivo, que é aquela história de se é melaço ou se é caldo de cana. Então, o que estava escrito na norma Mercosul era o rum, e não a cachaça. Então, a gente conseguiu modificar isso, e é um primeiro passo. Agora, há que se atacar os outros nomes de bebidas para fazer a modificação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTÁVIO BRANDELLI – Está bem!

Todos esses são os casos em que está havendo avanço no Mercosul. Estão todos comprometidos, e a coisa está andando. Mas há um caso em que não se está conseguindo avançar, que é essa modificação do regulamento de contaminantes. O Brasil vem há quatro anos defendendo que isso é urgente. Nós estamos, cada vez mais, ficando para trás no comércio internacional. E aí eu vou pedir o favor do Embaixador Magariños de falar com as suas autoridades, porque só nos falta o consenso da Argentina para iniciar o processo. Brasil, Paraguai e Uruguai já concordaram que é necessário fazer a modificação do regulamento de contaminantes. O regulamento de contaminantes tem a erva-mate, tem peixes, um sem número de produtos que se encontram em situações em que o padrão internacional avançou, e o Mercosul ficou para trás. E o Mercosul para trás não vende; não vende intra e não vende extra.

Era basicamente isso que eu teria para dizer de diferente do que já foi dito.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 23

21/02/2018

Eu queria fazer um breve comentário sobre a questão dos alergênicos, que foi mencionada pela Senadora. Ele é um caso exemplificativo desse momento de crise institucional que o Mercosul vivia. A Anvisa vinha há muitos anos...

(Soa a campanha.)

O SR. OTÁVIO BRANDELLI – ... propondo um regulamento no Mercosul. Não foi possível aprovar o regulamento do Mercosul, e o Poder Judiciário determinou que a Anvisa fizesse uma norma de informação ao consumidor de que haveria a presença de alergênicos nos alimentos. E os outros países dizem que isso é uma barreira ao comércio. Mas tivemos a oportunidade de negociar. Não foi possível, e a associação dos consumidores portadores de alergia foi ao Judiciário e obrigou a Anvisa a fazer. Então, a gente tem que conviver com essa situação. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Gostaria de agradecer o senhor e passar a palavra para a nossa Senadora Ana Amélia, que dispõe de uma pergunta.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – Obrigada, Presidente.

Eu queria cumprimentar o Brandelli pela exposição. Ele, como diplomata, não pode, diante de um Embaixador, dizer as coisas como elas são, mas eu, como Parlamentar, posso.

A Drª Vera aqui concordou com a minha opinião – não é uma tese; é uma conclusão da exposição dela – de que as regulamentações são uma forma velada de protecionismo.

Então, eu agora... Embaixador Brandelli, somos amigos, então aqui não estamos em peleia. Eu sou do Rio Grande do Sul, que é um produtor de erva-mate, e a Argentina produz erva-mate, ela é a grande produtora também para a região. Então, aqui estamos precisamente com o exemplo prático disso. E tenho certeza de que não faltará boa vontade do Embaixador Magariños, que tem sido exemplar nesse estreitamento das relações, um facilitador no processo.

Não é para cooptar o Embaixador, não! Quem diria? Ele vem aqui para defender os interesses dos argentinos e da Argentina; é essa missão dele. Mas eu penso de fato isso. Nós também temos que entender, por exemplo, no caso do peixe, que nós importamos peixe; salmão do Chile; da Argentina também importamos muito peixe. Então, eu acho que a gente precisa realmente entrar em uma convergência, porque quem sai ganhando são todos. Hoje poderá a Argentina imaginar que vai perder, mas todos saímos ganhando ao final quando os acordos são feitos de maneira equilibrada.

Então, quero cumprimentá-lo, Brandelli, por essa exposição e dizer que nós temos que avançar ainda bastante nessa área.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Encerradas as disposições iniciais, eu gostaria de passar a palavra para o Embaixador Magariños.

O SR. CARLOS ALFREDO MAGARIÑOS – Muito obrigado, Srª Presidenta, Deputada Bruna Furlan.

Eu acho que tivemos um intercâmbio sumamente importante, interessante, muito rico tecnicamente, e espero sinceramente que todo esse intercâmbio nos dê espaço para implementar algumas medidas concretas, fazer algumas... Digam-me alguns pedidos.

Com Otávio, nos reunimos na semana passada. Ele não falou disso, mas não importa; vamos tomar a oportunidade agora, que estamos aqui, estamos aguardando para a sessão daqui, mas também me chegou essa sugestão da erva-mate. Eu creio que tenho a obrigação de celebrar a atitude construtiva de todos os que participaram aqui desse debate e também dos





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 24

21/02/2018

intercâmbios Argentina-Brasil nesse último ano. Eu não sei se eu posso usar a palavra celebrar, porque no ano passado tivemos o maior déficit comercial da história de intercâmbio da Argentina com o Brasil: US\$8,1 bilhões de dólares. Eu esperaria que também me dessem alguma sugestão, algo para aumentar essas exportações argentinas aqui, no Brasil, o que é uma coisa muito importante. Mas nós fazemos isso convencidos de que a relação da Argentina com o Brasil é de muito longo prazo, e aqui quero fazer o primeiro comentário substantivo em relação ao comentário, à ideia que apresentou o Sr. Jorge da Paz Cruz, tão precisamente, a respeito da necessidade de avançar nesse tema, não só de Argentina e Brasil, mas com muitos outros parceiros.

Eu concordo com isso, mas, infelizmente, até agora, só mediram a representação da Argentina, não do Uruguai nem do Paraguai. Assim, estou aqui falando da necessidade de melhorar isso. Mas gostaria de oferecer um argumento que eu acho muito razoável para vocês. Por que para vocês é importante isso? Se eu estivesse do lado brasileiro, obviamente, veria a Argentina como um mercado fabuloso. Em 2016, 2017, muitos setores industriais, setor dos calçados, setor têxtil, setor automotivo, lograram manter níveis de emprego com exportações argentinas – de acordo com a imprensa brasileira, não com o que disse o Embaixador da Argentina, mas a própria imprensa brasileira.

Então, eu creio que, com esses fluxos de comércio que mencionava o Sr. Favero, que estão crescendo e vão continuar crescendo, a importância da Argentina como o terceiro provedor do Brasil e um dos primeiros clientes do Brasil, acho que, objetivamente, é bom para o Brasil ter um sistema harmonizado, comum, homogêneo, o mais perto possível entre a Argentina e o Brasil na área de metrologia, de regulamentos técnicos, sistemas sanitários e fitossanitários.

Eu estou aqui porque obviamente também importa isso para a Argentina, porque no setor agropecuário, no setor de alimentos, a Argentina é superavitária com o Brasil – ainda.

Acho que essa é a razão que espero que vocês analisem, porque a minha própria experiência como negociador bilateral, que começou nos anos 90 – eu fui um dos que trabalhou... Sei que vocês não vão acreditar porque, todavia, me veem um pouco jovem. Mas, sinceramente, no ano de 1991, eu estava lá assinando o Acordo de Integração do Mercosul.

Sinceramente, a impressão que tenho é a de que todo esse processo mudou muito. Mudou muito no mundo, no ambiente que o senhor descreveu, mas também mudou muito o nível, o patamar das regulações que o Brasil aplicava. São muito mais altas agora relativamente ao que eram em 1991. Se eu tenho que mirar o Mercosul ou a relação de Brasil e Argentina, o crescimento do sistema regulatório brasileiro foi excepcional. Parabéns para vocês! Mas isso cria um problema objetivamente que tem muito que ver com o que falava o Otávio, há alguns momentos, com essa Resolução nº 45, de 2017. Vocês, pela complexidade e modernidade do seu sistema, precisam incorporar modificações tecnológicas muito rapidamente. E, quando a Argentina compreendeu isso, rapidamente, apoiou o Brasil para conseguir uma articulação sustentável no longo prazo.

Mas o que é muito importante, do meu ponto de vista, é que todo esse processo de aumento das regulações também gerou a impressão, no setor privado brasileiro, de que, na ausência de tarifas, as regulações são uma maneira de proteger o mercado. E isso é uma realidade que nós temos vivido nos últimos anos, nos últimos 20 anos. Temos priorizado mais. O Brasil tem priorizado mais convergências regulatórias com alguns mercados do que tem priorizado no Mercosul. Por isso é que falo de trabalhar com a Argentina e o Brasil como foi sempre: um motor para facilitar a integração regional.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 25

21/02/2018

Vocês se lembram... Agora, neste ano, cumprimos 30 anos do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento da Argentina e Brasil, que foi o segundo tratado mais importante. O primeiro foi a integração de Foz de Iguaçu, no ano de 1986. Agora, celebramos 30 anos disso. Então, o Mercosul foi a consequência do êxito desse processo. Então, em 1991, assinamos com Uruguai e Paraguai. Mas vocês se lembram de que estava a Bolívia e o Chile como observadores, nessa época.

Então, por que estou falando isso? Acho que, a par de todas essas contribuições que possamos fazer nos processos regionais, acho que faz falta tomar uma decisão política e avançar com medidas práticas. Foi isso que os Presidentes da Argentina e Brasil propuseram, quando assinaram o Plano de Ação da Argentina e Brasil, em fevereiro do ano passado. Faz um ano agora. Eles decidiram que essa era uma área importante para avançar.

Há pouco se assinou uma consultoria com o BID, que tomou muito tempo para começar. Na minha opinião, demasiado tempo para começar. Não podíamos acordar nos termos de referência para isso, o que mostra que há interesses muito fortes por trás disso.

Então, na minha opinião, temos que trabalhar para criar confiança e trabalhar nos temas centrais, que têm demorado no processo de convergência regulatória, de harmonização.

Tenho a vantagem – vou confessar –, pois vejo aqui conosco a senhora dos meus tempos nas Nações Unidas. Eu contei já, da última reunião, quando eu trabalhava como Diretor Geral da Organização Geral das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial. Tivemos lá o maior programa de facilitação do comércio de todo o sistema, que consistia precisamente em trabalhar nessas coisas de que estávamos falando: motivar mais participação do setor privado, que é uma coisa que acontece muito nos Estados Unidos e nas próprias negociações entre o Brasil e os Estados Unidos; criar mais confiança entre as próprias instituições; e gerar atividades conjuntas. Vejam que coisa notável termos criado um instituto de metrologia, mas não lhe demos pressupostos para que funcionem. Isso diz muito do que se está se passando finalmente nesse processo de integração.

Eu gostaria de propor algumas coisas sensíveis passadas em instrumentos que temos já firmados. Por exemplo, temos firmado um memorando de entendimento de cooperação institucional entre o Ministério da Indústria do Brasil e o Ministério de Produção da Argentina; foi firmado em outubro do ano passado. Entre os objetivos, destacamos o fortalecimento de cooperação mediante o intercâmbio de pessoal para aprofundar o conhecimento mútuo e trocar informações sobre melhores práticas.

Essa é uma forma prática de começar. Por que não começamos com Inti e Inmetro, a fazer um programa – como temos, inclusive, entre os Ministério das Relações Exteriores – com funcionários de certo nível que trabalhem nas duas instituições, reciprocamente, por algum tempo, e com os setores privados, para tentar gerar um ambiente de mais confiança.

Segunda alternativa. Temos um convênio marco de cooperação entre o Inmetro e o Inti, assinado no ano de 2013, para criar avanços na metodologia científica e industrial. Então, acho que esse é um outro instrumento que podemos utilizar para gerar avanços concretos em aspectos muito práticos e em setores industriais muito específicos.

E a terceira alternativa é: por que não analisamos como utilizar o Centro argentino e brasileiro de Metrologia de uma maneira construtiva para tratar de trabalhar nesses aspectos que temos falado hoje? Eu acho que é muito importante mudar a dinâmica e criar um ambiente de cooperação que permita incorporar interesses do setor privado e facilitar um mecanismo muito mais dinâmico, que inclua mais rapidamente as trocas tecnológicas, as necessidades de





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 26

21/02/2018

negociação e que, de alguma maneira, nos dê um horizonte de trabalho como um mecanismo mais do que como uma instituição.

Porque nós podemos resolver agora... Eu estou muito impressionado com o trabalho feito no Mercosul ao eliminar 61 barreiras de um total de 80. O problema é que troca a tecnologia, trocam os patamares de exigência, trocam os modelos sanitários, e vamos ter outras 80 dentro de dois anos, provavelmente. Muito provavelmente. Então, o que precisamos, na minha opinião, é de um mecanismo que assegure que as regulações têm que ser criadas, mas ser criadas com uma orientação comum; que vamos estar trabalhando, olhando no mesmo sentido e com os mesmos modelos.

Para isso, é muito importante ser conhecida a decisão política de se avançar nesse terreno. Quando temos problemas técnicos complexos, a única forma de resolver ou de se dar uma forma, um caminho de avanço é mediante uma decisão política de caminhar conjuntamente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Muito obrigada, querido Embaixador Carlos Mangariños.

A nossa reunião também tem caráter interativo, que pode ser acessado pelo Portal e-Cidadania do Senado Federal, no endereço senado.leg.br/ecidadania/principalaudiencia.

Nesse Portal, recebemos algumas perguntas dos internautas – apenas estou fazendo como o Presidente Fernando Collor, que é sempre muito atento aos comentários dos internautas.

Do Adriano Souza, de Goiás, que nos assiste neste momento: "Gostaria que o Sr. Embaixador e/ou os Srs. Parlamentares explicassem sobre os casos de sucesso entre Anvisa e Anmat. É sabido que as barreiras técnicas destas instituições inviabilizam negócios que poderiam beneficiar, e muito, a economia entre os dois países."

Também peço desculpas aos participantes e aos palestrantes, pois a nossa Senadora Ana Amélia recebeu uma emergência e teve que sair, mas agradece a todos pelas explicações e pela presença.

Passo a palavra ao Sr. Embaixador para responder.

O SR. CARLOS ALFREDO MAGARIÑOS – Não sei se o Otávio quer falar sobre o sucesso entre a Anvisa e a Anmat. Eu posso contar um caso específico que é o reconhecimento que acordaram a Anvisa e a Anmat para os produtos de beleza, toda a cosmética, entre Argentina e Brasil. Isso significa que os registros que se façam na Argentina ou os registros que se façam no Brasil são automaticamente reconhecidos no outro país. Essa é uma área muito importante. Temos que parabenizar os negociadores, porque é um tema que estive, por muitos anos, travado e dificultado, e agora é uma alternativa real de oportunidade.

Eu estive na Câmara de Comércio Argentina em Goiás, na cidade de Anápolis, e recebi muitos interesses dos empresários goianos em começar a importar produtos de cosmético argentinos. Espero que não apareça nenhuma outra regulação depois disso.

A SRª PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Muito obrigada.

Rapidamente.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Há mais um caso, que é a troca de relatório de inspeção entre a Anvisa e a Anmat, que ocorre para a certificação de boas práticas de fabricação e registro de medicamentos e de dispositivos médicos. Ela ocorre de forma bem fluida e frequente e é uma facilitação de comércio para obter o registro em ambos os países.

A SRª PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Muito obrigada.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 27

21/02/2018

Adriano, espero que a sua pergunta tenha sido respondida.

Agora, nós falamos, então, sobre a pergunta do Pedro Silva Abe, de Minas Gerais: "Os custos para a criação desse organismo corresponderão aos benefícios que poderão ser agregados ao nosso País?"

O SR. OTÁVIO BRANDELLI – A questão de custos e organismos internacionais, no Brasil, é coordenada pelo Ministério do Planejamento. E o Planejamento tem tido uma visão bastante restritiva nesse aspecto. Inclusive, o Brasil está devendo suas contribuições para alguns organismos do Mercosul – não para todos –, sendo que, no comércio, somos o país que tem o maior superávit do Mercosul, sustentado ao longo dos anos. Então, do ponto de vista das relações exteriores, a gente acha um pouco incoerente ter tanto benefício no comércio intra-Mercosul e dever como país para os órgãos do Mercosul.

Mas há questões estruturais mais abrangentes no Brasil de ajuste fiscal. Entendemos que vai chegar o momento em que as questões principais estarão superadas e teremos condições de contribuir para todos os organismos do Mercosul, em dia, como já fizemos no passado.

Não há qualquer estimativa de custos, e sequer há uma proposta concreta ainda sobre esse eventual mecanismo, agência, centro ou o que quer que seja. Então, ainda é prematuro falar de custos. Mas a questão é pertinente. Em algum momento, haverá que se falar disso.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Bruna Furlan. PSDB - SP) – Adriano Souza e Pedro Silva, muito obrigada pela participação.

Eu gostaria de agradecer, em nome do Presidente Collor e desta Comissão, mais uma vez, a participação das Sras e dos Srs. Parlamentares, Deputados e Senadores, das autoridades aqui presentes, e especialmente agradecer ao Embaixador Carlos Mangariños, Embaixador da República Argentina no Brasil, e do Sr. Jorge Antonio da Paz Cruz, Coordenador-Geral de Articulação Internacional do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro); do Sr. André Marcos, Coordenador-Geral de Negociações Extrarregionais do Departamento de Negociações Internacionais do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e da Drª Profª Vera Helena, professora da Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, Presidente também do Comitê Brasileiro de Barreiras Técnicas ao Comércio; e do Ministro Otávio Brandelli, Diretor do Departamento do Mercosul do Ministério das Relações Exteriores.

Peço também que nós possamos aprovar a Ata.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras Deputadas e os Srs. Deputados, as Sras Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Para finalizar, eu gostaria de convidar todos para a audiência pública a ser realizada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, amanhã, quinta-feira, às 10h30, no plenário do Senado Federal, com o objetivo de debater a Escassez de Água e as Ameaças à Estabilidade da Ordem Internacional, dentro dos preparativos do 8º Fórum Mundial, que será realizado em Brasília, entre os dias 18 e 23 de março, de 2018.

Contaremos com as ilustres presenças do Sr. Presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira, do Sr. Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, e do Sr. Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg.

Eu gostaria de nominar os eventos e as atividades da Subcomissão do Fórum Mundial da Água, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional:





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (1ª Reunião)

CN - 28

21/02/2018

O primeiro é o evento de instalação da Subcomissão do Fórum Mundial da Água da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, na quinta-feira, às 10h30, no plenário do Senado Federal.

O segundo evento é a audiência pública da Subcomissão do Fórum Mundial da Água, no dia 8 de março, às 9h, na Ala Senador Alexandre Costa, no Plenário 7.

O terceiro evento é o Colóquio Latino-Americano de Direito da Água, no dia 18 de março, no domingo, às 14h, no Auditório da Procuradoria Geral da República.

O quarto evento é a Conferência Parlamentar do 8º Fórum Mundial da Água, no dia 20 de março, terça-feira, às 9h, na Arena Política Centro de Convenções, com o tema: O Papel do Parlamento e o Direito à Água.

Eu gostaria de pedir aos expositores que estivessem aqui conosco para que pudéssemos registrar este momento e, assim, prestar contas ao Presidente, o Senador Fernando Collor de Melo.

Declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

(Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 30 minutos.)



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

-PMDB - João Alberto Souza*
-PRTB - Pastor Bel* (S)
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
-PMDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

-PMDB - Airtton Sandoval* (S)
-PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
-PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
-PMDB - Raimundo Lira* (S)
-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PDT - Sérgio de Castro* (S)
-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
-PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-PSB - Elber Batalha* (S)
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

-PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PRB - Pedro Chaves* (S)
-PMDB - Waldemir Moka*
-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
-S/Partido - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 20

Airton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Fernando Bezerra Coelho.	PE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 12

PT-9 / PDT-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Sérgio de Castro.	PDT / ES

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 10

PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1

PODE-3

Alvaro Dias.	PODE / PR
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Elber Batalha.	PSB / SE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC / PRB-2

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PRB / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 2

Kátia Abreu.	TO
Reguffe.	DF

PRTB - 1

Pastor Bel.	MA
---------------------	----

PROS - 1

Hélio José.	DF
---------------------	----

PMDB.	20
Bloco Social Democrata.	15
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	2
PROS.	1
PRTB.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Garibaldi Alves Filho* (-PMDB-RN)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (-PMDB-SP)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)	Hélio José* (-PROS-DF)	Raimundo Lira* (-PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Jader Barbalho* (-PMDB-PA)	Reguffe** (-S/Partido-DF)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (-PMDB-MA)	Renan Calheiros* (-PMDB-AL)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (-PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (-PMDB-PB)	Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)	Romero Jucá* (-PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Rose de Freitas** (-PMDB-ES)
Dário Berger** (-PMDB-SC)	Kátia Abreu** (-S/Partido-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Sérgio de Castro* (Bloco-PDT-ES)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (-PMDB-MS)
Eduardo Braga* (-PMDB-AM)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Elber Batalha* (Bloco-PSB-SE)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Valdir Raupp* (-PMDB-RO)
Elmano Férrer** (-PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eunício Oliveira* (-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (-PMDB-SP)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Waldemir Moka* (-PMDB-MS)
Fernando Bezerra Coelho** (-PMDB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Pastor Bel* (-PRTB-MA)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (-PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<p>PMDB - 20</p> <p>Líder</p> <p>Raimundo Lira - PMDB (138)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Valdir Raupp (141)</p> <p>Simone Tebet (142)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder</p> <p>Eduardo Amorim - PSDB (70,103,140)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Davi Alcolumbre (74,87,133,150)</p> <p>Ataídes Oliveira (75)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11</p> <p>Paulo Bauer (100)</p> <p>Vice-Líder do PSDB</p> <p>Roberto Rocha (37,54,110,158)</p> <p>Líder do DEM - 4</p> <p>Ronaldo Caiado (104)</p> <p>Vice-Líder do DEM</p> <p>José Agripino (32,51)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</p> <p>Líder</p> <p>Wilder Moraes - PP (39,122,130,147)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Benedito de Lira (106)</p> <p>Otto Alencar (49)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 7</p> <p>Benedito de Lira (106)</p> <p>Líder do PSD - 4</p> <p>Omar Aziz (45,101)</p> <p>Vice-Líder do PSD</p> <p>Lasier Martins (94,96,117)</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 12</p> <p>Líder</p> <p>Lindbergh Farias - PT (28,59,62,89,126,134,135)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Acir Gurgacz (8,26,116)</p> <p>Regina Sousa (34)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 9</p> <p>Lindbergh Farias (28,59,62,89,126,134,135)</p> <p>Vice-Líder do PT</p> <p>Paulo Rocha (25,41,55,63,125)</p> <p>Líder do PDT - 3</p> <p>Acir Gurgacz (8,26,116)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE) - 10</p> <p>Líder</p> <p>João Capiberibe - PSB (1,11,115,153,154)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Randolfe Rodrigues (20,23,91,157)</p> <p>Vanessa Grazziotin (17,22,156)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 4</p> <p>Lídice da Mata (13,19,145)</p> <p>Líder do PCdoB - 1</p> <p>Vanessa Grazziotin (17,22,156)</p> <p>Líder do REDE - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (20,23,91,157)</p> <p>Líder do PPS - 1</p> <p>Cristovam Buarque (64)</p> <p>Líder do PODE - 3</p> <p>Alvaro Dias (16,65,136)</p> <p>Vice-Líder do PODE</p> <p>Romário (137,152)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9</p> <p>Líder</p> <p>Wellington Fagundes - PR (43,46,109)</p> <p>Vice-Líder</p> <p>Telmário Mota (7,29,36,44,58,84,99,127)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 2</p> <p>Armando Monteiro (97)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Vicentinho Alves (105)</p> <p>Vice-Líder do PR</p> <p>Magno Malta (108)</p> <p>Líder do PSC - 0</p> <p>Líder do PRB - 2</p> <p>Eduardo Lopes (81,95)</p> <p>Líder do PTC - 1</p> <p>Fernando Collor (5,6,67,69)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder</p> <p>Romero Jucá - PMDB (119)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Fernando Bezerra Coelho (102,129,144)</p> <p>Davi Alcolumbre (74,87,133,150)</p> <p>Flexa Ribeiro (131,149)</p> <p>José Medeiros (12,14,18,88,128,143,148)</p> <p>Sérgio Petecão (10,132,151)</p> <p>Wilder Moraes (39,122,130,147)</p>	<p>PROS - 1</p> <p>Líder</p> <p>Hélio José - PROS (42,48,86,155)</p>	<p>Majoria</p> <p>Líder</p> <p>Raimundo Lira - PMDB (138)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder</p> <p>Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,114)</p>		

- Notas:
- 1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
 - 2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
 - 3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).



4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSIMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST).
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017).
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017).
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD).
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017).
103. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
104. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
105. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
106. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
107. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017).
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017).
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD).
110. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB).
111. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB).
113. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
114. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD).
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO).
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017).
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017).
125. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



132. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Dário Berger ⁽³⁾	1. Senador Eduardo Braga ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽³⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽³⁾
Senador Roberto Requião ⁽³⁾	3. Senador Airtón Sandoval ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1.
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
2. Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
3. Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
4. Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
5. Em 06.02.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
6. Em 27.02.2018, o Senador Airtón Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Felipe Geraldês / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

Número de membros: 6

MEMBROS



5) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Gerales e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



6) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA
INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



7) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins (Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (S/Partido-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



8) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



9) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



10) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 18/08/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).

2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)

3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492

2)CPI DO BNDES

Finalidade: Investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997; bem como investigar eventuais irregularidades nas operações voltadas ao apoio à administração pública, em especial a linha denominada BNDES Finem - Desenvolvimento integrado dos Estados.

(Requerimento nº 375, de 2017)

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽²⁾

Leitura: 25/05/2017

Instalação: 02/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 01/03/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Airtton Sandoval (SP) ⁽³⁾	1. Senador Zeze Perrella (MG) ^(3,6)
Senador Elmano Férrer (PI) ⁽³⁾	2. Senador Romero Jucá (RR) ⁽³⁾
Senador João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(8,13)	2.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,5)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁹⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(4,11)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(7,10)

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1090, de 2017, que prorroga o prazo da CPI até o dia 01.03.2018.

1. Em 13.06.2017, o Senador Dalírio Beber deixa de compor o colegiado, como titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 160/2017-GLPSDB)

2. Em 02.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Roberto Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIBNDES).

3. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Airtton Sandoval, Elmano Férrer e João Alberto Souza, como titulares, e os Senadores Waldemir Moka e Romero Jucá, como suplentes, para compor o colegiado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 133/2017-GLPMDB)

4. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Acir Gurgacz e Lindbergh Farias, como titulares, e o Senador Paulo Rocha, como suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 89/2017-GLBPRD)

5. Em 02.08.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 27/2017-GLDEM).

6. Em 02.08.2017, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Of. 156/2017-GLPMDB)

7. Em 10.08.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 87/2017-BLOMOD)

8. Em 17.08.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de ocupar a vaga de titular na comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 193/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 31.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Gladson Cameli, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. 69/2017-BLDPRO)
10. Em 12.09.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 92/2017-BLOMOD)
11. Em 19.09.2017, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLPRD)
12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
13. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de titular do Bloco Democracia e Cidadania (Of. 218/2017-GPSDB).

Secretário(a): Donaldo Portela / Leandro Bueno

Telefone(s): 3303-3511

E-mail: coceti@senado.gov.br



3)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Raimundo Lira ^(5,25)	1. Senador Eduardo Braga ^(5,8)
Senador Roberto Requião ^(5,8)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁵⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽⁵⁾
Senadora Rose de Freitas ^(5,20)	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁵⁾	5. Senador Airtón Sandoval ^(16,19,24)
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,12,14)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(3,21,22)	2. Senador Sérgio de Castro (PDT-ES) ^(3,22,23)
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁵⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁵⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. ^(7,15)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,9,10)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(4,13)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Aírton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Sérgio de Castro (PDT-ES) ^(6,18,19)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferrão, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).

8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).

9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

Prazo prorrogado: 24/12/2018

TITULARES	SUPLENTES
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airtton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)

2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).

3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

*. Prazo final prorrogado, nos termos do Ofício nº 186/2017-PRESIDENCIA/CAS.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ^(1,44)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) ^(6,45)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(6,42,43)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(3,12,35,36,37)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽³²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(4,38,41)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspenso de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPD).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD).
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador Elber Batalha (PSB-SE) (2,16,22,23)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (3,25)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾	1. Senador Airtton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. VAGO ^(2,21)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 37/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Aírton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Aírton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB ⁽²¹⁾	
Senador Fernando Bezerra Coelho ^(6,10,22)	1. Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁶⁾	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁶⁾	3.
VAGO ^(6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ^(1,8,19)	1.
VAGO ^(1,11)	2.
VAGO ^(1,12)	3.
VAGO ^(7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(3,24)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁰⁾	2. Senadora Kátia Abreu (S/Partido-TO) ⁽²³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁶⁾
Senador Romário (PODE-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁸⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,13,15)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPPO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

1. Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 2. Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 3. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- *. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
- **. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(7,13)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4. Senadora Marta Suplicy ^(17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(5,16)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
(4,18)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	2.
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾	4.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁾	5.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	6.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	7.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽¹⁾	8.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	9.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾	10.
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	11.
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾	12.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	13.
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹⁾	14.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	15.
Senador Reguffe (S/Partido-DF) ⁽¹⁾	16.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	17.

Notas:

1. Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Amélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).

2. Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).

*. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga ⁽⁷⁾	2. VAGO ^(7,9,10)
Senador Fernando Bezerra Coelho ^(7,15)	3. Senadora Rose de Freitas ⁽⁷⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁷⁾	4. Senador Jader Barbalho ⁽⁷⁾
Senador Raimundo Lira ⁽⁷⁾	5. Senador Valdir Raupp ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽³⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽³⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾
Senador Sérgio de Castro (PDT-ES) ^(2,8,11,19,20)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁸⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁴⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(1,21)
(1,16)	2.
VAGO ^(14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senadora Kátia Abreu (S/Partido-TO) ^(5,22)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,12,13)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾	3. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1. Senador Elber Batalha (PSB-SE) ^(19,22,23)
^(2,18)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,16)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
9. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
10. Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
11. Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
12. Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
13. Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
9. Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB ⁽²²⁾	
Senador Waldemir Moka ⁽⁸⁾	1. Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾
VAGO ^(8,12)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾	3. Senador Dário Berger ⁽¹⁶⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,14)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(4,20)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾	1. VAGO ^(3,18)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
VAGO ^(5,13,19,21)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. VAGO ^(6,14)
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
12. Em 28.08.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
13. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
14. Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽¹⁰⁾	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽¹⁸⁾
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2.

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airtton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Moraes foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁸⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Senador Airtton Sandoval (SP)		1. Senador Jader Barbalho (PA)	
Senador João Alberto Souza (MA)		2. Senador Eduardo Braga (AM)	
Senador Romero Jucá (RR)		3. VAGO (15)	
Senador Hélio José (PROS-DF) (16)		4. (1)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)		1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (14)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)		3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,9,12)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,13)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)		2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)			
Senador José Pimentel (PT-CE)		1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)			
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)		2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)			
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (10,11)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,17)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)		2.	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)			

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
3. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
4. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
5. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
6. A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
7. O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
8. Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
9. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
REDE
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
PTC
PODE



PROS**Atualização:** 08/02/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS	
PTB	
Senador	Fernando Collor (PTC-AL)
PSC	
Senador	Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PMDB	
Senador	Romero Jucá (RR)
(1)	

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE
PROS

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

Atualização: 01/06/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE
	PROS

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



Atualização: 11/11/2015**Notas:**

* Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	PSB
	VAGO
	PDT
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	PCdoB
	VAGO
	PRB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	REDE
	PTC
	PODE
	PROS

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 6º da Res. 15/2012).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
PTC
PODE
PROS

Atualização: 18/10/2016

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
PTC
PODE
PROS

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 47/2013).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR		BLOCO / PARTIDO
VAGO		PMDB
VAGO		PMDB
VAGO		PT
VAGO		PSDB
VAGO		PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL
Atualização: 31/01/2015	

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE



Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE



17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL**Número de membros:** 19 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):**

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
PMDB
PPS
PP
PRTB
PRB
PROS
PSC
PSD
PSB
PTB
PTC
PR
PSDB
PT
PODE
REDE



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS

Notas:

*. Vago (Art. 6º, §1º, da Res. 31/2016).



**19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS	
DEM	
VAGO	
PCdoB	
VAGO	
PDT	
VAGO	
PMDB	
VAGO	
PP	
VAGO	
PPS	
VAGO	
PR	
VAGO	
PRB	
VAGO	
PSB	
VAGO	
PSC	
VAGO	
PSD	
VAGO	
PSDB	
VAGO	
PT	
VAGO	
PTB	
VAGO	
REDE	
VAGO	
PTC	
PODE	
PROS	

Atualização: 01/06/2016

Notas:

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*. Vago (Art. 2º, §1º, da Res. 08/2009).

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



20) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS

Notas:

*. Vago (Art. 5º, §1º, da Res. 43/2016)



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

